

número 163

Dossiê O Urbanismo e Porto Alegre

re vis ta



Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

dezembro • 2022

número 163

ISSN 1678-3484

Dossiê O Urbanismo e Porto Alegre

re vis ta

Instituto
Histórico e Geográfico
do Rio Grande do Sul

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, ano 102, n.163, 2022.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. - v.1,
(jan./mar. 1921). - Porto Alegre: IHGRGS, 1922-.

Descrição baseada em: número 163 (2022)

Inclui bibliografia

ISSN 1678-3484

Periodicidade semestral

397p.

1. Rio Grande do Sul - História - Geografia - Periódicos. 2. Brasil - História - Geografia - Periódicos. 3. Cultura - Periódicos. I. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

CDD: 981.65

CDU: 94(816.5)

Reunião preparatória da fundação 05/08/1920. Assembleia de fundação 19/11/1920. Reconhecimento de utilidade pública pelo Decreto Federal 4373 de 24/11/1921; Decreto Estadual 16565 de 15/04/1964; Decreto Municipal de Porto Alegre nº 2464 de 10/12/1962.

Capa: Fabricio Souza e Priscila Pereira Pinto.

Ilustrações: Fotografia de José Daniel Craidy Simões.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Atendimento ao Público com Agendamento

Prévio: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

E-mail: ihgrgs@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

Youtube: youtube.com/@ihgrgs

Facebook: facebook.com/IHGRGS/

Instagram: instagram.com/ihgrgs/

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA 2022-2024

Presidente: Miguel Frederico do Espírito Santo

Diretor Administrativo: Luciana da Costa Oliveira

Diretor Financeiro: Pedro Câncio

Diretor Operacional: Jefferson Teles Martins

Conselho Fiscal

José Carlos Teixeira Giorgis, Juvêncio Saldanha Lemos e Moacyr Flores

Membros Honorários

Earle Diniz Macarthy Moreira.

Membros Efetivos

Alexandre Veiga, Alfredo de Jesus Dal Molin Flores, Antonio Carlos Hohlfeldt, Ápio Cláudio Beltrão, Arno Alvarez Kern, Blau Fabrício de Souza, Carla Renata A. de Souza Gomes, Carlos Roberto Winckler, Celso Jaloto Ávila Junior, César Augusto Guazzelli, Daniela Marzola Fialho, Dóris Bittecourt Almeida, Eduardo Cunha Müller, Euripedes Falcão Vieira, Éverton Quevedo, Fábio Kühn, Fausto José Leitão Domingues, Flávio Loureiro Chaves, Gervásio Rodrigo Neves, Günter Weimer, Heinrich Hasenack, Hilda Agnes Hubner Flores, Hilda Jaqueline Fraga, Ieda Gutfreind, Jefferson Teles Martins, Jorge Stocker, José Carlos Teixeira Giorgis, José Daniel Craidy Simões, Juvêncio Saldanha Lemos, Loiva Otero Felix, Luciana da Costa Oliveira, Luiz Ernani Caminha Giorgis, Luiz Osvaldo Leite, Marcia Eckert Miranda, Margaret Marchiori Bakos, Maria Elizabeth Lucas, Miguel Frederico do Espírito Santo, Moacyr Flores, Ondina Fachel Leal, Paulo Estivalet Flores Pinto, Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Pedro Câncio, René Ernaini Gertz, Simone Steigleder Botelho, Tassiana Maria Parcianello Saccol, Vera Lucia Maciel Barroso.

Membros Correspondentes

Adilson Cezar, Alfredo Manuel Sánchez Muñoz, Ana Luiza Setti Reckziegel, Anderson Romário Pereira Corrêa, Antônio Gonçalves Meira, Carlos Tasso de Saxe Coburgo e Bragança, Carlos Zatti, Cláudio de Leão Lemieszek, Cláudio Moreira Bento, Diego Pufal, Djiovan Vinicius Carvalho, Eduardo Alvares de Souza Soares, Ernani Straube, Euclides Pinto Torres, Francisco das Neves Alves, Genuino Antonio Ferri, Gustavo Castagna Machado, Jali Meirinho, José Adirson de Vasconcelos, José Alfredo Schierholtz, José Antônio Falcão, Jorge Forjaz, Luiz Antônio Alves, Marcos Noronha da Costa, Neivo Ângelo Fabris, Oscar Padrón Favre, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Wagner Silveira Feloniuk.

Membros Pesquisadores

Aldovan Moraes, Ana Carolina Gelmini de Faria, Ana Celina Silva, Ana Inês Arce, Anelda Pereira de Oliveira, Antônio Carlos Soares, Arnaldo Walter Doberstein, Beatriz Correa Pires Dornelles, Bruno César Euphrasio, Bruno José Queiroz Ceretta, Caio Lustosa, Carlos André Bulhões Mendes, Carlos Perrone Jobim Junior, Carolina Martins Etcheverry, César Andre Luiz Beras, César Bastos de Mattos Vieira, Clarissa Maroneze Garcia, Daniele Machado Vieira, Eduardo Cristiano Hass da Silva, Fábio Caetano Tovo, Fabrício Antônio Antunes Soares, Fernando Borgmann Severo de Miranda, Gabriel Santos Berute, Gislene Monticelli, Jeanice Ramos, João Batista Santafé Aguiar, José Francisco Alves, Leandro Goya Fontella, Luis Fernando Spinelli Pinto, Maria Stephanou, Maria Thereza Rosa Ribeiro, Mario Bernardo Sesta, Marlise Maria Giovanaz, Mônica Marchesan Rossato, Nádia Maria Weber Santos, Neandro Thesing, Patrícia Bosenbecker, Pedro Paulo Pons, Regina Portella Schneider, Renata Soares Costa, Roberto Monte da Rocha, Rodrigo Luis dos Santos, Rodrigo Trespach, Ronaldo Marcos Bastos, Sérgio Augusto Pereira de Borja, Valdevi de Lima Maciel, Vanessa Gomes de Campos, Virgilio Ribeiro Muxfeldt.

Membros Colaboradores

Ayres Cerutti, Evanir Plaszewski, Fernando Antonio Quiroga Fonseca, Jorge Alberto Benitz, Lourdes Maria Agnes, Luiz Alberto Homrich Gusmão, Marcela Kröeff, Maria Regina Leite Boucinha Rafael José dos Santos, Vania Beatriz Merlotti Herédia.

Membros Licenciados

Cláudio Francisco Accurso, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Editor-Chefe

Miguel Frederico do Espírito Santo (IHGRGS)

Organizadores do Dossiê “O Urbanismo e Porto Alegre”

Dr. Bruno Cesar Euphrasio de Mello

Me. José Daniel Craidy Simões

Conselho Editorial

Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Comissão da Revista

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Fábio Kuhn (UFRGS), Heinrich Hasenack (UFRGS)

Editores-Executivos

Gustavo Castagna Machado (UFPEL), José Carlos Cardozo (FURG),
Priscila Pereira Pinto (FEEVALE), Thais Nunes Feijó (UNILASALLE-RS),
Wagner Silveira Feloniuk (FURG)

Editor-Junior

Carlos Otaviano Passos (FURG)

Secretária

Priscila Pereira Pinto (FEEVALE)

Avaliadores

Ana Luiza Goulart Koehler (UFRGS), André Melati (UCS), Aparecido Pires de Moraes Sobrinho (UEM), Caryl Eduardo Jovanovich Lopes (UFSM), César Augusto Barcellos Guazzelli (UFRGS), Cesar Riboli (Unisinos), Cinthia Ruivo (UEM), Cristiano Enrique de Brum (UFRN), Daliane Rahmeier (UNIOESTE), Fernanda Costa da Silva (UFRGS), Francine Roehe Broilo (UFRGS), Giuslane Francisca da Silva (UFMT), Guilherme Linheira (UDESC), Gustavo Rogério de Lucca (UNESC), Hugues Velleda Soares (UFRGS), Ismael Agliardi Monticelli (UFPEL), Ivana Karine Aver (UFRGS), Jacqueline Custódio (UFRGS), Jéssica Bitencourt Lopes (UFRGS), Joseane da Silva Almeida (UFPEL), Juliana Maria Manfio (UFSM), Laura Machado (UFRGS), Lilian Stedile Ferri (UFSC), Luciana Echegaray (UFRGS), Maria Regina Weissheimer (Iphan), Maurício Couto Polidori (UFRGS), Mônica Marchesan Rossato (UFSM), Paulo César Silva Ilha (UNICENTRO), Rodrigo Luis dos Santos (UNICENTRO), Vânia Maria Oliveira de Freitas (UNICRUZ)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL



PREFÁCIO

No Brasil, o emprego da palavra Urbanismo é problemático. Ela abriga diferentes significados, sempre associados a diferentes formas de ação sobre a cidade. Afinal, o Urbanismo trata do desenho arquitetônico da cidade? Ou do planejamento e gestão do uso do solo urbano? É um domínio profissional exclusivo de arquitetos e urbanistas? Ou um espaço de convergência de múltiplas profissões?

Em Porto Alegre, o Urbanismo é campo de saberes e fazeres que foi se afirmando ao longo dos séculos XIX e XX a partir de iniciativas as mais diversas. São célebres as experiências iniciadas nos ambientes que tiveram: juízes régios atuando no ordenamento urbano da Porto Alegre colonial, Código de Postura Municipal de construções de 1897, Plano Geral de Melhoramentos de 1914, Planos Diretores de 1958 e 1979, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de 1999; Personagens como Otávio Rocha, Edvaldo Pereira Paiva, Luiz Arthur Ubatuba de Farias, Demétrio Ribeiro; O curso de Urbanismo, oferecido pelo Instituto de Belas Artes entre 1947 e 1949; dentre diversos artistas e escritores que retrataram a cidade em suas obras.

Para marcar a data comemorativa do aniversário de 250 anos da cidade de Porto Alegre, pretendemos, com esta chamada, explorar a construção da cidade, do Urbanismo e do Planejamento Urbano, a partir da experiência porto-alegrense.

Os artigos aqui reunidos representam uma pequena amostra da diversidade de abordagens e perspectivas atualmente em debate no campo. Vão desde a historiografia urbana da cidade de Porto Alegre até a exploração de possíveis cenários de planejamento urbano pós-pandemia; da memória de bairros e lugares até a sociabilidade pública. O leitor encontrará, portanto, um amplo rol de temas, pesquisas e reflexões.

Esperamos que o presente dossiê contribua com a reflexão e a compreensão dos fenômenos da cidade contemporânea.

Além dos artigos do dossiê, a revista também festeja os demais artigos recebidos pelo edital e que ora são publicados. É uma alegria continuar

a trajetória da revista, respeitando as normas do Qualis Periódicos e diretrizes de uma publicação ética.

São os votos dos organizadores do dossiê.

Porto Alegre, 14 de dezembro de 2022

Dr. Bruno Cesar Euphrasio de Mello

Me. José Daniel Craidy Simões

Organizadores do Dossiê “O Urbanismo e Porto Alegre”

Dr. Miguel Frederico do Espírito Santo

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt

Dr. Fábio Kühn

Me. Heinrich Hasenack

Comissão da Revista

Dr. Gustavo Castagna Machado

Dr. José Carlos da Silva Cardozo

Bel^a. Priscila Pereira Pinto

Ma. Thais Nunes Feijó

Dr. Wagner Silveira Feloniuk

Comissão Executiva

Carlos Otaviano Passos

Editor-Junior

SUMÁRIO

ARTIGOS DO DOSSIÊ

“O URBANISMO E PORTO ALEGRE”

- 15 **Periferia e prisão, pobres e presos: coincidências espaciais e demográficas em Porto Alegre/RS**
Periphery and prison, poors and convicts: spatial and demographic coincidences in Porto Alegre/RS
Dany Delfim Silbermann
Livia Teresinha Salomão Piccinini
- 47 **Cruzando Porto Alegre – um estudo da modernização de Porto Alegre através da obra “Caminhos Cruzados” de Erico Veríssimo**
Crossing Porto Alegre - a study of the urban modernity of Porto Alegre through the work “Caminhos Cruzados” by Erico Veríssimo
Débora Grando Schoffel
Daniela Marzola Fialho
- 77 **Explorando o potencial das décimas urbanas na história da modernização de um beco em Porto Alegre, 1897-1924**
Exploring the potential of property tax records on the history of the modernization of an alley in Porto Alegre, 1897-1924
Lucas Soares Machado
- 99 **Invisibilizando histórias e espaços: a urbanização no processo de marginalização do povo da Ilhota**
Invisibilizing stories and spaces: urbanization in the marginalization process of the people of the Ilhota
Betina da Rocha Gamalho
- 123 **Os primeiros 100 anos do Bairro Belém Novo de Porto Alegre – uma história remontada por meio de jornais e revistas (1870-1970)**
The first 100 years of Bairro Belém Novo in Porto Alegre - a history restored through printed media (1870-1970)
Clarissa Maroneze Garcia
- 155 **História e memória de Porto Alegre - Bairro Jardim Lindóia**
History and memory of Porto Alegre - Jardim Lindóia District
Márcia Regina Bertotto
Gisela Hauberth de Lima

- 173 **Considerações sobre o planejamento urbano de Porto Alegre: das suas origens a um possível cenário pós-pandemia**
Considerations about the urban planning of Porto Alegre: center-periphery relations in a possible post-pandemic scenario
 Fernando dos Santos Calvetti
 Allan Matheus Schmila
- 199 **4º Distrito de Porto Alegre: um panorama histórico-temático dos planos e ações governamentais das últimas três décadas (1991 - 2021)**
4th District of Porto Alegre: a historical-thematic overview of governmental plans and actions of the last three decades
 Cesar Wagner
 Lucia Camargos Melchioris
- 239 **Ocupações no Moinhos de Vento: histórias de um bairro de Porto Alegre na primeira metade do século XX**
Moinhos de Ventos's occupations: stories of a porto alegre neighborhood in the first 20th century
 Ana Helena Dreissig

ARTIGOS

- 269 **Shadow Armies: Ghost Troops in the Farroupilha, 1835-45**
Exércitos das Sombras: Tropas Fantasma na Farroupilha, 1835-45
 Spencer Leitman
- 303 **A reinvenção da cultura gaúcha: na alma e na voz dos cantautores**
The "reinvention" of the gaúcha culture: in the soul and in the voice of the cantautores
 André Foletto Curvello
- 323 **Transporte rodoviário de cargas, trabalho e o sindicato dos motoristas de caminhão empregados de Uruguaiana (RS): 2001-2019**
Road cargo transport, labor and trade union of uruguaiana (rs) truck employees: 2001-2019
 Rafael Antônio Kapron

DOCUMENTAÇÃO

- 347 **Correspondências de Antonio Parreiras à Borges de Medeiros (1913-1916)**
 Wagner Feloniuk

RESENHAS

- 383 1928, uma polêmica do pós-guerra: Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini, Estado moderno e novas ideias**
Bruno Cardoni Ruffier
Gerson Tadeu Astolfi Vivan Filho
- 389 Notas para uma diatribe: o embate entre Cirne Lima e Pasqualini**
Letícia Pereira Pimenta

ARTIGOS DO DOSSIÊ
“O URBANISMO E
PORTO ALEGRE”

PERIFERIA E PRISÃO, POBRES E PRESOS: COINCIDÊNCIAS ESPACIAIS E DEMOGRÁFICAS EM PORTO ALEGRE/RS

PERIPHERY AND PRISON, POORS AND CONVICTS: SPATIAL AND DEMOGRAPHIC COINCIDENCES IN PORTO ALEGRE/RS

Dany Delfim Silbermann¹

Lívia Teresinha Salomão Piccinini²

RESUMO

O presente artigo analisa as coincidências espaciais entre periferia e prisão na cidade de Porto Alegre, representadas pelas vilas incidentes na cidade e pelas duas maiores unidades prisionais presentes na cidade (a Casa de Detenção de Porto Alegre, anteriormente, e a Cadeia Pública, na atualidade). Ademais, trata das coincidências demográficas entre populações pobre e carcerária, por meio da análise cronológica de discursos políticos que pautaram a produção do espaço urbano porto-alegrense e promoveram a segregação socioespacial e a punição dos pobres através de sua expulsão dos locais abastados da cidade, da negligência de promoção de

1 Mestre em planejamento urbano e regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), integrante dos grupos de pesquisa Laboratório de Estudos Urbanos (LEUrb-UFRGS), Grupo de Pesquisa Identidade e Território (GPIT-UFRGS), do projeto de pesquisa “Transformação Comunitária Participativa: experiências de inovação e sustentabilidade em Porto Alegre” (PROPESQ-UFRGS) e estagiário docente na disciplina “Urbanismo IV” do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Foi estagiário docente da disciplina “Planejamento e Gestão Urbana” do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, bolsista de iniciação científica voluntária (CNPq/UFRGS), monitor da disciplina “Práticas Sociais na Arquitetura e Urbanismo” do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, pesquisador do projeto de pesquisa “Como anda a favela no Brasil? O discurso em definições e imagens?” (CNPq/ MCTI N° 25/2015) e participante do projeto de extensão “Fotografia e memória: o olhar das mulheres da vila” (PROEXT/UFRGS). Tem experiência nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional e Ciências Sociais Aplicadas, com ênfase em Projeto de Arquitetura e Urbanismo.

2 Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora da Comissão de Pesquisa da Faculdade de Arquitetura (2016-2019). Membro do Núcleo Docente estruturante da FA-UFRGS (2011-2014). Membro da Comgrad-COMOB (2010-2016). Membro da Comissão de Extensão. Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAPES 6) em 2008. Mestrado em Urban Development Planning - University of London (1991), School of Economics. Doutorado na University of Cambridge, UK, exceto defesa. Graduação em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982). Exerceu atividades de Chefia de Departamento e Vice Coordenação do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR. Tem experiência nos campos do Urbanismo - Planejamento Urbano e pesquisa nas áreas de habitação social; políticas públicas; sustentabilidade ecológico-ambiental; padrões urbanos e arquitetônicos; paisagismo e desenho urbano, planos diretores municipais.

benfeitorias urbanas nos locais de manifestação de seu cotidiano e de sua reclusão mediante estigmatização relacionada à criminalidade violenta.

Palavras-chave: Segregação socioespacial. Prisão. Periferia. Pobre. Preso.

ABSTRACT

This article analyzes the spatial coincidences between the periphery and prisons in Porto Alegre, represented by the communities in the city and by its two largest prisons (the Casa de Detenção of Porto Alegre, formerly, and the Public Jail, currently). Furthermore, it deals with the demographic coincidences between poor and prison populations, through the chronological analysis of political discourses that guided the production of Porto Alegre's urban space and promoted social spatial segregation and the punishment of the poor through their expulsion from the city's wealthy places, to the negligence in promoting urban improvements in the places of manifestation of their daily lives and in their confinement through stigmatization related to violent crime.

Keywords: Social spatial segregation. Prison. Periphery. Poor. Convict.

INTRODUÇÃO

O presente artigo descreve a evolução urbana e as políticas urbanísticas de Porto Alegre, com especial atenção para os espaços de incidência de populações subalternas e os discursos políticos que incidiram/incidem nesses locais, além da localização e discursos que pairam sobre os equipamentos de reclusão de contraventores, cujo perfil demográfico majoritário se assemelha ao dos pobres da cidade.

Primeiramente, foram expostos os conceitos de segregação socioespacial, NIMBY e encarceramento em massa, essenciais à pesquisa. Em seguida, foi descrita a ocupação primordial do território porto alegreense nos séculos XVIII e XIX, a partir de Souza e Müller (1997) e Pesavento (1999 e 2004), assim como a elaboração de aparato punitivo na península de assentamento inicial da cidade, a Casa de Detenção de Porto Alegre. Após, foi caracterizada a cidade no início do século XX e os discursos políticos higienistas e expulsórios derivados do positivismo que acarretaram o deslocamento dos pobres às periferias em função da produção de legislação cuja premissa disfarçada era a modificação do espaço urbano onde se situavam os pobres em prol do embelezamento da cidade. A partir daqui, foi introduzida a produção de Alfonsin(2000), derivada do trabalho de Pesavento. Após, foi enaltecida a continuidade dos movimentos de segregação dos pobres urbanos até a metade do século. Depois, foram descritos os planos diretores de 1959, 1979, 1999 (2010), assim como o afastamento da unidade prisional dos locais de confluência dos ricos por decorrência do fenômeno NIMBY (*Not in my Backyard*, ou “Não No Meu Quintal”), que promoveu a im-

plementação da Cadeia Pública de Porto Alegre em área periférica do município. Além disso, foram elucidadas algumas iniciativas estatais de provisão de habitações populares e a manutenção da relegação dos pobres urbanos aos espaços periféricos/carentes expressos pelas vilas (MEDEIROS, 1947; PORTO ALEGRE, 1952, 1973, 1999, 2009), inclusive na atualidade, em função do insucesso das iniciativas de reparação do espaço urbano em detrimento à segregação socioespacial.

Ademais, foram produzidos mapas sobrepostos a cartografias e/ou territorializações das épocas trabalhadas (PORTO ALEGRE, 1839, 1888, 1892, 1914, 1931, 1959, 1979, 1999 e 2010) a fim de ilustrar as questões discutidas ao longo do estudo.

1 CONCEITUAÇÃO: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, FENÔMENO NIMBY E ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL

1.1. Segregação socioespacial

Entende-se a segregação socioespacial como a expressão da desigualdade social no espaço urbano, que torna-se mais presente nas grandes cidades por meio da intensificação da manifestação da estrutura de classes ao longo do território - expressão do espaço social hierarquizado no espaço físico (BOURDIEU 2008[1993]). Para Villaça (2009), o processo pode ser compreendido enquanto o amálgama de diferentes classes em diferentes regiões ou conjuntos de bairros de uma metrópole.

O fenômeno vincula-se, ainda, a uma disparidade em termos do acesso a benfeitorias incidentes na cidade (ocorrem discrepâncias no que diz respeito à provisão de empregos, escolarização, redes urbanas de infraestrutura básica, conforme disserta Kaztman [2001]), e à atuação dicotômica de mercado de solo pautado ora por regulamentação jurídico-urbanística, ora por lógicas informais de necessidade de acesso à vida urbana (ABRAMO, 2007).

De acordo com Villaça (2009), o padrão de segregação imperante na metrópole brasileira é o do centro versus periferia, em que o centro dispõe de amenidades e, por isso, torna-se local de concentração de populações abastadas e a periferia, precária no que diz respeito à incidência de benfeitorias, torna-se sítio de aglutinação das populações pobres. O espaço urbano, portanto, atua como um “mecanismo de exclusão” (VILLAÇA, 2009, p. 143).

Aos pobres urbanos, portanto, restam parcelas fundiárias relegadas pelos estratos sociais de maior poder aquisitivo, pelo mercado imobiliário formal e, principalmente, pelas políticas públicas de Estado; espaços tim-

brados pelas lógicas da informalidade e da precariedade que não dispõem de instrumentos concisos que possibilitam a produção de capitais individuais e coletivos (KAZTMAN, 2001).

O afastamento espacial em relação às parcelas urbanas abastadas via de regra significa diminuição do poder aquisitivo das populações residentes, afastamento do acesso ao emprego formal, baixa escolaridade e ausência da provisão de infraestruturas urbanas básicas. Em Porto Alegre, especificamente, o eixo centro-sudeste polariza a segregação socioespacial na cidade e concentra aspectos negativos relacionados aos quesitos apontados.

Nos bairros pobres, como disserta Kaztman (2001, p. 178 [tradução livre]), “se concentra uma densidade de privação material sem precedentes que contrasta fortemente com a concentração espacial igualmente inédita de lugares ricos em outros bairros”. Esses espaços urbanos nos quais as classes populares vivem são reconhecidos como locais nos quais as mazelas inerentes à segregação socioespacial incidem: a atuação diminuta do Estado perante a regulação do uso do solo e a concessão de benfeitorias torna-se latente na expansão do neoliberalismo (SCHAPIRA, 2000), o que acarreta agruras em se tratando da formação de capital social individual e coletivo e capital cívico (KAZTMAN, 2001). Assim, nestes locais, confluem índices gritantes correspondentes ao desemprego, condições sanitárias precárias, manifestações de violência e delinquência e crescimento demográfico exacerbado, conforme Schapira (2000). Para Bourdieu (2008[1993]), os afetados por tais mazelas são distanciados tanto física quanto simbolicamente dos bens socialmente raros e, em adição, são condenados a se situar nas proximidades de bens menos raros ou até indesejáveis (como cadeias, por exemplo).

1.2 NIMBY

No que diz respeito ao poder de escolha com relação à localização residencial dos indivíduos nas cidades, surgem por vezes ações coletivas refletidas em discursos que relacionam-se ao habitat e refletem o rechaço por parte da população no que tange a inserção de equipamentos indesejados nos arredores de espaços específicos (principalmente espaços de moradia), como residências para pessoas em situação de rua, cemitérios, aterros sanitários, plantas industriais, aeroportos, cadeias (GRAVANO, 2011). Esses equipamentos são caracterizados pelo que é descrito no efeito NIMBY (*Not In My Backyard*, ou ‘Não No Meu Quintal’). Este termo foi cunhado na segunda metade da década de 1970 nos Estados Unidos, conforme Abramo-vay (2007). Lanzetta (1998, p.12) define as situações de recusa de inserção

de equipamentos em uma localidade, ou seja, o NIMBY, como “a rejeição da localização de uma atividade funcional para a sociedade global por uma sociedade local, que se sente afetada negativamente por sua proximidade”.

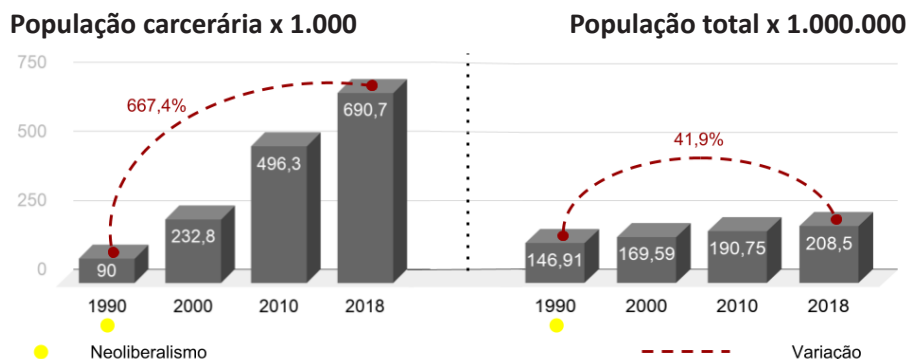
Na prática, movimentos locais de estratos sociais variados apresentam objeções perante políticas públicas e/ou investimentos privados no que diz respeito à construção de objetos técnicos nas proximidades de onde se manifesta o seu cotidiano. O sucesso ou fracasso desses movimentos variam, via de regra, de acordo com o poder por parte dos proponentes da inserção do objeto técnico e do poder daqueles que apresentam a objeção à sua implementação; e conforme o grau de democracia participativa envolvida no planejamento do espaço urbano em questão. Em função da maior detenção de poder, portanto, as classes alta e média geralmente sucedem no quesito de se situar a relativa distância desses objetos indesejados. Os grupos mais vulneráveis, por sua vez, tendem a ser as vítimas do efeito NIMBY (BULLARD, 1990), dada a pequena possibilidade de intervenção nos processos decisórios referentes ao planejamento do espaço das cidades.

No que diz respeito à inserção de cadeias no Brasil, os discursos NIMBY derivam da preocupação exacerbada dos cidadãos urbanos no que diz respeito à segurança (LEFEBVRE, 2001[1968]), do estigma relacionado à violência que paira sobre estes espaços de confinamento e da situação de precariedade que envolve as infra estruturas carcerárias do país que, segundo Brasil (2017), necessitam de atenção urgente por parte do Estado. Além disso, a partir desses fatores emergem motivos econômicos, como a possível desvalorização fundiária dos empreendimentos imobiliários do entorno, por exemplo.

1.3 Encarceramento em massa

O encarceramento em massa, no Brasil, foi entabulado pela implementação de regime neoliberal na década de 1990 que acarretou desde então um avanço 15 vezes maior da população carcerária em relação ao incremento populacional do país na década final do século XX. Não obstante, a manutenção do acréscimo de presos pôde ser observada no país mesmo após o retorno de governos de caráter provisional (CORDEIRO, 2014): os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016.

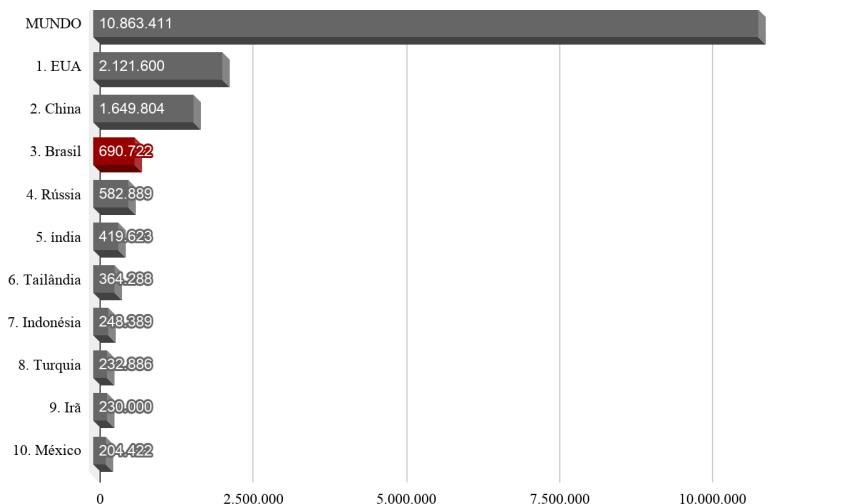
Gráfico 1. Brasil - Crescimento e percentual de crescimento - população carcerária x população total neoliberalismo (1990) - presente (2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2010 e 2014).

Enquanto 90 mil brasileiros viviam no cárcere em 1990, atualmente (2018) são 690 mil aprisionados; ou seja, aumento de 667% em menos de três décadas, o que faz com que o Brasil conte com a terceira maior população carcerária do mundo (BRASIL, 2017[2009]) e a 10ª taxa de encarceramento - 193 presos para cada 100 mil brasileiros (BRASIL, 2017[2009]).

Gráfico 2. Mundo - Ranking população carcerária (população absoluta) - 2009

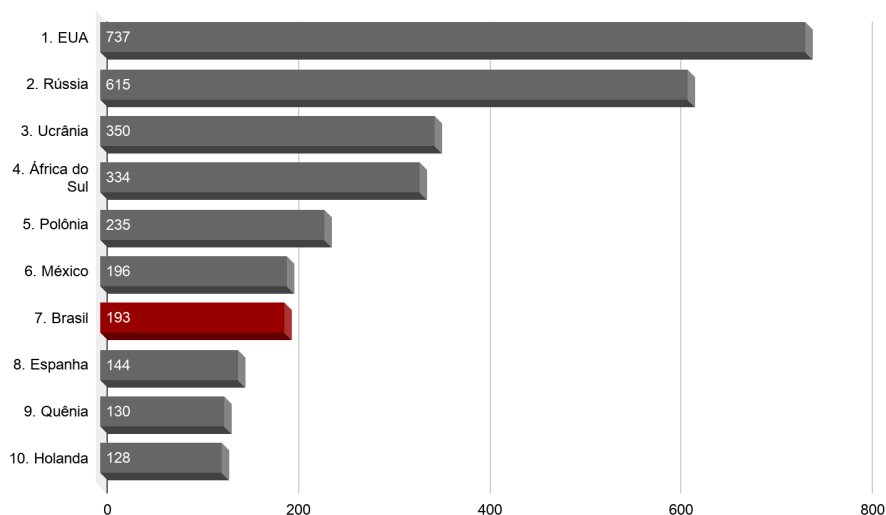


Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2017[2009]).

No Rio Grande do Sul, especificamente, existem 33.868 aprisionados: o estado, portanto, compreende a 7ª maior população carcerária por

Unidade da Federação (UF), de acordo com Brasil (2016). Ou seja, o estado, que contém 5,4% da população absoluta do país, compreende 4,9% de sua população carcerária. No que diz respeito à taxa de encarceramento, o estado rio grandense é a 16ª UF com maior índice: 300,1 presos para cada 100 mil habitantes (BRASIL, 2016), similar às taxas de países como África do Sul e Ucrânia.

**Gráfico 3. Mundo - Ranking taxa de encarceramento
(detentos/ 100.000 pessoas) - 2009**



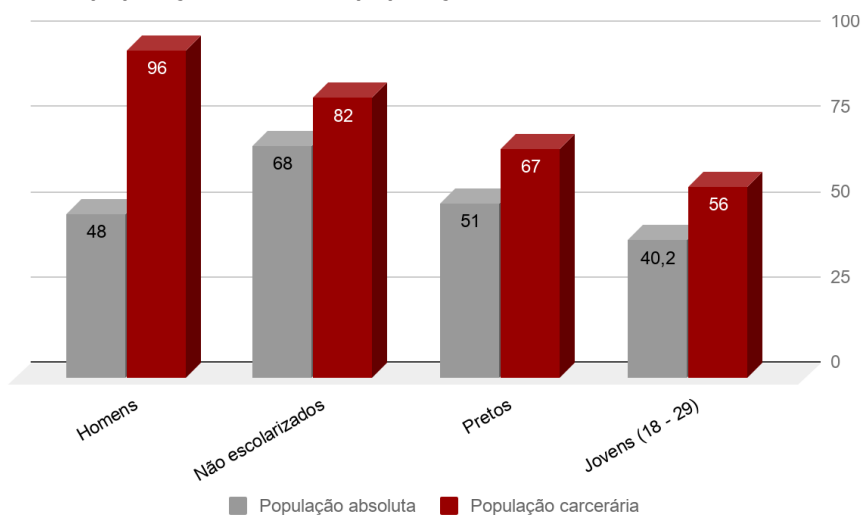
Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2017[2009]).

Conforme Wacquant (2001), o incremento de detentos paralelamente à instauração da hegemonia do pensamento neoliberal no Brasil ocorreu por meio do enxugamento das funções provisionais do Estado através do desmantelamento de instrumentos oriundos do *welfare state*; ou seja, o estabelecimento do Estado mínimo. Ou, ainda, de seu (des)uso como mecanismo de monitoramento do habitat do subproletariado na cidade; da guerra às drogas; do emprego do complexo prisional como meio de manutenção das discriminações racial e socioeconômica incidentes sobre os espaços de aglutinação de pobres. As elites estatais, portanto, a partir da adoção da ideologia do mercado total oriunda dos Estados Unidos, enxugaram as pautas socioeconômicas governamentais e intensificaram os discursos políticos em prol do reforço da segurança.

O perfil do encarcerado no Brasil condiz com a realidade segregadora do país: 67% dos encarcerados são pretos, enquanto 51% da população total do país são pretos; 92% dos presos não possuem ensino formal com-

pleto, enquanto 68% dos brasileiros não completou o ensino médio (BRASIL, 2010 e 2014). Não obstante, 56% dos indivíduos privados de liberdade têm entre 18 e 29 anos, e 96% são homens. Em relação ao contexto de liberdade, os jovens somam 40,2% da população total, e pessoas do gênero masculino compõem somente 48% do contingente populacional total brasileiro (BRASIL, 2010 e 2014).

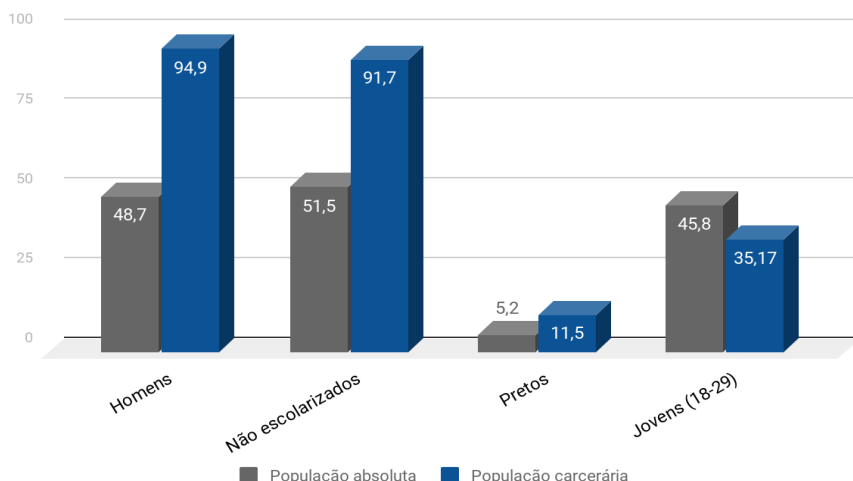
Gráfico 4. Brasil - Panorama demográfico - população absoluta x população carcerária - 2010 e 2016



Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2010 e 2016);

Já no Rio Grande do Sul, 94,9% dos encarcerados são homens (RIO GRANDE DO SUL, 2020), à medida que 48,7% do contingente populacional total do estado são homens (BRASIL, 2016). No que diz respeito à cor, enquanto 5,2% da população absoluta são pretos (BRASIL, *ibid.*), cerca de 11,5% dos presos são pretos (RIO GRANDE DO SUL, *ibid.*). Em se tratando do grau de instrução, 91,7% dos presos não possuem ensino formal completo (RIO GRANDE DO SUL, *ibid.*), enquanto 51,5% da população rio-grandense não completou o ensino médio (BRASIL, 2016). Em relação ao contexto de liberdade, os jovens somam 45,8% da população total do estado (RIO GRANDE DO SUL, *ibid.*), à medida que pessoas entre 18 e 29 anos compõem 35,17% do contingente populacional carcerário rio-grandense (BRASIL, *ibid.*).

Gráfico 5. Rio Grande do Sul - Panorama demográfico - população absoluta riograndense x população carcerária riograndense - 2016 e 2020



Fonte: Elaboração própria a partir de Brasil (2016) e Rio Grande do Sul (2020).

Percebe-se, entretanto, que, na capital gaúcha, já havia coincidência demográfica entre as populações carcerária e pobre desde os primórdios da implementação do assentamento inicial da cidade e que o neoliberalismo apenas intensificou o processo de punir os pobres por meio de seu enclausuramento e da omissão estatal de promoção de qualidades urbanas em seus locais de moradia, conforme descrito a seguir.

2 O ASSENTAMENTO INICIAL: SÉCULOS XVIII E XIX

Logo após a implementação do assentamento que ocasionou a formação da cidade de Porto Alegre (no final do século XVIII e até então denominado Porto dos Casais), no início do século XIX, houve distinção entre localização residencial de população abastada e populações subalternas, em conformidade com o padrão de urbanização português. Esse que, nas cidades litorâneas ou tangentes a corpos d'água, como o caso do aglomerado humano ao lado do Guaíba, distinguiu a cidade alta para os ricos e relegou a cidade baixa aos pobres em função da segurança estratégica e apazibilabilidade das áreas elevadas e da insegurança e insalubridade dos locais próximos à água (SOUZA e MÜLLER, 1997).

Na península onde ocorreu assentamento inicial, à medida que houve a expansão da aglomeração ao passo da sua elevação à capital provincial (1773) e, após, à cidade (1822); e à medida que Porto Alegre concentrou

a atividade comercial da província brasileira, houve a implementação dos estratos sociais elevados no divisor de águas da elevação que dividia o acidente geográfico ao meio: sítio que compreende atualmente as vias Duque de Caxias e Independência e entorno imediato voltado a norte, em função da apazibilidade imposta ao local dada a barreira geográfica que impedia a incidência do vento predominante, oriundo do sudeste (SOUZA e MÜLLER, 1997). Além disso, significativa quantidade de equipamentos públicos foram implantados nesse eixo de localização dos ricos.

Aos pobres eram dispostos os becos (travessas e vielas assim designadas em função de sua pejorativização, de acordo com Pesavento [1999]) e cortiços, locais de aglomeração de classes subalternas em construções deficitárias; áreas portuárias, sórdidas e insalubres em função da incidência de enchentes e umidade ascendente por meio da capilaridade do solo; e zonas periféricas, exteriores à aglomeração primeira, tais quais a Colônia Africana (atual bairro Rio Branco), a várzea da Redenção (atual Parque Farroupilha), o Areal da Baronesa/Ilhota (atual Cidade Baixa) e a Azenha (atual bairro de mesma nomenclatura), de acordo com Pesavento (1999 e 2004). Tais locais eram, ainda, territorialidades associadas à incidência da população preta porto alegreense e eram estigmatizados enquanto cinturões de pobreza, criminalidade e violência, em oposição à “verdadeira cidade”, interna à muralha de defesa (PESAVENTO, 1999). Esse discurso discriminatório teve raízes na elite positivista riograndense, que, no final do século XIX e início do século XX, administrava o estado da jovem república e interpretava os espaços carentes e/ou periféricos da cidade de Porto Alegre enquanto empecilhos ao progresso (PESAVENTO, 2004).

Enquanto isso, ainda no final do século XVIII, foi erigida a primeira edificação destinada ao enclausuramento de contraventores, na extremidade noroeste da península porto alegreense. Esse edifício, ainda, foi substituído na metade do século seguinte por outra edificação situada no mesmo local da original. O aparato condizia com uma das premissas do discurso político vigente, o dos bacharéis positivistas, que tratava de “regulamentar, disciplinar, controlar, vigiar, punir e excluir os personagens da contramão da ordem, as condutas indesejáveis e os espaços malditos da cidade” (PESAVENTO, 2004, p. 30).

O mapa 1, elaborado a partir de cartografia correspondente ao ano de 1839 que compreende a península de assentamento inicial de Porto Alegre, demonstra o local de confluência da população abastada, apazível, os locais de aglomeração de pobres (becos, áreas portuárias e cinturão de pobreza além-muralha) e alguns dos equipamentos públicos incidentes à época, tal qual a Casa de Detenção.

Mapa 1. Porto Alegre - Localização espacial das classes, do aparato punitivo e de equipamentos públicos - 1839



Fonte: Elaboração própria a partir de Porto Alegre (1839), Souza e Müller (1997), Pesavento (1999, 2004) e Koehler (2015).

Percebe-se, portanto, que desde os primórdios de Porto Alegre houve o atrelamento da população residente nos espaços de ablegação dos pobres urbanos aos transgressores enclausurados, em função da correlação dada por parte das narrativas de autoridade vigentes. Pesavento (ibid.) demonstra que o perfil majoritário dos detidos na Casa de Correção de Porto Alegre ao final do século XIX era preto ou pardo, do sexo masculino, jovem (entre 20 e 30 anos), analfabeto e desempregado ou em subempregos (tal qual o perfil majoritário do sistema carcerário brasileiro na atualidade).

De acordo com Pesavento (2004), a maior parte das ocorrências criminais à época (último quartil do século XIX) decorriam no 1º distrito da cidade (territorialização de 1892 correspondente ao centro fortificado), onde a desigualdade social era mais flagrante, e nos 2º e 3º distritos, que encerravam a área urbana no período e compreendiam bairros e arraiais (PESAVENTO, ibid.). Correspondiam a delitos leves e carregados de estigmatização por parte dos órgãos de regulamentação e controle e dos meios midiáticos de divulgação das infrações, à medida que, segundo as suas descrições, eram cometidas majoritariamente por “negros”, “mulatos”, “crioulos” e “pardos” (PESAVENTO, ibid.). Extrapolavam, ainda, os limites dos espaços estigmatiza-

dos e incidiam em áreas abastadas e consolidadas da cidade, tais quais a cidade alta e a rua da Praia, respectivamente, de acordo com Pesavento (ibid.).

O Mapa 2, elaborado a partir de mapa porto alegreense correspondente ao ano de 1888 e legislação correspondente ao ano de 1892, demonstra a transposição da aglomeração urbana para além dos limites anteriormente impostos pela muralha, a eclosão de arraiais e arrabaldes no entorno próximo e a territorialização em que incidiam a maior parte dos delitos na cidade, o 1º distrito. Enaltece, ainda, as primeiras aglomerações incidentes sobre o local de estudo correspondente à microescala, por meio da localização do arraial do Partenon.

Mapa 2. Porto Alegre - Localização espacial predominante dos delitos - 1888



Fonte: Elaboração própria a partir de Porto Alegre (1888 e 1892), Souza e Müller (1997) e Pesavento (1999, 2004).

3 PORTO ALEGRE DO INÍCIO DO SÉCULO XX

No limiar entre os séculos XIX e XX, Porto Alegre apresentava ocupação intensiva da península de constituição urbana primordial e, além disso, apresentava assentamentos dispersos e relativamente afastados da área central, mas a ela vinculados por meio dos caminhos (SOUZA e MÜLLER, 1997): o Arraial dos Navegantes, a norte, vinculado pelo Caminho Novo e pela Estrada do Moinhos de Vento; o Arraial de São Manoel, a nordeste, vinculado pela Estrada do Passo da Areia; o arraial de São Miguel, a leste, vinculado pelo Caminho do Meio, Estrada de Belém e Caminho do Mato Grosso; o arraial do Partenon, a sudeste, vinculado pela Estrada Mato Grosso; o arraial do Menino Deus, a sul, vinculado pela Estrada de Belém e Estrada da Cavallhada, além do Areal da Baronesa, atual Cidade Baixa, e área compreendida entre o Caminho do Meio e o Caminho dos Moinhos de Vento, atual bairro Bom Fim (PORTO ALEGRE, 1888). Esses espaços periféricos tornaram-se alternativas para a localização residencial dos pobres no espaço a partir do início do século XX, em função da menor disputa pelo solo dado o afastamento da região central e as políticas de branqueamento impostas pela elite ao centro urbano.

A partir do alastramento do espaço urbano ao longo do território em função da centralização da economia gaúcha no contexto da cidade e da industrialização, e a partir da abolição da escravatura em 1888, houve a incorporação do cinturão de pobreza ao contexto da cidade por meio desses arraiais. Porto Alegre, inclusive, foi a capital que recebeu maior contingente de negros libertos a partir da extinção do regime escravocrata (PESAVENTO, 2004). Entretanto, esses espaços de aglomeração de populações subalternas e principalmente seus habitantes mantinham status de mal vistos e malquistos à elite branca e ainda se situavam nos locais relegados pelos estratos sociais superiores (vide a Ilhota, área sujeita à inundações constantes e, por isso, insalubre).

Já no princípio do século XX, com a manutenção da hegemonia estadual por parte de elite que compartilhava dos ideais progressistas, higienistas e de branqueamento oriundos do positivismo, houve a implementação de regulamentações que acarretaram a irregularidade, clandestinidade e exclusão de pobres e de suas habitações dos serviços e equipamentos urbanos (ALFONSIN, 2000). São elas o Acto nº 66 (PORTO ALEGRE, 1909), o Código de Posturas Municipaes (PORTO ALEGRE, 1909) e o Regulamento Geral de Construções (PORTO ALEGRE, 1913), que exigiram burocracias inacessíveis à população carente à época para construir e/ou reformar edificações, proibiram a construção da tipologia habitacional cortiço (que apresentava 1.210 unidades na cidade em 1909, de acordo com Porto Alegre [2009]), e relegaram as habitações de madeira à periferia desprovida de saneamento, respectivamente (Alfonsin, *ibid.*).

Não obstante, a partir da importação de conceitos provenientes do urbanismo francês haussmanniano, houve a proposição do Plano Geral de Melhoramentos, ou Plano Maciel (em referência ao autor, o arquiteto-engenheiro João Moreira Maciel), em 1914. Essa proposta, guiada pelo trinômio trânsito, beleza e higiene, conforme Souza (1993), incidiu sobre locais de pobreza a partir da proposição de alargamento das vielas do centro da cidade (ou seja, os becos), da realização de aterros, praças e parques nas áreas tangentes ao Guaíba e de retificação do riacho (ALFONSIN, 2000). A maior parte dos seus preceitos, entretanto, foi implementada apenas entre 1924 e 1928, sob a administração municipal de Otávio Rocha. Para isso, houve desapropriação de diversos imóveis nas áreas central e ribeirinha (ALFONSIN, *ibid.*).

O mapa abaixo, desenvolvido a partir de produção cartográfica correspondente ao Plano Geral de Melhoramentos de 1914, denota a intenção do discurso hegemônico, pautado pela prerrogativa de expulsão das populações subalternas do centro da cidade, disfarçado através da proposição de modificação das áreas nas quais eles incidiam, por meio do alargamento, ajardinamento e embelezamento de vias que correspondiam aos becos, de retificação do riacho e transformação de suas margens e de alteração das áreas correspondentes à orla do Guaíba.

Mapa 3. Porto Alegre - Localização espacial dos pobres e incidência do Plano Geral de Melhoramentos - 1914



Fonte: Elaboração própria a partir de Porto Alegre (1914) e Koehler (2015).

Ou seja, ao passo da aplicação das ordens contidas no Plano Geral de Melhoramentos e de normas e procedimentos subsequentes que almejavam a higienização e, ardilosamente, a expulsão dos pobres da urbanização (o Regulamento Geral dos Serviços de Exgottos, de 1915 e o aumento da tributação dos cortiços desde 1916 até 1928, de acordo com Alfonsin {2000}), houve a remoção das populações subalternas do centro da cidade e adjacências. Assim, à medida que as regalias de um espaço propriamente urbanizado foram implantadas em locais outrora considerados periféricos e indesejados pelos estratos superiores, os pobres foram expulsos e forçados a habitar áreas cada vez mais distantes do centro urbano (arraiais e arrabaldes) para dar lugar ao aumento do contingente de população abastada dado o insuflamento do montante total de habitantes da cidade, que cresceu em 106.000 entre os anos 1900 e 1920 (de 73.000 para 179.000), de acordo com Brasil (2010).

4 DESLOCAMENTO INTRAMUNICIPAL DAS POPULAÇÕES SUB-ALTERNAS: 1920 - 1940

Esse processo de expulsão dos pobres das áreas mais favoráveis à ocupação residencial, ainda, repetiu-se paulatinamente ao longo do tempo na cidade de Porto Alegre. De acordo com Pesavento (1994), Souza e Müller (1997) e Weimer (1998), decorreu nas décadas de 1920 e 1930, com a dispersão dos residentes da Colônia Africana para a alocação de imigrantes judeus no bairro Rio Branco, na década de 1940, com a retificação do arroio Dilúvio e remoção de 12.000 habitantes pobres ribeirinhos e da Ilhota. Aos escorraçados, sobejou o deslocamento a áreas mais afastadas e menos munidas de benfeitorias.

Em 1931, a PMPA expandiu os limites do perímetro urbano da cidade e, com isso, aumentou a zona de incidência de tarifas derivadas da provisão de redes de infra estruturas básicas. Essa medida, aliada à ausência de políticas públicas habitacionais em prol da população de baixa renda (nicho esse que ficou sob o encargo da iniciativa privada), compeliu as populações desprovidas de condições financeiras às áreas mais longínquas nas quais esses impostos não eram reivindicados pelo poder público (ALFONSIN, 2000).

De acordo com Alfonsin (ibid.), cinco anos mais tarde, o prefeito Alberto Bins promulgou lei que regulamentou a construção de edificações para aluguel em anuência ao fenômeno rentista da época e possibilitou uma alternativa de moradia à classe operária nos confins de Porto Alegre, ao passo da manutenção de alíquotas exuberantes no que diz respeito à implementação de cortiços no centro da cidade. Essa política habitacional,

entretanto, não persistiu, em função do golpe de Estado de 1937.

No ano seguinte, em conformidade com o regime instaurado no país, políticas de controle acarretaram fortuitamente a produção urbana informal e a sua expansão a partir de então (ALFONSIN, *ibid.*). Ou seja, houve a eclosão da (auto)construção de assentamentos irregulares, sob a pauta da lógica da necessidade elucidada por Abramo (2007). E, apesar disso, o poder público optou por não abranger essas parcelas longínquas no que diz respeito ao alcance dos serviços públicos urbanos básicos.

Já na década de 1940, o poder público afrouxou os gravames impostos sobre os cortiços intra urbanos em função da interpretação de seu sucesso no que diz respeito à extinção dessa tipologia na área central da cidade e ingressou em transição que oportunizou a política habitacional em Porto Alegre. Apesar disso, houve a contínua ampliação da quantidade das vilas de maloca (desígnio dos espaços precários de confluência dos pobres urbanos) que, ao final da década somavam 15, localizavam-se majoritariamente na área central e contavam com 18.000 habitantes, conforme Medeiros (1947).

O mapa a seguir denota a territorialização da zona urbana conforme legislação de 1931 e a incidência de algumas das vilas de maloca ao ano de 1947.

Mapa 4. Porto Alegre - Zona urbana e vilas de maloca - 1930 a 1947



Fonte: Elaboração própria a partir de Porto Alegre (1931), Medeiros (1947) e Alfonsin (2000).

5 O PRIMEIRO PLANO DIRETOR, A CIDADE INVISIBILIZADA E A REALOCAÇÃO DE UNIDADE PRISIONAL: 1950-1959

De acordo com Alfonsin (2000), a partir da década de 1950, a PMPA inaugurou uma série de políticas habitacionais voltadas à provisão de domicílios às populações carentes: dentre elas, a inauguração do Departamento Municipal da Casa Popular, em 1952, organização embrionária do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), este que persistiu até a

atualidade. Proveu, de acordo com Porto Alegre (2009), moradias de baixo custo nas vilas São José, Batista Xavier, Sarandi, Santa Anita, Santa Tereza, São Borja, Carlos Barbosa e Santa Rosa. Entretanto, o massivo êxodo rural às regiões metropolitanas em função da busca por oportunidades laborais dada a conjuntura econômica brasileira de ascensão acarretou a expansão dos locais periféricos de localização residencial dos pobres: 3,89% da população da cidade residiam em malocas em 1952, e 9,83% em 1965 (WEINER, 2017). A população porto alegreense galgou a aproximadamente 640.000 habitantes em 1960: um aumento de praticamente meio milhão de habitantes em apenas 10 anos (BRASIL, 2010). Portanto, as políticas urbanísticas voltadas à densificação e verticalização das áreas centrais, aliadas à iniciativa governamental de provisão de habitação popular, foram insuficientes para dar conta de um aumento tão expressivo do contingente populacional municipal, causando assim a produção informal do espaço urbano.

Assim, em 1958, a administração municipal promulgou a lei nº 1.859 que, em contrapartida às políticas expulsórias de outrora, tinha como primazia a manutenção das unidades habitacionais existentes nas “vilas marginais” e a sua urbanização, a fim de promover o acesso aos serviços públicos básicos por parte das populações periféricas (saneamento, provisão de água potável e energia elétrica, implementação de escola primária, creche, unidade de saúde e equipamentos comunitários e esportivos), ainda estigmatizadas dada a denominação empregada para a sua descrição na legislação (o “marginal”), segundo Alfonsin (ibid.) e Pesavento (1998).

Entretanto, os tecnocratas da PMPA ignoraram a lei outorgada pelo prefeito e atuaram sobre o espaço urbano alheios às medidas de promoção de acesso aos pobres no que diz respeito às amenidades urbanas. A exemplo disso, o Plano Diretor de 1959 se restringiu à definição de zoneamento e regime urbanístico (em anuência ao urbanismo modernista) exclusivo às áreas centrais consolidadas. Ou seja, delegou atenção às áreas abastadas da cidade e deixou os pobres à mercê de seus próprios esforços, já que não atuou sobre os seus locais de moradia, na periferia (ALFONSIN, 2000).

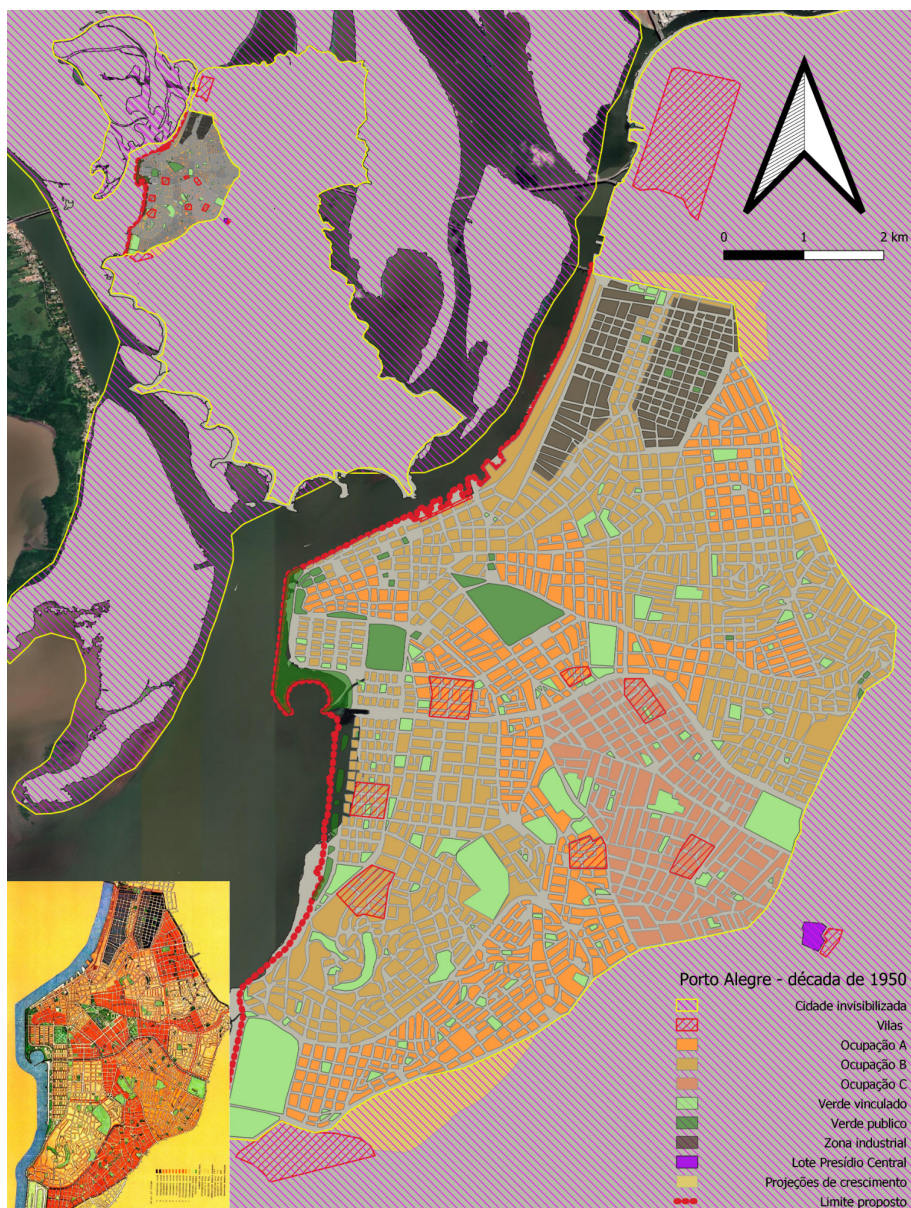
Enquanto isso, no mesmo ano de promulgação do Plano Diretor, houve o início da construção do Presídio Central de Porto Alegre (Cadeia Pública), que duraria mais três anos até a inauguração (em 1962), às margens do espaço urbano definido pelo projeto urbanístico e nas proximidades de vilas, tais quais a vila São José, a vila Santa Luzia e a vila Nossa Senhora da Conceição. A alteração do sítio de encarceramento de contraventores desde a península central à área periférica da cidade ocorreu em função de pressão popular em prol da realocação da unidade prisional para a promoção de segurança na área abastada (VARA, 2016). Ou seja, assim como ocorreu

a expulsão das populações subalternas em função de sua estigmatização, o mesmo se aplicou ao aparato punitivo, relegado pelos estratos superiores das proximidades de seus locais de moradia. Assim, o efeito NIMBY expressou-se pela primeira vez em se tratando da localização espacial de unidades prisionais em Porto Alegre.

O Presídio Central, intencionado como infra estrutura sofisticada que servisse de referência para as demais unidades prisionais rio grandenses à época, não foi concluído nas conformidades de seu projeto: apenas cinco pavilhões foram construídos, com uma capacidade de abrigar 660 detentos (DORNELLES, 2017[2008]).

O mapa a seguir, desenvolvido através de cartografia correspondente ao Plano Diretor de 1959, demonstra tanto o espaço urbano sobre o qual incidiu o projeto urbanístico, quanto a cidade invisibilizada (a periferia). Ainda, elucida algumas das vilas que ocorriam na cidade na década de 1950 e o local de inserção da nova unidade prisional, às margens da área de abrangência da legislação.

Mapa 5. Porto Alegre - Plano diretor, vilas, cidade invisibilizada e Presídio Central (Cadeia Pública) - Década de 1950



Fonte: Elaboração própria a partir de Porto Alegre (1959), Medeiros (1947), Alfonsin (2000) e Weimer (2017).

6 O PDDU, O AFASTAMENTO DOS POBRES E A CONFORMAÇÃO DA PERIFERIA ATUAL: 1964-1986

De acordo com Alfonsin (2000), a partir da instauração do regime militar, em 1964, houve a unificação e centralização de políticas habitacionais urbanas na esfera federal, o que acarretou a ampliação dos espaços periféricos/carentes na cidade de Porto Alegre por pelo menos duas décadas (1960-1980), ao passo da incapacidade de atendimento às necessidades da completude da população de baixa renda. E, ainda, na maioria dos casos em que houve a provisão de habitações populares, principalmente por parte do Banco Nacional da Habitação (BNH) através da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS) e do DEMHAB, as unidades foram inseridas nos confins do município de Porto Alegre, como na Restinga e Rubem Berta, em conformidade com as medidas segregatórias de até então.

A exemplo do insuflamento dos locais de ablegação de pobres urbanos, Porto Alegre (1973) elucidou a existência de 124 assentamentos urbanos irregulares no ano de 1973 no espaço municipal. Ou seja, um crescimento de 549% desde o início da década de 1950 (PORTO ALEGRE, *ibid.*), o que correspondeu a um aumento percentual 4,5 vezes maior do que o aumento do contingente populacional total da cidade no período, de 120%. Das 20.161 moradias que situavam-se em vilas no início da década, apenas 1.574 localizavam-se em bairros centrais (7,8%) e 18.587 nas periferias (92,2%), o que atesta o sucesso das políticas de expulsão dos estratos superiores da zona privilegiada municipal.

À época da promulgação do I Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), em 1979, as mazelas impostas aos pobres urbanos porto alegrenses persistiam, apesar das tentativas de arrefecimento propostas por parte do Estado até então, que se provaram insuficientes para promover o direito à cidade às populações subalternas e, ainda, intensificaram a dificuldade de acesso às amenidades urbanas.

A inclusão dos espaços carentes/periféricos ocorreu pela primeira vez em ordenamentos urbanísticos através da delimitação de “Áreas de Recuperação Urbana” (ARU) nesse plano, que também garantiu ineditismo por meio da abrangência da totalidade do território municipal. Essas Áreas de Recuperação Urbana tratavam da espacialização de locais que mereciam renovação e recuperação urbanística, tais quais

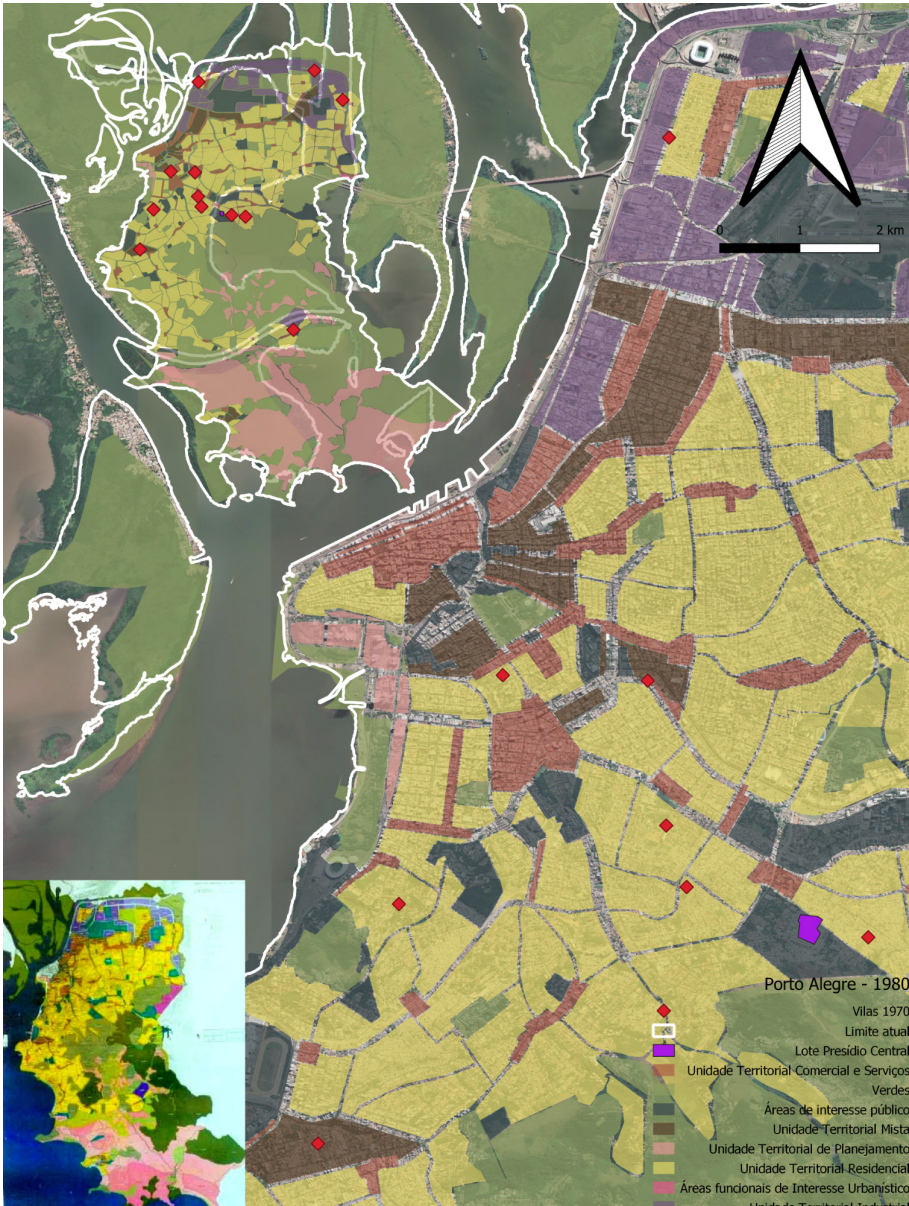
I - núcleos habitacionais carentes de estrutura de equipamentos urbanos; II - núcleos decorrentes de parcelamento clandestino do solo ou irregulares, incompletos, abandonados ou carentes de equipamentos urbanos; III - núcleos deteriorados de sub-habitação; IV - áreas de densidade po-

pulacional rarefeita ou excessiva (PORTO ALEGRE, 1979)

No entanto, raras foram as aplicações dessa territorialização ao longo dos 20 anos de vigência do PDDU (Alfonsin, 2000): por meio de pesquisa no Sistema Integrado de Referência Legislativa (SIREL) e a partir de Porto Alegre (1979), houve a observação de implementação desse recurso exclusivamente no sul do bairro Mário Quintana à época da promulgação da legislação urbanística (PORTO ALEGRE, 1979) e na vila Chácara do Banco, na Restinga, em 1987 (PORTO ALEGRE, 1987).

O mapa a seguir denota a incidência dos zoneamentos correspondentes ao PDDU na totalidade do município de Porto Alegre, assim como o afastamento das vilas das áreas centrais da cidade em comparação aos períodos anteriores.

Mapa 6. Porto Alegre - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, vilas e Presídio Central (Cadeia Pública) - 1973 e 1979



Fonte: Elaboração própria a partir de Porto Alegre (1973 e 1979) e Weimer (2017).

O PDDU foi a primeira ordem legislativa que tratou detalhadamente da produção do espaço urbano na contiguidade cidade-prisão. Ou seja, decorridos dois séculos desde a fundação da cidade (1772), cerca de um século desde a ocupação mais abrangente do sítio de estudo (através da conformação do arraial do Partenon) e 65 anos desde o primeiro plano incidente no município (o Plano Geral de Melhoramentos, em 1914), houve projeto que esmiuçou as premissas urbanísticas para o entorno da unidade prisional. O entorno imediato do aparato punitivo foi categorizado como Unidade Territorial Funcional (UTF) 17 e “Área Funcional de Interesse Público”, incluído numa territorialização mais abrangente que definia a região como “Unidade Territorial Seccional Intensiva” (UTSI) 37, limite sudeste da área urbana. O plano dispôs que a UTF-17, lindeira à prisão, seria destinada à criação de parques e praças, conforme o artigo a seguir:

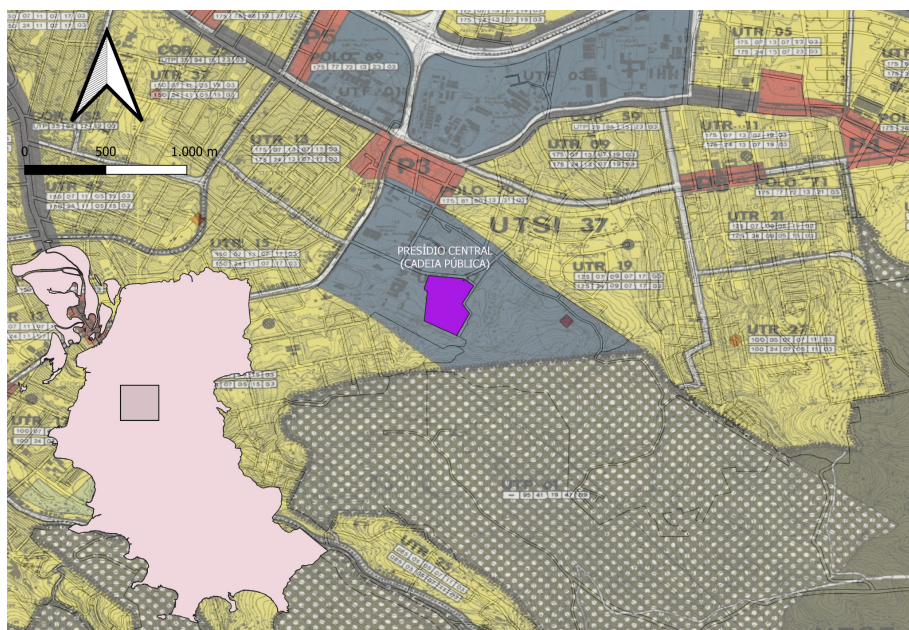
Art. 253. As Unidades Territoriais Funcionais 05, 15, 17, 23 e 25 são destinadas, no Primeiro Plano-Diretor de Desenvolvimento Urbano, para utilização pública na forma de parque e praças (PORTO ALEGRE, 1979).

A sul da UTF-17, no limiar entre área urbana e rural, foi disposta a UTF-01, uma “Área Funcional com Potencial de Reserva Ecológica” (PORTO ALEGRE, 1979) e a “Unidade Territorial de Planejamento” (UTP) 03, uma Área Funcional com Potencial de Reserva Biológica”, pois compreendem parcela da cadeia de morros graníticos da cidade de Porto Alegre que, por sua vez, concentra porção importante da vegetação nativa do município e também dispõem de diversas nascentes.

A norte, na área urbana, foram dispostas as “Unidades Territoriais Residenciais” (UTR) 05, 07, 09, 11, 19, 21, 25 e 29. E, ainda, os “Pólo de Comércio e Serviços” (P) 3, 4 e 5 e a UTF-03.

O PDDU, portanto, por meio do zoneamento de usos, impôs restrições quanto à ocupação do entorno da unidade prisional: procurou refrear a expansão da periferia em direção aos morros de Porto Alegre, na direção meridional, e, principalmente, coibir a ocupação residencial do espaço próximo ao presídio. No entanto, não obteve sucesso, ao passo do aumento constante da demanda por moradias por parte da população de baixa renda e a ausência de políticas habitacionais estatais concisas. Assim, houve a promoção de espaços urbanos auto construídos e/ou irregularmente loteados (Alfonsin, 2000) e, no fim das contas, a expansão da área urbana em detrimento à conservação do ecossistema presente nesses acidentes geográficos e à manutenção de diretrizes relacionadas à segurança pública.

Mapa 7. Porto Alegre - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano no entorno do Presídio Central (Cadeia Pública) - 1979



Fonte: Elaboração própria a partir de Porto Alegre (1979);

Coincidindo com o ano de instituição do PDDU, de acordo com Alfonsin (2000), houve a instauração de lei federal que coibiu a ação de loteadores irregulares, inclusive criminalizando o parcelamento do solo sem a ciência do poder público e impedindo a construção de edificações em tais glebas, a contragosto da população pobre que já havia adquirido lotes em tais locais e que crescia vigorosamente. Em 1986, portanto, a administração municipal promulgou lei que permitiu a regularização dessas áreas desde que adquiridas previamente à instauração da regulamentação de nível nacional. Porém, novamente não houve usufruto dessa legislação em função de sua escassa aplicação ao longo dos espaços carentes/periféricos municipais (ALFONSIN, 2000).

Em se tratando do Presídio Central, cuja nomenclatura já tinha sido alterada para Cadeia Pública de Porto Alegre em decorrência da promulgação da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), havia indícios de precariedade que já enalteciam a similaridade em termos do tratamento por parte do Estado em relação aos pobres e aos presos: enquanto a capacidade estrutural da unidade prisional manteve-se em 660, a sua ocupação excedia o triplo desse montante (DORNELLES, 2017 [2008]).

7 CONSTITUIÇÃO, LEI ORGÂNICA, PDDUA E ATUALIDADE: 1988-2021

A partir da Constituição Federal de 1988 surgiram iniciativas promissoras no que diz respeito à regularização fundiária dos assentamentos irregulares urbanos, ao usucapião e ao desestímulo da especulação imobiliária por meio da posse de vazios urbanos ociosos; fatores esses que promoveram maior acesso ao solo urbano por parte das populações pobres (ALFONSIN, 2000). Em Porto Alegre, especificamente, esse processo foi entabulado dois anos depois, por meio da Lei Orgânica de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 1990). O código, junto a outros de mesmo cunho, promulgados em 1993 e 1994, promoveu a urbanização e regularização fundiária de inúmeras vilas da cidade por meio da promoção do direito à cidade, tais quais vila Brasília, vielas no bairro Vila Jardim, Jardim Carvalho, Bom Jesus, Chácara das Pedras (PORTO ALEGRE, 1996).

Em 1995, ainda, a PMPA, em prelúdio a instituição do PDDUA, alterou o PDDU a fim de substituir as “Áreas de Recuperação Urbana” pelas “Áreas Especiais de Interesse Social” (AEIS). A regulamentação foi fundamental para o progresso da regularização fundiária no município, conforme Alfonsin (2000). Tanto que, permanece até a atualidade a territorialização das AEIS's, expressas no PDDUA outorgado em 1999 e atualizado em 2010, enquanto zoneamento dos assentamentos irregulares, que necessitam de regimes jurídico-urbanísticos específicos.

Entretanto, essas regulamentações também não foram suficientes para arrefecer a desigualdade inerente ao espaço urbano e a subsequente produção dos espaços periféricos/ carentes; ainda mais a partir da década final do século XX, em que houve a adoção do modelo político-econômico neoliberal por parte do Brasil e a atenuação dos aspectos provisionais estatais. Atualmente, Porto Alegre conta com 484 vilas, que compreendem 74.309 moradias e 289.805 habitantes (PORTO ALEGRE, 2009). Percebe-se, a partir do mapa a seguir, que a grande maioria dessas vilas encontram-se em AEIS's; ou seja, aguardam ou estão em processo de regularização fundiária.

**Mapa 8. Porto Alegre e contiguidade cidade-prisão -
Incidência de vilas e AEIS's - 2010 e 2013**



Fonte: Elaboração própria a partir de Porto Alegre (2010 e 2013).

E as mazelas impostas aos encarcerados na Cadeia Pública também intensificaram-se ao longo dos anos, tanto que o objeto técnico foi caracterizado como o pior com tal função no país pela Comissão Parlamentar de Inquérito que tratou do sistema carcerário (BRASIL, 2017): apesar da inclusão de novas alas e edificações destinadas à manutenção dos presos, a precariedade da infraestrutura é atestada principalmente em função da sua superlotação. Enquanto a capacidade estrutural ascendeu a 1824 na atualidade, a população carcerária elevou-se a 3492 (RIO GRANDE DO SUL, 2021). Ou seja, a Cadeia Pública possui taxa de ocupação de 191,4%, superior à média brasileira em 30 pontos percentuais e à média rio grandense em 35 pontos percentuais. Ou seja, caso fosse um município, a unidade prisional corresponderia ao 345º município mais populoso do Rio Grande do Sul, de um total de 497 (Brasil, 2010).

Dentre os presos, 42,2% são sentenciados ao regime fechado e 57,7% estão encarcerados em regime provisório (RIO GRANDE DO SUL, 2013). Além disso, 92,7% não completaram o ensino formal; 34,6% possuem entre 18 e 24 anos e 65,17% são adultos (enquanto Porto Alegre possui 26,1% de jovens e 58,9% de adultos, de acordo com Brasil [2010]); 40,3% são pretos ou pardos (RIO GRANDE DO SUL, *ibid.*), à medida que apenas 16% da população porto alegreense são autodeclarados pretos ou pardos (BRASIL, 2010).

Ou seja, a Cadeia Pública, em anuência à totalidade do sistema carcerário brasileiro, pune a população cujo perfil demográfico se assemelha à representação majoritária dos pobres da cidade.

E não é só isso. A unidade prisional conta com esgoto a céu aberto e, do seu contingente encarcerado, que já beirou os 5 mil habitantes, apenas 11,6% trabalham e 3,3% estudam (RIO GRANDE DO SUL, 2013). Em função dessa precariedade, diversos discursos políticos eclodiram desde a década de 1990 a fim de demolir o objeto técnico e realocar a população carcerária. O governo estadual mencionou desativá-lo 4 vezes e, inclusive, iniciou a sua demolição em 2014, a partir da demolição do pavilhão “C” e subsequente redução da capacidade de engenharia. Entretanto, até o final desta pesquisa, a Cadeia Pública ainda operava sob essas condições desumanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em se tratando de Porto Alegre, a Cadeia Pública foi erigida justamente à época em que surgiram discursos repelentes ao objeto técnico de mesma finalidade que a antecedeu: a Casa de Detenção, que localizava-se na península central porto alegreense, era reprovada pelos habitantes dessa área abastada de Porto Alegre e, por isso, acarretou a eclosão de discursos relacionados ao fenômeno NIMBY. Assim, a nova unidade prisional foi inserida às margens da área urbana de então, aonde os pobres também eram banidos em função das políticas segregatórias que incidiam sobre o espaço da cidade e onde ainda se situam majoritariamente, em função da ausência de promoção de políticas públicas de habitação social nas áreas centrais. Essas áreas marginais funcionam como alternativa de acesso (por mais que irregular) à terra urbana por parte da população subalterna em função da desambição de sua ocupação pelos estratos superiores dada a ausência de amenidades e/ou a distância excessiva em relação a elas e, especificamente à contiguidade cidade-prisão, devido à estigmatização do espaço lindeiro à unidade prisional enquanto local de manifestação da criminalidade violenta.

Associou-se a contiguidade cidade-prisão porto alegreense, portanto, a sítio impróprio para desenvolvimento de capitais por parte das classes populares residentes em função da ausência de políticas públicas estatais de integração social e da atuação desenfreada do mercado como principal mecanismo de regulação do uso do solo urbano, o que pode ser entendido como fator de retroalimentação do isolamento social dos pobres.

Essas dificuldades de acumulação de capital se expressam principalmente nas periferias, em detrimento ao centro abastado, em função do

fenômeno da segregação socioespacial. Segregação essa que foi ora difundida e ora permitida pelo Estado. Ou seja, houve a promoção de políticas de higienização e branqueamento que repeliram as populações subalternas do centro da cidade, primeiramente. Após, houve o reconhecimento anacrônico da ocorrência de locais de confluência de pobres na periferia e, por fim, a demorada implementação de políticas de provisão de moradia e inserção de qualidades características ao espaço urbano formal nas áreas informais, cujo insucesso persiste até a atualidade por decorrência do investimento diminuto voltado à promoção de habitação e urbanização.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. A cidade com-fusa: a mão inexorável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v.9, n. 2, nov. 2007.
- ABRAMOVAY, R. Do NIMBY ao NOPE. *Estudos Avançados*, 21(59), 380-382. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.
- ALFONSIN, B. *Da Invisibilidade à Regularização Fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- BOURDIEU, P. *Efeitos do Lugar*. in A Miséria do Mundo. Petrópolis: Editora Vozes, 2008 [1993].
- _____. CPI - Sistema Carcerário Brasileiro - Relatório final. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.
- _____. Infopen: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.
- _____. Infopen: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2016. Disponível em: <<http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>. Acesso em: 04 out. 2018.
- BULLARD, R. *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*. San Francisco: Westview Press, 1990.
- CENTRAL. Tatiana Sager/Renato Dornelles. Porto Alegre: Panda Filmes, 2017. 1h15min.
- CESAR, T. A (in)salubridade do cárcere e outras *causa mortis* na Casa de Correção de Porto Alegre, 1855-1888. in *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*,

22. Manguinhos: COC/Fiocruz, 2015.
- DORNELLES, R. *Falange gaúcha*. Porto Alegre: RBS publicações, 2017 [2008].
- GRAVANO, A. *¿Vecinos o ciudadanos? El fenómeno Nimby: participación social desde la facilitación organizacional*. Revista De Antropologia, 54(1). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- KAZTMAN, R. *Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos*. Revista de la Cepal. v. 75. dez. 2007.
- KOEHLER, A. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.
- LANZETTA, M. *Gestión metropolitana de residuos industriales peligrosos en Buenos Aires*. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 1998.
- MEDEIROS, L. Entrevista sobre vilas de malocas. Jornal do Dia, Porto Alegre, 13 de fevereiro de 1947.
- PESAVENTO, S. Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do século XIX. *Estudos ibero-americanos*. Porto Alegre. Vol. 30, n. 2 (dez. 2004), p. 27-37.
- _____. Lugares Malditos: a cidade do outro no sul brasileiro. in *Revista brasileira de história*. São Paulo. Vol. 19, n. 37 (1999), p. 195-216.
- PICCININI, L. *A flexibilidade dos padrões habitacionais e urbanísticos e as formações sócio-espaciais informais*. Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- PORTO ALEGRE. *Acto 7*. Porto Alegre: RMPA, 1892. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/Ato%207%201892.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- _____. *Acto 66*. Porto Alegre: PMPA, 1909.
- _____. *Atto 160*. Porto Alegre: PMPA, 1909. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?u=/netahtml/sirel/avancada.html&p=1&r=1&f=-G&d=ATOS&l=20&n=-DATA&s1=&s2=&s3=&s4=&s5=@data%3E19860101+%3C19890101&s6=%C1rea+de+recupera%E7%E3o+urbana>>. Acesso em 10 jun. 2021.
- _____. *Código de Posturas Municipaes*. Porto Alegre: PMPA, 1909.
- _____. *Decreto 220*. Porto Alegre: RMPA, 1931. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/1931/22/220/decreto-n-220-1931-retifica-os-limites-da-zona-urbana-constantas-do-decreto-n-115-de-15-de-dezembro-de-1927>>. Acesso em 10 jun. 2021.

- _____. *Diagnóstico evolutivo das subabitações no município de Porto Alegre*, RS. Porto Alegre: PMPA-DEMHAB, 1973.
- _____. *Plano Diretor*. Porto Alegre: PMPA, 1959.
- _____. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano*. Porto Alegre: PMPA, 1979.
- _____. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental*. Acesso em: 10 jun. 2021.
- _____. *Plano Geral de Melhoramentos*. Porto Alegre: PMPA, 1914.
- _____. *Plano Municipal de Habitação de Interesse Social*. Porto Alegre: DEMHAB-PMPA, 2009.
- _____. *Regulamento Geral de Construções*. Porto Alegre: PMPA, 1913.
- _____. *Relatório apresentado pela Câmara Municipal*. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Porto Alegre: PMPA, 1952.
- RIO GRANDE DO SUL. Ação é ajuizada para buscar solucionar problemas de superlotação e de facções do presídio central. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/43066/>>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- _____. *Mapa de Porto Alegre de 1839 por L. P. Dias*. Porto Alegre: Acervo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1839.
- _____. *Mapa de Porto Alegre de 1888 por João Cândido Jacques*. Porto Alegre: Acervo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1839.
- _____. *Relatório: população carcerária - Presídio Central de Porto Alegre*. Porto Alegre: SUSEPE - Superintendência de Serviços Penitenciários do RS, 2013. Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1358451878_Pres%C3%ADdio%20Central%20de%20Porto%20Alegre.pdf>. Acesso em 10 jun. 2021.
- SCHAPIRA, M-F. Segregação, fragmentação, secessão: a nova geografia social de Buenos Aires. *Novos Estudos*, p. 169-182, n. 56, mar. 2000.
- SOUZA, C. *Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.
- SOUZA, C; MÜLLER, D. *Porto Alegre e sua evolução urbana*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.
- VARA, D. Conheça a história da Casa de Correção, antigo presídio da Capital. *Jornal Zero Hora*. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2016/07/conheca-a-historia-da-casa-de-correcao-antigo-presidio-da-capital-6280321.html>>. Acesso em 10 jun. 2021.

- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Estúdio Nobel, FAPESP, 2009.
- WACQUANT, Loïc. A aberração carcerária à moda francesa. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 47, nº2. Rio de Janeiro, p. 215-232, 2004.
- _____. *As Prisões da Miséria*. Paris: Raisons d'Agir., 1999.
- _____. *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- _____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- WEIMER, G. *A Arquitetura*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.
- WEIMER, R. Análise da constituição racial da população de duas vilas de malocas no início da década de 1950 e início da década de 1960. Texto apresentado no 8º *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

Submetido em 09/09/2021

Aceito em 09/12/2021

CRUZANDO PORTO ALEGRE - UM ESTUDO DA MODERNIDADE URBANA DE PORTO ALEGRE ATRAVÉS DA OBRA “CAMINHOS CRUZADOS” DE ERICO VERÍSSIMO

CROSSING PORTO ALEGRE - A STUDY OF THE URBAN MODERNITY OF PORTO ALEGRE THROUGH THE WORK “CAMINHOS CRUZADOS” BY ERICO VERÍSSIMO

Débora Grando Schoffel¹
Daniela Marzola Fialho²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar a modernidade urbana e as mudanças da cidade de Porto Alegre através dos Romances de Urbanização, compreendendo a Literatura como fonte privilegiada. Especificamente com o uso da obra “Caminhos Cruzados” publicada por Erico Verissimo no ano de 1935, considerada uma das obras pioneiras que representam o romance urbano em todo o Brasil, a obra tem como cenário de seu enredo a capital gaúcha. O final da década de 30 no Rio Grande do Sul está marcado pelo crescimento da população urbana e como consequência deste crescimento as questões de saúde pública demandavam aten-

1 Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (2014). Especialista em Territórios Colaborativos pela ICS e ISCTE de Lisboa. Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, sob orientação da Prof. Dra. Andrea Soler Machado escreveu como bolsista CAPES a dissertação intitulada “Os Ratos e Os Rastros: a construção da realidade urbana através das palavras.” Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Planejamento Urbano e Regional/UFRGS, área de concentração Cidade, Cultura e Política, sob orientação da Prof. Daniela Marzola Fialho. Integra o grupo de pesquisa GEDURB/PROPUR. Trabalhou como Professora na Universidade de Passo Fundo e atualmente faz parte da equipe de arquitetos da ArqAtualiza.

2 Graduada em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - (1989), Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS (1999). Doutora em História pela PPG/História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010), sob a orientação no início da Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento e no final da Profa. Dra. Susana Bleil de Souza. Realizou estágio de doutoramento no exterior com bolsa da CAPES -PDDE- (2006-2007) na EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, sob a orientação do Prof. Dr. Jacques Leenhardt. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) com mandato de 26/11/2013 a 31/03/2016. Realizou Pós-Doc (2018-2019) junto a EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, sob a orientação do Prof. Dr. Jacques Leenhardt. Atualmente é professora associada 2 na Faculdade de Arquitetura e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro pesquisador e Coordenadora da Mapoteca do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: história urbana, cartografia urbana, planejamento urbano, políticas públicas, arquitetura e política sindical.

ção, pois o acesso ao saneamento urbano adequado era precário, bem como a capacidade da população em circular pela cidade além de que os limites da cidade estavam sendo ampliados através da venda de terrenos em novas áreas. A obra a ser estudada trata de como se entrelaçam as vidas de seis famílias, sendo três delas integrantes da alta sociedade as outras três representantes da classe trabalhadora, todas residindo em Porto Alegre. Pretende-se compreender em que regiões da capital habitavam -entre o Bairro Moinhos e o Centro Histórico -e de que maneira estes mesmos personagens circulavam pela cidade. Relacionando as informações pinçadas do romance escrito por Erico Verissimo com os dados históricos da capital para que se possa compreender como modernidade urbana da cidade foi incorporada pela população de Porto Alegre.

Palavras-Chave: Modernidade urbana. Porto Alegre. Erico Verissimo.

ABSTRACT

The present work aims to study the urban modernity and changes in the city of Porto Alegre through Urbanization Romances, understanding Literature as a privileged source. Specifically with the use of the work "Caminhos Cruzados (Crossed Pathes)" published by Erico Verissimo in 1935, considered one of the pioneers works that represents the urban novel throughout Brazil, the work has the state capital as the scenario of its plot. The end of the 1930's in Rio Grande do Sul is marked by the growth of the urban population and, as a result of this growth, public health issues demanded attention, as access to adequate urban sanitation was precarious, as well as the population's ability to move around the city beyond that the city limits were being expanded through the sale of land in new areas. The book to be studied deals with how the lives of six families intertwine, three of which are members of high society and the other three representatives of the working class, all residing in Porto Alegre. It is intended to understand in which regions of the capital they lived -between Moinhos and the Historic Center -and how these same characters circulated around the city. Relating the information taken from the novel written by Erico Verissimo with the historical data of the capital so that it is possible to understand how urban modernity of the city was incorporated by the population of Porto Alegre.

Keywords: Urban Modernity. Porto Alegre. Erico Verissimo.

INTRODUÇÃO

Para se conhecer um pouco mais do romance, em análise no presente artigo, é preciso compreender um pouco a história de seu escritor - Erico Verissimo. Suas obras mais celebradas situam-se na considerada terceira fase de sua literatura, a epopeia literária *O Tempo e o Vento* (1949-1961), romances que descrevem a história do Estado do Rio Grande do Sul desde sua colonização. Entretanto, pode se destacar a importância de seus primeiros romances, como *Clarissa* (1933), *Caminhos Cruzados* (1935) e *Olhai os Lírios do Campo* (1938), pois a partir da leitura destes romances pode-se perceber o processo de modernização da cidade de Porto Alegre e como esse afetou

seus habitantes.

Caminhos Cruzados aborda cinco dias da semana descritos através do olhar de múltiplos personagens que pertencem a várias camadas sociais da população de Porto Alegre. O romance cria uma imagem de entremeio, na qual as personagens de um núcleo mais abastado convivem e entrelaçam-se com as personagens de um núcleo mais simples.

A compreensão do fenômeno de modernidade urbana de uma cidade aponta como contexto “a transformação física da cidade voltada aos progressos e aos avanços tecnológicos de uma época” (SOUZA, 2008, p. 15). Optou-se, para melhor compreensão do que pode ser “lido” no romance *Caminhos Cruzados* dividir a cidade em três áreas -a zona dos subúrbios, a zona do Moinhos de Vento e a zona central. A partir desta divisão poder-se-á compreender as nuances da modernidade urbana da capital gaúcha através da visão dos personagens de Erico Verissimo.

1 ERICO VERISSIMO

Erico Lopes Verissimo nasceu em Cruz Alta, no dia 17 de dezembro de 1905, e faleceu no dia 28 de novembro de 1975. Sua extensa obra começa a ser publicada na década de 30 e teve sua última obra publicada postumamente em 1976.

O autor teve meningite na infância, o que fez com que ele se recolhesse e buscasse diversão na leitura e no estudo. Ainda criança foi mandado para estudar em um internato em Porto Alegre, mas devido ao divórcio entre seus pais, por volta dos dezesseis anos, retorna para o interior do Estado, onde acaba aceitando um emprego simples, para ajudar a pagar as contas da casa:

Em Cruz Alta, de volta de Porto Alegre, onde cursava o Colégio Cruzeiro do Sul interno. Exatamente no dia em que cheguei à casa de meus sonhos, das minhas fantasias e da minha saudade, meu pai e minha mãe se separaram. Caí num estado de profunda depressão, decidi abandonar o curso ginasial inacabado e começar logo a trabalhar. E naquele resto de dezembro eu me preparei masoquisticamente para um Natal triste. Evitei os amigos. Fugi às festas. Entreguei-me a verdadeiras orgias de autocomiseração. Aceitei um emprego, com um salário ínfimo, no armazém duma firma que fornecia gêneros alimentícios para a guarnição federal da cidade (VERISSIMO, 2011, p. 18).

Após sair do armazém Verissimo passa a trabalhar em um banco, emprego no qual o escritor relata que sua inaptidão com números ficou muito escancarada, pelos inúmeros erros nos livros de contabilidade. Em virtude disso é nomeado como Chefe da Carteira de Descontos. O autor descreve que um de seus orgulhos “era o de saber escrever a máquina com os dez dedos e depressa, sendo assim capaz de fazer um memorando por minuto, desses em que o banco pede a tal e tal firma que venha resgatar uma duplicata vencida” (VERISSIMO, 2011, p. 20).

De bancário passa a boticário. Erico Verissimo narra que passava as tardes dividido entre três mundos. O primeiro da venda dos medicamentos. O segundo da literatura - lia romances escorado ao balcão da farmácia enquanto não haviam fregueses. E o terceiro era o da paixão pela filha do italiano que morava em frente a farmácia. Enquanto trabalha como boticário Erico tem seu primeiro conto publicado na revista *Globo*, intitulado *Ladrão de Gado*. Verissimo conta que nesse período retornava à Porto Alegre sempre que o dinheiro permitia, pois gostava muito de ir ao cinema e ver as novidades na cidade.

A virada do ano de 1929 para 1930 foi um período muito delicado na vida do autor, logo após pedir a mão de sua namorada em casamento:

[A] farmácia foi à bancarrota. Deflagrou-se a Revolução de Outubro, que levaria Getúlio Vargas ao poder. Olhei-a com cética desconfiança. Não, me candidatei a centauro dos pampas. Estava falido, sem vintém no bolso: sem profissão certa... e noivo. Decidi então abandonar minha cidade natal e mudar-me para a então pouco querida Porto Alegre. (os olhos tristes de minha mãe!). Prometi ao futuro sogro e à noiva que tão logo encontrasse um emprego na capital do estado, eu me casaria com a moça. O “velho” Volpe deu-me um crédito de confiança emprestando-me sua máquina de escrever portátil, já que eu pretendia continuar fazendo literatura, talvez um dia como profissão (VERISSIMO, 2011, p. 25).

Observa-se que apesar de grandes problemas Erico Verissimo nunca abandonou seu amor pela leitura e nem pela escrita. Verissimo relata que passou cerca de um ano -entre 1930 e 1931 -palmilhando a capital gaúcha na procura de um emprego o qual fosse capaz de fornecer sustento para ele e sua potencialmente crescente família, já que estava noivo. Descreve uma situação em que fala com Moysés Vellinho na não proveitosa procura de uma vaga de emprego na secretaria de Oswaldo Aranha (VERISSIMO, 2011, p. 26). Sua sorte vira quando se encontra com Mansueto Bernardi e lhe é

ofertada a vaga de editor da revista do Globo (VERISSIMO, 2011, p. 26 e 27).

No ano de 1932, Verissimo cria coragem e pede a Henrique Bertaso para publicar o seu primeiro livro, tratava-se de uma coletânea dos contos que Verissimo já havia publicado na revista - a obra intitulou-se *Fantoches*. A coletânea não foi muito bem recebida pela crítica, e apesar da elevada quantia de críticas negativas algumas publicações de elogios fizeram com que Verissimo se mantivesse na estrada autoral (VERISSIMO, 2011, p. 34). No ano seguinte publicaria *Clarissa*, romance que foi bem aceito pela crítica e em seguida *Música ao Longe*.

Em 1935, após passar oito meses traduzindo o romance *Contraponto* de A. Huxley, Verissimo lança o romance *Caminhos Cruzados*. Segundo ele, a crítica vê muita semelhança entre o formato da escrita de Huxley, entretanto o autor relata que, nesse romance, teve outras inspirações, como: *Manhattan Transfer* de John dos Passos e *Moedeiros Falsos* de André Gide (VERISSIMO, 2011, p. 39). A obra que impulsionou a carreira de escritor de Erico Verissimo foi *Olhai os Lírios do Campo*, lançado no ano de 1938, este romance ganhou proporções nacionais e esgotava-se imediatamente na chegada às livrarias.

Na década de 40, devido a problemas com a censura política do Estado Novo, mudou-se duas vezes com a família para os Estados Unidos da América, a primeira no ano de 1941, quando ficou cerca de 3 meses e a segunda no ano de 1943 quando permaneceu por 2 anos. Neste período fora de sua terra natal escreveu dois romances baseados na vida de forasteiro. Em seu retorno ao Brasil publica, o que a crítica reconhece atualmente como sua obra prima, a epopeia *O Tempo e o Vento* dividida em três livros: *O Continente*, *O Retrato* e *O Arquipélago*. A obra totaliza cerca de 2,2 mil páginas, nas quais o escritor retrata a história da formação do Estado do Rio Grande do Sul.

A obra de Erico Veríssimo, escritor reconhecido como um dos principais escritores modernistas brasileiros (APPEL, 1983)³, não carrega apenas a literatura em si, o autor era capaz de expressar através de seus escritos informações fantásticas sobre a realidade da população gaúcha e brasileira, fazendo, inclusive, críticas ferrenhas à governos e posturas de regentes da nação, como pode claramente ser observado em *Caminhos Cruzados*, *Olhai os Lírios do Campo*, *O Tempo e o Vento* e *Incidente em Antares*.

3 Não é objetivo deste artigo discutir a relação de Erico Veríssimo com o modernismo literário.

2 CAMINHOS CRUZADOS, UM ROMANCE DE ERICO VERISSIMO

A obra *Caminhos Cruzados* sabe-se que teve inúmeras fontes de inspiração, entretanto, as semelhanças entre os romances estrangeiros e *Caminhos Cruzados* encerram-se na inspiração da escrita. O romance do escritor gaúcho possui os próprios personagens, trama e cenário. E, como o próprio escritor afirma: a obra passou mais de oito meses engavetada, aguardando o momento certo para ser publicada (VERISSIMO, 2011, p. 39).

Os personagens do romance dividem-se no núcleo nobre formado por: o proeminente comerciante Teotônio Leitão Leiria, sua mulher, Dodó, e Vera, filha do casal; a família do também comerciante Honorato Madeira, com a esposa Virgínia, e o filho Noel; e a do ex-comerciante do interior, atual ricoço na capital, José Maria Pedrosa, sua mulher, Maria Luisa, e sua filha Mariana, apelidada de Chinita e Manuel o filho festeiro (figurante sem atuação efetiva). Além dessas famílias há dois importantes personagens avulsos: o desfrutável advogado Armênio Albuquerque, e o boa-vida Salustiano Rosa, chamado em muitos trechos do livro simplesmente de Salu. O segundo núcleo será formado pelos personagens mais pobres separados também em famílias: a da viúva Eudóxia, mais os filhos Fernanda e Pedro; a do desempregado sonhador João Benévolo, com a mulher Laurentina e o filho Manuel, a do tuberculoso moribundo Maximiliano, sua esposa e dois filhos chamados no romance de Pidoca e Bidinho. Também nesse nível há três importantes personagens soltos: o professor Clarimundo Roxo, que mora na pensão de D. Veva e a encantadora prostituta Cacilda.

Para que fique mais clara a interação que os grupos têm durante o enredo usa-se o exemplo da personagem Fernanda. A jovem vive com a mãe e o irmão na casa da família situada na Travessa das Acácias, sendo vizinha da pensão de D. Veva, da família de João Batista e de Maximiliano. Fernanda era colega de escola de Noel e os dois acabam constituindo um casal. Noel por sua vez é filho do rico comerciante Honorato Madeira. Fernanda trabalhava como datilógrafa no Bazar Continental, firma de Leitão Leira, entretanto acaba sendo demitida a pretexto de suas ideias subversivas, porém o chefe estava apenas criando uma vaga para favorecer um conhecido.

A narrativa de *Caminhos Cruzados* inicia com o amanhecer de sábado e encerra-se subitamente numa quarta-feira. O conflito do romance desenrola-se neste período de tempo, mas não apresenta um início definido e muito menos um encerramento adequado. O autor transporta o leitor para dentro destes relatos de vida dos personagens e encerra o romance sem arrematar os pontos, deixando para a imaginação do leitor o que acontecerá na sequência. Através de sua narrativa Erico Verissimo intercala no enredo

do romance a interação entre as camadas sociais da cidade que está passando por seu processo de modernidade urbana, a técnica de escrita que se usa da simultaneidade e conforme Costa (2012, p.48) ajuda a perceber que:

[É] através desses cruzamentos de caminhos, num painel social variado, que se realiza uma contundente crítica social, contudo realizada de modo diferente daquela feita pelo romance proletário: não trazia em si a ideia de revolta ou revolução. Tampouco a estrutura econômica é colocada em questão, embora o dinheiro esteja no centro das preocupações das personagens.

Destaca-se também que *Caminhos Cruzados* diferencia-se das obras anteriores de Erico Veríssimo, pois neste romance o autor trata a cidade como um elemento mais realista, por meio de elementos de justaposição criados através das vivências dos personagens. Isto é diferente do que se observa em *Clarissa*, onde Veríssimo traz uma visão mais romântica da cidade. *Caminhos Cruzados*, mostra a modernidade urbana de Porto Alegre e como essa questão afeta, de maneira positiva ou negativa, os seus integrantes.

Pela leitura cuidadosa de *Caminhos Cruzados*, pode-se observar a vivacidade e a modernidade urbana da cidade de Porto Alegre, pois no decorrer da obra são citados cerca de trinta lugares diferentes, entre fictícios e reais:

- a) Fictícios: Travessa das Acácias, o Beco, Edifício Colombo, Clube Metrôpole, Palacete dos Pedrosa;
- b) Reais: Associação Cristã de Moços, Galeria Chaves, Theatro São Pedro, Rua dos Andradas, Cinema Imperial, Catedral Metropolitana, Clube de Regatas, o bairro Tristeza, Ipanema (praia), o Country Club, a Ilha das Pedras Brancas, Morro do Sabiá, Praça da Matriz, Araújo Viana, Ponta da Cadeia, Parque da Redenção, Avenida Independência, Belém Novo (terrenos novos na praia), Espírito Santo (terrenos novos na praia), Navegantes, Caminho Novo (Rua Voluntários da Pátria), Rua da Olaria (Rua General Lima e Silva), Igreja do Rosário, Correios e Telégrafos (Memorial do Rio Grande do Sul), Praça da Alfândega e Rua da Margem (João Alfredo).

Todos os lugares, mesmo os fictícios, estão ligados a áreas da capital. A Travessa das Acácias fica no centro e é o local de moradia das famílias da classe mais pobre do romance, já o outro núcleo, das famílias mais abastadas, mora no bairro (real) denominado Moinhos de Vento. Ainda se observa uma terceira região muito citada no livro: a zona sul (Tristeza e

Ipanema, por exemplo) um dos espaços de expansão da capital na época em que o romance foi escrito.

3 A MODERNIDADE URBANA DE PORTO ALEGRE

Para a compreensão da modernidade na cidade de Porto Alegre, se exploram as características de mudanças que foram realizadas em Paris no decorrer de sua modernidade urbana:

Considerando a perspectiva de um aumento de fluxos naturais e humanos que então passavam a caracterizar o espaço urbano, as elites das Luzes reconheciam na cidade uma capacidade de crescimento que também rompia com as representações tradicionais da *cit  *. A cidade fechada, cercada de fortifica  es ou de bulevares difíceis de deslocar, era substituída por uma cidade com limites sempre provisórios, a serem tratados de forma dinâmica. Paralelamente, começava a nascer a ideia de uma solidariedade econômica entre as cidades dispersas no território. A noção de malha urbana iria emergir progressivamente de um conjunto de reflexões sobre essa solidariedade (PICON, 2001, p. 96).

Sobre essas questões da moderniza  o das cidades europeias se delimitam pontos fundamentais que auxiliam os urbanistas na compreensão de como o território urbano deveria se desenvolver e de como o urbanismo poderia auxiliar na soluço dos “males” que atingiam as cidades. Como aponta Calabi (2012, p.8 e 9):

E, especificando ainda mais, percebe-se que essa aproxima  o estabelece de maneira bem repetitiva os diversos pontos (...):

- A habita  o (os fatos mais terríveis são as condi  es de moradia operária, ou, simplesmente, dos pobres das grandes cidades do século XIX); os t  picos da literatura e das pesquisas oficiais ou particulares (promovidas por entidades públicas, obras de caridade ou por sociedades beneficência) são a superlota  o, a densidade, os padrões ideais, os serviços urbanos higi  nico-sanitários, os esgotos, o abastecimento de água a degrada  o da constru  o;
- Os lugares de trabalho, o ritmo de crescimento físico, as distâncias, os equipamentos de serviço público; e
- Os transportes (a rela  o centro antigo e periferia).

As mudanças ocasionadas pela modernidade que aconteciam em diversas cidades do mundo, também são descritas por Berman no livro *Tudo que é sólido desmancha no ar* no qual ele analisa essa questão em cidades como Paris e São Petersburgo. Suas descrições auxiliam na procura dos sinais desse processo de modernidade urbana:

[P]ara tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de media, que se comunicam em escada cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade (BERMAN, 1986, p. 15).

Ainda compreendendo o processo de modernidade urbana é necessário perceber que o próprio habitante destas cidades se sente em um processo de mudança e adaptação, pois ‘no século XX, os processos sociais que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se “modernização”’ (BERMAN, 1986, p. 16). A partir da compreensão dos elementos da modernidade urbana internacional, passa-se a maneira pela qual este processo chegou à capital do Rio Grande do Sul que se deu, em parte, através do Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre. O Plano é considerado uma obra do engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel:

[L]ançado em 1914 e trazia propostas de transformação da cidade “colonial” em uma cidade moderna, saneada e embelezada. Esse plano, representava para a municipalidade um forte instrumento político, tendo em vista que representava uma possibilidade concreta de modernização da cidade, mesmo que sua implantação não fosse imediata (SOUZA, 2008, p. 241).

A modernidade urbana da capital gaúcha, segundo Souza (2008, p. 241), foi dividida em três grandes frentes: circulação, higiene e embelezamento,

[A]ssim, visando ao saneamento dos baixios insalubres e dos vales, abrindo os espaços congestionados para a circulação de todos os fluxos e tendo no embelezamento da cidade uma orientação constante é que foi pensado o novo plano. Ele se destacava pelas aberturas de novas avenidas, pelas propostas de alargamentos e prolongamentos de vias, pelo seccionamento dos quarteirões longos, pela ligação de segmentos de ruas para implantar avenidas concêntricas ou reforçar radiais, pela criação de vias de aproximação, pela criação de rótulas e, ainda, por parques para a cidade em diferentes escalas. Devido a essas características urbanísticas o Plano de Melhoramentos se aproximava, em parte, do modelo haussmanniano e das obras realizadas na reforma de Paris, que ainda se viam em execução no início do século XX.

A reformas propostas para Porto Alegre no ano de 1914 por João Moreira Maciel só começaram a ser implantadas na capital gaúcha em 1924. O Plano Geral de Melhoramentos foi o instrumento principal para a chegada de uma nova fase para a capital gaúcha, suas diretrizes transformaram e desenvolveram a cidade em diferentes pontos. Pesavento (2002, p. 281) ressalta as principais mudanças urbanas preconizadas no Plano Geral de Melhoramentos:

desse sonho instaurador da modernização se consagrava uma proposta realmente inovadora: a destruição de becos da zona central da cidade, a correção dos desníveis de área, mais especificamente a colina que atravessava a península no sentido leste-oeste, dificultando a ligação norte-sul, e o alargamento ou prolongamento das transversais da Rua dos Andradas, a tradicional Rua da Praia. Tal conjunto de intervenções, que na prática implicaria uma verdadeira cirurgia urbana, pois representava romper a montanha, com a inauguração de uma larga avenida e viaduto, seria iniciado na gestão seguinte, de Otávio Rocha. Mas -repetimos mais uma vez -a ousadia de sua concepção, a inserção do sonho moderno nos quadros do urbanismo coube a Maciel, na gestão Montaury.

Ao compreender-se a modernidade urbana de Porto Alegre através do Plano Geral de Melhoramentos fica claro que as propostas para a cidade

levaram em conta as questões de habitação da zona central quando se observa a orientação para “a destruição de becos” (PESAVENTO, 2002, p. 281) os quais eram a moradia de parte da população. Em seguida destaca-se a “correção dos desníveis de área” (PESAVENTO, 2002, p. 281) uma preocupação relacionada com a questão dos transportes na capital, pois os mesmos estavam dificultando o acesso às zonas de expansão da cidade. Em um terceiro ponto observa-se “alargamento ou prolongamento das transversais da Rua dos Andradas, a tradicional Rua da Praia” (PESAVENTO, 2002, p. 281) áreas compreendidas como centro comercial da cidade e que eram os lugares de trabalho ou lazer da população na época. Estas preocupações podem ser relacionadas diretamente com as apontadas por Calabi (2012, p. 8 e 9): habitação, localização dos locais de trabalho, zonas de expansão e os meios de transporte.

A década de 30 em Porto Alegre também foi responsável pelo início das construções em altura e com caráter moderno destaca-se a presença da cultura dos arranha-céus aprendida pelos arquitetos e engenheiros brasileiros que se especializavam também em solo americano, especificamente nos Estados Unidos (LUCCAS, 2004). Portanto, quando se trata da questão da modernidade urbana em Porto Alegre os pontos a serem observados no presente artigo são: que tipo de desenvolvimento a cidade apresentava (quais áreas desenvolviam-se e em que sentido), onde morava a população seja ela a classe alta ou a classe baixa e quais eram os transportes que cada parcela da população tinha acesso. A partir destas indagações parte-se para análise da Porto Alegre narrada no romance da urbanização intitulado *Caminhos Cruzados*.

4 CAMINHOS CRUZANDO PORTO ALEGRE

O romance de Erico Verissimo ajuda a descrever a “tensão entre dois mundos distintos, de riqueza e precariedade” (POLESSO, 2017. p. 173). Através dele, Veríssimo relaciona áreas importantes da cidade com personagens, formando uma espécie de colcha de retalhos, pois os personagens e a sua localização compõem perfeitamente a ideia do romance mostrando como o entrelace das vidas destes personagens trazem uma descrição da cidade de Porto Alegre durante a sua modernidade urbana. “Os caminhos das personagens se cruzam muitas vezes apenas pela vista da janela, tão pequena a vida social disponibilizada pela cidade. Era a cidade, nos moldes como conhecemos hoje, em pleno processo de formação” (POLESSO, 2017. p. 90 e 91).

Em uma das passagens de *Caminhos Cruzados*, em que dialogam os personagens Fernanda e Noel, pode-se perceber claramente como os dois

mundos coexistiam no romance:

Noel sorri, seu rosto como que se enche duma claridade maior. Agora ela entra francamente nos seus domínios, não é mais a Fernanda preocupada com as desgraças do próximo, a Fernanda das coisas práticas.

— Muito bem. Descobri uma coisa notável. Ibéria, de Debussy. Leva a gente para o sétimo céu. Maravilhoso.

Música para gente rica e desocupada — pensa Fernanda. Mas nada diz. Está resolvida a não amargar o domingo de Noel.

— Sugestiva? — pergunta.

— Muito. Foi a viagem mais bela que fiz pela Espanha.

Noel lembra-se de que a revelação foi tão grande, a beleza tanta que ele teve de fazer um esforço tremendo para não chorar. Continua a falar com animação. Positivamente: agora está no seu mundo.

E enquanto ele fala, Fernanda pensa na sua rua cinzenta, em Maximiliano, e seu quarto pobre, nos filhos de Maximiliano, em João Benévolo e sua gente...

(...)

Mas Noel está ouvindo mentalmente Debussy. Fernanda não ouve nem Noel, nem Verdi, nem Debussy: está vendo com os olhos interiores um dia indiscutível em que o esforço dos homens de boa vontade, sem violência nem fanatismo, possa igualar as diferenças sociais (VERISSIMO, 2016. p. 174 e 175).

Opta-se por analisar a dividida, mas entrelaçada cidade representada em *Caminhos Cruzados* conforme Cruz em seu estudo de tese (1994, p. 63) seccionando a em três grupos:

- a) O primeiro grupo representará a zona dos subúrbios;
- b) O segundo grupo representará a zona do Moinhos de Vento;
- c) E o terceiro grupo representará a zona central.

Serão analisados dentro de cada um dos três grupos: o modo de vida dos personagens, quais meios de transporte acessavam ou atravessavam o bairro e que tipo de caráter cada bairro representado no romance possuía, por exemplo: industrial, residencial ou comercial.

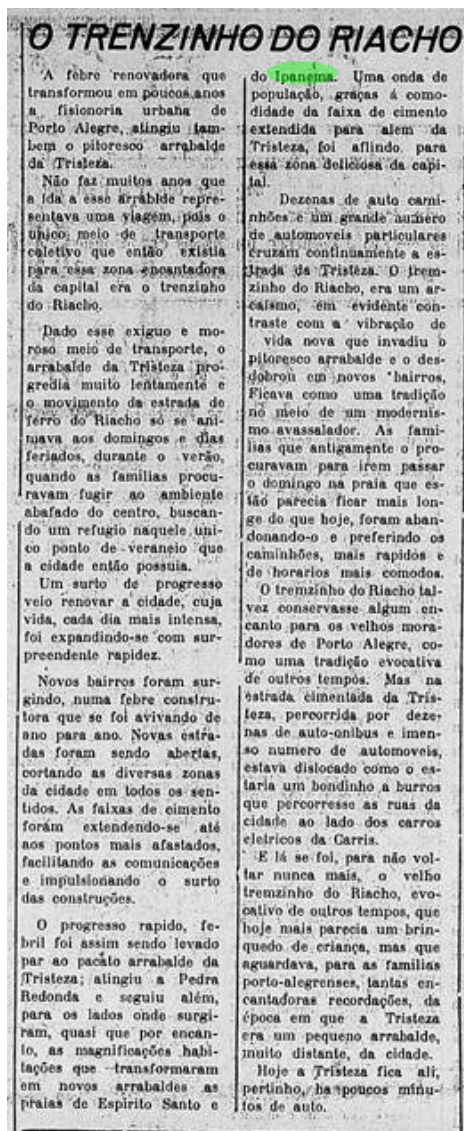
4.1 A zona dos subúrbios

Iniciou-se pela zona que tem menor participação no romance, a zona dos subúrbios. Esta se caracteriza pelas descrições da zona industrial de Navegantes e a zona balneária de Ipanema. A zona com caráter industrial de Navegantes não é cenário para nenhuma cena do romance. Nenhum personagem trabalha na região. Não se sabe que tipo de transporte é utilizado e nem quem eram os moradores da região. A zona aparece apenas como uma visão das fábricas através das vidraças das janelas do alto apartamento central do personagem Salu:

Longe se estende o casario raso dos Navegantes, com as suas chaminés a darem a impressão de troncos desganhados duma floresta depois do incêndio (VERÍSSIMO, 2016: p. 39).

Já a zona sul é um pouco mais presente, a região é representada como uma fuga do centro, uma região balneária onde os estresses da vida poderiam ser amenizados, conforme pode ser observado na reportagem da Figura 1 a zona poderia ser acessada via automóveis ou via trem. Personagens como Noel, Fernanda e Salu usam esta região da cidade para espiarescer.

Figura 1 - Reportagem sobre a zona sul.



Fonte: (A FEDERAÇÃO, 1935, p. 3)

Quando passeiam por lá o casal sente um afastamento dos problemas que as suas vidas urbanas apresentam (ele pressionado pela família para iniciar a trabalhar e ela que foge dos problemas do trabalho na grande loja de Leitão Leira). Noel se encanta com a região, mas ao mesmo tempo Fernanda não se reconhece como parte desta vida bucólica que a região sul oferece, a relação com o Guaíba é muito forte e a ideia de balneário estava bastante presente em todas as descrições.

Em sua primeira aparição a zona sul é descrita pelos personagens Noel e Fernanda:

Ipanema.

O rio está tranqüilo e o horizonte é dum verde tênue e agudado que se vai diluindo num azul desbotado. As montanhas ao longe são uma pincelada fraca de violeta. A superfície da água está toda crivada de estrelinhas de prata e ouro. Longe aparece o casario de Pedras Brancas, na encosta dum morro. Mais perto o Morro do Sabiá avança sobre o rio. O céu é tão azul, tão puro, e luminoso, que Noel simplesmente não acredita que seja um céu de verdade.

Ele diz a Fernanda.

— Parece um céu de sonho, de contos de fadas.

Fernanda sorri.

— E no entanto é um céu de verdade...

Calam-se. Uma rapariga loura de maiô vermelho passa por eles a correr descalça; os pés a afundarem na areia (VERISSIMO, 2016: 167 e 168).

Já o personagem Salu, chega à região sul a bordo do seu próprio automóvel, desfrutando a possibilidade de deslocar-se a seu bel prazer pelas regiões da capital gaúcha. O personagem descreve a mesma sensação de calma na região e também relata mais nomes de balneários que estão sendo abertos na região, conforme pode ser observado na Figura 2 e no trecho ao lado:

Figura 2 - Anúncio de terrenos.

Balneario

ESPIRITO SANTO

Terrenos a prestações **SEM** juros



Recanto da maravilhosa praia do Espírito Santo

Ruas J.A. calçadas
Água J.A. canalizada

Magníficos lotes, tanto
internos como à beira-rio,
altos e com denso matto!

Temos o maior
prazer em lhe pro-
porcionar um agra-
davel passeio, sem
compromisso.

Dirija-se à:

Distante 10 kms. da capital e sómente 1 km
do IPANEMA,
com acesso
provisório pela
Estrada de
Belém, seguindo
as setas indica-
doras, e em
breve, pela praia.



Galeria Municipal 51 – Phone 6108

Fonte: (A FEDERAÇÃO, 18/06/1934, p. 5).

Do lado esquerdo da estrada aparecem chalés e bangalôs, quintas e pomares, barrancos sangrentos vertendo água, cerca com mourões de granito, árvores isoladas. Às vezes um cachorro salta de dentro dum jardim e sai a perseguir o automóvel, latindo furiosamente.

Na ponta dum trapiche um rapazola em mangas de camisa pesca com caniço. À porta dum clube de regatas dois remadores conversam; camisetas verdes, maiôs justos, braços, coxas e pernas à mostra.

Salu vai num adormecimento... A marcha do carro é macia. A tarde, morna. Chega-lhe às narinas um cheiro fresco de mato. Cartazes anunciam terrenos em praias novas: Guáíba, Espírito Santo, Belém Novo, Ipanema... Na encosta dum morro, em meio da massa verde-escura do arvoredado, berra o telhado coralino duma casa nova. A faixa de cimento corre na frente do automóvel, torcendo-se como uma enorme jibóia cinzenta.

Um automóvel bege cruza pela baratinha de Salu em sentido contrário, veloz. O horizonte está cada vez mais afogueado. A ponta do sol começa já a desaparecer na linha do

horizonte. Longe, a cidade parece uma pintura de biombo chinês. (VERISSIMO, 2016, p. 222 e 223)

4.2 A zona do Moinhos de Vento

Região em que vivem as três famílias mais abastadas descritas no romance: a Leiria, a Madeira e a Pedrosa. “A denominação do bairro decorreu do nome da Rua 24 de outubro, que até 1930 se denominava Rua Moinhos de Vento” (FRANCO, 2018, p. 274). O crescimento do bairro Moinhos de Vento foi impulsionado com a abertura da via Independência e “mais tarde, a inauguração do Hospital Alemão, em 1927 (a partir de 1942, Hospital Moinhos de Vento), atrairia pessoas abastadas, bem como o hipódromo, e suas práticas ligadas à ao jogo e ao turfe, muito presentes no Estado” (POLESSO, 2017, p. 173). Entretanto, nas descrições da região no romance nem o hospital e nem o turfe são citados.

Clarimundo, é o único personagem do núcleo menos abastado a descrever a região do Moinhos de Vento, o professor narra a chegada ao palacete dos Pedrosa:

Como todas as vezes, fica por um instante desorientado. A casa da esquina, porém, — iniludível, com o seu torreão quase gótico e os ciprestes esguios no jardim — é um ótimo ponto de referência.

Clarimundo entra na ruazinha arborizada. A sombra das árvores é tênue sobre as calçadas. Folhas secas juncam o chão. O ar está parado, e o céu claro.

Clarimundo caminha pela alameda de palmeiras. Lá no fundo está a casa. Um jardineiro preto segura a mangueira e despeja um jorro d'água contra os canteiros de relva. Que parque enorme! Pinheiros, palmeiras, árvores japonesas, pequeninas e podadas, plátanos (quase desganhados), arbustos desconhecidos, verdes de todos os tons, claro, escuro, brilhante, fosco, amarelado, azulado, acinzentado... A estradinha de areão que leva para casa range sob a sola dos sapatos de Clarimundo, que rebrilha.

Clarimundo não pensa em mais nada senão em achar a casa: todos os sentidos estão alerta à procura do portão verde. Lá está ele. A placa é uma garantia: Cel. José Maria Pedrosa.

(...)

Caminha cauteloso como um invasor. Sobe os três degraus que levam ao alpendre. Aperta o botão da campainha. Uma criada abre a porta:

— Faça o favor de entrar.

Clarimundo entra, fica no hall grande, de parquê xadrez,

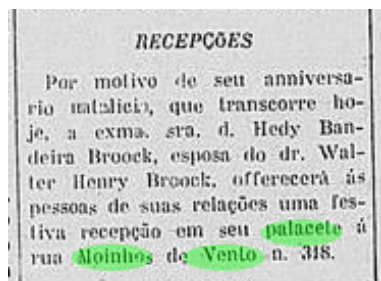
creme e negro. A escada que sobe para o primeiro andar começa ali. Brilham metais e madeiras polidas. Um lustre complicado, com grandes pingentes de vidrilho, pende do teto.

— Faça o favor de entrar pra sala — diz a criada, tomando do chapéu do recém-chegado.

O professor entra. A sala, com seus móveis à Luís XV, aumenta-lhe a sensação de desconforto. Clarimundo pensa nos seus sapatos grosseiros de sola espessa. A sua roupa surrada de casimira cinzenta, encolhida e amassada, é uma nota dissonante no salão de douraduras, jarrões em que se vêem pintados marquesas e marqueses de cabeleira empoada. — Faça o favor de sentar que eu já vou chamar D. Chinista — diz a criada (VERISSIMO, 2016, p. 196 e 197).

Neste bairro, em que vive a elite no romance, os personagens de-têm-se mais nas descrições dos interiores dos palacetes (CRUZ, 1994, p.69), mas nos trechos em que aparecem descrições urbanas é possível perceber que são mais relacionadas com os empregados mantendo um cotidiano dos exteriores das residências aristocráticas.

O trecho acima ajuda a compreender em parte algumas das questões sociais tratadas no livro. Clarimundo é um professor, muito erudito, que ministra aulas particulares a Chinista, e pelo fato de sua situação econômica não ser tão boa quanto à dos Pedrosa -família originária de Jacarenga que se mudou para a capital a pouco, pois havia ganhado na loteria -sente-se tanto deslumbrado quanto desalinhado no ambiente de riqueza do Palacete dos Pedrosa, o que se percebe claramente na passagem “é uma nota dissonante” (VERISSIMO, 2016, p. 197). Nos diálogos seguintes do romance Chinista enrola o professor para não tomar a lição, pois estava muito ocupada com os preparativos da festa que seria celebrada para inaugurar o Palacete à noite “Não sei de o senhor sabe, hoje papai e mãe vão dar uma baita festa” (VERISSIMO, 2016, p. 197), depois acrescenta que a festa foi anunciada em todos os jornais. O anúncio das festas em jornais era bastante típico no bairro, conforme pode ser observado na Figura 3, com um anúncio de festas na imprensa gaúcha na época e região:

Figura 3 - Anúncio de festa de aniversário.

Fonte: (A Federação, 1932, p. 2).

Já em uma aparição do bairro mais adiante no romance, observamos Noel:

Noel estende o olhar para a paisagem. Lá embaixo se vêem os telhados da Floresta. Mais além, contra um fundo arroxado de montanhas, um trecho do Guaíba com lentejoulas de sol. E quintais, pedaços de rua, sombras lilases, manchas douradas de luz, faiscações.

Agora o jardineiro abre a manga d'água e começa a regar os canteiros. O jorro claro se irisa ao sol. Noca volta do viveiro. As sombras vão crescendo e avançando no quintal.

Noel olha ainda a paisagem por um instante. Depois, volta para dentro do quarto (VERISSIMO, 2016, p. 329 e 330).

O rapaz olha pela janela e vê os telhados do Bairro Floresta, confirmando a localização do palacete da família Madeira no bairro Moinhos de Vento. O bairro continua mantendo a mesma configuração de cenas corriqueiras da elite com seus palacetes e a rotina de cuidados dos jardins sendo exercidas pelos empregados. Existe uma percepção nas descrições que devido a elitização deste bairro, o espaço público seria menos utilizado pelos moradores, logo as vias tornam-se “mais silenciosas e vazias. As socialidades costumam dar-se através de outras formas, mais protegidas e isoladas do resto da população” (CRUZ, 1994, p.69), como por exemplo os bailes e festas dentro dos palacetes.

Em uma das últimas descrições do bairro no romance, percebemos novamente o personagem Noel, que está feliz com o andamento do seu relacionamento com Fernanda e sai ao entardecer para visitar a amada. Noel descreve novamente o bairro, mas desta vez estas descrições vêm misturadas com sonhos para o futuro:

Noel avisa em casa que não vai ficar para a ceia, e sai para a rua.

Contente! mas dum contentamento inexplicável, que ele não sabe se vem da tarde bonita e calma, do fato de ter resolvido mudar de vida ou se tudo o que sente de alegria lhe nasce de saber que se aproxima a hora em que ele vai ver Fernanda de novo.

Tomar o bonde numa hora como esta é tolice. Melhor seguir a pé.

A luz da tarde é uma carícia. Os jardins a esta hora têm um perfume todo particular. As luzes ainda não se acenderam. O céu no alto é desbotado e igual. O horizonte, uma poeira vermelha e dourada.

O ar está frio. Num jardim, sobre um canteiro de relva uma criança loura vestida de verde brinca com uma bola vermelha. No alpendre uma *nurse* uniformizada e muito branca faz tricô sentada numa cadeira de vime.

Um dia ele e Fernanda poderão ter um bangalô assim.

Talvez mesmo um garoto louro brincando sobre a grama...

(...)

Pára a uma esquina. Vem da praça uma fragrância fresca de folhagens. A noite cai. Brotam janelas iluminadas em várias fachadas.

Noel retoma o seu caminho. Os combustores se acendem de repente. Piscam estrelas no céu (VERÍSSIMO, 2016, p. 329 e 330).

O entardecer narrado por Noel mostra um pouco dos avanços modernos de Porto Alegre na época, o primeiro que aparece é a questão do bonde, o meio de transporte elétrico já existia na capital desde 1908 em substituição aos pitorescos bondes puxados a burro (PESAVENTO, 2002, p. 275). E em um segundo momento o personagem descreve também o acendimento dos combustores que iluminavam a rua, estes combustores elétricos dizem respeito a um progresso que chegou à capital gaúcha com a Usina Municipal, no ano de 1908 e que estendeu a luz elétrica para os bairros no ano seguinte (PESAVENTO, 2002, p. 275). A iluminação elétrica “proporcionava outras imagens e sensações e vinha associada às representações de uma sociedade moderna e civilizada, tal como a existente dos grandes centros” (PESAVENTO, 2002, p. 321). No romance, o uso da energia elétrica não é destacado como novo, o uso de eletrodomésticos como a vitrola, por exemplo, é amplo, mas a questão da iluminação pública chama a atenção e conforta a caminhada de Noel do palacete dos Madeira até a casa da família de Fernanda que ficava na Travessa das Acácias no centro.

4.3 A zona central

Nesta zona é que ficam a Travessa das Acácias (rua onde moram as outras três famílias citadas no romance e a pensão onde mora o Professor Clarimundo), o Beco (no qual mora Cacilda), o Edifício Colombo (onde mora Salu) e as lojas dos proeminentes comerciantes da ficção Teotônio Leitão Leiria e Honorato Madeira. Praticamente todos os personagens do romance passam pelo centro em alguma das cenas do romance, o que justifica esta região ser a última em destaque, pois é a que tem mais volume de aparições na obra.

A vista de uma das residências da Travessa das Acácias é narrada pelo personagem Clarimundo:

Da sua janela, ponto culminante da Travessa das Acácias, o Prof. Clarimundo viaja o olhar pela paisagem. No pátio de D. Veva um cachorro magro fuça na lata do lixo. Mais no fundo, um pomar com bergamoteiras e laranjeiras pontilhadas de frutos dum amarelo de gemada. Quintais e telhados, fachadas cinzentas com a boca aberta das janelas. Na frente da sapataria do Fiorello, dois homens conversam em voz alta. A fileira das acácias se estende rua a fora. As sombras são dum violeta profundo. O céu está levemente enfumaçado e a luz do sol é de um amarelo oleoso e fluido. Vem de outras ruas a trovoadas dos bondes atenuada pela distância. Grasnar de buzinas. Num trecho do Guaíba que se avista longe, entre duas paredes caiadas, passa um veleiro. (VERISSIMO, 2016, p. 63 e 64)

Esta vista seria a mesma que muitos habitantes do centro da capital gaúcha teriam de sua própria janela. O trecho relaciona-se com a descrição feita sobre as ruas que foram abertas de acordo com o Plano Geral de Melhoramentos, nas quais eram priorizados os “elementos formais do início do século XX, como avenidas com arborização lateral, com ou sem canteiros centrais que aparecem ao lado de um parque à moda francesa” (SOUZA, 2008, p. 248). A denominação da via deu-se devido ao canteiro de Acácias que existia na mesma e a presença de arborização era parte de uma das orientações da Intendência para a criação e reestruturação de vias.

Outra visão bastante interessante do centro da capital gaúcha é a proporcionada pelo personagem Salu, o morador do décimo andar do fictício Edifício Colombo:

Salu debruça-se à janela. Lá embaixo na rua movimenta-se um exército de bichos minúsculos. Correm os bondes de capota parda; chatos e rastejantes, parecem escaravelhos. Uma confusão de cores e formas móveis, um entrebaldamento de fios de aço e de sons. Vermelhos e pardos, os telhados se estendem ao sol. Coruscam vidraças. Flutua no ar uma névoa azulada. (VERISSIMO, 2016, p. 39)

Salu é um homem de meia idade, descendente de uma família rica do interior, que em sua visão do centro associa as pessoas que circulam na rua com formigas e os bondes com escaravelhos, pois os observa de cima, mais especificamente da sacada de seu apartamento. O centro é a região mais populosa da capital, e por isso é natural que a verticalização da cidade comece por ali. As edificações em altura tiveram “início nos anos trinta, com a construção de sucessivos prédios altos como os edifícios Frederico Mentz (Hotel Jung, c.1931) e Imperial (c.1931), ambos da autoria de Agnelo Nilo de Lucca” (LUCCAS, 2004, p. 96). Observa-se que os anos de construção são anteriores à 1934, ano em que seria escrito *Caminhos Cruzados*, portanto os edifícios em altura já estavam presentes na cidade e no imaginário do autor na hora de descrever a cidade. No romance o edifício Imperial é um edifício alto com uso misto, em que os primeiros pavimentos davam espaço as modernas salas de cinema e o restante era ocupado por apartamentos, conforme pode ser observado na Figura 4. O personagem Salu não cita o cinema, portanto seu apartamento no romance não deve estar localizado no Imperial, entretanto este edifício aparece em outros momentos:

João Benévolo dobra a primeira esquina e sobe rumo da parte alta da cidade. A fila de combustores se estende como um colar de luas. Lá no alto, o Edifício Imperial se recorta contra o céu da noite: em cima dele o grande letreiro luminoso brilha — num apaga e acende vermelho e azul — diz: FIQUE RICO. LOTERIA FEDERAL (VERISSIMO, 2016, p. 104).

O personagem João Benévolo, que observa o Imperial, é um pai de família, vive na Travessa das Acácias e trabalhava no Bazar Continental, mas fora demitido e agora ele e sua família encontram-se em uma situação monetária muito difícil. Portanto, o anúncio que prometia riqueza obviamente chamaria atenção de João Benévolo que passa os dias do romance perdido entre as suas fantasias literárias e a busca de um novo emprego para garantir o sustento de sua família.

Figura 4 - Edifício Imperial.

Fonte: (COMUNICAÇÃO, 2008).

Já o Bazar Continental é uma das lojas do efervescente centro da capital que é descrita no romance:

Na galeria, Teotônio detém-se e baixa o olhar para o salão grande da loja. Longas, longas prateleiras de vidro, mostradores faiscantes com frascos coloridos — Guerlain, Coty, Myrurgia, Lubin, Caron — sedas, roupas feitas, gravatas, colarinhos. O pavimento é de ladrilho colorido. Burburinho, mulheres de vestidos de muitas cores, confusão de vozes. Os caixeiros passam apressados dum lado para outro. Um pretinho vestido de groom (idéia de D. Dodó) passa sobraçando caixas brancas e compridas. A registradora da caixa tilinta, a gaveta salta (VERISSIMO, 2016, p. 92).

Porto Alegre, no censo municipal de 1910 contava com 2.294 casas de comércio (OLIVEIRA, 1985, p. 133), a cidade possuía um marcante caráter comercial e de prestação de serviços, principalmente por ser a capital do Estado e por possuir um porto, muitas das novidades chegavam primeiro na capital para capilarmente se espalharem pelo interior. Teotônio descreve um pouco quais produtos circulavam pela capital e o barulho da caixa registradora pode ser relacionado com o lucro da loja.

Outra loja que aparece nas páginas de *Caminhos Cruzados* é a Casa

Sloper, comércio tradicional, no qual Pedrinho compra um colar para sua amada Cacilda, dinheiro juntado com muito esforço pelo rapaz de 16 anos:

Pedrinho consegue licença para sair mais cedo da loja. Vai agora abrindo caminho por meio da multidão que formiga nas calçadas e no centro da rua. Depois que a gente trabalha um dia inteiro e que sai para a rua, de tardezinha, fica tonto no meio do tumulto. Parece que tudo gira. As pessoas dizem as coisas e a gente fica por um momento sem compreender, com ar de palerma. (...) No meio da multidão passam mulheres bem vestidas e perfumadas. Nenhuma tão bonita como Cacilda. (...) Casa Sloper. Pedrinho olha as vitrinas: ali está o colar, parece uma cobra de brinquedo. Entra, caminha para o balcão. — Já foi atendido? É uma caixeirinha de preto, bonitinha, mas não tanto como Cacilda. — Eu queria ver um colar ali da vitrina... Fala meio tremido, a comoção a apertar-lhe a garganta. Que bobo que sou! A coisa mais simples do mundo: comprar um colar de seis mil-réis... No entanto ele mal sabe se exprimir, está todo confuso, com as orelhas em fogo (VERISSIMO, 2016, p. 328 e 329).

A casa Sloper localizava-se na rua dos Andradas -antiga rua da Praia -a rua mais antiga da cidade e um dos principais centros comerciais da moderna cidade de Porto Alegre. Muito frequentada por ser o local onde havia os “lojistas e o comercio elegante, mais do que nunca, o centro cívico, o ponto de reunião de políticos, de estudantes, o núcleo principal dos cafés, confeitarias e cinemas” (FRANCO, 2018, p. 31). O centro no final da tarde era uma região muito movimentada, e o menino sente-se engolido pela multidão. Após a compra o personagem dirige-se para a casa de Cacilda, que ficava no beco, chegando lá é surpreendido:

Pedrinho entra no beco. Coração batendo. (...) Lá no fundo da rua, bem perto da casa de Cacilda, nota-se uma desusada aglomeração de gente. Vozes, correrias, confusão. De repente o carro da Assistência passa a toda velocidade, com a sereia gemendo. Pedrinho acelera o passo. Cabeças curiosas assomam às janelas. Passam pessoas comentando. Pedrinho ouve frases soltas. “Uma facada no peito...” “... o amásio fugiu...” De repente sente um amolecimento de pernas, uma opres-

são estranha no peito. Meu Deus, foi a Cacilda! Quer perguntar a alguém... Mas lhe falta coragem. (...)

Pedrinho pára na frente da janela. Vontade de chorar, as mãos geladas, coração batendo com força.

Na penumbra do quarto um vulto se agita. Um vulto que se vai definindo, familiar, contra o fundo de sombra. Uma figura calma que ali está com os olhos brilhando, a cabeça atirada para trás.

— Cacilda!

Os olhos de Pedrinho se turvam de lágrimas: outra vez a imagem imóvel fica toda trêmula e esfumada. Ele aperta o colar no bolso. Então não foi ela! Oh! Deus, que bom, que bom, que bom!

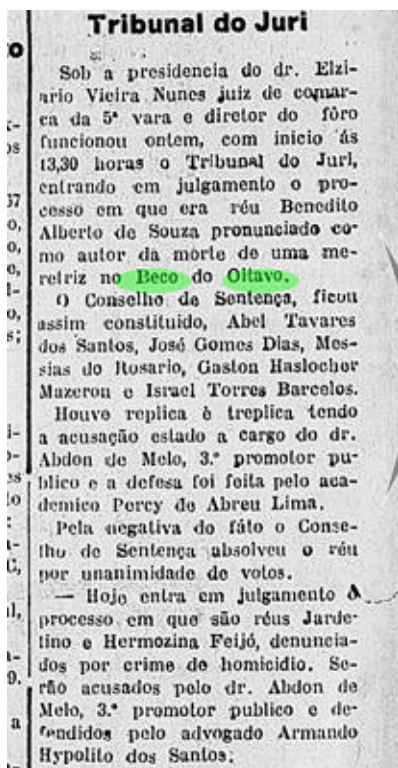
De dentro do quarto vem a voz tranqüila e macia:

— Entra nego, que está frio (VERISSIMO, 2016, p. 337, 338 e 339).

Ao longo da leitura de *Caminhos Cruzados* o beco não é nomeado, mas devido a descrição de Pedrinho quando está deixando a casa da amada: “caminha. Luzes do Parque da Redenção. Bondes que passam. Uma visão mais larga do céu” (VERISSIMO, 2016, p. 189), pode-se associar o local no romance com o antigo Beco do Oitavo, atualmente Avenida Desembargador André da Rocha, região que “ali existiu desde a construção do quartel do 8 Batalhão de Infantaria, em torno de 1828” (FRANCO, 2018, p. 34). O Beco do Oitavo figurava muito nas páginas policiais, violência, vadiagem e prostituição eram constantemente relatados no local, e o evento que inspirou Erico Verissimo na escrita do capítulo 112 de seu romance de fato aconteceu, conforme pode ser observado na Figura 5, na qual noticia-se o julgamento de um réu acusado de matar uma meretriz a facadas no Beco do Oitavo.

Os becos e cortiços foram alvos de intervenções da intendência durante as execuções das obras previstas pelo Plano Geral de Melhoramentos. O Beco do Oitavo recebeu obras que retiraram as características de violência da região no ano de 1938, quando o prefeito José Loureiro da Silva, desapropria as casas que margeavam a rua e a transforma em uma larga Avenida de duas pistas (FRANCO, 2018, p. 35).

Figura 5 - Violência no Beco do Oitavo.



Fonte: (A FEDERAÇÃO, 29/06/1934, p. 4.)

Ainda compreendendo os esforços para modernizar o centro da cidade de Porto Alegre, deve-se observar o uso dos transportes modernos, como o bonde e o automóvel que permeavam as ruas da capital. Em *Caminhos Cruzados* um destes meios de transporte aparece através da descrição do Professor Clarimundo:

Clarimundo espera o bonde. O monstro amarelo pára. O professor entra e senta-se num banco. Oito passageiros. O elétrico põe-se em marcha. Desfilam as casas da Independência: fachadas claras e escuras, postes, vitrinas, pessoas, árvores. Depois, os Moinhos de Vento. Passam-se alguns minutos. O professor aperta no botão da campainha, o bonde diminui a marcha e finalmente pára, ele desce (VERÍSSIMO, 2016: 195 e 196).

O personagem ajuda novamente a situar a Travessa das Acácias no centro, pois o bonde toma a Rua Independência e chega ao bairro Moinhos de Vento. O professor tem como destino o Palacete dos Pedrosa. A descrição

pode ser considerada verossímil por meio da Figura 6, na qual se observa o mapa das linhas de bonde de Porto Alegre: em linhas cheias destacam-se o percurso onde passava o bonde elétrico e em linhas tracejadas os trajetos que eram complementados com ônibus no ano de 1928.

Outro ponto importante a destacar através das descrições feitas de meios de transporte no livro é que os personagens relacionados com o núcleo das famílias trabalhadoras do romance deslocavam-se exclusivamente a pé ou através do bonde elétrico. O que já não acontecia com os personagens, integrantes do núcleo mais abastado. Salu, por exemplo, possuía o próprio automóvel. Noel não dispunha de um carro, e falava sobre tomar o bonde ou ir caminhando ao encontro de Fernanda, entretanto não era porque sua família não possuía um automóvel e sim pelas vontades do rapaz, como pode ser observado na descrição de Virgínia (mãe de Noel):

Durante todos esses anos fizeram-se novas amizades, o casal foi duas vezes ao Rio de Janeiro, comprou um Ford que mais tarde foi trocado por um Packard e agora Virgínia está na frente do espelho, embaraçada e tonta, porque não pode compreender o mistério... (VERISSIMO, 2016, p. 153).

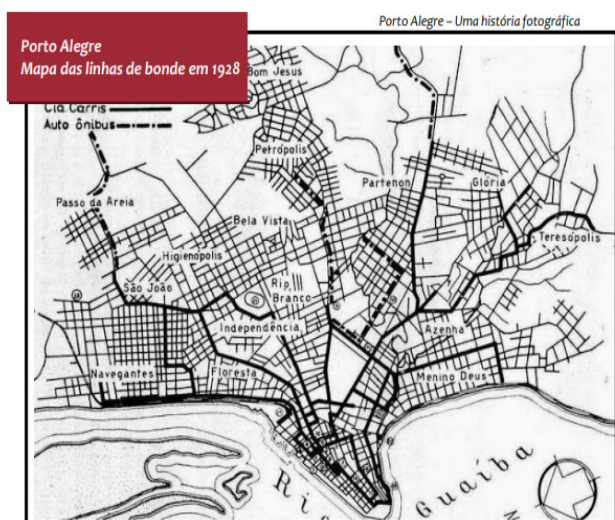
Já a senhora Dodó Leiria, esposa do comerciante Leitão Leiria, fazia uso de seu automóvel para deslocar-se pela capital com motorista particular:

Ah! Os romances de Gaboriau, Escrich, Ponson du Terrail! Uma saudade muito tênue turba por um instante a mente e os olhos de João Benévolo. A voz de Laurentina:
— É o auto da D. Dodó.
— Da mulher do Leitão Leiria? Mas que será que anda fazendo por estas bandas?
O chofer de uniforme azul com botões dourados desce de seu lugar, tira o chapéu e abre a porta. Um vulto salta para a calçada. É uma senhora gorda, vestida de seda azul com enfeites de renda bege; na cabeça, um chapéu que lembra uma grande rosca preta e lustrosa. Os seios bastos se projetam para a frente, como uma marquise a sobressair duma rotunda.
— É ela mesma! — confirma Laurentina. (VERISSIMO, 2016, p. 72).

A visão de Laurentina (esposa de João Benévolo cuja família passava por problemas financeiros) da chegada de Dodó à travessa das Acácias demonstra a diferença entre os dois mundos que Erico Verissimo tentava retratar em seu romance, um deles simples e o outro pomposo. Laurentina

mal via o exterior de sua residência, pois entre os intervalos de seu trabalho de costureira ficava a volta de seu único filho Manuel, que estava adoentado, já Dodó levava outra vida: andava pela cidade a bordo de seu Chrysler Imperial com motorista, entre visitas de caridade proporcionadas através do seu cargo de Presidenta da Associação das Damas Caridosas, encontros com o esposo e bailes de luxo. Dodó não vivia no centro, apenas passava pela região, o que ressalta ainda mais as diferenças entre as personagens.

Figura 6 - Mapa das linhas de bonde em 1928



Fonte: WALTER, 2016, p. 161.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capital gaúcha descrita em *Caminhos Cruzados* revela parte da pluralidade que existia na Porto Alegre dos anos 30 durante o período da modernidade urbana, pois mostra o quanto as camadas sociais e as realidades da mesma cidade podem ser múltiplas ao se entrelaçarem a história de seis famílias. Observa-se que a cidade só era completamente acessível para os personagens que viviam na camada social mais alta, e que somente alguns dos personagens retratados como moradores da Travessa das Acácias - Professor Clarimundo e Fernanda - foram capazes de romper com o isolamento e adentrar no Moinhos de Vento.

Ainda em relação a percepção do espaço urbano em modernização, a zona sul é fortemente vendida como uma região de expansão da cidade, lugar onde havia uma calma que não era alcançada nas outras regiões da

cidade. Quanto ao bairro Moinhos de Vento entende-se que era uma região pacata da cidade, voltada para a habitação das famílias mais ricas. Já a zona central trata-se de uma região na qual borbulham oportunidades, onde todos os personagens se encontram e perpassam durante o dia, entretanto, no romance, apenas moram na região as famílias mais simples mostradas na Travessa das Acácias.

É bastante demarcado que apenas os personagens representados como da elite da população da capital tinham acesso à inovação que era o automóvel, quanto ao restante dos personagens, os mais pobres, eram descritos como usuários de transporte público (bonde) ou como pedestres.

Erico Verissimo representou, através da narrativa uma espécie de microcosmo da sociedade porto-alegrense dos anos 30, apresentando a capital em seu processo de modernização urbana e uma sociedade ainda provinciana, em que a pequena burguesia comerciária representa o papel de elite urbana com poucas possibilidades de ruptura social.

REFERÊNCIAS

- A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano. Porto Alegre, nº 51. 04 Mar. 1932. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=palacete%20moinhos%20de%20vento&pagfis=70765>>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano. Porto Alegre, nº 138. 18 Jun. 1934. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=ipanema&pasta=ano%20193&pagfis=75662>>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano. Porto Alegre, nº 148. 29 Jun. 1934. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=beco%20do%20oitavo&pagfis=75733>>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano. Porto Alegre, nº 164. 23 Dez. 1935. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=%22trenzinho%20do%20oriacho%22&pasta=ano%20193&pagfis=78721>>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- APPEL, Carlos Jorge. *O romance de 30*. Porto Alegre: Movimento, 1983.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: Marx, modernismo e modernidade urbana*. 1986. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

- BRESCIANI, Maria Stella. (2018). As sete portas da cidade. In: *Da cidade e do urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. Org.: Josianne Cerasoli, Marcia Naxara, Rodrigo de Faria. 1ª.ed -São Paulo: Alameda.
- CALABI, Donatella. *História do Urbanismo Europeu*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CRUZ, Claudio. *Literatura e cidade moderna: Porto Alegre 1935*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- COMUNICAÇÃO Social da Prefeitura de Porto Alegre. *Reforma do edifício Cine Imperial será assinada amanhã*. Foto de Ricardo Giusti. 18/11/2008. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=99245&p_secao=3&di=2008-11-18>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- COSTA, Fabricio Santos da. *O papel social do escritor e a sociedade no papel, em Érico Veríssimo*. (dissertação) Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. 5ª ed. Re. Ampl. - Porto Alegre: Ed. Edigal, 2018.
- LUCCAS, Luis Henrique Haas. *Arquitetura moderna brasileira em Porto Alegre: sob o mito do “gênio artístico nacional”*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura) -Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- PICON, Antoine. (2001) Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Hausmanização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org). *Cidades Capitais do Séc. XIX*. São Paulo: Edusp.
- POLESSO, Natalia B. *Literatura e Cidade: cartografias metafóricas e memória insolúvel de Porto Alegre (1897-2013)*. (tese) Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.
- OLIVEIRA, Clovis Silveira de. *Porto Alegre: a cidade e sua formação*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Norma, 1985.
- SOUZA, Célia Ferraz de. *Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernidade urbana da cidade*. 1ª. ed. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008. v. 1.
- VERISSIMO, Erico. *Um certo Henrique Bertaso: pequeno retrato em que o pintor também aparece*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.
- VERISSIMO, Erico. *Caminhos Cruzados*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2016.

WALTER, Clara N. S. *A sociabilidade na cidade moderna - os bondes e a Porto Alegre de 1890 a 1945*. (tese) -Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

Submetido em 01/12/2021

Aceito em 28/07/2022

EXPLORANDO O POTENCIAL DAS DÉCIMAS URBANAS NA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO DE UM BECO DE PORTO ALEGRE, 1897-1924

EXPLORING THE POTENTIAL OF PROPERTY TAX RECORDS ON THE HISTORY OF THE MODERNIZATION OF AN ALLEY IN PORTO ALEGRE, 1897-1924

Lucas Soares Machado¹

RESUMO

O presente artigo pretende discorrer sobre a potencialidade do uso dos registros da décima urbana na análise da história da urbanização e modernização das cidades brasileiras. Tomando-se como exemplo o caso do Beco do Fanha, antiga viela que percorria duas quadras do centro histórico de Porto Alegre, entre as ruas Riachuelo, dos Andradas e Sete de Setembro, pretende-se demonstrar que a documentação sugerida pode se mostrar propícia para, relacionada a recursos cartográficos, desvendar as formas materiais e usos dos imóveis urbanos da cidade, bem como suas transformações ao longo do tempo. Para isso, tomar-se-á o recorte temporal dos anos 1897 a 1924, período no qual Porto Alegre passava por um sensível aumento populacional, o que também desencadeou medidas governamentais para lidar com a questão habitacional e urbana.

Palavras-chave: Décima urbana. Reforma urbana. Becos.

ABSTRACT

This article intends to discuss the potential use of property tax records in the analysis of the history of urbanization and modernization of Brazilian cities. Taking as an example the case of Beco do Fanha, an old alley that ran for two blocks in the historic center of Porto Alegre, between Riachuelo, dos Andradas and Sete de Setembro streets, the intention is to demonstrate that the suggested documentation can be able to, in relation to cartographic resources, reveal the material forms and uses of urban properties in the city, as well as their transformations over time. For this, the time frame of the years 1897 to 1924 will be taken, a period in which Porto Alegre was going through a significant population increase, which also triggered governmental measures to deal with the housing and urban issues.

Keywords: Property tax records. Urban reform. Alleys.

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, RS, e é atualmente aluno de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

INTRODUÇÃO

O atual centro histórico de Porto Alegre mantém características urbanísticas que datam desde os primórdios da ocupação açoriana em meados do século XVIII. O traçado das principais ruas daquela região remete às primeiras vias do povoado, já presentes no mapa elaborado em 1772 pelo capitão-engenheiro Alexandre Montanha, “designado para demarcar as primeiras ruas, o lote de cada colono, o lugar da futura igreja e da sede da administração” (MONTEIRO, 1995, p. 23).² Ruas como a da Praia, da Ponte e Formosa, atualmente correspondem, respectivamente, à Andradadas, Riachuelo e Duque de Caxias. Constata-se, dessa forma, uma espécie de continuidade entre aquelas formas originais e os contornos atuais, ao menos na dimensão viária.

Mas uma série de outras vias, mais estreitas e de comprimentos diversos, geralmente posicionadas transversalmente sobre terrenos acidentados da escarpa que atravessa o centro histórico, passaram por uma série de reformas ao longo das primeiras décadas do século XX, muitas das quais desaparecendo completamente. Entre essas, podemos citar a antiga Travessa Angustura, que, antes de ser demolida na década de 1920, ligava as atuais Rua Gen. Andrade Neves e Rua dos Andradadas, provavelmente de forma semelhante à ainda existente Travessa Eng. Acilino de Carvalho. Também houve casos como o do Beco do Poço, como era conhecida uma extensão da antiga Rua General Paranhos, demolido no processo de abertura da Avenida Borges de Medeiros, também no final da década de 1920. Foi assim também com o Beco do Rosário, que, ao longo dos anos, deu lugar à Avenida Otávio Rocha, e com o Beco da Cadeia, substituído pela Avenida Sen. Salgado Filho. Nesses casos, houve um rasgo material no tecido urbano da cidade, manifestado na abertura de importantes avenidas que renovaram o fluxo do centro histórico.

A proposta deste trabalho é discorrer sobre a outra dimensão desse processo: sobre os antigos becos de Porto Alegre que não desapareceram por completo, mas foram alargados e transformados em ruas propriamente ditas; ou, mais especificamente, discorrer sobre as possibilidades de pesquisa em história urbana a partir do uso das décimas urbanas, tomando como exemplo o caso do Beco do Fanha, substituído ao longo do século XX

2 “Desse traçado do capitão Montanha não se possui a provável planta que o orientou, e as representações imaginadas que dela se fizeram em anos posteriores — como a de Paranhos Antunes, em 1940, ou a de Clóvis Oliveira, em 1987 [...] já assinalam, ao lado das primeiras ruas, a presença do Beco dos Guaranis [...]” (PESAVENTO, 2001b, p. 100). Não reproduzirei aqui nenhum das versões dessa planta, devido ao limite de páginas. Cf.: PESAVENTO, Sandra. Era uma vez o beco. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da cidade*. 1 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001b.

pela atual Rua Caldas Júnior. Foi Maurizio Gribaudi quem postulou que “se cada cidade carrega a impressão dos traços que a marcaram desde seu nascimento, cada momento de sua evolução deixou suas marcas” (GRIBAUDI, 2015, p. 12, tradução nossa).³ As formas (viárias em sua maioria, mas também arquitetônicas, em certa medida) do centro histórico da capital gaúcha carregam em si, “como as linhas da mão”, para citar Calvino, os caracteres da cidade colonial, de ocupação orgânica e popular, que não puderam ser apagados mesmo após um século de reformas urbanas.

Para analisar o Beco do Fanha e suas transformações, usaremos a metodologia proposta por Beatriz P. S. Bueno nas pesquisas que culminaram em sua tese de livre-docência sobre a história da urbanização da cidade de São Paulo (2005, 2018a, 2018b). Nelas, Bueno fez uso das décimas urbanas da capital paulista como fonte primária de análise, por julgar que essa documentação é especialmente útil para:

[A]nalisar índices materiais de leitura de cidade, tais como a natureza dos imóveis — freguesia a freguesia, rua a rua, lote a lote —, tipologias edilícias, usos, proprietários, inquilinos e valores, sendo possível imaginar a geografia dos usos e usuários dos espaços em retrospectiva, mensurando índices de riqueza e pobreza numa espécie de “Geo-História” de matriz braudeliana (BUENO, 2018a, p. 6).

Aliado à utilização das décimas urbanas, que eram uma forma de tributo pago à administração municipal pela posse de imóveis urbanos, Bueno propõe a adaptação de uma planta da área urbana da cidade estudada a fim de se criar um mapa-base, permitindo justapor informações das fontes escritas e observar “a reconstituição de aspectos concretos do tecido urbano” (BUENO, 2005, p. 64).

As fontes utilizadas neste artigo, portanto, serão as décimas urbanas do Beco do Fanha relativas ao intervalo temporal de 1897 até 1924.⁴ A planta utilizada para realizar a justaposição de informações é o Levanta-

3 “Si chaque ville porte l’empreinte des traits qui l’ont marquée dès la naissance, chaque moment de son évolution a laissé ses marques”. Cf.: GRIBAUDI, Maurizio. Continuité et changements dans l’évolution d’une ville. Notes et questions sur le Paris de la première moitié du XIXe Siècle. Paris: *Transversalités*, no. 134, 2015/3, pp. 11-28.

4 As décimas urbanas consultadas nesta pesquisa se encontram no acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV), Fundo Fazenda, sob a rubrica Imposto Predial. A documentação é composta por grandes livros que contêm as informações respectivas aos logradouros da cidade, de ano a ano. Faltam, no recorte temporal assumido neste exercício, os anos de 1902 e 1913.

mento Cadastral de 1893, elaborado pelo engenheiro Guilherme Ahrons.⁵ Objetiva-se compreender quais eram as características predominantes da via no tocante à dimensão material, isto é, quais eram os tipos de imóveis presentes no beco e quais as dinâmicas de sua ocupação; além disso, pretende-se analisar a maneira como esse espaço foi desestruturado ao longo dos anos pela ação da Intendência Municipal num processo de reformas que teve início por volta do ano de 1912 e cujo fim extrapola o teto temporal adotado nesta pesquisa.

Para isso, o texto será dividido em três seções, além das considerações finais. Na primeira parte, pretende-se explanar brevemente sobre as características da urbanização da cidade de Porto Alegre e sobre a formação dos becos ao longo de sua história. Na segunda, serão analisadas algumas características das décimas urbanas como fonte de pesquisa em história. Por fim, tratar-se-á das formas materiais da via ao longo dos 28 anos de recorte temporal, prestando atenção às desapropriações, demolições e transformações ocorridas ao longo desse tempo.

1 OS BECOS NA URBANIZAÇÃO DE PORTO ALEGRE

A formação de Porto Alegre data do final do século XVIII e está ligada aos esforços de ocupação do território do extremo sul da colônia portuguesa. Por volta de 1752, a região da península, que compreende o atual centro histórico da cidade (acrescido, atualmente, de diversos aterros), e que fora doada como sesmária, passa a abrigar uma pequena povoação de casais açorianos que deveriam ocupar as terras das Missões a oeste da província. O povoado prospera, muito embora não receba subsídios governamentais até 1772. Vinte anos após o início da ocupação açoriana na região, as principais vias de acesso à povoação passaram por melhorias e um especialista (o supracitado capitão-engenheiro Alexandre Montanha) foi designado para realizar o traçado urbano. Em 1773, tanto por motivos estratégicos quanto pelo desenvolvimento local, a administração central da colônia eleva a vila à condição de capital da província, em detrimento de Viamão.

Em sua dissertação de mestrado, Ana Luiza Koehler remete as formas originais de Porto Alegre à tradição urbanística portuguesa do período

5 Sobre este, Günter Weimer salientou que era “engenheiro e poeta [...], pai de Rudolph Ahrons que se tornaria famoso construtor em Porto Alegre, nos tempos em torno da Primeira Grande Guerra” (WEIMER, 1979, p. 196). O trabalho de Ahrons resultou em uma planta descontinua de Porto Alegre, composta por múltiplas páginas que retratam partes individuais da cidade em escala 1:2000. A planta foi consultada no acervo de mapas e plantas do AHPAMV. Cf.: WEIMER, Günter. Engenheiros alemães no Rio Grande do Sul, na década de 1848 – 1858. In: *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre, n. 6, v. 2, p. 151-205, 1980.

colonial. Essa tradição seria caracterizada pela incorporação de elementos urbanísticos medievais às formas das cidades islâmicas. Os lotes traçados segundo essa matriz eram “tipicamente estreitos e profundos, com sua geometria profundamente relacionada às formas das edificações que neles [eram] construídas” (KOEHLER, 2015, p. 55). A povoação açoriana teve início na península que se estende sobre o Guaíba, caracterizada pelo morro íngreme que a percorre, grosso modo, de oeste a leste, separando os campos alagadiços ao sul da região portuária ao norte. As principais vias traçadas no fim do século XVIII, já presentes no mapa de Alexandre Montanha, percorriam longitudinalmente o promontório, de modo que as vias transversais, gênese dos becos, eram geralmente ladeiras. Na parte mais alta da povoação foram instaladas as principais edificações administrativas, “desta forma, estavam representados todos os poderes, seculares e religioso, nos altos da península; na rua da Igreja [atual Duque de Caxias], em forma de acrópole, visíveis a todos (MONTEIRO, 1995, p. 26). Ainda segundo Koehler:

Pode-se assim dizer que o núcleo urbano primitivo de Porto Alegre é formado à luz da tradição urbanística portuguesa, ou seja, em sítio estrategicamente elevado e junto a um corpo d’água que lhe garantia a defesa. [...] Além disso, o fato de ter sido traçada por um engenheiro militar enviado pela Coroa portuguesa sinaliza um planejamento e erudição maiores na ação de ocupar o espaço (KOEHLER, 2015, p. 80).

O desenvolvimento urbano de Porto Alegre não foi rigoroso nas primeiras décadas do século XIX. É a partir da criação dos primeiros núcleos de colonização alemã próximos à cidade e aos afluentes que desaguam no Guaíba que a capital da província vivenciou um incremento em suas atividades urbanas, principalmente a partir da distribuição da produção agrícola daquelas colônias. Nesse período, a navegação pelos rios era “o único meio de transporte economicamente viável. Isto [tornou] Porto Alegre o escoadouro privilegiado de toda produção das colônias alemãs e italianas [...]” (SINGER, 1977, p. 159). Além de centro administrativo da região, a cidade passava a despontar como entreposto portuário, o que também agiria no sentido de atrair pessoas à procura de trabalho e moradia. De acordo com dados apresentados por Paul Singer, a população de Porto Alegre em 1848 beirava os 17 mil habitantes, sofrendo um acréscimo populacional de 41% em relação a vinte anos antes.

Na segunda metade do século XIX, Porto Alegre aparece como uma cidade em busca de um modelo de civilidade baseado na cultura europeia do período. “Constrói-se o Teatro São Pedro (1858), no alto da colina, que, com a Casa de Ópera, era opção de vida noturna [...]. Funda-se a Hidráulica

Porto-Alegrense (1865) que forneceu água [...] a domicílio ou nos chafarizes em locais públicos” (MONTEIRO, 1995, p. 31). Mas, consoante aos projetos de sociabilidade e modernidade idealizados pela elite local de proprietários de terras escravocratas e grandes comerciantes, outros espaços eram engendrados por outros atores. Nesse contexto surgem os becos, expressão que no século XVIII tem um sentido “de natureza mais propriamente topográfica, de rua estreita, com ladeira e aberta no curso natural de uma expansão urbana não planejada”, mas que, com o advento do século XIX, “cede lugar a uma designação depreciativa que traduz uma avaliação [negativa] ao mesmo tempo moral, estética e higiênica” (PESAVENTO, 2001b, p. 31).

A ocupação popular dos becos está ligada à sua formação histórica. Koehler, refletindo sobre uma citação de Achylles Porto Alegre, observa que “o cronista indica que o surgimento [do Beco do Fanha] se deu por iniciativa do seu primeiro morador, que também arbitrou a largura necessária para o trânsito na via” (KOEHLER, 2015, p. 132). Sabiamente, a autora remete essa constatação ao enunciado de Sandra Pesavento, no qual esta formula que “os becos se originam de uma ocupação ‘espontânea’ ou ‘orgânica’ da cidade que se adensa e espraia”, concluindo que “neste sentido, são também iniciativas que se tomam fora da norma ou da regra” (PESAVENTO, 2001b, p. 105).

Se inicialmente essas vias orgânicas tinham uma função mais limitada à ligação entre vias oficiais, com o tempo passam a ser elas também ocupadas por construções. Ana Luiza Koehler, discutindo a partir de contribuições de Sandra Pesavento e Gilberto Freyre, destaca dois momentos da ocupação dos becos. Em primeiro lugar, devido a sua topografia acidentada, esses espaços foram mais facilmente ocupados pelas classes abastadas, graças ao uso de trabalho escravo. Posteriormente, com o aumento populacional das cidades, esses primeiros habitantes migraram para regiões afastadas dos centros, dando origem a bairros nobres. Quanto às habitações erguidas nas vias transversais, “tornavam-se então moradias multifamiliares: era comum o aluguel de cômodos e mesmo porções às camadas mais pobres, criando sérios problemas sanitários e densificando o centro da cidade” (KOEHLER, 2015, p. 54-68).

Esse cenário é esquemático e precisaria ser confirmado de caso em caso. De fato, a separação entre os diversos grupos sociais não era absoluta, em especial nos becos. Sandra Pesavento chamou esses espaços de “lugares de enclave”, “pois expunham, pela contiguidade inevitável e indesejável, o mau lado da urbe” (PESAVENTO, 2001a, p. 98). Celia Ferraz de Souza corrobora essa ideia, situando habitantes abastados e despossuídos nos mesmos espaços da cidade:

Entre aqueles becos, um em especial, transversal e ladeirento, era o conhecido beco do Fanha, oficialmente chamado, já no início da República, de Travessa Paysandu. Segundo Pereira Coruja, que escreveu a partir de suas vivências na capital no século XIX, as moradoras da Travessa Paysandu “distinguiam-se pela vida alegre” (CORUJA, 1983 [1881], p. 112), certamente aludindo à prostituição exercida no local. Além disso, narra que o nome dado ao beco fora originado de um taverneiro fanho que residira naquela via que, já nos seus tempos, tinha as esquinas “ornadas com a placa de Travessa de Paissandu, para inglês ver, pois há de continuar a ser do Fanha para fazer companhia à sua vizinha dos Pecados mortais, Alto da Bronze, etc., etc.” (CORUJA, 1983 [1881], p. 113). Com isso, Pereira Coruja insinuava que a mudança de nomenclatura pouco interferia nas atividades que ocorriam no beco, e mesmo nos outros becos da vizinhança, que seguiam os mesmos.

Sérgio da Costa Franco, memorialista, indica que já em 1873, quando o beco recebe o nome oficial de Travessa Paysandu, numa alusão à vitória militar contra o Uruguai em 1864, na via residia o “ilustre médico, escritor e político Dr. José Antônio Caldre e Fião”. Essa informação é importante para pontuarmos que a noção de que a elite local havia abandonado o centro em favor dos arrabaldes é demasiadamente esquemática. Não podemos afirmar com certeza qual a dimensão desse fenômeno, apenas que, em alguns casos, os antigos sobrados coloniais eram habitados não por seus proprietários, mas por locatários que podiam ser, mas não necessariamente eram sempre, trabalhadores pobres.

Franco também indica que as obras de reforma da travessa estavam “praticamente concluíd[as]” em 1919. A rua então teria 13 metros de largura e contaria com os prédios modernos do jornal A Federação, da Caixa Econômica Federal e o Grande Hotel, que “concorreram decisivamente para inovar a imagem da Travessa Paysandu [...], que os velhos ainda insistiam em chamar de Beco do Fanha” (FRANCO, 1988, p. 92).⁶

2 DÉCIMAS URBANAS E HISTÓRIA DAS CIDADES

Os estudos interessados na história das cidades brasileiras, suas dinâmicas habitacional e imobiliária, o cotidiano de seus habitantes, sejam

6 “The belonging of commemorative street names to the symbolic foundations of the established order makes them, together with other symbolic expressions of power, potential focal points of political dissent and opposition, whereas the rejection of names by a population, or segments of it is a profound act of resistance”. Cf.: AZARYAHU, Maoz. The power of commemorative street names. *Environment and Planning D – Society and Space*, 14, pp. 311330, 1996. Pretendo aprofundar essa discussão em minha dissertação de mestrado.

eles locadores ou locatários, beneficiam-se muito do uso dos impostos da décima urbana como fonte primária. Essa documentação, disponível para Porto Alegre dos anos 1890 aos 1930, é rica em detalhes, convenientemente catalogados em categorias mais ou menos compreensíveis, apesar de serem fontes díspares quando comparadas de cidade a cidade.

Uma definição desse imposto é fornecida por Beatriz Bueno, pesquisadora que tem trabalhado há anos com a história de São Paulo a partir das décimas daquele município:

[...] a Décima Urbana foi o primeiro imposto predial, estabelecido para a Corte e principais vilas, cidades e lugares notáveis da faixa litorânea, pago à Fazenda Real, correspondendo a 10% do rendimento líquido de todos os bens de raiz, incidindo sobre proprietários e inquilinos, com exceção daqueles pertencentes às Santas Casas de Misericórdia (BUENO, 2005, p. 61).

Era, portanto, um imposto que insidia sobre imóveis urbanos e que, convenientemente, possibilitou a produção de listas detalhadas desses imóveis, seus proprietários, suas tipologias e valores. Como fonte de pesquisa, a décima é “sinônimo de área urbana, [e, como tal,] presta-se de maneira exemplar à reconstituição da sua tessitura” (BUENO, 2005, p. 62).

Para além da arrecadação, esse tipo de produção administrativa sobre a cidade, aliada às plantas e mapas, assinala uma preocupação em conhecer e controlar o espaço urbano. Maria Stella Bresciani nos lembra que, no século XIX, as autoridades públicas europeias, preocupadas com as condições sanitárias das cidades e com o grande número de epidemias, “deram maior ênfase ao ambiente urbano como campo de investigação” (BRESCIANI, 2014, p. 65). Daí se dá forma ao saber técnico sobre a cidade, gênese também da disciplina do urbanismo. De fato, Cleandro Krause e Fania Fridman, ao analisar a legislação urbanística de Porto Alegre na Primeira República, atribuem à administração pública um

[P]otencial de causar diferenciações espaciais que, ao fim e ao cabo, teriam contribuído para o aumento da segregação socioespacial interna à cidade, especificamente pela diferenciação dos lugares de residência das diferentes classes sociais (KRAUSE; FRIDMAN, 2017, p. 3).

Resultantes dessa preocupação das autoridades públicas sobre as cidades, as plantas, os relatórios, os projetos, entre tantos outros, permitem-nos, mediante uma lente histórica, vislumbrar um pouco das dinâmi-

cas urbanas do passado.

A Lei nº 5,⁷ que promulgou a décima em Porto Alegre, data de 1892. Foi elaborada após a Lei Orgânica, do mesmo ano, que organizou a divisão administrativa do município em seis distritos; era no 1º Distrito, que compreendia a ponta da península (o atual centro histórico), que se situava o Beco do Fanha.

Uma análise atenta dos dispositivos da Lei nº 5 permite compreender os critérios utilizados pelos fiscais, visíveis através da documentação consultada. O texto legal dispõe sobre a taxa do imposto, a forma do cálculo do valor locativo, as isenções, os prazos, as multas etc. É importante atentar ao método que embasava a cobrança; o art. 2º dispunha que o imposto seria calculado sobre o aluguel do prédio, se este estivesse ocupado, ou fixado pelo fiscal “por meio de um arbitramento razoável”. O fiscal poderia se basear, então, nos recibos e contratos de arrendamento ou aluguel, ou, na ausência destes ou em casos de suspeita de fraudes, arbitrar um valor provável de locação do imóvel, atentando “à sua capacidade, localidade e aluguel conhecido de outros [imóveis] em tal condição”.

Segundo o art. 9º, o lançamento do imposto era feito semestralmente. Sendo assim, os valores de locação presentes na documentação são, no geral, referentes, ou ao valor do aluguel multiplicado por seis, ou à arbitração do fiscal.

A Lei nº 5/1892 também discorria sobre os elementos que deveriam ser catalogados durante o lançamento do imposto, ato que geraria um registro por escrito. Como dito acima, há uma discrepância significativa entre as informações presentes nas décimas de diferentes cidades, como a de São Paulo em 1809, utilizado por Bueno, e a de Porto Alegre do início do século XX. Os campos mais interessantes para este exercício dizem respeito às tipologias prediais (ou edificações), que podiam variar de T (*térreo*), S (*sobrado*), Ass. (*assobradado*), entre outros mais específicos. No entanto, a décima de Porto Alegre também disponibiliza os nomes dos proprietários dos imóveis, seus valores de locação (cotados por semestre, como indicado acima), além de multas e outras despesas. Um campo que permite vislumbrar certas situações mais específicas é o Observações, podendo informar a respeito dos períodos em que os imóveis estiveram vazios, valores de alu-

7 Um arquivo em PDF contendo a Lei nº 5/1892 me foi fornecido gentilmente pelas equipes da Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre e do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Após as tratativas, o material foi postado no Sistema Integrado de Referência Legislativa da PGM, sob o endereço: <https://legislacaosirel.portoalegre.rs.gov.br/media/sapl/public/normajuridica/1892/4821/lei_5_1892.pdf>. Todas as citações foram extraídas dessa fonte.

guéis e transferências de proprietários.

Existem, portanto, possibilidades de pesquisa histórica a partir das décimas urbanas. Em especial, é num contexto de desapropriações de imóveis e reformas urbanas que a documentação do imposto predial permite observar as dinâmicas próprias das vias de uma cidade em um determinado momento histórico. O cruzamento com outras fontes, segundo Bueno, “permit[e] perceber a cidade em processo de transformação, imaginando-a um canteiro em obras e especulando sobre as lógicas e interesses que presidiam o bota-abaixo e as renovações sucessivas” (BUENO, 2018b, p. 14).

Por volta de 1912, durante a administração do intendente José Montaury, a atenção da Intendência Municipal recaiu, não em obras mais vultuosas, mas em fazer desaparecer o Beco do Fanha do centro da cidade. Em seu relatório para o Conselho Municipal naquele ano - os relatórios eram publicados pelo jornal *A Federação* -, Montaury estimou que as desapropriações e reformas do beco deveriam custar à Intendência o total de 1.074:153\$781 réis e que a máxima receita, a ser obtida através da venda de terrenos e materiais dos prédios demolidos, não passasse dos 564:000\$000 réis, o que geraria um déficit de 510:153\$781 réis à Intendência. Montaury também afirmou que os trabalhos visavam à valorização dos terrenos da rua, assim como ao preparo do local onde deveria ser construído um prédio para a Assembleia dos Representantes, o que não saiu do papel. Mas, acima de tudo, o intendente se disse “convencido mesmo da necessidade de fazer desaparecer esse beco da parte mais central da cidade” e que, para isso, já iniciara “algumas desapropriações por acordo amigável, faltando outras que se acham em negociação” (*A FEDERAÇÃO*, 03/12/1912, p. 3).

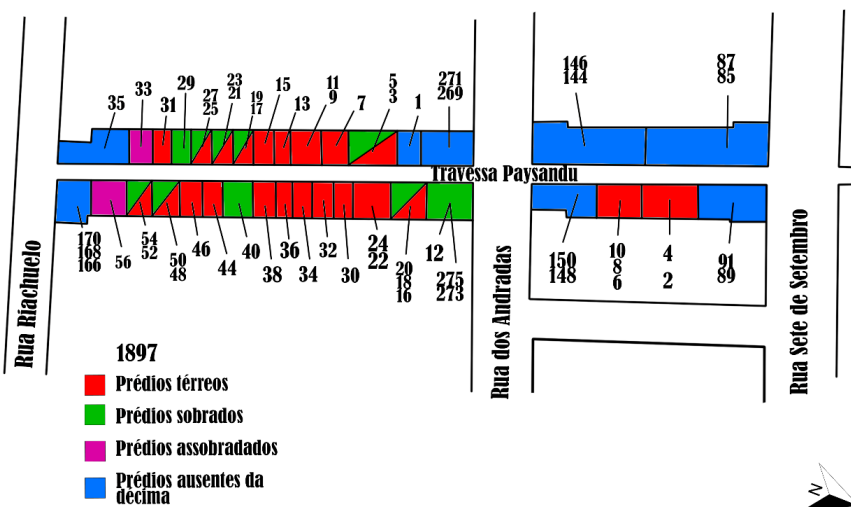
O que se verá, portanto, através da análise das décimas urbanas do Beco do Fanha, é um processo de desapropriação e destruição de uma via popular, dando lugar a uma rua “moderna” e a prédios valorizados.

3 O BECO DO FANHA ATRAVÉS DAS DÉCIMAS URBANAS (1897-1924)

Vejamos como a análise detida do Beco do Fanha pode aprofundar essa leitura sobre o espaço urbano, seus ocupantes e seus usos. Seleccionamos quatro anos distintos para servirem de “âncoras” para as discussões: 1897, por ser o primeiro ano da série e por proporcionar um retrato do Beco do Fanha no final do século XIX; 1904, por ser, ao lado de 1908, o ano em que se registrou maior número de imóveis na via; 1912, ano em que se colocou decisivamente em movimento o projeto de alargamento do beco; e 1921, quando se registrou o menor número de imóveis na via. Detenhamos nossa

atenção em um primeiro cruzamento de fontes, entre a décima urbana de 1897 e a planta de 1893 [Planta 2]. O elemento elencado nesta análise é a tipologia dos prédios.⁸

Planta 2 - Tipos prediais do Beco do Fanha - 1897



Fonte: AHPAMV, Fundo Fazenda, Imposto predial, prateleira 459, livro 48; AHPAMV, Mapoteca, Levantamento cadastral de 1893. Elementos gráficos produzidos pelo autor.

Os dados indicam a existência de alguns sobrados e casas assobradadas entre uma preponderância de prédios térreos. Essa imagem condiz com um trecho de Sandra Pesavento no qual a autora analisa uma foto do antigo Beco do Fanha, concluindo que este “pouco parece sombrio. Tem calçada e iluminação, e suas construções são igualmente sobrados ou casas baixas” (PESAVENTO, 2001b, p. 104). Do total de 48 números inscritos no imposto predial daquele ano, 31 estavam registrados como térreos, 12 como sobrados e apenas dois como assobradados. Três casos (os números 18, 20 e 37) foram inconclusivos.

⁸ As plantas resultantes do cruzamento das informações das décimas urbanas com o Levantamento cadastral de 1893 foram elaboradas em três etapas: 1) fichamento das informações constantes nos registros da décima urbana do Beco do Fanha através do *software* Excel; 2) criação de um mapa-base digital a partir do traçado e demais informações presentes no Levantamento cadastral de 1893 por meio do *software* Adobe Photoshop; 3) imposição das informações da décima tocantes às tipologias prediais sobre o mapa-base, também no Photoshop.

A conformação da rua é bastante característica, e permanece assim por quase duas décadas, quando começa a se desconfigurar por volta de 1915. Percebe-se que o “miolo” do beco no trecho entre a Riachuelo e a Andradas é composto por grande número de casas térreas, assinaladas em vermelho na Planta 2. O lado da numeração ímpar (superior na Planta 2 e todas subsequentes) apresenta prédios com testadas mais estreitas, principalmente no trecho entre os números 13 (o menor da rua, com 4,7m de frente) e 31, dentre as quais, em 1897, algumas eram sobrados. Estes estavam concentrados na parte mais alta da rua, próximo à Riachuelo. Era lá também que se encontravam, no ano em questão, dois prédios designados como assobradados.

Os casos ausentes da décima decorrem de uma peculiaridade observada por Ana Luiza Koehler. Esta reparou que, no levantamento cadastral de 1893, “os imóveis de esquina — que parecem ser frequentemente mais alterosos do que os exemplares de meio de quadra dos becos — são quase todos registrados como pertencentes às ruas principais adjacentes” (KOEHLER, 2015, p. 199). Essa peculiaridade também se estende à décima urbana, possivelmente numa tentativa consciente, tanto de fiscais como de proprietários, de desvincular os imóveis de esquina, mais imponentes, do interior dos becos.

A separação de alguns prédios em térreos e sobrados atesta à sublocação daqueles espaços.⁹ Como assinala Koehler, “o sobrado [...] era então reservado aos mais abastados” enquanto o térreo “caracteriza[va]-se por uma ocupação comercial e funcional [...], abrigando depósitos, lojas, cocheiras e alojamento de escravos” (KOEHLER, 2015, p. 58). Embora a última designação seja anacrônica no período republicano, a dinâmica possivelmente era similar: serviam as casas térreas como alojamentos, por aluguel, para trabalhadores.

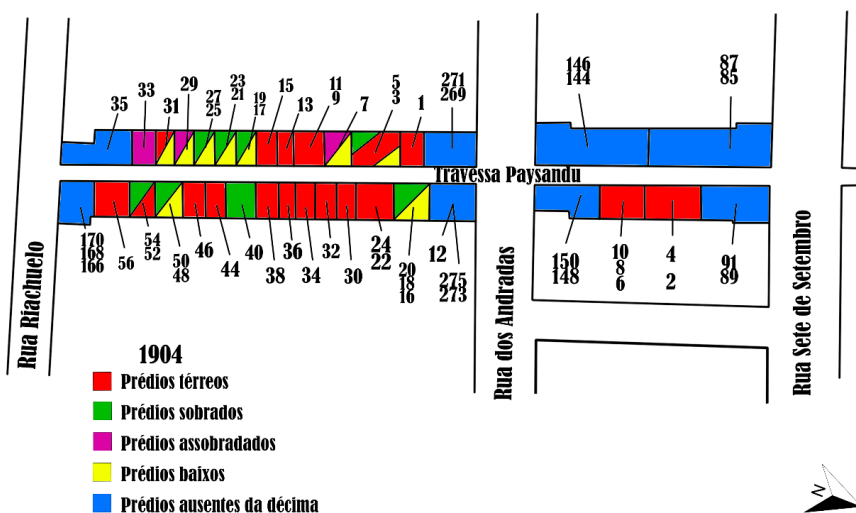
No tocante à habitação nesses imóveis, nota-se, em alguns anos, um movimento constante de ocupação e desocupação. Silvia Arend observou esse fenômeno na Porto Alegre de fins do século XIX, traçando, inclusive, uma comparação com o caso francês exposto por Michelle Perrot. Segundo o entendimento da autora, “o elevado preço dos aluguéis ocasionava, em grande parte, a constante mudança de endereço dessas pessoas” (AREND, 2001, p. 27). Foco do seu estudo, Arend se refere, aqui, aos populares, trabalhadores pobres, muitos ex-escravizados, que “residiam, na sua maioria,

9 Essas sublocações se manifestam na décima urbana através de divisões mais ou menos óbvias. Nos casos em que certos endereços têm seu número acrescido de uma letra, é fácil detectar uma subdivisão de um prédio; mas há também casos em que dois endereços distintos parecem fazer referência ao mesmo prédio.

em três tipos de habitações: nos chamados cortiços, em porões e casas térreas” (AREND, 2001, p. 29).

Se seguirmos, para 1904, o mesmo itinerário realizado na análise do ano de 1897 [Planta 3], a primeira coisa que perceberemos é o surgimento de uma nova categoria predial. A primeira menção à designação “baixo” aparece em 1899, vinculada ao prédio de número 29: este já figurava então como baixo e assobradado. Carlos Lemos lembra que a origem do termo sobrado tem relação ao “espaço sobrado”, que “tanto podia estar acima [do] piso como embaixo dele”, podendo, pois, caracterizar uma espécie de porão. Essa conformação era especialmente comum em “certos terrenos inclinados [que] permitem que embaixo do pavimento principal surja um pavimento inferior” (LE MOS, 1989, p. 33). Tais características, adequadas à Travessa Paysandu, podem justificar a presença de diferentes designações para os pavimentos de uma mesma construção. A designação baixo poderia se referir a um desses pavimentos inferiores, que não necessariamente se confundia com os pavimentos subterrâneos, que seriam propriamente chamados de porões.

Planta 3 - Tipos prediais do Beco do Fanha - 1904



Fonte: AHPAMV, Fundo Fazenda, Imposto predial, prateleira 470, livro 128; AHPAMV, Mapoteca, Levantamento cadastral de 1893. Elementos gráficos produzidos pelo autor.

Em 1904, o Beco do Fanha atinge seu maior número de imóveis registrados na décima urbana. São 54 inscrições, seis a mais do que no ano de

1897. Os edifícios térreos não eram mais a maioria, mas ainda compunham metade dos imóveis da rua, totalizando 27 inscrições. Em seguida vinham 11 prédios baixos, oito sobrados, três assobradados, três sem designação e dois tipos únicos: 1º andar e 2º andar (números 40 e 40A). Estes surgirão em anos posteriores como sobrados, portanto, se os adicionarmos a essa categoria, teremos um total de dez sobrados em 1904.

As principais mudanças entre 1897 e 1904 dizem respeito à designação baixo que, em alguns casos, substituiu os térreos. No prédio 3-5, que também continha a subdivisão 3A, ausente da planta de 1893, houve tal troca: o 3A, térreo em 1897, passa a ser baixo em 1904, enquanto o 5, de sobrado passa a térreo, restando a designação sobrado ao número 3. A alteração também é registrada nos números 17, 21 e 25, que deixam de ser térreos para serem registrados como baixos. O mesmo se procedeu do lado de numeração par. No prédio 48-50, por exemplo, o número 48 sofreu a mesma mudança de térreo para baixo.

Alguns prédios ganharam novas subdivisões. O número 7 deixou de ser um prédio térreo para se tornar assobradado com um baixo de número 7A. Semelhante foi o caso do sobrado de número 29, que foi transformado em assobradado com um baixo de número 29A. Mais surpreendente é o número 31, térreo em 1897, que em 1904 é simultaneamente térreo (31) e baixo (31A). Já o assobradado número 56 de 1897 não passa de um prédio térreo em 1904.

É notório que há, na década de 1910, um grande número de matérias jornalísticas sobre desordens, agressões e alguns poucos assassinatos ocorridos no Beco do Fanha, especialmente veiculadas por A Federação em narrativas que variavam de pequenas notas até descrições detalhadas.¹⁰ Tais problemas de ordem social, e a atenção redobrada das autoridades, podem ter advindo do maior número de habitantes concentrados no beco naquela década. Um recenseamento da população da capital, realizado em 1910, registrou 245 moradores na via, dos quais 125 eram homens e 120 mulheres. Os prédios também são recenseados, constando 42 no Beco do Fanha (A FEDERAÇÃO, 01/02/1911, p. 1).

A partir desses dados é possível calcular que o número médio de moradores por prédio no Beco do Fanha era de 5,8. O número é genérico, pois não exprime acertadamente as variações ocupacionais de prédio a prédio, podendo haver alguns com número de moradores maior que outros. Apesar disso, comparando esses valores com os de outras travessas da ci-

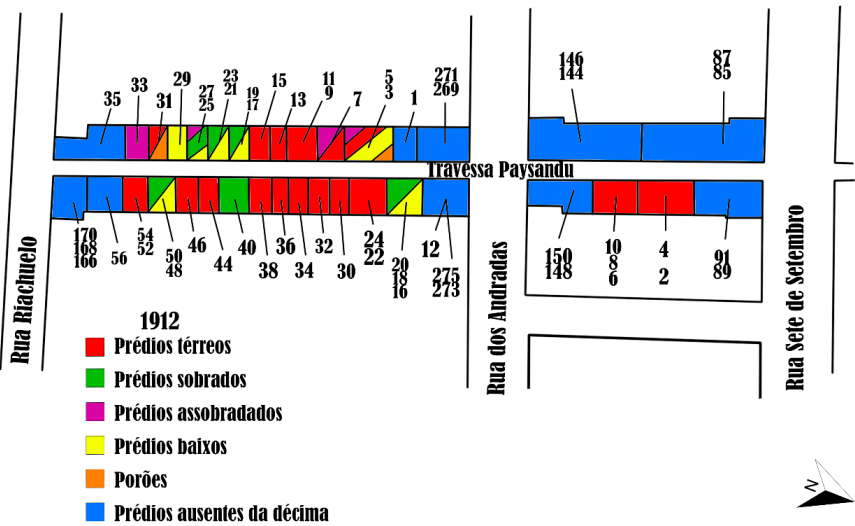
10 Um levantamento realizado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em outra etapa da pesquisa, encontrou 140 matérias jornalísticas relevantes que citavam o Beco do Fanha/Travessa Paysandu entre os anos de 1910 e 1919.

dade, percebemos que a Paysandu era de longe a mais populosa: a Travessa Angustura contava com 4 prédios e um total de 26 moradores, com densidade de 6,5 por prédio; a Travessa Itapiru tinha 21 prédios e 75 moradores, 3,5 para cada prédio; e a travessa Araújo Ribeiro apresentava 5 prédios e apenas 12 habitantes, menos de dois por prédio. Se comparado com a rua dos Andradas, com 396 prédios e 2454 habitantes, com densidade de 6,2 por prédio, o Beco do Fanha se assemelhava às grandes ruas da capital em densidade habitacional.

É em frente a esse cenário que o intendente José Montauray, amparado pela opinião pública e pelo Conselho Municipal, deflagra a operação de remodelação do Beco do Fanha, impondo àquela via de populares a modernidade da Travessa Paysandu. Celia Ferraz de Souza, discorrendo sobre os limites do orçamento municipal que impediam Montauray de fazer grandes obras, menciona, de passagem, que o intendente estaria envolvido em uma reforma pequena, mas já bastante onerosa para os encargos municipais: “Travava-se da transformação de um dos becos transversais do centro da cidade em uma rua de 13 metros de largura e com uma extensão a mais de 270 metros, o que implica em desapropriações, que já estavam sendo feitas” (SOUZA, 2010, p. 84).

Observando o cruzamento das fontes para 1912 [Planta 4], ano em que se iniciam as desapropriações e obras, podemos perceber uma dinâmica ainda semelhante à dos anos anteriores. Contudo, como no recorte anterior, uma nova categoria surge entre os prédios, apesar de bastante tímida: os porões. Crê-se que esse tipo de construção seja autoexplicativo, mas uma incursão pela historiografia ainda vem a calhar. Silvia Arend já nos lembrou, em momento anterior neste texto, que os populares viviam geralmente em três tipos de habitações, sendo os porões um deles. Sandra Pesavento considerou que, no linguajar da virada do século, o termo cortiço poderia significar, entre outras coisas, as “constru[ções] de alvenaria subdividida[s] em vários cômodos e que passam a aproveitar também o subsolo” (PESAVENTO, 2001a, p. 113). Esses locais subterrâneos, naturalmente mais propensos à umidade e à transmissão de doenças respiratórias, “se constituíam em grau de estigmatização ainda maior”. Formavam mesmo “um submundo, nocivos não só para seus habitantes como para a cidade como um todo, pois eram foco de miasmas pestíferos” (PESAVENTO, 2001a, p. 115).

Planta 4 - Tipos prediais do Beco do Fanha - 1912



Fonte: AHPAMV, Fundo Fazenda, Imposto predial, prateleira 484, livro 225; AHPAMV, Mapoteca, Levantamento cadastral de 1893. Elementos gráficos produzidos pelo autor.

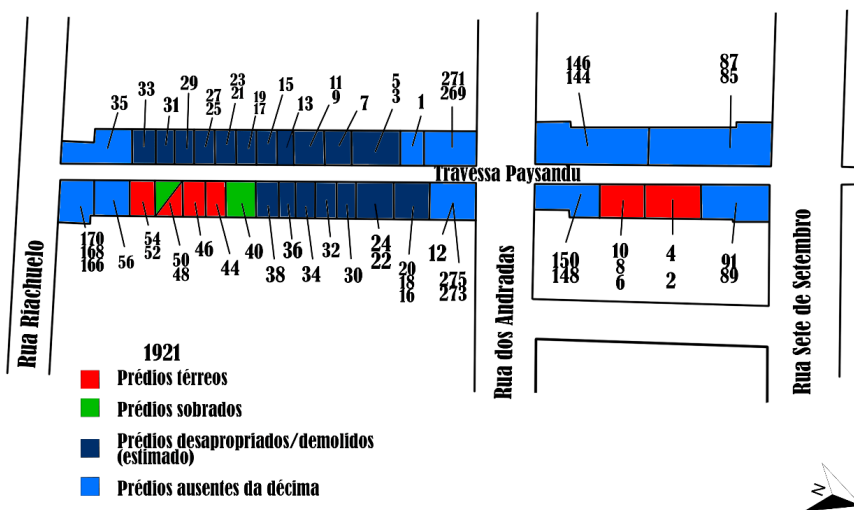
Essas habitações, como se vê pelas matérias jornalísticas, não gozavam do apreço das autoridades ou da opinião pública da época. Mas os trabalhadores, impedidos de adquirir boas e higiênicas casas em locais apropriados da urbe, precisavam escolher entre o porão e a rua. Nesse sentido, seria interessante saber o valor dos aluguéis pagos para residir naqueles porões. Os campos de observações não trazem nenhuma contribuição; sendo assim, é possível fazer os cálculos com base em seus valores locativos semestrais. Daí resulta que o porão de número 3A deveria ter um aluguel mensal na faixa dos 15\$000 (valor semestral de 90\$000), enquanto o de número 31A provavelmente girava em torno de 10\$000 (60\$000 semestrais). Eram valores baixos, mas não de forma surpreendente. Em 1912 o imóvel com maior valor semestral era o de número 9, térreo, calculado em 420\$000, exatamente condizente com seu aluguel mensal de 70\$000 anotado nas observações.

Apesar de não termos, por ora, comparações com os aluguéis de outras ruas da cidade naquele período, é possível especular que o Beco do Fanha havia atingido um ponto de estabilidade material por volta do início da década de 1910. O prédio número 9 permanece como o mais valorizado até 1917, quando é desapropriado pela Intendência conforme as observações da décima urbana. Esta registra, a partir de 1915, um retorno às tipologias prediais mais básicas: baixos, térreos e sobrados. Depois de 1912, com o início

das desapropriações, demolições e obras, o número de prédios começa a diminuir. O momento mais drástico desse processo se dá entre 1920 e 1921, quando o beco perde 35% dos seus prédios, restando apenas 13.

No ano com o menor registro de prédios na décima urbana do Beco do Fanha [Planta 5], o recurso visual da planta cadastral apresenta um pequeno grupo de prédios reunidos no topo da rua, ao lado esquerdo (de numeração par, inferior na Planta 5), além dos imóveis da quadra entre a Andradas e a Sete de Setembro. Os prédios ausentes da décima também foram assinalados, embora se saiba que alguns deles tenham sido demolidos para a construção de novos prédios. Foi o caso dos prédios de esquina com a Andradas, números 269-271 e 273-275, que deram lugar, respectivamente, à nova sede do jornal A Federação e ao Grande Hotel de Christino Cuervo.

Planta 5 - Tipos prediais do Beco do Fanha - 1921



Fonte: AHPAMV, Fundo Fazenda, Imposto predial, prateleira 510, livro 342; AHPAMV, Mapoteca, Levantamento cadastral de 1893. Elementos gráficos produzidos pelo autor.

A partir da renovação daquele espaço por meio da desagregação das habitações populares e do alargamento da via, a finalmente concretizada e “moderna” Travessa Paysandu surge dando sinais de vida nova e novas oportunidades. Apenas um ano depois, em 1922, já surge o primeiro sobrado, de número 38, com valor locativo estipulado em 1:080\$000 semestrais em cada um de seus pavimentos. É provável que se tratasse de um prédio de dois andares e um térreo, pois em 1923 também constava o número 38A,

baixo, com valor estimado de 1:200\$000. Se repetirmos o cálculo anterior, pode-se estipular que os aluguéis desses imóveis giravam em torno dos 180\$000 e 200\$000, mais do que o dobro dos preços mais altos encontrados na via antes das reformas. Era uma vida nova, sim; mas não para a gente simples da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerremos assinalando os momentos essenciais desse processo de transformação do Beco do Fanha em Travessa Paysandu. Como vimos, os anos entre 1897 e 1912 marcam o período de maior vitalidade do beco dentro do recorte escolhido. Os imóveis passam por frequentes mudanças de tipologia, inclusive ganhando novas subdivisões internas. Também os inquilinos parecem ocupar e desocupar esses prédios em períodos curtos, pagando aluguéis que variavam entre 10\$000, dos mais baratos, até 70\$000, os mais caros. Apesar disso, parecia existir lá habitações para todos os tipos de gostos e necessidades, convivendo lado a lado os porões, casas térreas, sobrados e assobradados.

De fato, foi possível analisar aspectos da materialidade da Travessa Paysandu através do recurso às décimas urbanas. Espera-se que este esforço tenha contribuído, assim como outros trabalhos já fizeram, para enriquecer o debate sobre as histórias das cidades brasileiras de finais de século XIX e inícios do XX. Há potenciais muito significativos ainda não explorados nessas fontes. Uma análise sistemática das décimas urbanas de Porto Alegre, em larga escala, talvez empreendida por diversos pesquisadores, poderia trazer à tona dinâmicas ainda pouco conhecidas.

Em 1912, momento em que a Intendência inicia as desapropriações e reformas no beco, sua população deveria girar em torno dos 250 habitantes. Ao longo de menos de uma década, a maioria dos imóveis foi adquirida pelo poder público e demolida para que a via pudesse ser alargada. O cenário surgido disso foi o de um espaço vazio e valorizado bem no centro de Porto Alegre, disponível para a compra e construção de novos prédios, mais adequados à visão de cidade moderna defendida pela elite e pelo governo. Os sobrados construídos após 1921 são os primeiros indícios de que a transformação do Beco do Fanha em Travessa Paysandu fora bem sucedida.

REFERÊNCIAS

- AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar?: A família popular no final do século XIX*. 1 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 98 p.
- A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 1º de Fev. 1911, Edição 28, p. 1. <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 01/12/2021.
- _____, Porto Alegre, 3 de Dez. 1912, Edição 281, p. 3. <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 01 dez. 2021.
- ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO. Fundo Fazenda: *Imposto predial - Ano 1897*, prateleira 459, livro 48.
- _____. Fundo Fazenda: *Imposto predial - Ano 1904*, prateleira 470, livro 128.
- _____. Fundo Fazenda: *Imposto predial - Ano 1912*, prateleira 484, livro 225.
- _____. Fundo Fazenda: *Imposto predial - Ano 1921*, prateleira 510, livro 342.
- _____. Mapoteca: *Levantamento cadastral de 1893*.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.
- BRESCIANI, Maria Stella. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. *Urbana*, v.6, n.8, 2014, CIEC/Unicamp, Campinas, p. 63-94.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista*, [S. l.], v. 13, 2005.
- _____. Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2018.
- _____. *A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942)*. 2018. 422p. Tese (Livre Docência em História da Arquitetura e Estética do Projeto) - Universidade de São Paulo, SP, 2018a.
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas - Reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Erus, 1983 [1881].
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS/Editora da Universidade, 1988.
- GRIBAUDI, Maurizio. Continuité et changements dans l'évolution d'une ville. Notes et questions sur le Paris de la première moitié du XIXe Siècle. Paris: *Transversalités*, no. 134, 2015/3, pp. 11-28.
- KRAUSE, Cleandro; FRIDMAN, Fania. Segregação residencial em perspec-

- tiva histórica: delimitações administrativas e de áreas de intervenção urbanística em Porto Alegre. *Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, 2017, São Paulo. *Anais do XVII ENANPUR*, 2017.
- KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível*. 2015. 271 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.
- LEMONS, Carlos A. C. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989.
- MONTEIRO, Charles. *Porto alegre - urbanização e modernidade: A construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. 153 p.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX*. 1 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001a. 357 p.
- _____. Era uma vez o beco. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da cidade*. 1 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001b.
- PORTO ALEGRE. *Lei Municipal nº 5*. Porto Alegre: Procuradoria Geral do Município, 31/12/1892.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- SOUZA, Celia Ferraz De. *Plano geral de melhoramentos de porto alegre: o plano que orientou a modernização da cidade*. 2 ed. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010. 272 p.
- WEIMER, Günter. Engenheiros alemães no Rio Grande do Sul, na década de 1848 - 1858. In: *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre, n. 6, v. 2, p. 151-205, 1980.

Submetido em 01/12/2021

Aceito em 10/06/2022

INVISIBILIZANDO HISTÓRIAS E ESPAÇOS: A URBANIZAÇÃO NO PROCESSO DE MARGINALIZAÇÃO DO POVO DA ILHOTA

INVISIBILIZING STORIES AND SPACES: URBANIZATION IN THE MARGINALIZATION PROCESS OF THE PEOPLE OF THE ILHOTA

Betina da Rocha Gamalho¹

RESUMO

Centralizando a Ilhota e o respectivo processo de urbanização e de marginalização como objeto de estudo, o artigo pretende trazer novas perspectivas sobre a região. A finalidade é investigar a historiografia do tema, a conceitualização e a historicização de conceitos caros para a compreensão da temática. É resgatado historicamente o contexto, dentro do tempo de longa duração, que reconfigurou a Ilhota como espaço urbano e sua população como marginalizada entre os anos de 1904-1979, em prol de uma modernidade seletiva que apontou aqueles que poderiam ou não fazer parte desse processo urbanizatório. Para a contextualização da temática proposta, foi utilizada uma abordagem qualitativa e explicativa, tendo o método histórico como uma ferramenta na análise de dados e fatos coletados através de uma pesquisa documental e bibliográfica. Assim, é demonstrada a necessidade de tratar sobre uma temática pouco explorada e fundamental para a compreensão dos espaços e das histórias invisibilizadas no campo regional.

Palavras-chave: História. Ilhota. Urbanização. Marginalização.

ABSTRACT

Focusing Ilhota and its urbanization and marginalization process as an object of study, this article intends to bring new perspectives on the region. The purpose is to investigate the historiography of the theme, the conceptualization and historicization of concepts to understand the topic. We bring historically the context, within the long term, that reconfigured Ilhota as an urban space and its population as marginalized between the years 1904-1979 in favor of a selective modernity, which pointed out those who could or could not be part of that urbanization process. For that contextualization of the theme, a qualitative and explanatory approach was used, with the historical method as a tool to analyze data and facts collected through documentary and bibliographic research. Thus, we demonstrate the need to deal with an underexplored and fundamental theme for understanding spaces and invisible histories at the region.

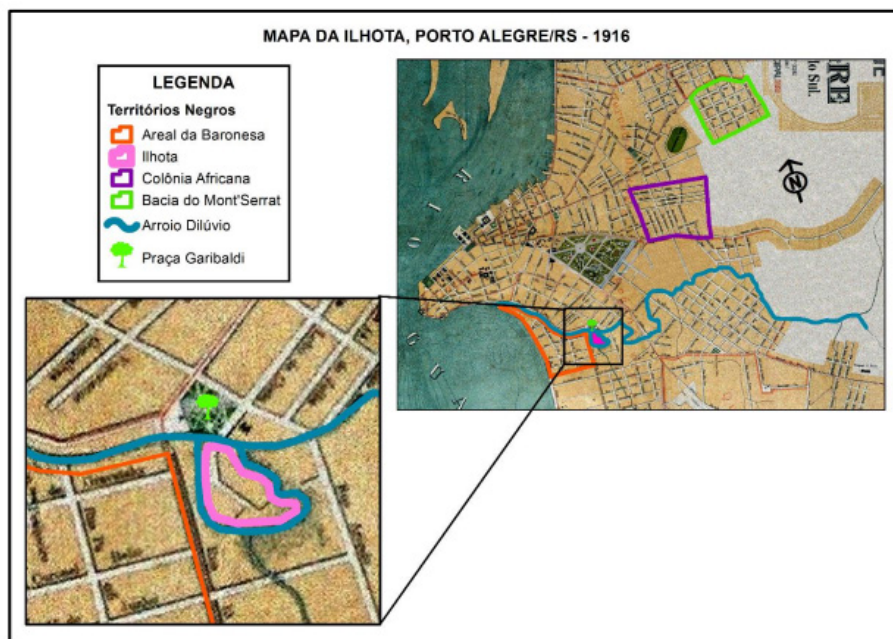
Keywords: History. Ilhota. Urbanization. Marginalization.

1 Bolsista Capes no Mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Graduada e laureada em Licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

INTRODUÇÃO

Quando fala-se em territórios negros em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, encontra-se uma vasta bibliografia, ainda que recente, que dá conta das singularidades de cada espacialidade. Evidentemente, há uma lacuna de aprofundamento nas pesquisas sobre a antiga região conhecida como Ilhota na historiografia, de modo que para conhecer a Ilhota, é preciso ler informações fragmentadas nos diversos trabalhos publicados que a trazem na história de forma transversal, e não como objeto de estudo central. Por isso a importância de tornar sólida e concreta uma história escrita sobre e para uma comunidade apagada e silenciada do espaço urbano e da historiografia, a qual pouco resta hoje da história visível de seu povo no espaço localizado atualmente no trecho da Avenida Erico Veríssimo entre a Avenida Ipiranga e a Praça Garibaldi (Figura 1). Seus aspectos culturais, caros à cultura popular porto-alegrense, e a nova região criada para abrigar os expulsos pelo processo de urbanização, chamada de Restinga, são objeto de estudo em algumas pesquisas. Ainda assim, é fundamental historicizar a própria região (antiga), que hoje conta com o esquecimento por parte dos porto-alegrenses e dos moradores da nova territorialização gentrificada que ali se encontra.

Figura 1 - Mapa da Ilhota, Porto Alegre/RS - 1916



Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre 1916 (IHGRGS, 2005)

A priori, será realizado na primeira seção um resgate historiográfico de pesquisas que servem como alicerce para a construção de novos saberes sobre a região. Já na segunda seção, traz-se um breve referencial teórico acerca dos conceitos trabalhados, que compreendem Urbanização e Marginalização. Na terceira seção, a farsa abolicionista será abordada à luz da relação histórica com o processo que levará a população pobre e majoritariamente negra para os arredores da região central de Porto Alegre, formando, conforme Sandra Pesavento (1999, p. 11), um “cinturão negro”. Esse movimento pós-abolição formou uma nova territorialização na cidade, composta predominantemente por pessoas negras, que mais tarde experimentaríamos o amargor da urbanização. Esse processo será analisado na seção quatro, em que serão compreendidos os marcos temporais propostos: de 1904, como o ano de “criação” de uma região alagadiça que viria a ser conhecida como Ilhota; e do ano de 1979, que marca a completa expulsão e remoção sistematizada dos moradores daquela região. Há os que podem aproveitar os doces da urbanização, mas em contraponto, há os que devem experimentar os amargos desse processo, sendo inclusive considerados “impedimentos” para o advento dessa dita “modernidade”, que é seletiva, higienista, moral e excludente.

Bittencourt (2008) sinalizou para os cuidados que a abordagem da história regional selecionada deve ter no sentido de não reproduzir apenas a narrativa histórica dos “grandes” personagens políticos e da elite dirigente: “[...] é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas...” (BITTENCOURT, 2008, p. 169). É fundamental significar aquelas histórias que foram silenciadas, invisibilizadas e embranquecidas na esfera regional².

Para compreensão do marco temporal proposto para analisar o objeto de estudo, que é a região conhecida por Ilhota, localizada em Porto Alegre, é necessário resgatar os processos contextuais históricos que invisibilizaram histórias e espaços de uma população que fora paulatinamente marginalizada, entre os anos de 1904 a 1979, através dos processos urbanísticos. A análise a partir de uma perspectiva regional é fundamental para compreender o surgimento do objeto de estudo, historicizando a presença

2 Repensar essa narrativa genérica é também incluir os excluídos da história dentro de uma delimitação local, quando é sabido que uma tendência sob a ótica da “historiografia europeia e do pensamento intelectual positivista, produziu uma história preocupada com a genealogia da nação, com os feitos dos heróis, com os grandes acontecimentos políticos, com os grandes personagens da história [...]. As massas populares foram excluídas e neste sentido não havia espaço para a história dos comuns, das mulheres, das crianças, dos negros, dos pobres e dos trabalhadores” (CITRON, 1990 apud ASSIS; PINTO, 2019, p.10).

negra aos arredores da região central no período pós-abolição e articulando “a singularidade à universalidade na esfera da particularidade” (ALVES; SCHALLENBERGER; BATISTA, 2005, p. 40).

Desse modo, “ao pôr em evidência estes espaços, não só se reconhece vozes historicamente silenciadas, como se traz à tona marcas espaciais apagadas, rugosidades presentes num espaço “alisado” na construção de um território funcional e homogêneo” (SANTOS, 2009 apud VIEIRA, 2014, p. 8). Pelo exposto, é necessário que o meio acadêmico se aproprie dos lugares de memória não explorados da história porto-alegrense, bem como dos sujeitos que talvez não se sintam pertencentes a uma cidade que marginaliza os considerados “impedimentos para a modernidade” e deem ouvidos as vozes e as memórias da resistência da Comunidade Território Ilhota.

1 DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

Esta pesquisa se insere no debate relativo aos processos urbanísticos marginalizatórios na região da Ilhota ao longo dos anos de 1904 a 1979. Para tal análise, foi fundamental a revisão historiográfica produzida ao longo dos anos sobre a memória e a história dos Territórios Negros. No entanto, o estudo desses espaços e dos protagonistas das histórias que nelas ocorrem é recente, visto que a historiografia do final do século XIX e do início do século XX era pautada pela ênfase aos grandes “heróis” e aos acontecimentos da história sul-rio-grandense, influenciada pelo positivismo, que negligenciava a presença negra no Estado.

Apesar do silêncio historiográfico sobre esses espaços, a partir da década de 1990 o estudo local dos Territórios Negros ganhou maior visibilidade, já com influência da corrente historiográfica dos *Annales*³. Ruben George Oliven já chamava a atenção, em “A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul” (1996), para o caráter invisibilizatório da participação negra na história e na representação do gaúcho no Rio Grande do Sul, questionando o olhar eurocêntrico sobre a história do estado. Sandra Pesavento é uma das historiadoras referência nesses estudos, com trabalhos como “A Invenção da sociedade gaúcha” (1993), “Os excluídos da Cidade” (1995) e “Lugares malditos: a cidade do ‘outro’ no Sul brasileiro” (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)” (1999). Há, ainda, o

3 “O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia”. (BURKE, 1992, p. 89).

trabalho de Iosvaldir Bittencourt, intitulado “Relógios da Noite: uma antropologia da territorialidade e da identidade negra em Porto Alegre” (1995), e o de Eduardo Kersting, “Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)” (1998). Esses foram trabalhos pioneiros na questão da territorialidade negra nos espaços urbanos de Porto Alegre, bem como no debate em relação ao silenciamento dessas histórias e à exclusão dos negros de uma cidade que “não os pertencia”. Percebe-se que os estudos aqui mencionados eram tratados dentro de um campo mais geral sobre Territórios Negros (a não ser Kersting, que já começava a especificar a Colônia Africana em sua dissertação). Por enquanto, a Ilhota não fora o tema central de pesquisa nos estudos publicados na década de 1990.

O aprofundamento do debate sobre os espaços de memória que foram silenciados por séculos da história nacional e local se destaca a partir da década de 2000, principalmente com a criação da Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003) e do projeto Territórios Negros (PORTO ALEGRE, 2009a). A partir daí, fomentou-se um maior debate a respeito da população negra e dos espaços embranquecidos da história. É nesse contexto que novos acadêmicos vinculados a pesquisas nas universidades iniciaram trabalhos trazendo como pauta o registro e a reconstituição da memória negra nos espaços urbanos de Porto Alegre.

Esses novos acadêmicos passaram a produzir pesquisas, a partir dos anos 2000 (principalmente a partir de 2009), tendo como objeto central a visibilidade negra nos espaços urbanos em Porto Alegre. Isso proporcionou um olhar interdisciplinar sobre a história da memória negra no município. Acadêmicos de diversas áreas do conhecimento passaram a trazer, sob sua perspectiva de análise histórica, geográfica, antropológica e sociológica, os Territórios Negros.

Em 2010 foi lançado o livro organizado pela fotógrafa Irene Santos em conjunto com outras intelectuais e intitulado “Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre”. Tratou-se de uma importante bibliografia de registros da memória oral, histórica, patrimonial e fotográfica dos espaços urbanos da memória da população negra de Porto Alegre (SANTOS, 2010).

Partindo da discussão historiográfica na área da história, salienta-se como referências primordiais o historiador Felipe Rodrigues Bohrer, em “Breves considerações sobre os Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre na pós-abolição” (2011), e Marcus Vinicius de Freitas Rosa, com seus estudos através de sua tese de doutorado chamada “Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)” (2014). Karitha Soares foi outra historiadora que trouxe ao centro o

protagonismo negro nos espaços urbanos em sua dissertação “Da força ao tambor: o Museu do Percurso como reconhecimento histórico da presença do negro na formação da cidade de Porto Alegre” (2017), assim como Rodrigo Weimer em “Do centro à periferia: ‘malocas’ e remoções na constituição do espaço urbano de Porto Alegre (1951-1973)” (2017). Os historiadores aqui salientados contribuíram para o avanço na historiografia de temas regionais que careciam de um debate teórico e conceitual sobre o papel da população negra na formação de Porto Alegre e sua progressiva marginalização nos espaços urbanos em prol da dita “modernidade”.

Um dos estudos mais recentes que traz a Ilhota como objeto transversal de pesquisa é o da historiadora Neila Prestes de Araujo na dissertação “Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória: uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 - 1971” (2019). Ao tratar das origens históricas da Restinga, a autora evidenciou os projetos urbanísticos e segregacionistas a partir de 1967, contextualizando historicamente como o bairro fora criado e de onde vieram seus moradores.

Mais recente ainda, destaco a obra “Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre” (2021), organizado por Cláudia Luísa Zeferino Pires e Lara Machado Bitencourt, que também utiliza de testemunhos orais para traçar uma cartografia contracolônia das quilombolas urbanas na cidade e para discutir sobre as resistências urbanas na relação centro-periferia. Mais uma vez, a Ilhota aparece transversalmente nos demais Territórios Negros analisados na obra, tendo nessa bibliografia, assim como nas demais, um suporte contextual sobre a região e sobre os processos urbanísticos da época. É uma obra interdisciplinar, que conta com a participação de diversos pesquisadores, que trouxeram uma riqueza de fontes ao interligar o uso de fontes orais com a cartografia.

A interdisciplinaridade do tema proporcionou discussões com outras áreas do conhecimento, tendo, como referência, os trabalhos de Daniele Machado Vieira, “Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800 - 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano” (2017), e de Helena Bonetto, com “A invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos” (2019). A antropologia e as ciências sociais também contribuíram com as pesquisas no campo historiográfico por levantarem um leque maior de análises e fontes, como Francieli Ruppenthal em “Um percurso vivido: pluralizando histórias e memórias a partir do projeto ‘Territórios Negros’” (2016).

Dada a breve discussão historiográfica, percebeu-se que há estudos referentes aos Territórios Negros, memória, visibilidade e marginalização

da população negra nos espaços urbanos da cidade de maneira geral. Essas investigações evidenciaram uma abordagem da Ilhota em conjunto com outros lugares de memória, de maneira ampla. Alguns Territórios Negros já foram trabalhados de forma específica, como o Areal da Baronesa (MATOS, 2000) e a Colônia Africana (KERSTING, 1998). A Ilhota como objeto de estudo e como ocupante da centralidade das pesquisas em relação aos processos urbanizatórios seletivos, é uma lacuna historiográfica que se pretende preencher com o presente artigo.

2 HISTORICIZANDO CONCEITOS

A priori, é fundamental referenciar a importância do trabalho conceitual e de suas múltiplas interpretações para a erudição do saber histórico. Os fatos são interpretados à luz de conceitos e desenvolver a erudição teórica sobre a temática é compreender as nuances interpretativas da história. Sendo assim, os conceitos apresentam-se como ferramentas através das quais os historiadores e historiadoras constroem suas pesquisas. Para isso, os autores abordados se apresentam como sustentáculos desse processo, trazem interpretações conceituais e teóricas reflexivas que lançam luz sobre o tema e nos permitem desnaturalizar, historicizar e problematizar a Ilhota. Este estudo comparativo pretende relacionar conceitos e, a partir disso, abrir espaço para a construção de novos saberes.

2.1 Urbanização e Marginalização

Urbanização. “Ato ou efeito de urbanizar, de tornar urbano, com o aspecto de uma cidade. Conjunto de técnicas, práticas ou teorias, que fazem com que uma área urbana passe a possuir uma infraestrutura eficaz, planejamento, embelezamento etc.[...]”⁴. Embranquecer. “Tornar branco, branquear”⁵. Marginalização. “Ação de marginalizar, de tornar marginal, à margem”⁶. O dicionário traz uma definição sistemática e simplista desses conceitos. Para além da definição morfológica do conceito referenciado, propõe-se os seguintes questionamentos: para que e para quem essa urbanização é elaborada? Quais sujeitos estão inseridos nesse plano de embelezamento e quais estão/ficarão à margem desse processo? Para dar conta desses questionamentos, aciona-se Milton Santos e Ruben George Oliven, que realizaram uma análise crítica e analítica do conceito, em conjunto

4 Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/urbanizacao/>>.

5 Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/embranquecer/>>.

6 Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/marginalizacao/>>.

com interpretações de Michel Foucault.

Santos afirma, na obra “A Urbanização Brasileira”, que o fenômeno possui uma profunda associação com a pobreza, no sentido de que “produzem-se novos vazios urbanos, ao passo que a população necessitada de habitação, mas sem poder pagar pelo seu preço nas áreas mais equipadas, deve deslocar-se para mais longe, ampliando o processo de periferização” (SANTOS, 1993, p. 112). Para o autor, há um evidente conflito de interesses, visto que um espaço inicialmente periférico, ao contar com planejamentos de melhorias urbanas, é promovido através de relações de poder. O autor segue: “A rapidez com que se instala o processo de verticalização tem como paralelo um processo de suburbanização. É um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social” (SANTOS, 1993, p. 113).

Ruben George Oliven vai ao encontro da interpretação de Milton Santos ao criticar, na obra “Urbanização e Mudança Social no Brasil”, a não historicidade do conceito de urbanização nos estudos que não analisaram esse processo em conjunto com os fenômenos sociais subsequentes. É preciso, conforme o autor:

[...] analisar as transformações que estão ocorrendo no Brasil devido ao, ou começando com o desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial capitalista e discutir como estas mudanças afetam diferentes classes sociais. Em vez de separar as mudanças econômicas e demográficas de um lado, das mudanças sociais do outro, tentar-se-á discuti-las de um modo integrado (OLIVEN, 2010, p. 54).

Como síntese teórica conceitual, Foucault, com a obra “Microfísica do Poder” (1979), construiu sua análise a partir de uma abordagem sobre relações de poder. O autor é essencial neste debate, pois possibilitou uma fundamentação teórica e conceitual para estabelecer relações entre os conceitos delimitados. Foucault resgatou historicamente a divisão espacial urbana entre pobres e ricos, em meados dos anos 1832, com o advento da cólera na Europa. A convivência entre ambas as classes propiciava temores políticos e sanitários, que culminaram na separação espacial. A cidade também se constrói e se define como uma arena de disputas e de relações de poder à medida que estabelece aqueles que pertencem à cidade e aqueles que dela devem ser afastados. O autor evidenciou essa abordagem ao tratar sobre a medicalização em diversos períodos da história:

Na Idade Média, o leproso era alguém que, logo que desco-

berto, era expulso do espaço comum, posto fora dos muros da cidade, exilado em um lugar confuso onde ia misturar sua lepra à lepra dos outros. O mecanismo da exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano. Medicalizar alguém era mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros. A medicina era uma medicina de exclusão. (FOUCAULT, 1979, p. 82).

Apesar do objeto de análise de Foucault ser a medicalização, é possível notar tal fenômeno de exclusão desses sujeitos, considerados “entraves” para a cidade urbana da Idade Média, também em relação à cidade moderna e aos seus sucessivos processos marginalizatórios em decorrência da urbanização. Foucault, assim como Santos (1993) e Oliven (2010), propõe uma análise da cidade e da urbanização para além da exclusividade das causalidades econômicas. Em especial, Foucault tratou das disputas e relações de poder (que em sua perspectiva não são de monopólio do Estado ou de uma classe, mas pertencem a uma microfísica de poder) no sentido de garantir a governamentalidade. A urbanização tem um papel fundamental nesse processo para a promoção do “bom governo” e o “melhor viver” da população. Ela também se apresenta nessa análise como ferramenta de auxílio de controle dessa governamentalidade.

É notória a associação que um conceito tem com o outro, a partir das abordagens dos autores aqui trabalhados. Os conceitos constroem uma rede de significados quando interligados através da erudição teórica investigativa em um mesmo referencial. Portanto, torna-se inviável estudar a urbanização sem considerar os fenômenos sociais que a relação de poder impõe sobre determinado grupo urbano. Entre esses fenômenos está o conceito de marginalização e o consequente embranquecimento dos espaços monopolizados por aqueles que detêm o controle da governamentalidade e estabelecem as distinções urbanas entre os que devem ou não ser excluídos da cidade “moderna”.

3 A FARSA ABOLICIONISTA E A TERRITORIALIZAÇÃO NEGRA

Contextualizando-se historicamente, no período final do sistema escravista e pós-abolição forma-se, conforme Sandra Pesavento (1999, p. 11), um “cinturão negro” ao redor da região central de Porto Alegre, no espaço agora demarcado como centro da vida administrativa, econômica e cultural das elites dirigentes. Já mencionado sobre a heterogeneidade e sobre as particularidades da história regional, diferenciando-a do eixo da história nacional, o Rio Grande do Sul experimenta um fenômeno singular em relação à história da abolição da escravidão contada de maneira superficial.

A abolição da escravidão rio-grandense ocorreu de forma oficial em 1884, destacando-se Porto Alegre e Pelotas como municípios pioneiros, portanto, antecipando-se ao marco temporal de 1888. No entanto, deve-se atentar em complexificar tal acontecimento, visto que essa abolição antecipada não implicou o fim da escravidão de forma integral na província. No Rio Grande do Sul, a escravidão foi abolida oficialmente em 1884, mas os escravizados libertos permaneceram obrigados a trabalhar por até cinco anos.

Conceitualizando-se a historiadora Maria Angélica Zubaran (2009), é fundamental a compreensão sobre como uma memória social da abolição foi construída pelas elites políticas regionais em Porto Alegre. Nesse sentido, traz-se como fonte histórica o chamado “O Livro de Ouro”, criado pela Câmara Municipal de Porto Alegre para o registro das sessões especiais. Nele destacou-se a data de 07/09/1884 como data oficial da libertação dos escravos na cidade. É necessário ainda problematizar esse marco temporal rio-grandense, assim como fizeram Margaret Bakos (2018) e Sandra Pesavento (1993), ambas historiadoras referência no assunto, ao salientarem que, de fato, essa invenção branca da liberdade negra pela sociedade gaúcha⁸ foi apenas uma pretensa ideia de abolição antecipada.

No período colonial escravagista, o centro de Porto Alegre era marcado pela presença da população negra que desempenhava funções como marinheiros, carregadores, lavadeiras, quituteiras, aguadeiros, ferreiros etc. O processo de abolição provocou uma intensa reorganização territorial na cidade. Na área central, medidas urbanísticas expulsaram esses trabalhadores, deslocando-os para as cercanias da cidade (locais notoriamente esquecidos pela sociedade, conhecidos apenas pela falta de melhorias urbanas e pelo oferecimento de moradias baratas). “Em contraponto a estes territórios negros, havia outras regiões onde habitavam segmentos abastados voltados para a implantação da ordem burguesa e a modernização urbana, o que gerou uma divisão espacial marcada pela diferenciação social” (PESAVENTO, 1995 apud BOHRER, 2011, p. 127). Conforme Marcus Vinicius de Freitas Rosa (2014), além da diferença geográfica entre espaços, havia ainda

7 “Criar um documento de “memória social” significa organizar o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. No caso da abolição no sul do país, a ideia era evitar a recordação dos enganos (contratos de prestação de serviço), dos conflitos (a resistência escrava) da participação negra pró libertação (a alforria).” [...] (MOREIRA, 2003 apud KROB, 2011, p. 25).

8 “[...] a construção imaginária da sociedade comporta intenções, manipulações do real, artifícios de ilusão do espírito. Esse viés, por assim dizer, ideológico é ele também um elemento de desvio e de transfiguração do real e revela a intenção manipuladora de interesses sociais determinados. Em suma, enquanto construção, o imaginário social não é livre, neutro ou transparente, mas constituído por uma rede de significados apresentados de maneira simbólica, que é preciso decifrar.” (PESAVENTO, 1993, p. 384)

um carregamento de sentidos de distinção social entre os termos “cidade alta” e “cidade baixa”. A primeira, como o lugar dos privilegiados da sociedade porto-alegrense, e a segunda, como lugar dos pobres e da violência.

Fixados em uma demarcação etnicamente negra e marginalizada, os ex-escravizados passaram a viver em regiões que apresentavam condições insalubres para habitação, sem investimento público e sofrendo com as frequentes enchentes. Na década de 1880, o jornalista republicano Felicíssimo Manuel de Azevedo, sob o pseudônimo “Fiscal Honorário”, já expressava, no jornal “A Federação”, as condições em que a região se encontrava e alertava para uma urgente modernização e urbanização daquele espaço. O jornalista advertia os órgãos municipais sobre o “grande número das casas” da “cidade baixa” que não tinham “canos para levar à rua as águas do interior”, que acabavam ficando “depositadas até secarem pelo sol”⁹. No entanto, é necessário relativizar essa modéstia “preocupação” com a população que morava nesses locais, visto que:

Tratava-se de mais um republicano preocupado com os “miasmas pestíferos” que comprometeriam a qualidade de vida dos ricos e bem-nascidos, além de encontrar na preocupação com a higiene uma justificativa para intervir nos locais de moradia dos mais pobres. (ROSA, 2014, p. 87).

À medida que o conceito de “moderno” e “urbano” cresceu, aqueles espaços inicialmente periféricos e invisibilizados foram sujeitos a passar gradualmente pela modernização urbana e pelas políticas higienistas. Em 1904 Porto Alegre iniciou-se o processo em prol da urbanização seletiva, acompanhando uma mudança no paradigma nacional. Essa era a primeira fase urbanística com planos de embelezamento, marcados pela necessidade de rompimento com o passado colonial e pela adesão ao “moderno”.

Na capital, essas transformações, advindas com a modernidade, são vistas como a “Belle Époque”¹⁰ porto-alegrense”, e concomitante a ela uma política de silenciamento ao extremo, motivando a invisibilidade deste grupo a patamares incompreensíveis, pois fora violentado nos aspectos mais caros ao reconhecimento de toda e qualquer identidade,

9 [Cousas Municipais]. A Federação, [Porto Alegre], 21 jun. 1886, capa.

10 “A expressão Belle époque apareceu depois da primeira guerra mundial [...]. Para os sobreviventes o período que antecederia esta carnificina, a saudade de uma época de mais de quarenta anos de paz, de progresso científico, tecnológico, material, dissimulou em parte as duras realidades vividas pela maioria da população. Se elaborou progressivamente a ideia de uma “idade de ouro”, o mito de uma Belle époque.” (MÉRIAN, 2012, p. 135).

seu reconhecimento social, cultural e político”. (BITTENCOURT, 2010 apud SOARES, 2017, p. 22).

4 OS “IMPEDIMENTOS” PARA A MODERNIDADE

Em um contexto nacional marcado pela necessidade de adesão a um ideal europeu de modernidade¹¹, as primeiras medidas urbanísticas seguindo novos padrões estéticos e higiênicos - colocados por aqueles que poderiam usufruir dos benefícios da urbanização - foram iniciadas na região que viria a ser conhecida como Ilhota. Conforme Bakos (1996), após a Proclamação da República em 1889 e a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense, cresceu o interesse em transformar o centro de Porto Alegre e seus arredores na “sala de visitas” do Estado. Dessa forma, “todo um arsenal de discursos e políticas públicas de caráter moral e higienista passarão a tomar a cidade como seu objeto, colocando a questão urbana e social na ordem do dia” (KOEHLER, 2015, p. 87).

O marco do surgimento nominal do objeto de estudo é do final de 1904 e início de 1905 com a obra da Intendência Municipal de Porto Alegre, com o intendente José Montauray (1858-1939), tendo como objetivo dar maior vazão a dois arroios que estavam atingindo e alagando ruas da região. Como consequência, as obras resultaram na criação de uma região ilhada, sem circulação de água e sujeita a inundações (Figura 2). Nesse contexto social contraditório, urbanístico e higienista, a área atraiu pessoas que, sem condições de usufruir da parte urbana (detentora da atração dos órgãos governamentais e da elite dirigente), passaram a morar na recém criada Ilhota¹². Essa atração advinha da oportunidade de alugar ou comprar moradias baratas (por se encontrar em uma área desvalorizada que ainda não havia experimentado o processo de gentrificação) e que ficavam localizadas perto de seus ambientes de trabalho. O crescimento populacional no início do século XX assolou a Ilhota, com o aumento expressivo do número de trabalhadores e trabalhadoras negras vivendo no local, conforme sugeriu o sociólogo do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (Demhab), Aldovan Moraes (PORTO ALEGRE, 2009b).

11 “Identificada com as práticas culturais aristocráticas do eixo Paris-Londres, a nossa Belle Époque coincide com a derrocada da monarquia e a gênese do regime republicano, alcançando o seu apogeu nas duas primeiras décadas do século XX. A historiografia, aliás, costuma eleger como um dos símbolos desse período as intervenções urbanas promovidas pelo prefeito Pereira Passos na área central do Rio de Janeiro, que deu feições brancas e europeias à capital federal, transformando-a em vitrine do novo regime” (GUIMARÃES, 2012, p. 164).

12 Recorte Mapa Porto Alegre 1906, com destaque para: Ilhota, traçado Av. Ipiranga e pontes sobre Arroio Dilúvio. Elaboração: Daniele Machado Vieira. (IHGRGS, 2005).

Figura 2 - Ponte sobre o Arroio Dilúvio com a Ilhota ao fundo



Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman - Museu Joaquim José Felizardo

Com o aumento populacional na Ilhota, o município passou a concentrar sua atenção a determinadas problemáticas do ponto de vista urbanístico, moderno e celetista. Os jornais da época, bem como a população porto-alegrense, eram unânimes ao descrever o local como “abrigo de marginais”. Pesavento (1995) destacou o papel da imprensa nessa construção, atribuindo descrições desdenhosas à região como lugar de crimes, bagunça, desordem, abrigo de “desajustados, sociais e econômicos”¹³, associando os moradores negros com a marginalidade e definindo-os como ladrões.

Ali se encontrava, em um espelho invertido, o que a cidade não queria perceber em si. No espaço desse conveniente outro, havia ociosidade, ao par da cidade que se pretendia laboriosa. Suas mulheres eram perdidas, em contraponto à imaginada virtude das demais. Os homens eram desonestos, à parte da correção que se supunha terem os nobres habitantes da urbe. (WEIMER, 2018, p. 503-504).

A partir dessa construção do imaginário social e dessas representações produtoras da exclusão social no território urbano, foi elaborado pelo engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel em 1914 o Plano Geral de Melhoramentos em Porto Alegre¹⁴, idealizado dentro da perspectiva nacional dos

13 Correio do Povo, 10 de outubro de 1953. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

14 “O Plano Geral proposto procura integrar os aspectos técnicos e teórico metodológicos RIHGRGS, Porto Alegre, n. 163, p. 99-122, dezembro de 2022.

planos de embelezamento. Uma das propostas era a canalização do Arroio Dilúvio¹⁵, que entrelaçava a Ilhota; no entanto, o plano só foi colocado em ação em 1939.

O contexto nacional do final da década de 1930 e início da década de 1940 fora marcado pelas 2ª e 3ª fases urbanísticas, através dos Planos de Conjunto e de Desenvolvimento Integrado. No período, havia uma necessidade evidente de um planejamento melhor das cidades devido aos intensos crescimentos populacionais¹⁶. Essa necessidade teria como consequência, na esfera regional, a concretização do plano gentrificado, seletivo, higienista e “modernista”, “em detrimento dos que seriam enviados para longe dos benefícios da cidade moderna” (POLIDORO; DEMICHEI, 2014, p. 5). Eis a grande contradição do processo de urbanização.

Na execução da canalização do Arroio Dilúvio, a antiga região, conhecida como Ilhota, sofreu paulatinamente com as consequências que culminaram na gentrificação espacial do território majoritariamente negro, que teve como finalidade a expulsão e marginalização do povo negro dos espaços privilegiadamente elitizados, contando com a tendência ao silenciamento de suas histórias. Como apontou Campos (2006, p. 37), “Dependente das relações sociais e de sua intencionalidade, os territórios são construídos e destruídos pelo movimento provocado pelas relações no espaço”. A partir das enchentes de 1941¹⁷, a prefeitura colocou em prática o projeto de expulsão dos moradores da Ilhota. Conforme essa região foi superlotando (Figura 3), começaram as remoções massivas. Em 1967, o Demhab e o Exército retiraram mais de mil casas da Ilhota e levaram seus moradores para inaugurarem a recém criada Restinga¹⁸, um novo espaço geográfico e social

do urbanismo da época com o lema dos republicanos riograndenses “Conservar, melhorando”, diretamente inspirado no positivismo de Auguste Comte. Logo de saída, Maciel inverte o lema, introduzindo seu Relatório e nele indicando sua clara prioridade aos melhoramentos, em detrimento da conservação: “Melhorar conservando’ tal foi o critério que adotamos no estudo do projecto que nos vae occupar”. (DE ABREU FILHO, 2006, p. 47).

15 “O Arroio Dilúvio é um curso d’água que nasce nas proximidades do município de Viamão e cruza a cidade de Porto Alegre no sentido leste-oeste até desaguar no Guaíba. No seu trecho final, depois de encontrar com o Arroio Cascatinha (na altura da atual Rua Érico Veríssimo), o Arroio Dilúvio circundava a Ilhota e adentrava o bairro Cidade Baixa.” (VIEIRA, 2017, p. 80).

16 Densidade Populacional por área efetivamente ocupada no período de 1772 a 2010 (DIAS, 2014).

17 “[...] encontram-se as memórias da Enchente de 1941 em Porto Alegre, um evento que marcou profundamente a vida de muitos habitantes da cidade, particularmente do bairro Cidade Baixa, que como diz o próprio nome, era uma região baixa, cortada pelo Arroio Dilúvio e próxima ao Lago Guaíba. De acordo com Candau, a memória das tragédias coletivas é um recurso identitário que contribui para definir o campo do memorável.” (BARBOSA; ZUBARAN, 2012, p. 69).

18 Guerra à maloca já tem sua estratégia. Zero Hora, Porto Alegre, 19 nov. 1966. Fonte:

destinado aos excluídos do processo de gentrificação/desterritorialização dos Territórios Negros¹⁹.

Paradoxalmente, o processo que saneou a área para realizar o tratamento urbanístico e incorporá-la ao tecido urbano, foi o mesmo que removeu os antigos habitantes, que tanto sofreram com a falta de urbanização e com os constantes transbordamentos do Arroio Dilúvio. Os moradores da Ilhota, a ilha circundada pelo Riacho, foram removidos para outra região talvez mais carente de infraestrutura: o bairro Restinga. (VIEIRA, 2017, p. 84).

Esse processo foi acompanhado pelo chamado Projeto Renascença que, em 1975, delimitou as áreas com potencial de valorização que se encontravam pouco aproveitadas. Para cumprir esses objetivos ocorreram inúmeras desapropriações e remoções sistematizadas de famílias num processo de marginalização (“remover para promover”), de mercantilização do solo e de gentrificação (Figura 4). Na Ilhota, o golpe final da remoção teve consequências traumáticas para aqueles que vivenciaram tal processo. Dar conta apenas de documentos oficiais e narrativas que mascaram a dura realidade dos que sofreram com o amargor da urbanização, não é suficiente e não contempla as múltiplas narrativas de sujeitos que protagonizaram em suas vidas uma história que não é contada.

Elvira Pereira Jauvênia, foi uma das moradoras da antiga Ilhota que passou pelo despejo e marginalização de sua família e vizinhos. Ela relata que “[...] a prefeitura entrou, a brigada entrou, o exército entrou e foi levando tudo pro caminhão, assim, de qualquer jeito mesmo e foi levando lá pro barro vermelho (Bairro Restinga)” (JAUVÊNIA, E., 2016). Se vozes como

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Maloca já tem novo lugar. Zero Hora, Porto Alegre, 18 nov. 1966. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Ilhota perde suas malocas. Zero Hora, Porto Alegre, 14 fev. 1967, p. 2. Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

50 mil vão para nova Ilhota. Zero Hora, Porto Alegre, 22 fev. 1967, p. 2. Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.

Fim da Ilhota é agora. Zero Hora, Porto Alegre, 28 fev. 1967. Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho.

¹⁹ “Apesar dos negros estarem presentes nos mais diversos espaços, haviam espaços que eram característicos da população negra, seja pela concentração de negros residentes, pelo uso frequente para o trabalho ou para a realização de práticas culturais. Esses espaços acabaram marcados na memória da cidade como territórios negros, devido a concentração de negros e ao uso singular e frequente”. (VIEIRA, 2017, p. 15).

de Dona Elvira não forem ouvidas e registradas, a história seguirá sendo contada pelos mesmos que acreditam que determinados grupos sociais e étnicos não devem pertencer à urbe. A banalização da estigmatização e da marginalização é um discurso que mascara a realidade, através de lemas como “Remover para Promover” do Projeto Renascença.

Figura 3 - Ilhota em 1966



Fonte: Reprodução do Correio do Povo de 1966 - foto Santos Vidarte

Figura 4: Ilhota em 1975



Fonte: DAVIT, 1975, apud BURIN, 2008, p. 121

RIHGRGS, Porto Alegre, n. 163, p. 99-122, dezembro de 2022.

5 RESISTÊNCIA, RECONHECIMENTO E O DIREITO À CIDADE

E assim fora lançado o golpe final contra os negros, pobres e marginalizados da cidade. Aos olhos dos que não sofreram na pele o amargor da urbanização é preferível “remover para promover”. Remover quem? E promover o que e para quem? O Projeto Renascença concluiu o que a décadas estava desenhado na cabeça daqueles que sempre tiveram o desejo de expulsar para longe da urbe os considerados impedimentos para a modernidade, dentro de um discurso higienista, que silenciou as memórias dos que ali viveram, e apagaram a Ilhota da história da cidade. Historicamente os indivíduos que passaram pelo processo de remoção não ganharam ouvidos as suas vozes e as suas histórias. Eles, os protagonistas de uma história que tentou apagá-los, resistiram e permaneceram lutando pelo direito à cidade, ao seu espaço e a escuta de suas memórias.

Após a remoção forçada, alguns moradores se esconderam em casas de familiares em outras regiões ou atrás dos maricás na Ilhota, e em 1978 retornaram para o lugar em que jamais deveriam ter saído, suas casas, sua Ilhota. Esse retorno não foi amigável e nem concedido facilmente. Angélica Celeste Mirinhã, moradora da antiga Ilhota, foi uma das grandes protagonistas da luta pela regularização do território, e em um livreto organizado por Marcelo Oliveira Damasceno e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ela realiza um depoimento sobre esse processo de reconhecimento, direito e regularização.

[...] nós tivemos que estudar para poder se defender né... foi ótimo porque aí a gente foi atrás da documentação, no cartório... e descobrimos que a nossa comunidade era descendente da Ilhota, resistência de um despejo traumático, que foi para a Restinga e que uma ou duas famílias corajosas não quiseram se submeter e se esconderam atrás dos maricás aqui na dezessete de junho. (MIRINHÃ, 2016)

E foi dessa luta, que hoje é regularizada a Comunidade Território Ilhota, onde exerce-se o controle social sobre os recursos públicos no orçamento participativo, onde criou-se a ong Comunicarte, fortalecendo a organização comunitária, com projetos, oficinas, cursos de formação e capacitação e luta pelas políticas públicas urbanas, resgatando-se a cultura afrodescendente e reforçando o direito à cidade. Hoje, a Comunidade Território Ilhota é composta por aproximadamente 40 famílias que carregam em si a garra e a resistência de seus antepassados, que permanecem lutando pelo seu direito de pertencer a uma cidade que historicamente os pressiona para a periferia e para o isolamento social. Para Angélica Celeste

Mirinã, “essa luta nossa aqui vai continuar ainda, enquanto a gente puder passar para todo mundo a importância desse território, a importância da afrodescendência, quantos negros e negras morreram aqui para que a gente pudesse estar morando aqui [...]” (MIRINHÃ, 2016).

Espaços geográficos embranquecidos, relegados ao esquecimento por aqueles que sentem-se ser os donos da cidade em detrimento daqueles que não devem pertencer a ela, são aspectos que marcam a distinção social territorial existente entre a urbanização e aqueles que seriam expulsos, esquecidos e silenciados. Contextualizando e historicizando essas histórias, coloca-se em evidência o protagonismo negro e suas memórias silenciadas, seus espaços embranquecidos e suas histórias apagadas. O depoimento de Vanderlei Pereira Jauvênia, também morador da antiga Ilhota, enriquece o final deste artigo, colocando em evidência essas memórias e as vivas vozes de quem tem na pele a marca da resistência, da luta e da força. “Mas... a história cobra, a história cobra tudo! E no caso, a resistência tem que continuar, eles tem que saber que tá vivo ainda. É tu lutar por aquilo que tu acha certo. Seja a casa, seja o político. Pra mim é resistência, entendeu? Honrar tua cor, a tua raça aí” (JAUVÊNIA, V., 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso que determinados eventos sejam explicados à luz da perspectiva daqueles que foram relegados na história. Contar a história da Ilhota, como um território negro, fomenta o sentimento de pertencimento a um estado que insiste em silenciar a contribuição dos negros e negras para a cultura e riqueza do Rio Grande do Sul²⁰. Contar a história da Ilhota é compreender e problematizar discursos higienistas em prol de uma modernidade seletiva que aponta aqueles que poderiam ou não fazer parte desse processo. Contar a história da Ilhota é não silenciar memórias que criam sentimentos de pertencimento que, no âmbito coletivo, proporcionam o compartilhamento de experiências que promovem a identidade, conforme evidencia Michael Pollak (1992). Parte-se do princípio de que há

20 “Pode-se dizer que tal ocultamento – ou esquecimento consciente – deve-se, entre outros fatores, a alguns processos principais: i) ao paulatino deslocamento dos territórios negros para as bordas da cidade; ii) representações homogeneizadoras do espaço da cidade, que ao mesmo tempo escamoteia a presença negra e produz um espaço “alisado”, aparentemente sem rugosidades (SANTOS, 2009, p. 14); iii) a adoção da figura mítica do gaúcho como representação oficial, que se sobrepõe aos demais grupos étnicos da constituição do Estado (OLIVEN, 1996, p. 25). Soma-se a isso o fato de que a partir dos anos 1950, o poder público estadual adota como oficiais a imagem do “gaúcho” e os símbolos atrelados a ela (hino farroupilha, pilcha, Semana Farroupilha, chama crioula), fomentando o gauchismo como discurso oficial (SALAINI; GRAEFF, 2011, p. 183-184).” (VIEIRA, 2017, p. 16).

sujeitos silenciados, cujas memórias e vivências não ficam registradas nos órgãos institucionais, na imprensa e no estado. Portanto, dar ouvidos as vozes desses indivíduos significam possibilitar compreender como os múltiplos sujeitos históricos vivenciaram determinado processo.

Ao visibilizar a Ilhota, as narrativas de sujeitos esquecidos, a história e o espaço pelo qual foi apagado do mapa da cidade, foi possível evidenciar a urgência em se trabalhar com a Ilhota, devido a falta de aprofundamento de pesquisas específicas na área. O percalço, os desafios e as conquistas que os moradores da Ilhota realizaram até o presente momento, assim como a história cultural de suas memórias são de suma importância, e necessitam de visibilidade, no entanto, o presente artigo procurou evidenciar um dos aspectos que marcaram a região e a população, que foi a urbanização e a marginalização. As informações dispersas entre os diversos trabalhos até agora produzidos foram subsídio para a produção da presente pesquisa, sobre a Ilhota e a invisibilização de sua história e de seu espaço geográfico na cidade, em conjunto com outras fontes, que proporcionou novas abordagens e novos questionamentos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Pedro; SCHALLENBERGER, Erneldo; BATISTA, Alfredo Aparecido. A história regional-desafios para o ensino e a aprendizagem. *Akrópolis-Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 39-45, jan./mar, 2005. Disponível em: <<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/452/411>>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- ARAUJO, Neila Prestes. *Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória: uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967 - 1971*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- ASSIS, Tauã Carvalho de; PINTO, Suely de Assis. O ensino de história local como estratégia pedagógica. *Revista Eletrônica de Graduação e Pós-Graduação em Educação*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/17326>>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Eternos Intendentes de Porto Alegre*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Escravidão e Abolição no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2018.

- BARBOSA, Leandro; ZUBARAN, Maria Angélica. Narrar outras memórias, contar outras histórias: museu, comunidade e patrimônio cultural. *Revista de Iniciação Científica da ULBRA*, Canoas, n. 10, p. 67-72, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/ic/article/view/279>>. Acesso em: 06 ago. 2020.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- BITTENCOURT, Iosvaldir Carvalho. *Relógios da Noite: uma antropologia da territorialidade e da identidade negra em Porto Alegre*. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.
- BOHRER, Felipe Rodrigues. Breves considerações sobre os Territórios Negros Urbanos de Porto Alegre na pós-abolição. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 12, n. 29, p. 121-152, jul./dez., 2011. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/25348>>. Acesso em: 17 set. 2020.
- BONETTO, Helena. A invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos. *Revista Para Onde!?*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 164 -172, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/para-onde/article/view/94117>>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BRASIL. *Lei n.10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: DF. Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 20 maio 2020.
- BURIN, Carolina Wolf. *Canalização do Arroio Dilúvio em Porto Alegre: Ambiente projetado X Ambiente construído*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- BURKE, Peter. *Escola dos Annales 1929- 1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CAMPOS, Deivison. *O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

- DIAS, Tielle Soares. *Análise das intervenções na morfologia original e na dinâmica geomorfológica em áreas alagáveis no município de Porto Alegre - RS*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.
- DE ABREU FILHO, Silvio Belmonte. *Porto Alegre como cidade ideal: Planos e projetos urbanos para Porto Alegre*. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Paradoxos da *Belle Époque* tropical. In: PINHEIRO, L. C.; RODRIGUES, M. M. M. (Org.). *A Belle Époque brasileira*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p. 163-180.
- IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul). *Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre: século XIX e Início do XX*. IHGRGS, 2005. CD.
- KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. *Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.
- KOEHLER, Ana Luiza Goulart. *Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- KROB, Bruna. *Libertos sob cláusulas de prestação de serviços: Os contratos de trabalho estabelecidos a partir das cartas de alforria registradas nos cartórios de Porto Alegre em 1884*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MATTOS, Jane Rocha de. *Que arraial que nada, aquilo lá é um areal: O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921)*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- MÉRIAN, Jean-Yves. A Belle Époque francesa e seus reflexos no Brasil. In: PINHEIRO, L. C.; RODRIGUES, M. M. M. (Org.). *A Belle Époque brasileira*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p. 135-163.

- OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 13-32.
- OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. *Revistas Eletrônicas FEE*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 383-396, 1993.
- PESAVENTO, Sandra J. Os excluídos da cidade. In: SEFFNER, Fernando (Org.). *Presença negra no Rio Grande do Sul*. Cadernos Porto&Vírgula, n. 11, p. 80-89. Porto Alegre: UE, 1995.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 195-216, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/BJNpPwDJnKb4dwb5N6WD-QWx/?lang=pt>>. Acesso em: 28 maio 2021.
- POLIDORO, Mauricio; DEMICHEI, Neudy Alexandro. Segregação socioracial na periferia da metrópole gaúcha: análise do bairro Restinga, Porto Alegre/RS. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4., 2014, Vitória. Anais [...]. Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403712887_ARQUIVO_CBG_POLIDORO_DEMICHEI_23JUN.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2020.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Educação. *Projeto Territórios Negros*. 2009a. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/gpn/default.php?p_secao=18. Acesso em: 03 set. 2020.
- PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Habitação (Demhab). *Plano Municipal de Habitação de Interesse Social: Etapa II - Diagnóstico do Setor Habitacional de Porto Alegre*. 2009b.
- ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)*. 2014. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- RUPPENTHAL, Francieli. Um percurso vivido: pluralizando histórias e memórias a partir do projeto “Territórios Negros”. *Revista Unisinos*, São Leopoldo, v. 52, n. 2, p. 162-171, maio/ago. 2016.

- SANTOS, Irene et al. *Colonos e Quilombolas: Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*. Porto Alegre: Nova Letra Gráfica, 2010.
- SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1993.
- SOARES, Karitha. *Da forca ao tambor: o Museu do Percorso como reconhecimento histórico da presença do negro na formação da cidade de Porto Alegre*. 2017. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- VIEIRA, Daniele Machado. Percursos negros em Porto Alegre: ressignificando espaços, reconstruindo geografias. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 4, 2014, Vitória. Anais [...]. Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404663795_ARQUIVO_DanieleMVieira.CBG2014.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.
- VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 - 1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- WEIMER, Rodrigo. Do centro à periferia: “malocas” e remoções na constituição do espaço urbano de Porto Alegre (1951-1973). In: *Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrópoles*, 2017, Natal. Regimes Urbanos e Governança Metropolitana. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.
- WEIMER, Rodrigo. Gildas de todas as cores: construção de imagens racializadas das vilas de malocas. Porto Alegre, décadas de 1940 e 1950. In: XAVIER, R. C. L.; OSÓRIO, H. (Org.). *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2018. cap. 6, p. 495-529.
- ZUBARAN, Maria. A invenção branca da liberdade negra: Memória social da abolição em Porto Alegre. *Revista de História e Estudos Culturais*, Minas Gerais, v. 6, n. 3, jul./ago. 2009. Disponível em: <<https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/192>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

ENTREVISTAS:

- JAUVÊNIA, Elvira. Elvira. [Entrevista concedida a] Larissa Machado; Marcelo Damasceno. Ilhota, Porto Alegre, 2016.

JAUVÊNIA, Vanderlei. Vanderlei. [Entrevista concedida a] Larissa Machado; Marcelo Damasceno. Ilhota, Porto Alegre, 2016.

MIRINHÃ, Angélica. Angélica. [Entrevista concedida a] Larissa Machado; Marcelo Damasceno. Ilhota, Porto Alegre, 2016.

Submetido em 16/09/2021

Aceito em 23/03/2022

OS PRIMEIROS 100 ANOS DO BAIRRO BELÉM NOVO DE PORTO ALEGRE - UMA HISTÓRIA REMONTADA POR MEIO DE MÍDIA IMPRESSA (1870-1970)

THE FIRST 100 YEARS OF BAIRRO BELÉM NOVO IN PORTO ALEGRE - A HISTORY RESTORED THROUGH PRINTED MEDIA (1870-1970)

Clarissa Maroneze Garcia¹

RESUMO

Este trabalho tem como tema a formação e história urbana do Bairro Belém Novo, entre os anos 1870 e 1970, primeiros 100 anos de sua existência. O objetivo principal deste estudo está em remontar esse primeiro século de história do bairro a partir de notícias, reportagens e publicidades encontradas em jornais e revistas locais acessados em acervos digitais e físicos de Porto Alegre. Busca-se entender como eram evidenciadas pela mídia impressa as transformações de estrutura urbana, bem como aspectos culturais, sociais e econômicos nos dois períodos que dividem o trabalho, de 1870 a 1920, anos de sua formação como uma freguesia, e de 1920 a 1970, anos de sua função de balneário do lago Guaíba. Entender a trajetória histórica de Belém Novo servirá para dar suporte a diretrizes para o seu planejamento urbano e ambiental.

Palavras-chave: Bairro Belém Novo. Porto Alegre. História urbana. Jornais. Revistas.

ABSTRACT

This work has as its theme the formation and urban history of Belém Novo Neighborhood, between the years 1870 and 1970, the first 100 years of its existence. The main objective of this study is to trace the first century of the neighborhood's history based on news, reports and advertisements found in local newspapers and magazines accessed in Porto Alegre's digital and physical collections. It seeks to understand how the transformations of urban structure were evidenced by the printed media, as well cultural, social and economic aspects in the two periods that divide work, from 1870 to 1920, years of its formation as a parish, and from 1920 to 1970, years of its function as a bathing resort in Guaíba lake. Understanding the historical trajectory of Belém Novo will serve to support the guidelines for its urban and environmental planning.

Keywords: Belém Novo Neighborhood. Porto Alegre. Urban History. Newspapers. Magazines.

1 Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Franciscana - UFN (2010). Especialista *latu sensu* em Produção Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2012). Mestre *Stricto Sensu* em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR (2017) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, no qual também cursa o Doutorado desde 2018/1, com bolsa da CAPES. É membro do Grupo de Estudos e Documentação em Urbanismo (GEDURB/UFRGS) e é membro pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).

INTRODUÇÃO

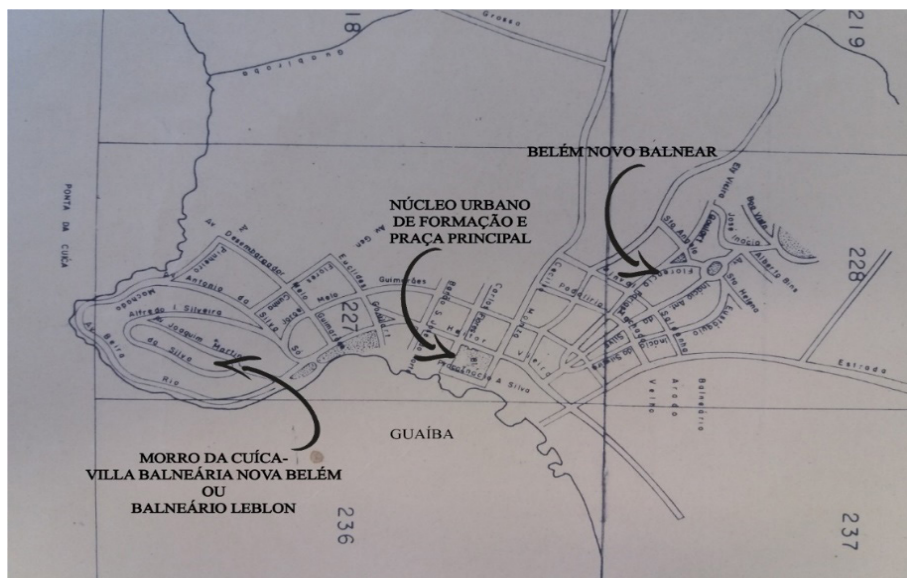
Este trabalho tem como tema a formação histórica do Bairro Belém Novo, do município de Porto Alegre (RS), entre os anos 1870 e 1970, primeiros 100 anos de sua existência. Objetiva-se contar o primeiro século de sua história por meio de notícias, reportagens e publicidades de jornais e revistas locais, encontrados em acervos digitais e em acervos físicos de Porto Alegre.

O Bairro Belém Novo está localizado no extremo-sul de Porto Alegre e dista cerca de 27 km do Centro Histórico desse município. É banhado pelas águas do lago Guaíba e, em razão de sua riqueza paisagística, oportuniza atividades náuticas, banho, visuais do pôr do sol, observação de fauna, passeios e confraternizações em sua orla ou em sua praça central, além da realização de feiras de artesanato e festas religiosas, como a dedicada à Nossa Senhora dos Navegantes (BELÉM NOVO. Sobre o Bairro; GARCIA, 2017).

Belém Novo tornou-se bairro somente em 1991 e tem o início de sua história datada ainda do período Imperial brasileiro, mais precisamente da década de 1870, com o processo de transferência da Freguesia de Belém, localizada anteriormente no atual Bairro Belém Velho, distante do Guaíba. A mudança da sede da freguesia para a margem do lago ocorreu definitivamente em 1880, perpetuada por sonhos de progresso e, inicialmente, com uma vida urbana que gravitava em torno de sua igreja - fisicamente e socialmente. A partir dos anos 1920/1930, o então Distrito Belém Novo passou a servir como local de veraneio para os porto-alegrenses que buscavam fugir da área central da cidade que se industrializava, mas que ainda não contavam com acesso fácil às praias de mar do RS. A função balneária inaugurou novas formas de sociabilidade na antiga freguesia e, consequentemente, desencadeou um crescimento da sua estrutura urbana² por meio da implantação de dois loteamentos balneários (a Villa Balneária Nova Belém e o Belém Novo Balnear) (Imagem 1).

2 As estruturas urbanas ou expressões físico-territoriais representam o conjunto das infraestruturas que configuram o espaço urbano. “Um dos componentes mais fundamentais da infraestrutura urbana é o sistema de transportes: ele assegura a coesão do espaço, a própria existência da aglomeração urbana” (DÉAK, 2001, p. 199). Além desse, outros elementos são estritamente necessários, como o esgoto cloacal, o esgoto pluvial e a rede elétrica e de água.

Imagem 1 - Bairro Belém Novo no mapa do Município de Porto Alegre, de 1979, com localização do seu núcleo urbano inicial e dos seus dois loteamentos balneários.



Fonte: Mapa do Município de Porto Alegre (1979), com alterações da autora. Acervo do GEDURB, UFRGS.

As etapas de vida social, cultural e econômica de Belém Novo e da sua história urbana serão rememoradas nas duas partes que dividem este trabalho - primeiramente abordando a formação da nova Freguesia de Belém (entre 1870 e 1920) e, em seguida, entendendo sua ascensão como área balneária até sua decadência como tal (entre 1920 e 1970). A construção histórica será realizada com base no que era veiculado na mídia impressa, compreendendo tanto reportagens que buscavam entender o seu passado, quanto notícias e publicidades que exibiam ou discutiam o seu presente, dentro do recorte temporal do trabalho.

Há poucas décadas, a veracidade dos fatos só era creditada a documentos. Os jornais “pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (LUCA, 2015, p. 112). Dessa maneira, havia uma relutância em remontar a história por meio da imprensa. Contudo, a partir da década de 1970, o jornal passou a ser objeto de pesquisa histórica, inclusive para o entendimento de processos de urbanização e modernização de cidades. “As transformações conhecidas por algumas capitais brasileiras nas décadas iniciais do século XX foram, em várias investigações, perscrutadas por

intermédio da imprensa” (LUCA, 2015, p. 120). Buscavam-se respostas em periódicos pois neles “formulavam-se, discutiam-se e articulavam-se projetos de futuro” (Idem.).

As revistas ilustradas e de variedades surgiram no Brasil nos anos 1900 com a intenção de atingir a todos os tipos de público, apresentando imagens e conteúdos diversificados, como acontecimentos sociais, momentos da vida urbana, tendências de moda, crônicas, entre outros. Assim, atualmente, as revistas têm importância enquanto “fonte para a compreensão da paisagem urbana e das representações e idealizações sociais” (LUCA, 2015, p. 123). Em razão da demanda da vida urbana, publicidades e propagandas vincularam-se aos jornais e revistas enquanto sua principal fonte de recursos; e as ilustrações, com fim publicitário ou não, tornaram-se indissociáveis da mídia impressa, transformando-se em mais um meio de pesquisa para o historiador (LUCA, 2015).

Neste trabalho, foram utilizados como fontes os jornais locais acessados em acervos históricos de Porto Alegre e também por meio digital, como *A Federação*³, *Correio do Povo*⁴, *A Reforma*⁵, *Diário de Notícias*⁶ e *O Imparcial*⁷, e a revista de variedades *Revista do Globo*⁸. Além da mídia impressa,

3 Este jornal circulou em Porto Alegre de 1884 até 1937. Inicialmente era meio de divulgação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em 1933, passou a ser utilizado como Diário Oficial do Estado. Em 1935, com o surgimento do novo Diário Oficial editado pelo governo, voltou a ser um jornal partidário. Em 1937, o jornal foi fechado, pois em ato do Estado Novo foram extintos os partidos políticos e suas publicações (LEITE, 2016). As edições do Jornal A Federação foram consultadas e estão disponíveis na Biblioteca Nacional Digital.

4 Fundado em 1895 por Francisco Antônio Caldas Júnior. Em 1913, após seu falecimento, seu filho Breno Caldas assumiu o jornal. Por várias décadas, tem sido um dos jornais de maior tiragem do sul do país e foi um dos pioneiros de caráter empresarial, sem vincular-se a grupos políticos. Após passar por dificuldades e falência, o jornal paralisou em 1984 voltando a circular em 1986 sob nova direção (FRANCO, 1988). Exemplares consultados e disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, em Porto Alegre.

5 Importante jornal político de Porto Alegre, surgido em 1869, que defendia as posições do Partido Liberal. Deixou de circular em 1912. Exemplares consultados e disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (FRANCO, 1988).

6 Fundado em 1925, o jornal gaúcho funcionou até 1979. Sua trajetória é marcada pela divulgação da história política do RS e do país. Exemplares consultados e disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa e na Biblioteca Nacional Digital.

7 Jornal que circulava no Bairro Belém Novo. O seu primeiro exemplar, de 1956, tinha como nome “Jornalzinho de Belém Novo”. A segunda edição recebeu o nome de “O Imparcial”. Foram acessados os de 1956 (BELÉM NOVO. Jornais Antigos). Exemplares consultados e disponíveis na página digital Belém Novo.

8 A Revista do Globo pertencia à Livraria do Globo de Porto Alegre e iniciou os trabalhos em 1929 com o subtítulo de “Periódico de Cultura e Vida Social”. Encerrou as atividades em 1967. Exemplares consultados e disponíveis no Museu da Comunicação Hipólito da Costa e no Arquivo Histórico Municipal Moysés Vellinho, em Porto Alegre (PUCRS. Delfos).

foi necessária a consulta a fontes primárias, como atas e correspondências oficiais, para a remontagem da história dos primeiros 100 anos do Bairro Belém Novo.

1 UMA FREGUESIA NA MARGEM DO GUAÍBA (1870-1920)

De acordo com a história remontada pelo Padre Rubem Neis (1925-2002) em matérias dominicais publicadas no jornal *Correio do Povo*, o núcleo urbano do Bairro Belém Novo tem sua origem ligada à transferência da Freguesia de Belém, antes localizada no Morro de São Gonçalo, no Bairro Belém Velho. Até o advento da República, freguesia (do latim *fili ecclesiae*, filhos da igreja) era a “sede de uma igreja paroquial, e que servia também para a administração civil” (PRADO JR., 2011, p. 325).

Alcançar a categoria de freguesia era importante para um arraial ou povoado, nos períodos Colonial e Imperial do Brasil, pois:

Não era somente o acesso garantido então à desejada e necessária assistência religiosa que se obtinha, mas também o reconhecimento da comunidade de fato e de direito perante a Igreja oficial, portanto perante o próprio Estado. Não era apenas o acesso ao batismo mais próximo, ao casamento mais fácil, ao amparo aos enfermos, aos sacramentos na morte, mas também a garantia do registro de nascimento, de matrimônio, de óbito, registro oficial, com todas as implicações jurídicas e sociais. (MARX, 1991, p. 18-19).

No ano de 1858, a igreja de Belém Velho perdeu seu vigário e, portanto, seu administrador, fato que muitas vezes havia ocorrido desde a elevação do povoado à freguesia em razão da sua localização, o que ocasionou um interesse por parte da administração pública em transferir a sede. Somou-se a isso o desmoronamento de parte da igreja em 1872, que sofria há duas décadas com problemas estruturais. Uma comissão organizada para uma possível reconstrução não a conseguiu de imediato, o que ocorreu somente em 1892 quando a capela-mor da igreja foi recuperada e transformada na capela atual do bairro (NEIS, 1972a; NEIS, 1973d). Nesse processo, Belém Velho já havia perdido sua condição de freguesia para Belém Novo, continuando a existir enquanto povoado, pois algumas famílias permaneceram residindo no local (PAZ; FERNANDEZ; KRAWCZYK, 1994).

A mudança foi uma decisão municipal, estipulada pela Lei Provincial n. 616 de 12 de outubro de 1867, que dispôs que “a freguesia de Nossa Senhora de Belém seja transferida para a margem do Rio Guaíba, entre o Passo do Salso e o do Lami” (FORTES; WAGNER, 1963, p. 329; BIBLIOTE-

CA NACIONAL, 1868). O contexto da transferência insere-se em um período (segunda metade do século XIX) em que Porto Alegre foi marcada pela implantação de novos meios de comunicação, principalmente pelas companhias de navegação que transportavam mercadorias e passageiros (SOUZA; MÜLLER, 2007). Dessa maneira, o fator locacional parece ter sido crucial para a transferência, pois o novo assentamento da freguesia se daria na margem do Guaíba, facilitando a ligação com o centro da cidade. Por sua vez, em Belém Velho havia dificuldade de desenvolvimento visto que o local não possuía um porto e pelo difícil acesso por terra (GARCIA, 2017).

Em 1868, a Câmara Municipal de Porto Alegre, com ordens do Presidente da Província do RS Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, formou uma comissão composta por José Manoel Corrêa, Luiz Belmiro da Silva Rosa e José Cândido de Figueiredo e encarregou o engenheiro ajudante Antonio de Mascarenhas Telles de Freitas para precisar o local para a implantação da nova Freguesia de Belém (BIBLIOTECA NACIONAL, 1868).

Após a visita realizada pelo engenheiro, este encaminhou ao Presidente da Província um ofício com suas observações. Na primeira parte do texto, recomendou a exata localização da nova freguesia no local denominado “morrinho”, entre a Ponta do Fagundes e a Ponta do Arado Velho. As vantagens do local escolhido eram o seu “bom ancoradouro resguardado por recifes que se proliferam de uma ponta a outra, o que é uma garantia para a navegação, boa estrada de rodagem para a Cidade pela Cavallhada, e um terreno elevado, porém de pouca inclinação” (PROCEMPA, 1868, p. 210), trecho que corrobora mais uma vez com o entendimento da mudança de local para a melhoria de acesso à freguesia - por água e terra.

Na transferência e escolha exata do novo local, destaca-se a importante figura do morador de Belém Velho Ignácio Antônio da Silva, que adquiriu, em 1865, as terras do chamado “Arado Velho” (em Belém Novo), antes pertencentes a Joaquim Mariano Aranha (NEIS, 1973d). Ignácio era um grande incentivador da mudança da freguesia, contudo, justamente no chamado “morrinho” já estava situada a sua residência⁹ e a sua atafona (casa de moagem) (Imagem 2). Além disso, no local também havia uma olaria¹⁰ pertencente a Ignácio, exatamente onde o engenheiro demarcou a praça principal (NEIS, 1973c). O Presidente da Província concordou com o local escolhido pelo engenheiro, mas Ignácio alegou que a freguesia estabelecer-se-ia muito próxima de sua residência e propôs a doação de terras para

9 Não há vestígios materiais. No local posteriormente foi construído o antigo Hotel Cassino, de acordo com Neis (1973c).

10 Não há vestígios materiais. No local posteriormente foi construída a Sociedade Polônia, de acordo com Neis (1973c).

não afetar a sua fazenda (BIBLIOTECA NACIONAL, 1868; CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000). O processo de transferência entrou em estagnação, e somente três anos depois, por meio da Lei Provincial n. 764 de 04 de maio de 1871, foi transferida “a sede da freguesia de N. Sra. de Belém para a margem do Rio Guaíba, em local a escolher” (FORTES; WAGNER, 1963, p. 329).

Imagem 2 - Recorte do jornal Correio do Povo com imagem de Ignácio Antônio da Silva, em reportagem realizada pelo Padre Rubem Neis, em 1973, sobre a fundação de Belém Novo.



Fonte: Neis (1973c, p. 63). Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Ignácio doou o terreno para a igreja, para o cemitério, para uma escola pública e para a casa do pároco. Ademais, junto ao vigário da freguesia Barnabé Corrêa da Câmara e aos cidadãos Manoel Antonio Fagundes, João Baptista de Magalhães e Luiz Belmiro da Silva Rosa, formou uma comissão encarregada da construção da igreja, nomeada pelo Presidente da Província (BIBLIOTECA NACIONAL, 1877). Em 1876, foi lançada a pedra fundamental da Igreja Matriz de Belém Novo, abençoada por meio da celebração de uma missa ocorrida em 25 de setembro do mesmo ano. A construção da igreja começou no ano seguinte, dividida em duas etapas: a primeira fase de 1877 e 1880, e a segunda, de 1882 a 1885. Na primeira fase foram concluí-

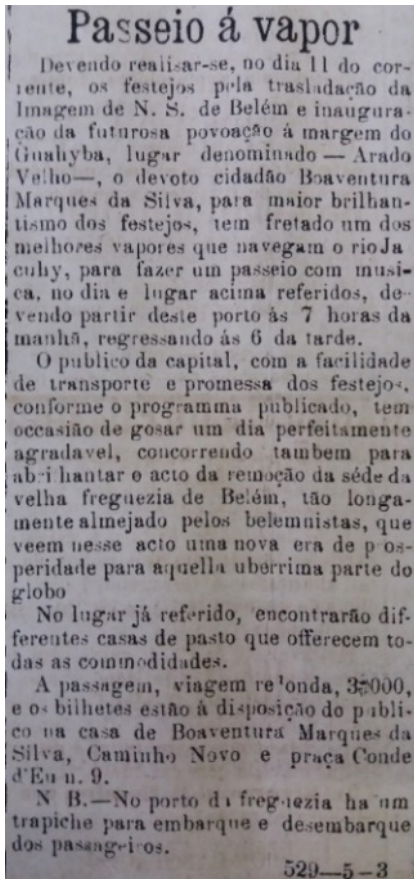
das a capela-mor, as sacristias e o cemitério. Na segunda fase deu-se a construção do corpo da igreja e de sua torre, do reboco, a colocação do assoalho e da porta principal. Em 1885 houve o fechamento da torre (NEIS, 1973b).

Foi gasta na obra da igreja uma quantia de 30 contos de réis, da qual o governo provincial contribuiu com 27 contos de réis (NEIS, 1973b). O restante foram contribuições de particulares, como do próprio Ignácio, do Barão de São José do Norte, do Barão de Jaguarão, do Barão do Caí, do Barão de São Borja, além de uma modesta quantia doada pela população e de doação em tijolos. A igreja foi construída por mão de obra particular e por escravos emprestados por particulares (NEIS, 1973b). Assim, a implantação da Freguesia de Belém delineou-se na margem do Guaíba, a partir de uma praça quadrangular principal, contornada por terrenos e com a igreja construída de frente para o Guaíba.

Ao final da primeira fase da construção da igreja, foi realizada “a efetiva a transferência da freguesia de N. Sa. de Belém para o Arado Velho (hoje Belém Nôvo)”, conforme o Ato s. n. de 14 de fevereiro de 1880 (FORTES; WAGNER, 1963, p. 330; BIBLIOTECA NACIONAL 1880). Em 10 de abril de 1880, às 7h, foi marcada uma missa em Belém Velho, e no dia posterior, às 11h, uma em Belém Novo, em razão da transferência da imagem de Nossa Senhora de Belém de uma igreja para a outra. O evento foi divulgado por mais de uma vez¹¹ no jornal *A Reforma* e convidava os moradores da área central de Porto Alegre para participarem da comemoração ofertando vapores da Companhia Fluvial para o acesso. A transferência da freguesia era considerada como algo “longamente almejado pelos belemnistas, que veem nesse acto uma nova era de prosperidade para aquela ubérrima parte do globo” (PASSEIO..., 1880a, p. 3), entendendo a ação enquanto começo de um período de progresso e desenvolvimento (Imagens 3 e 4).

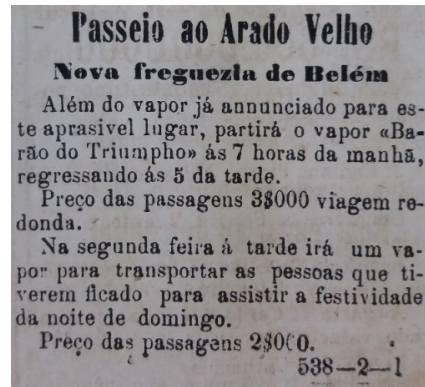
11 Passeio (1880a, p. 3); Passeio... (1880b, capa); Programma... (1880, p. 3).

Imagem 3 - “Passeio à vapor”.
Convite para os festejos em Belém
Novo no jornal A Reforma, 1880.



Fonte: Passeio... (1880a, p. 3).
Acervo do Museu da Comunicação
Hipólito José da Costa.

Imagem 4 - “Passeio ao Arado Velho
- Nova Freguesia de Belém”. Convite
para os festejos em Belém Novo no
jornal A Reforma, 1880.



Fonte: Passeio... (1880b, capa).
Acervo do Museu da Comunicação
Hipólito José da Costa.

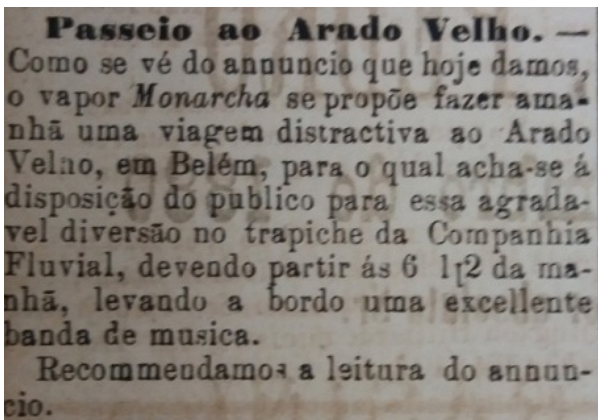
No dia 13 de abril de 1880, foi emitida uma nota no mesmo periódico sobre como a festa do dia 11 havia ocorrido conforme o planejado, com a saída do porto de Porto Alegre de três vapores lotados. Informou-se também que a missa em Belém Novo foi acompanhada de uma festa com banda de música, orquestra e cavalhadas, estando a igreja, a praça e o trapiche iluminados e embandeirados; à noite ainda houve uma queima de fogos de artifício. No dia seguinte foi realizada outra missa e corridas de cavalhadas (FESTA..., 1880; GARCIA, 2017).

As festas religiosas configuraram-se desde os primeiros séculos de colonização no país e perpetuam-se até os dias atuais, constituindo um verdadeiro patrimônio cultural. Segundo Jurkevics:

O espaço de sociabilidade, para a maior parte da população, se realizava fora do âmbito domiciliar, uma vez que os grandes momentos de interação social eram as festas religiosas. As práticas católicas eram marcadas por efusivas manifestações de fé visíveis nas missas com corais, nas procissões – caminho do devoto à Casa do Pai – repletas de alegorias e nas festas com músicas, danças, comidas, bebidas e fogos de artifício. (JURKEVICS, 2005, p. 74).

As grandes distâncias separavam a população, e ainda havia uma grande dificuldade em relação ao transporte no país. Assim, eram nos festejos religiosos em freguesias, vilas e cidades que acontecia a reunião da população como uma das únicas formas e momentos de divertimento e sociabilidade. As festas contavam com a participação dos moradores locais e os dos arredores, principalmente para celebrar os santos protetores (JURKEVICS, 2005). Nesse sentido, em outras oportunidades, como foi verificado no jornal *A Reforma*, de 4 de dezembro de 1880, foram realizadas viagens distrativas até a Freguesia de Belém ou Arado Velho (Imagem 5), demonstrando que o local era uma área de lazer e recreação desde sua fundação oficial (PASSEIO..., 1880c; GARCIA, 2017).

Imagem 5 - Convite de passeio até a Freguesia de Belém ou Arado Velho, no jornal *A Reforma*, 1880.



Fonte: Passeio... (1880c, p. 3). Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

A transferência da freguesia ocorreu dentro de um período (principalmente a partir de 1870) em que o Brasil estava sendo atingido por ideias reformadoras, como as correntes do positivismo, liberalismo e cientificismo. Junto dessas correntes, baseadas sobretudo na razão, eram trazidos debates a respeito da união entre Estado e Igreja, assunto que entrou em discussão com o advento da Reforma Protestante no século XVI e com a Revolução Francesa no século XVIII, por exemplo. Nessa última, a administração realizada pela Igreja - de hospitais, asilos, cemitérios, escolas, orfanatos, entre outros - já era reivindicada pelo Estado. No Brasil, mesmo em 1822, com a Independência, a união entre Estado e Igreja Católica foi mantida, bem como suas leis, costumes e a tradição portuguesa, pois essa união ainda era considerada indissolúvel para a organização política e social do país (SOUZA, 2013).

Com o advento da República, o Brasil tornou-se um Estado laico, conforme o Decreto n. 119-A de 7 de janeiro de 1890, separando de vez Estado e Igreja e, conseqüentemente, dando fim às freguesias (BRASIL, 1890). Dessa forma, por meio do Ato municipal n. 7 de 01 de dezembro de 1892, Porto Alegre foi dividida “em 6 distritos, sendo os quatro primeiros urbanos e os dois últimos suburbanos; destes, o 5º será o de Belém, e o 6º, o de Pedras Brancas”. Belém Novo tornou-se o 5º distrito de Porto Alegre, deixando de ser a Freguesia de Belém (FORTES; WAGNER, 1963, p. 330).

Na segunda metade do século XIX iniciou-se a construção da estrada de ferro no RS, que veio a estreitar a ligação das cidades e colônias do interior com a capital, que iniciava o seu processo de industrialização, sendo o centro do sistema ferroviário e a detentora do escoamento dos produtos coloniais. No ano de 1910, estava completa a ligação ferroviária entre o RS e o eixo Rio-São Paulo, colocando a indústria gaúcha em competição com o mercado nacional. Entre 1900 e 1910, o crescimento da população de Porto Alegre atingiu altos índices, explicados pela fase de hegemonia industrial que a capital passava no estado (SINGER, 1974).

O início do século XX foi um momento de modernização baseada no trinômio “circulação, higienização e embelezamento” e de transformações físicas da capital na busca pelo progresso. O Estado, governado durante a República Velha pelo PRR, de base positivista, “incentivava o desenvolvimento industrial, técnico e científico no âmbito da cidade” e “exigia, da parte do Município, novas construções, edifícios para as repartições públicas, abertura de ruas e becos, conserto de vias pelas obras de instalação, pavimentação, etc.” (SOUZA, 2010, p. 17). A modernização e a renovação arquitetônica que se descortinavam na área central de Porto Alegre não chegaram a Belém Novo; porém, o distrito mantinha relações comerciais com

o centro por meio do fornecimento de materiais de construção produzidos por suas olarias. Como visto, durante a construção da igreja da Freguesia de Belém foram feitas doações em tijolos, indicando que nos arredores de Belém Novo havia olarias (NEIS, 1973, p. 47). Um censo realizado em 1874, baseado em registros industriais de Porto Alegre, assinala que existiam 14 olarias na Ponta Grossa e em Belém Novo, havendo uma economia baseada na exploração de argila, areia e areião. A presença das olarias na região também seria um possível fator de atração de mão de obra que teria contribuído para o crescimento populacional e econômico do distrito (PORTO ALEGRE, 1961; CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000).

O processo de industrialização e densificação da área central de Porto Alegre acarretou a busca de áreas de lazer e, assim, na primeira década do século XX, os balneários da zona sul começaram a atrair a população com melhores condições econômicas. “A falta de higiene da cidade, a infraestrutura urbana que deixava a desejar, impulsionavam a busca de férias em outros locais” (HUYER, 2015, p. 43), e Belém Novo, também banhado pelo Guaíba, participaria dessa lógica, como será visto a seguir.

2 UM “PITORESCO” BALNEÁRIO DE ÁGUAS FLUVIAIS (1920-1970)

No Brasil, o banho de mar só se tornou corriqueiro no início do século XX, transformando o valor das orlas marítimas e estimulando o surgimento de loteamentos balneários. Assim, as atividades à beira-mar passaram a fazer parte da vida urbana, como - no caso mais emblemático - as praias do Rio de Janeiro. A instituição das férias de trabalho remuneradas nos anos 1930, parte das Leis Trabalhistas propostas pelo governo do Presidente Getúlio Vargas, intensificou a procura pelos balneários. Todavia, o acesso a esses locais ainda era restrito às famílias que tinham condições financeiras de alugar ou comprar uma segunda residência (OLIVEIRA, 1999; GARCIA, 2017). Dessa maneira:

A urbanização de lugares para o uso de banho de mar, no período de verão, adotou, no Brasil, o mesmo nome usado para denominar os edifícios destinados aos banhos, balneário, e embora se encontrem alguns “edifícios-balneários”, do século XIX, o termo difundiu-se para designar os lugares à beira-mar ou de rios, com infraestruturas básicas e moradias secundárias, próprias ou para aluguel, onde o banho é a principal atividade, dando origem também à expressão veraneio, a estadia temporária durante o verão em lugares costeiros e privilegiados para o banho de mar. (OLIVEIRA, 1999, p. 57).

Desde o princípio, as urbanizações balneárias brasileiras seguiram um modelo europeu existente desde o século XIX, composto de um loteamento, de um hotel com cassino e de um restaurante. Diversos exemplos desse tipo de empreendimento são observados ao longo da costa marítima brasileira, como é o caso de Copacabana e o Hotel Copacabana Palace (inaugurado em 1923), que possuía um cassino até a década de 1940 (OLIVEIRA, 1999).

Nas primeiras décadas do século XX, as praias de mar no Rio Grande do Sul não possuíam acesso fácil. Ir de Porto Alegre até a praia de Torres levava até dois dias e meio na década de 1910. Entre a capital e Conceição do Arroio (Osório), havia apenas uma estrada de 120 km de chão batido. Somente em 1938, com a inauguração da RS-030, ligando Porto Alegre a Osório e Tramandaí, o acesso ao litoral norte foi melhorado; entretanto, era uma via muito precária sendo em quase sua totalidade sem asfalto. Outra via que era utilizada para acesso à praia de Cidreira e Balneário Pinhal era a RS-040, também sem asfalto. Apesar da dificuldade, no final dos anos 1930, as praias de mar gaúchas passaram a receber alguns banhistas, e loteamentos balneários começaram a ser construídos para atender a demanda (SILVA, 1985; GARCIA, 1917).

A virada do século XIX para o XX foi marcada pela industrialização da área central de Porto Alegre e também pelo início da urbanização da zona sul, reforçada com a implantação da “Ferrovia do Riacho”, que lhe concedeu facilidade de acesso. Esse acesso mais fácil do que para as praias de mar, aliado à função recreativa e de lazer possibilitada pelo lago Guaíba, atraía os porto-alegrenses com melhores condições financeiras, principalmente nos meses mais quentes do ano (HUYER, 2015).

Por conseguinte, na década de 1930, iniciou-se na zona sul de Porto Alegre a implantação de diversos loteamentos balneários, como o “Balneário Villa Conceição”, “Balneário Ipanema”, “Balneário Guahyba”, “Balneário Espírito Santo”, “Balneário Juca Baptista”, “Balneário Guarujá”, “Jardim Yacht Club”, “Balneário Vista Alegre” e “Villa Assunção”. Os negócios imobiliários eram realizados por um grupo de investidores que, após a aquisição do terreno, contratavam o projeto do loteamento e o elaboravam. Em seguida, era feita a publicidade em revistas e jornais para a venda dos lotes, acompanhada da construção do loteamento (HUYER, 2015; GARCIA, 2017).

Antecipando a lógica balneária que se configurou na zona sul da cidade nas décadas de 1930 e 1940, em 1927 foi lançada a “Villa Balneária Nova Belém”, o primeiro empreendimento da zona sul, também chamado de “Balneário Nova Belém” ou ainda “Balneário Leblon”. O loteamento foi construído no Morro da Cuíca e é contornado pelas praias do Veludo e Le-

blon, abrangendo ainda uma porção de área plana atrás do mesmo morro. Na planta, assinada pelo engenheiro civil Oscar Silva, as novas vias conectam-se com as existentes da antiga freguesia; já no morro, aproveitaram-se as curvas de nível para o desenho das vias. Na margem do Guaíba, contornando o morro, foi proposta a Avenida Beira-Rio, onde, na altura da Praia do Leblon, foi demarcado um restaurante (GARCIA, 2017).

O loteamento foi divulgado no jornal A Federação, em 7 de março de 1931, em reportagem intitulada “O Embelezamento da cidade: O Balneário Nova Belém”. O jornal redigiu sobre o panorama magnífico proporcionado pelo Morro da Cuíca e sua vegetação composta por figueiras. Também fez menção à garantia da higiene pública (saneamento) e a inspiração do loteamento nos empreendimentos que eram realizados na Europa e nos Estados Unidos naquele período - os bairros-jardins - conforme o trecho:

O primitivo traçado da Villa Balnear Nova Belém representava uma construção modesta. Entretanto foi resolvido ampliá-lo, a fim de dotar Porto Alegre de um elegante e majestoso balneário, moldado nos principaes e mais afamados estabelecimentos congêneres dos Estados Unidos e da Europa, com todas as garantias de hygiene pública, e a nossa população terá, sem grandes dispendios e com rapidez de transporte, um exellente ponto de veraneio. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1931, p. 4).

Seguindo o modelo balneário que se perpetuava no país, receberia um Hotel Balneário na Avenida Beira-Rio e um restaurante, além de diversos equipamentos como “caes balneários, porto de pesca, porto para os hiates de recreio e de regatas, piscinas de natação, kiosques, e edifícios públicos como sejam, toilettes, cabines, restaurantes e bar” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1931, p. 4). Anunciavam também amplas avenidas circundando as praias, dotadas de mercados públicos previstos para abastecer o loteamento, assim como a construção de um “grande stadium com uma superfície de 12 hectares, o qual será um dos maiores do mundo. Na praia, além de um cinema ao ar livre, será construído um aquarium, torres de saltos, piscinas de natação, etc.” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1931, p. 4).

Excetuando a abertura das vias, com dimensões bem menores do que as prometidas e sem pavimentação, e a construção de um restaurante, a maior parte da estrutura e dos equipamentos que foram anunciados nunca foi construída, como os mercados, as torres de salto, as piscinas, o aquário, o estádio, entre outras, denotando-se que o empreendimento foi divulgado na imprensa de maneira enaltecida para a venda dos terrenos.

Os terrenos pertenciam à “Sociedade Villa Balneária Nova Belém”, e a venda era divulgada na Revista do Globo e em outros meios impressos, do mesmo modo como ocorria com outros loteamentos da zona sul da cidade (HUYER, 2015; GARCIA, 2017). Destacava-se que a compra teria, como benefícios, passeios de barco, banhos nas praias, acesso ao restaurante, numa fuga do calor do centro da cidade, mas não fazia menção à gama de equipamentos anunciados na reportagem tratada anteriormente (Imagens 6, 7 e 8). Os anúncios davam ênfase também à facilidade de acesso por estrada de rodagem, a Estrada Belém Novo (hoje Avenida Juca Batista).

Imagem 6 - Publicidade de venda de terrenos no loteamento “Villa Balnear Nova Belém” ou “Balneário Leblon”, na Revista do Globo, 1932.



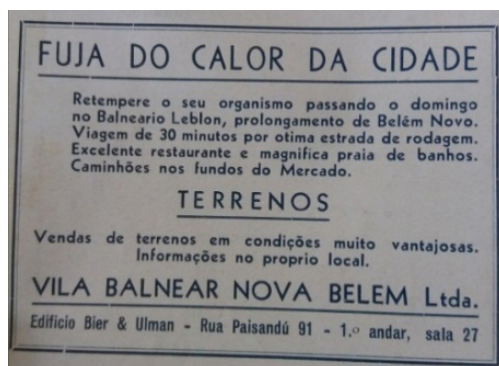
Fonte: Visite... (1932, p. s.nº). Acervo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho.

Imagem 7 - Publicidade de venda de terrenos no loteamento “Villa Balnear Nova Belém” ou “Balneário Leblon”, o Boletim da Sociedade de Engenharia, 1940.



Fonte: Faça... (1940, p. s.nº) Acervo da Biblioteca da Engenharia da UFRGS.

Imagem 8 - Publicidade de venda de terrenos no loteamento “Villa Balnear Nova Belém” ou “Balneário Leblon”, na Revista do Globo, 1930.



Fonte: Fuja... (1937, p. s.nº). Acervo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho.

O Restaurante Leblon¹² (Imagem 9), demarcado no projeto do loteamento, foi construído e, por muitas décadas, foi parte importante da vida social e cultural de Belém Novo, funcionando até o final dos anos 1970. O projeto do restaurante é do reconhecido engenheiro italiano Armando Boni (1886-1946), radicado em Porto Alegre em 1910, que desenvolveu importantes projetos arquitetônicos na capital¹³ (GARCIA, 2017).

Imagem 9 - Publicidade do Restaurante Leblon na Revista do Globo, 1937.



Fonte: Balneário... (1937, p. s. nº). Acervo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho.

¹² Também ficou conhecido como “Poletto”, nome de um dos proprietários, Almiro Poletto, que dirigiu o restaurante por cerca de 30 anos (BELÉM NOVO).

¹³ Boni também foi responsável por projetos como a Concha Acústica do Auditório Araújo Vianna, na Praça da Matriz (demolido), o Cemitério São Miguel e Almas, a sede da Livraria do Globo, a Casa Guido Corbetta e a Casa Boni.

Em março de 1936, a Revista do Globo publicou uma matéria de página inteira sobre o primeiro loteamento balneário de Belém Novo, utilizando-se de ilustrações das residências e chamando a atenção para o caráter pitoresco do balneário (Imagem 10).

**Imagem 10 - Publicidade sobre o “Balneário Leblon”
na Revista do Globo, 1936.**

22-12-1936 REVISTA DO GLOBO N.º 65

BELEM NOVO PITORESCO

BALNEARIO LEBLON

Porto Alegre cresce vertiginosamente. Estende-se para todos os lados, numa expansão admirável. Depois de

riante veste as elevações do terreno. Há os contrastes mais admiráveis. Depois de

com jardins bem cuidados, em que as flores mimosas são gritos de vida e de alegria na folhagem verde.

Toda essa variedade se conjuga na mais feliz harmonia, constituindo a cidade de sonho, onde não chega o buliço trepidante de nossas

cidade.

É um dos lugares mais aprazíveis da região. É a necesse aristocrática a está preferido para construir suas residências de verão. A Soc. Vila Balnearia Nova de Belém, proprietária daqueles terrenos, e que tem fa-

Um trecho da Av. Ligação, vindo-se as magníficas vivendas dos srs. dr. Armando Barrocas e Bruno Nunes Dias.



passo admirável de beleza. Ao passo que a cidade prazmente dita enche-se de sobrados de seis, oito e mais andares, seus arredores se enfeitam com as mais pitorescas construções, numa associação admirável de beleza.

um morro segue-se uma planície ondulante. Ao lado do mato rumorosa a água. Sol e sombra sobre a região. E que belos crepusculos! Neste ambiente de beleza natural surgem, do fundo, casinhas, onde só vivem a calma e o descanso.

Isso em casa. Mas a dois passos das residências está o Balneario Leblon, flama-te de comodidade, onde se reúne uma multidão elegante, na mais sadia alegria, num tumulto de vida e de



Bungalow de veraneio do dr. Carlos von der Perra.

citado a sua aquisição, já vendem muitos. E continua vendendo, contribuindo, para o aproveitamento de tão bela paisagem natural.

Vão aqui nesta sítio algumas das ricas vivendas do Belém Novo, algumas ainda em construção.



Exatita residência da exma. sra. d. Maria Terra Lopes.

ciação encantadora da arquitetura moderna, com de belas panoramas naturais. fato, uma festa para os olhos, aquelas vivendas pitorescas, feitas sob os mais caprichosos desenhos, nos mais variados estilos, todas

sas admiráveis, que são sor-risos para a estrada. São, de fato, uma festa para os olhos, aquelas vivendas pitorescas, feitas sob os mais caprichosos desenhos, nos mais variados estilos, todas



Esplendido bungalow de residência do dr. Pedro Russi, diretor da Soc. Vila Balnearia Nova Belém.

Fonte: Belém... (1936, p. s. nº). Acervo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho.

Na matéria, evidenciou-se o conceito de salubridade e contato com a natureza proporcionado pelo local e a superioridade das residências ou “bungalows” em relação às construções em altura que tomavam o centro da capital. Assim, corroborava a ideia de ser Belém Novo um local de refúgio em meio à cidade que se industrializava e se modernizava arquitetonicamente:

Ao passo que a cidade enche-se de sobrados de seis, oito e mais andares, seus arredores se enfeitam com as mais poéticas construções, numa associação encantadora de arquitetura moderna com os nossos panoramas naturais. Belém Novo está numa situação admirável, o Guaíba envolve-o num abraço carinhoso. Uma vegetação luxuriante veste as elevações do terreno. Há os contrastes mais admiráveis. Depois de um morro segue-se uma planície enorme. Ao lado do mato rumoreja a água. Sol e sombra sobre a região. E que belos crepúsculos [...]. Neste ambiente de beleza natural surgem, do fundo, casas admiráveis, que são sorrisos para a estrada. (BELÉM..., 1936, p. s. nº).

Entre as décadas de 1920 a 1940, Porto Alegre passou por importantes administrações que deram seguimento na melhoria e no crescimento de sua estrutura urbana. No governo de Alberto Bins (1928-1937), loteamentos centrais foram construídos e, no governo de Loureiro da Silva (1937-1943), com o advento do Estado Novo, obtiveram-se recursos por meio de empréstimos externos que deram respaldo para a execução de diversas obras de remodelação da cidade (SOUZA e MÜLLER, 2007). Verificado o crescimento urbano que ocorria naquele momento, as matérias da Revista do Globo ressaltavam, ao mesmo tempo, ser Belém Novo um recanto livre dos problemas do centro da cidade, mas, ao mesmo tempo, próximo dela e ao alcance de sua população:

A gente vive a louvar a beleza das terras alheias e esquece que na nossa terra - bem perto de nós, há paisagens maravilhosas. Esta que aqui reproduzimos é da Villa Balnear Nova Belém, a dois passos do centro da capital. - Recanto ameno, fresco, salubre - ideal como locação para um “bungalow”, sossegado, livre de ruídos, de poeira [...] de foligem e de outros inconvenientes citadinos. Forçosamente, aquele paraíso de que a Bíblia fala, se era bom e bonito de verdade, devia ser assim, bem assim como a Villa Balnear Nova Belém. (OS MAIS..., 1932, p. s. nº.).

Para a revista, a população que frequentava as praias do Guaíba era considerada elite ou parte privilegiada da sociedade, da mesma maneira que a que tinha acesso às praias de mar (PRESTES, 2015). Assim, o imaginário da sociedade porto-alegrense sobre as praias e o veraneio no Guaíba era instigado por meio de matérias da Revista do Globo em detrimento dos problemas urbanos que acometiam o centro. Entre as décadas de 1930 e 1960, as praias do Guaíba foram apresentadas como verdadeiros paraísos,

apesar de dificuldades em questões de saneamento e pavimentação não serem retratadas nas matérias, como será visto mais adiante (PORTO ALEGRE, 1961) (Imagem 11).

Imagem 11 - Publicidade sobre a Villa Balneária Nova Belém, na Revista do Globo, 1932.



Fonte: Os mais... (1932, p. s. nº). Acervo do Arquivo Histórico Moysés Vellinho.

Não tardou a surgir um segundo empreendimento nos mesmos moldes do Balneário Leblon. O “Belém Novo Balnear” teve seu projeto datado de 1929/1930 e foi assinado pelo engenheiro civil Carlos de Baumont (ou Charles de Baumont)¹⁴. O loteamento foi implantado nas antigas terras de Ignácio Antônio da Silva (que deu nome à avenida principal) e, no local da sede de sua fazenda, foi construído um Hotel Cassino (Imagem 12). O traçado urbano do balneário tem a presença de espaços verdes, praças e ruas curvilíneas, seguindo modelos de urbanismo da época (GARCIA, 2017).

¹⁴ De acordo com a família de Baumont, ele era belga (GARCIA, 2017). Sabe-se que foi responsável pelo desenho do loteamento “Vila Jardim”, na zona norte da cidade, no qual projetou áreas verdes internas com passagens para pedestres e residências isoladas no terreno, dotadas de vegetação abundante. O projeto é amplamente marcado pela centralidade da praça e ruas e avenidas circulares à sua volta (MIRANDA, 2015).

**Imagem 12 - Hotel Cassino, imagem de reportagem do jornal
Correio do Povo, 1973.**



Fonte: Neis (1973c, p. 63). Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

No que se refere ao acesso à educação, no ano de 1934 foi fundado o Grupo Escolar Evarista Flores da Cunha¹⁵ (nome dado em homenagem à mãe do então governador do Estado General Flores da Cunha), com capacidade para 450 alunos (Imagem 13). O edifício da escola foi construído entre a margem do Guaíba e a praça principal e em oposição à Igreja Nossa Senhora de Belém. A construção dessa e de outras escolas foi importante para o incremento populacional do distrito, e muitos moradores do Bairro Lami e da zona sul estudavam em Belém Novo (CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000).

15 Hoje Escola Estadual de Ensino Fundamental Evarista Flores da Cunha.

Imagem 13 - Matéria sobre evento realizado no Grupo Escolar Evarista Flores da Cunha, no jornal O Imparcial, 1956.



Fonte: Belém Novo. "Dia das mães"... (1956, p. 3).
Acervo digital da página Belém Novo.

Os dois loteamentos balneários e novos equipamentos urbanos apresentaram para os moradores de Belém Novo uma perspectiva de progresso, de inserção do distrito à vida metropolitana, que começou a se constituir a partir de 1945, sobretudo enquanto local de lazer. A função de balneário fez com que a vida social e cultural de Belém Novo se ampliasse para além dos eventos religiosos que aconteciam desde quando era uma freguesia. Às festas em homenagem à Nossa Senhora de Navegantes, com os pescadores levando a imagem da santa pelo lago, uniram-se as festas religiosas em homenagem à sua padroeira, Nossa Senhora de Belém (CRUZ; FERNANDEZ; GOMES, 2000). Além disso, entre os anos 1930 e 1970, Belém

Novo oferecia almoços e jantares festivos, bailes, “*garden parties*”¹⁶, carnavais, jogos e campeonatos de futebol, colônia de férias, peças teatrais, restaurantes e possuía até mesmo dois pequenos cinemas, o Cine Arte e Cine Belgrano (Imagens 14 e 15). A intensa vida social de Belém Novo ocupava seu espaço público e atraía a população da redondeza e do centro para hospedar-se nas casas de veraneio, no Hotel Cassino ou mesmo acampar em barracas na Praia do Veludo (GARCIA, 2017).

Imagem 14 - “Garden party” que ocorreu em comemoração ao início das obras do Hotel Cassino, em matéria do jornal Diário de Notícias, 1937.



Fonte: A vida... (1937, p. 3). Acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

Imagem 15 - Imagem do edifício do Cine Belgrano no jornal O Imparcial, 1956.



Fonte: Belém Novo (30 jun. 1956, p. 6). Acervo digital da página Belém Novo.

Nos anos 1950, o comércio de Belém Novo era caracterizado principalmente pelos estabelecimentos varejistas de gêneros alimentícios, divulgados no jornalzinho local, chamado O Imparcial (Imagens 16 e 17). Havia 44 estabelecimentos desse tipo, sendo 37 ligados à alimentação. No geral,

¹⁶ A *garden party* era um tipo de festa que surgiu nos anos 1930. No Rio de Janeiro, era realizada geralmente à tarde nos jardins de grandes mansões da Zona Sul e nas casas de campo de Petrópolis (CHATAIGNIER, 2010).

eram bares, ofertados em virtude da função balneária do local, muitos funcionando somente nos meses de verão (PORTO ALEGRE, 1961).

Imagens 16 e 17 - Publicidades de estabelecimentos comerciais de Belém Novo no jornal O Imparcial, 1956.



Fonte: Belém Novo (2 jun. 1956, p. 3). Acervo digital da página Belém Novo. Jornais Antigos.

A partir da década de 1960 verificou-se um abandono das praias de Belém Novo, que perdeu gradativamente sua função de balneário de veraneio. Levantou-se que a média de passageiros no transporte público pela Linha Belém Novo ou pela Linha Lami (que ligava ao centro da cidade), ainda que atingisse um aumento considerável nos meses de janeiro, fevereiro e março, já não transportava tantos passageiros como em anos anteriores. Havia um descaso com as áreas verdes, uma diminuição de serviços e não havia qualquer tratamento da orla das praias. Nesse momento, o Hotel Cassino já havia encerrado suas atividades e, por algum tempo, houve a intenção de transformá-lo em um hospital particular (PORTO ALEGRE, 1961).

No ano de 1967, foi publicada no jornal Diário de Notícias uma matéria chamada “Belém Nôvo: um balneário em agonia”, que denunciava todo o descaso com o local (Imagem 18). Segundo a reportagem, por falta de fiscalização, a areia da Praia do Leblon era frequentemente retirada por caminhões, e a margem da Praia do Veludo era ocupada por população vulnerável como local de moradia clandestina. Os trapiches, as mesas e os bancos da orla estavam em deterioração por falta de manutenção por parte da Prefeitura. Também não havia qualquer cuidado com a limpeza das praias, que estavam sendo tomadas por juncos (BIBLIOTECA NACIONAL, 1967).

Imagem 18 - Matéria sobre as dificuldades enfrentadas no balneário Belém Novo no jornal Diário de Notícias 1967.

REPORTER DA CIDADE

BELEM NOVO: UM BALNEÁRIO EM AGONIA

— Olá, senão, a última vez que um governo lhe chegou antes por Belém Novo, foi em 1912, foi se chamar Companhia de Cuiabá. Mandou construir a rua e a Igreja. Depois da rua e da igreja, não deu mais notícias. E a rua não era mais usada.

Com esta declaração de um antigo morador do local, o jornalista de Belém Novo e "Repórter da Cidade" para uma reportagem sobre as dificuldades e necessidades do bairro, apresentando uma situação que foi bastante ruim. A rua não era mais usada. E a igreja não era mais usada.

— "Não", responde, se se propõe para resolver um problema. A situação de Belém Novo é de desespero.

Se quiser que um rápido a respeito, por lá se tem a prova do abandono das autoridades locais.

Relato dos Prévios

— As maiores dificuldades do bairro dizem respeito à situação das ruas, que aliás são os pontos de encontro do bairro. A rua de Belém Novo, que é a mais comprida de Porto Alegre, está se tornando uma verdadeira via de mão única. Lá, não se pode mais andar. Lá, não se pode mais andar. Lá, não se pode mais andar.

— Existe um outro problema, ainda mais grave. É que a Prefeitura não quer que se faça nenhuma melhoria no bairro. Ela quer que se faça nenhuma melhoria no bairro. Ela quer que se faça nenhuma melhoria no bairro.

Inspeção de Pê e de Lemos

Belém Novo tem problemas. Não só os problemas de infraestrutura, mas também os problemas de infraestrutura. Não só os problemas de infraestrutura, mas também os problemas de infraestrutura.

Os diversos problemas

Muitos problemas enfrentados, os problemas de Belém Novo. A situação é de desespero. A situação é de desespero. A situação é de desespero.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

PORTO ALEGRE, DOMINGO, 24 DE 1967 — 67 CADERNO — Página 8



O Trabalho da Polícia

Por lá não se encontra a presença da "polícia" de Belém Novo. A polícia não está lá. A polícia não está lá.

O Perigo de Hídricas

Existem, em Belém Novo, pontos de água. A água não é potável. A água não é potável. A água não é potável.



© Foto de João de Deus. É uma foto de João de Deus.

Fonte: Biblioteca Nacional (1967, p. 8).
Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

A estrutura urbana de Belém Novo também era precária e não acompanhou o crescimento do balneário, contribuindo para o esvaziamento da população turística do local. Em 1960, só havia asfalto na rua em frente à igreja e na Rua Cecílio Monza, de acesso à área urbanizada do distrito, que também foi apontada como um problema a ser resolvido:

Belém Novo tem pouquíssimas ruas e calçadas. Não há nenhuma consideração para os moradores que embelezam o bairro, com suas residências modernas e bonitas. As próprias ruas foram construídas por firmas particulares, através de loteamentos. Assim, no verão enfrenta-se o tormento do pó, e no inverno o sacrifício da lama. Atualmente, a Prefeitura está calçando as ruas ao redor do Grupo Escolar. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1967, p. 8).

A rede de água ainda não abrangia todo o bairro, inclusive não havia chegado, em 1960, ao segundo loteamento construído, e o esgoto era um problema extremo, desaguardo diretamente no Guaíba. Conforme a matéria:

Existe um outro problema, ainda muito mais grave. É que a prefeitura inventou que as águas servidas tinham de desaguar justamente na praia. Ora, vejam só: uma praia de intenso movimento onde desemboca o esgoto! O resultado é óbvio, o rio fica numa total falta de condições de higiene, espantando os banhistas. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1967, p. 8).

O fato de a rede de água e esgoto ser precária ou inexistente somado à falta de pavimentação adequada das vias, ainda nos anos 1960, demonstra que nas décadas anteriores Belém Novo já sofria com esses problemas. Contudo, as matérias e publicidades de venda dos lotes, sob uma lógica capitalista, focavam somente nos seus atributos positivos - como suas belas paisagens, vegetação e baixa densidade urbana. Não se informavam os problemas de estrutura urbana comuns de locais longínquos do centro da cidade, que não recebem atenção necessária da prefeitura; nem eram retratados problemas socioeconômicos do local, visto que seus moradores sobreviviam de modestos comércios que dependiam dos meses de verão (PORTO ALEGRE, 1961).

A essas problemáticas intraurbanas de Belém Novo soma-se a poluição generalizada do Guaíba, verificada a partir da década de 1970, conforme apontou a “Comissão Parlamentar para o estudo da poluição e defesa do meio ambiente”¹⁷, formada em 1972 pela Assembleia Legislativa do Estado

17 O relatório apontava que: “existe poluição hídrica por matérias oleosas, derrames acidentais, ocasionais ou deliberado por petroleiros e navios de cabotagem; existe poluição por matéria orgânica em decomposição, causando aspecto e cheiro ostensivo aos sentidos, matando peixes e outros organismos aquáticos; existe poluição por agentes tóxicos específicos, desde metais até sintéticos complexos, como substâncias de combate às pragas da agricultura; existe poluição de fábrica de sapatos, curtumes, indústrias siderúrgicas, que

do Rio Grande do Sul. As causas estavam associadas à construção de indústrias nas margens do lago e dos seus afluentes (o Rio dos Sinos e o Rio Gravataí foram constatados como os em pior estado), à falta de saneamento na cidade de Porto Alegre e em toda a região, à agricultura e aos despejos urbanos. As conclusões da Comissão apontavam que os esgotos domésticos e industriais eram uma ameaça ao abastecimento de água em um futuro próximo, e que “o Guaíba em muitas regiões ultrapassa o padrão normal, com um índice de poluição muito superior ao que as recomendações da OMS toleram”. Ainda destacavam que “um banho no Guaíba pode abrir caminho para dezenas de doenças, provocadas pela ingestão da água ou pelo simples contato” (RIO GRANDE DO SUL, 1972, p. 560; GARCIA, 2017).

Outra questão que produziu o esvaziamento das praias da zona sul da capital foi a facilidade de acesso às praias de mar. Nos anos 1950, o governo de Juscelino Kubitschek, com foco no desenvolvimento da indústria e dos transportes, criou condições de produção local de automóveis, iniciando a popularização dos carros de passeio e, por conseguinte, a construção de estradas (PEREIRA, 2016). No RS, no final dos anos 1960, iniciou-se o asfaltamento da RS-040; e em 1973 foi inaugurada a BR-290, *Freeway*, da capital até Osório, como parte do programa de investimentos em obras rodoviárias do regime militar instaurado no país em 1964. Essa estrada foi muito esperada para facilitar o acesso e, inicialmente, tinha duas faixas de rolamento em cada sentido separadas por um canteiro central (GARCIA, 2017).

Diminuiu, portanto, a procura de Belém Novo como balneário de veraneio devido ao conjunto de problemas decorrentes da sua precária infraestrutura, à poluição do Guaíba e à facilidade de acesso às praias de mar. Com poucos visitantes e com uma produção agrícola inexpressiva, o distrito também não se encaixava no setor industrial, pois a região extremo-sul está distante do direcionamento do desenvolvimento que ocorria no norte da capital. Ademais, Belém Novo não foi foco de planejamento urbano do governo municipal até o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de 1979 (GARCIA, 1970). Em consequência da metropolização de Porto Alegre e da falta de planejamento, houve um aumento da procura do distrito como local de moradia de baixo custo. Ocorreram, também, invasões ao longo das estradas de terra e ocupação das margens do Guaíba, formando-se vilas nas praias do Veludo, Leblon, Copacabana e atrás da praça principal. Eram, na maioria, famílias vindas de outros bairros ou municípios e colônias de pescadores artesanais do próprio local, que só foram re-

fornece uma quota diária de despejos industriais, cujos níveis, entretanto, se desconhecem”. (RIO GRANDE DO SUL, 1972, p. 559-560).

assentadas em loteamento urbano (loteamento Chapéu do Sol) a partir de 1999 (VIANA; ECKERT, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história urbana e os aspectos culturais, sociais e econômicos dos primeiros 100 anos de Belém Novo, remontados por meio de notícias, reportagens e publicidades, traduzem a importância e a singularidade deste bairro para a cidade desde os primórdios de sua formação. Localizado no extremo-sul de Porto Alegre, infere-se que Belém Novo foi planejado inicialmente naquele local pela facilidade de acesso ao centro da cidade e, por conseguinte, de progresso e desenvolvimento. Pela mídia, percebe-se que, desde o princípio, assumiu um viés de local de passeio e recreação, seja de caráter religioso, seja como local de férias de veraneio ou descanso.

A partir da análise deste trabalho, permitida pelos jornais e revistas, apreende-se que Belém Novo não foi um local procurado somente para se residir, mas sobretudo para diversas formas de lazer e recreação. Mesmo longe do centro, Belém Novo é parte da extensa e atrativa orla do Guaíba, a qual banha diversos bairros da cidade e, atualmente, recebe tratamento paisagístico na área central. Logo, por sua trajetória histórica e componentes naturais, Belém Novo merece uma integração neste projeto, bem como melhoria de sua infraestrutura em geral.

Os processos de implementação de condomínios fechados de grande porte em áreas desocupadas do bairro, que iniciaram nos anos 2000, justificados pela melhoria das condições de estrutura urbana e socioeconômicas do bairro, são um assunto amplamente debatido hoje entre a prefeitura, as empreiteiras e a população (GARCIA, 2017). Deve-se ter cuidado com as expectativas e promessas de “progresso”, como as demonstradas nas reportagens e publicidades deste trabalho, que podem vir a comprometer o rico ambiente natural ainda existente em Belém Novo, caso sejam implantados equipamentos sem o planejamento urbano e ambiental necessário.

Apesar de sofrer com o descaso do poder público e com a perda dos visitantes veranistas desde os anos 1960, as praias e as belezas naturais de Belém Novo resistem, e hoje o local é um dos poucos pontos próprios para banho do Guaíba. Fala-se muito da necessidade de áreas verdes nas cidades; nesse sentido, o bairro carece de atenção pela possibilidade de se tornar novamente uma importante área de lazer, garantindo a acessibilidade a todos os porto-alegrenses e prosperidade para os seus moradores.

REFERÊNCIAS

- A VIDA encantadora das praias fluviais. *Jornal Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 9, 03 jan. 1937.
- BALNEÁRIO Leblon. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 30 de jan. 1937 p. s. n°.
- BELÉM Novo Pitoresco - Balneário Leblon. *Revista do Globo*, Porto Alegre, n. 65, p. s. n°, 22 de mar. 1936.
- BELÉM NOVO. “Dia das mães” no G. E. Evarista Flores da Cunha. *Jornal O Imparcial*. Porto Alegre, Ano 1, n. 2., p. 1, 02 jun. 1956. <Disponível em: belemnovo.com.br/museu-do-bairro/jornais-antigos>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- BELÉM NOVO. *Jornais antigos*. Disponível em: <<https://belemnovo.com.br/museu-do-bairro/jornais-antigos/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- BELÉM NOVO. Nicolas paradigma da perseverança. *Jornal O Imparcial*, Ano 1, Porto Alegre, n. 4, p. 6, 30 jun. 1956. Disponível em: <belemnovo.com.br/museu-do-bairro/jornais-antigos>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- BELÉM NOVO. *Jornal O Imparcial*, Porto Alegre, Ano 1, n. 2, p. 3, 2 de jun. 1956. Disponível em: <belemnovo.com.br/museu-do-bairro/jornais-antigos>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- BELÉM NOVO. Sobre o Bairro. Disponível em: <<https://belemnovo.com.br/sobre-o-bairro/>>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Belém Nôvo: Um balneário em agonia. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, n. 21, 4º Caderno, p. 8, 26 mar. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093726_04/44901>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- BIBLIOTECA NACIONAL. O embelezamento da cidade: O Balneário Nova Belém. *Jornal A Federação*, Porto Alegre, n. 56, p. 4, 07 mar. 1931. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/388653/68643>>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Carlos Thompson Flores passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Corrêa de Oliveira, 3º vice-presidente no dia 15 de abril de 1880. Porto Alegre: Tip. do Jornal A Reforma, 1880, p. 51. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pagfis=4608>>. Acesso em: 04 set. 2017.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco I. Homem de Mello passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º vice-presidente no dia 13 de abril

- de 1868. Porto Alegre: Tip. do Jornal do Comércio, 1868, p. 12-13. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pagfis=2943>>. Acesso em: 04 set. 2017.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Tristão de Alencar Areripe passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2^o *vice-presidente no dia* 5 de fevereiro de 1877. Porto Alegre: Tip. do Jornal do Comércio, 1877, p. 51-52. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=252263&pagfis=4163>>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- BRASIL. Decreto n. 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- CHATAIGNIER, Gilda. *História da Moda no Brasil*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.
- COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE PORTO ALEGRE (PROCEMPA). Câmara de Porto Alegre. *Correspondências Recebidas (1867-1868), Livro 31, p. 210-211., 3 de março de 1868*. Disponível em: <<https://atom.procempa.com.br/index.php/informationobject/browse?page=21&ancestor=2282&topLod=0&view=card&onlyMedia=1&sort=alphabetic>>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- CRUZ, Cassius Marcelus; FERNANDEZ, Érico Pinheiro; GOMES, Rodrigo de Aguiar. *Memória dos Bairros: Belém Novo*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000.
- DÉAK, Csaba. *A busca das categorias da produção do espaço*. 2001. 213 f. Tese (Livro Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- FAÇA o mais lindo passeio. *Boletim da Sociedade de Engenharia*, Porto Alegre, p. s. n^o, abr./jun. 1940, n. 32/33.
- FESTA de Belém. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, p. 2, 13 de abr. 1880.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editôra Globo, 1963.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1988.
- FUJA do calor da cidade. *Revista do Globo*, Porto Alegre, p. s. n^o, 30 de jan. 1937.

- GARCIA, Clarissa Maroneze. *Ver o presente, revelar o passado e pensar o futuro: A evolução urbana do Bairro Belém Novo em Porto Alegre - RS*, 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- HUYER, André. *A Ferrovia do Riacho: Do sanitarismo à modernização de Porto Alegre*. Porto Alegre: Evangraf Ltda., 2015.
- JURKEVICS, Vera Irene. Festas Religiosas: a materialidade da fé. *Revista História, Questões e Debates*, v. 22, p. 73-86, 2005.
- LEITE, Carlos R. S. C. “A Federação”, um jornal que fez história. *Observatório da Imprensa*, São Paulo, Edição 909, 27 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/federacao-um-jornal-que-fez-historia/#>>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla B. (org.) In: *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
- MIRANDA, Adriana Eckert. Morar em “Locaes Futurosos” ou em “Balneários Aristocráticos”: os loteamentos tipo bairro-jardim de Porto Alegre. In: XVI ENANPUR, 2015, Belo Horizonte. XVI ENANPUR Espaço, Planejamento e Insurgências. 2015.
- MUNICIPIO de Porto Alegre. *Prefeitura Municipal de Porto Alegre*. Secretaria Municipal de Obras e Viação. Porto Alegre, 1979. 1 mapa. Escala 1:20.000.
- NEIS, Rubem. A Freguesia de Belém Velho. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 48, 30 de jul. 1972a.
- _____. A Igreja de Belém Novo. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 47, 18 de fev. 1973b.
- _____. Belém Novo em seus inícios. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 63, 11 de fev. 1973c.
- _____. Belém Novo. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 61, 4 de fev. 1973d.
- _____. Belém Novo: dias de glória e de solidão. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 47, 25 de fev. 1973e.
- OLIVEIRA, Lisete Assen de. *Formas de vir-a-ser cidade: loteamentos e condomínios na ilha de Santa Catarina*. 1999. 253f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais e Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

- OS MAIS bellos recantos de Porto Alegre. *Revista do Globo*, Porto Alegre, Ano IV, n. 82, p. s. n°, 1932.
- PASSEIO à vapor. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, p. 3, 09 abr. 1880a.
- PASSEIO ao Arado Velho. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, capa, 04 dez. 1880b.
- PASSEIO ao Arado Velho. Nova freguesia de Belém. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, p. 3, 10 abr. 1880c.
- PAZ, Celso Toscano; FERNANDEZ, Érico Pinheiro; KRAWCZYK, Flávio. *Memória dos Bairros: Belém Velho*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994.
- PEREIRA, Fabiano. A pré-história da indústria automobilística no Brasil. *Revista Quatro Rodas*. Notícias. [S.I.]. 17 jun. 2016. Disponível em: <<https://quatrorodas.abril.com.br/noticias/a-pre-historia-da-industria-automobilistica-no-brasil/>>. Acesso em: 26 mar. 2021.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS). *Delfos*. Coleções. Revista do Globo. Porto Alegre. <Disponível em: <https://www.pucrs.br/delfos/acervos/colecoes/revista-do-globo/>>. Acesso em: 21 jan. 2021.
- PORTO ALEGRE. *Prefeitura Municipal*. Secretaria de Obras e Viação. Belém Novo. Porto Alegre: PMPA, 1961.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRESTES, Antonio João Dias. Usos e representações das praias do Guaíba, em Porto Alegre, entre o final dos anos 1920 e o início dos anos 1970. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Florianópolis. XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 2015.
- PROGRAMMA das festas da Padroeira N. S. de Belém, de sua translação para nova Matriz e da transferência da sede da freguesia. *Jornal A Reforma*, Porto Alegre, p. 3, 1880.
- RIO GRANDE DO SUL. *Poluição e desenvolvimento*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1972.
- SILVA, Marina Raymundo da. *Navegação lacustre Osório-Torres*. Porto Alegre: D. C. Luzzatto, 1985.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

- SOUZA, Celia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. *Porto Alegre e sua Evolução Urbana*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- SOUZA, Maurício Severo de. A relação entre Igreja e Estado no Brasil do século XIX nas páginas d'O Novo Mundo (1870-1879). *Sacrilegens - Revista dos Alunos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião - UFJF*, v.10, p. 48-62, n. 2013.
- VIANA, Magna Pinto, ECKERT, Cornelia. Condomínio Chapéu do Sol. *Revista Iluminuras*. Etnografia do cotidiano: Dilemas de territorialidade, pertencimentos e dilacerações ambientais. v.7, n. 15, p.1-12, 2006.
- VISITA a Villa Balnear "Nova Belém" em Belém Novo. *Revista do Globo*, Porto Alegre, p. s.nº, fev. de 1932.

Submetido em 21/01/2022

Aceito em 27/08/2022

HISTÓRIA E MEMÓRIA DE PORTO ALEGRE - BAIRRO JARDIM LINDÓIA

HISTORY AND MEMORY OF PORTO ALEGRE - JARDIM LINDÓIA DISTRICT

Márcia Regina Bertotto¹
Gisela Hauberth de Lima²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de examinar como se deu a implantação do Bairro Jardim Lindóia, situado na zona Norte de Porto Alegre/RS, desde o seu surgimento no início da década de 1950 até em torno de 1975. Baseado em pesquisa para realização do Trabalho de Conclusão de Curso de Museologia na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2019. Analisa como era a região no passado recente, sua transformação, as mudanças ocorridas e que continuam ocorrendo no bairro com a substituição de suas antigas moradias pelos edifícios e casas comerciais e qual o impacto desta verticalização para seus moradores. Ressalta que apesar de muitas mudanças terem ocorrido na tipologia e nos hábitos do bairro e vários daqueles primeiros moradores já terem se afastado do convívio dos vizinhos antigos, ainda levam na memória a lembrança dos anos iniciais do ambiente e sua convivência no lugar. Conclui que os bairros tendem a se transformar na medida em que crescem e os hábitos e as relações de vizinhança a se alterar se não houver fortalecimento daquele vínculo afetivo e de pertencimento entre seus habitantes com o lugar.

Palavras-chave: Lugar. Bairro. Memórias. Memória Coletiva. Jardim Lindóia/Porto Alegre/RS

ABSTRACT

This paper aims to investigate how the neighborhood Jardim Lindóia located in the northern area of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, was implanted from its inception in the early 1950's until around 1975. Based on research to complete the Museology Course Conclusion Work at the Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul, in 2019. It also analyzes how was the region in the recent past, its transformation, the changes that have taken place and continue to occur in the neighborhood with the replacement of its former homes by buildings and commercial houses and what impact this vertical integration has on its older residents. Although many changes have occurred in the typology and habits of the neighborhood and several of those early residents have already

1 Museóloga, Licenciada e Bacharel em História, Mestre em Ciências Sociais, Doutora em Museologia. Professora Adjunta do Curso de Museologia e do Programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio do Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

2 Arquiteta e Museóloga.

moved away, they still remember the memory of early years of the environment and their living in the place. It concludes that the neighborhoods tend to change as they grow and neighborhood habits and relationship change if there is no strengthening of that affective and belonging bond between its inhabitants and the place.

Keywords: Place. Neighborhood. Memoirs. Collective Memory. Jardim Lindóia/Porto Alegre/RS

INTRODUÇÃO

Jardim Lindóia é o nome de um bairro de Porto Alegre. Surgiu por volta de 1950, quando a capital se expandia para a zona Norte, com a implantação de algumas indústrias naquela região distante do centro.

Arno Friedrich³, corretor e empreendedor, prevendo tendências desta expansão, adquiriu uma chácara de quase 76,8 hectares, que na época era uma área onde só havia árvores e um tambo⁴ de leite. O intuito do empreendedor era lotear e construir um bairro residencial que deveria contar com terrenos e infraestrutura. Alguns anos após sua implementação, a união dos poucos moradores, que no início por lá foram morar, fez com que outros melhoramentos urbanos, como iluminação pública e transporte coletivo, chegassem ao local e o transformassem num dos pujantes bairros da região.

Descampado, horizonte infinito, uma casa aqui outra ali, grandes figueiras, vertentes, cavalos e zebus⁵ passeando soltos entre as residências, bugres⁶ e ciganos, mato de “pitangueiras” e “maricás” e cercas de arame farpado, onde as ruas terminavam, demarcando os limites do bairro. Assim era o ambiente original.

Nos meados da década de 1970, o bairro pequeno - que era formado exclusivamente de moradias unifamiliares térreas e de dois ou três sobrados, quando se sabia o nome de todas as ruas e se conhecia todos os moradores - começou a sofrer modificações em suas características arquitetônicas e em seus valores ambientais, devido a crescente renovação, às demolições e às novas construções, típicas do desenvolvimento urbano.

O artigo se propõe a apresentar a implantação e formação deste bairro - Jardim Lindóia - na década de 1950 até em torno de 1975 (ano, aproximado, em que começam as obras viárias para ligação da Avenida Panamericana com a Avenida Sertório), bem como apresentar seu loteamento inicial, a partir de memórias de alguns de seus primeiros moradores.

3 Arno Luiz Friedrich: (*Venâncio Aires, 1913/+ Porto Alegre, 1976)

4 Tambo: estábulo para a ordenha de vacas. <http://www.aulete.com.br/tambo>

5 Zebus: nome vulgar do *Bos indicus*, gado bovino, originário da Índia, que se diferencia dos bovinos europeus, principalmente pela presença de uma corcova sobre o dorso.

6 Bugres, termo pejorativo usado para designar indivíduos nativos com traços físicos específicos.

Exemplos de pesquisas sobre bairros podem ser apontados nos trabalhos acadêmicos de Miranda (2013) e Teixeira (2017) que abordaram a expansão urbana e espacial da cidade de Porto Alegre. A pesquisa que deu origem a este artigo, foi fruto de Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁷. Desta forma, demonstra-se o crescimento e desenvolvimento de uma parte da zona Norte a partir da Avenida Assis Brasil onde se deu a implantação de muitas indústrias naquela que era uma área afastada da cidade, no momento de sua criação.

1 SURGIMENTO DA ZONA NORTE

No final do século XIX, com o início da industrialização, Porto Alegre amplia-se em direção aos arrabaldes partindo do centro da península tanto para o Sul como para o Norte. Para o Sul, o caminho das Estâncias: a Estrada do Mato Grosso (Avenida Bento Gonçalves) e o Caminho do Meio (atuais Avenida Osvaldo Aranha e Avenida Protásio Alves), que levavam para Viamão⁸; e o Caminho dos Moinhos de Vento, que se bifurcava e dirigia para a Aldeia dos Anjos (atualmente Gravataí⁹) e também para Viamão. Para o Norte, com o loteamento dos Navegantes, junto a um dos caminhos que levava para fora da cidade: o antigo Caminho Novo, hoje Rua Voluntários da Pátria, onde também se instalavam as primeiras fábricas.

Anteriormente, das vias que levavam ao Norte do município, havia uma conhecida como “Estrada do Passo da Areia” que conectava a cidade ao atual município de Gravataí e, conseqüentemente, levava ao litoral Norte e à Santa Catarina. Em 1929, na administração do prefeito Alberto Bins (1928-1937), inicia-se a pavimentação e a inclusão desta via na malha urbana de Porto Alegre, pois a capital, devido ao crescimento industrial do 4º Distrito¹⁰, apresentava incremento econômico expressivo. A expansão da capital para a região Norte, acompanhando a industrialização dos municípios de Gravataí, Canoas¹¹ e Viamão liga-se também aos processos socioeconômicos que vinham ocorrendo.

No entanto, ainda que o crescimento do segundo núcleo industrial

7 Acesso ao TCC completo: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/212453/001116217.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

8 Para maiores informações: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Viamão>

9 Consultar mais informações em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-gravatai.html>

10 É chamado atualmente de 4º Distrito a região que engloba os bairros porto-alegrenses Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá.

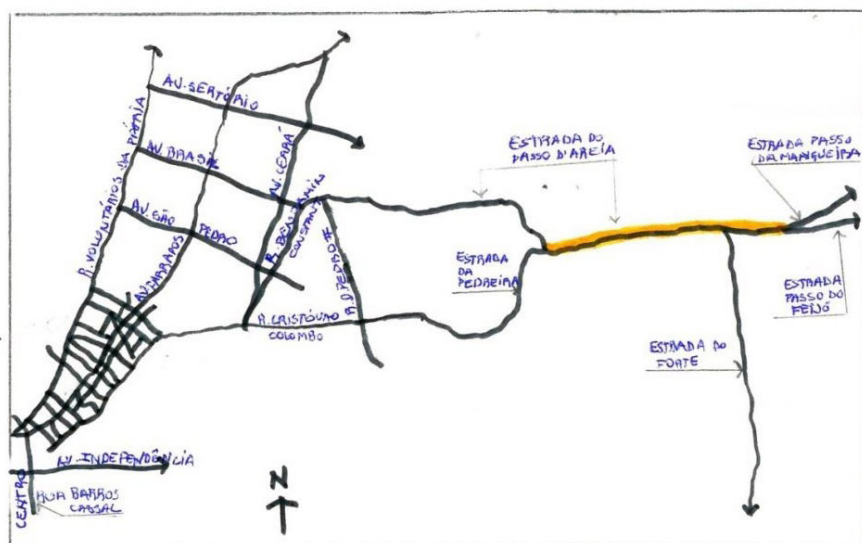
11 Para saber mais detalhes: <https://www.canoas.rs.gov.br/servicos/informacoes-tur>

de Porto Alegre tenha seu início muitas vezes associado à enchente de 1941, que inundou o centro e a área industrial da cidade, sabe-se que o movimento em direção à região Norte já vinha sendo arquitetado por empresas loteadoras, assim como pelo poder público e, só posteriormente, pelos industriários. Devido ao grande aumento populacional que se tem registro naqueles anos, rápidas atitudes no planejamento das zonas residenciais em expansão foram exigidas dos administradores.

Estava sendo implantado na época, um segundo plano urbanístico para guiar o crescimento de Porto Alegre, o Plano de Urbanização de 1940, projeto de Edvaldo Pereira Paiva¹², na administração de Loureiro da Silva. Neste plano são notáveis as modificações viárias em direção à atual Avenida Assis Brasil.

Além disso, outras obras viárias criaram conexões da Avenida Assis Brasil com os demais eixos importantes, a Estrada do Forte, a Rua (atual Avenida) Cristóvão Colombo e a Avenida Brasil que ligam respectivamente à Avenida Protásio Alves, ao centro da cidade e à Avenida Farrapos, conforme identifica-se na Imagem 1, em um croqui desenvolvido por Hack sobre planta de 1942.

Imagem 1 - Croqui das vias de conexões iniciais de Porto Alegre



Fonte: Croqui de Hack (apud FERNANDES, 2014, p.104) adaptado por Gisela H. Lima

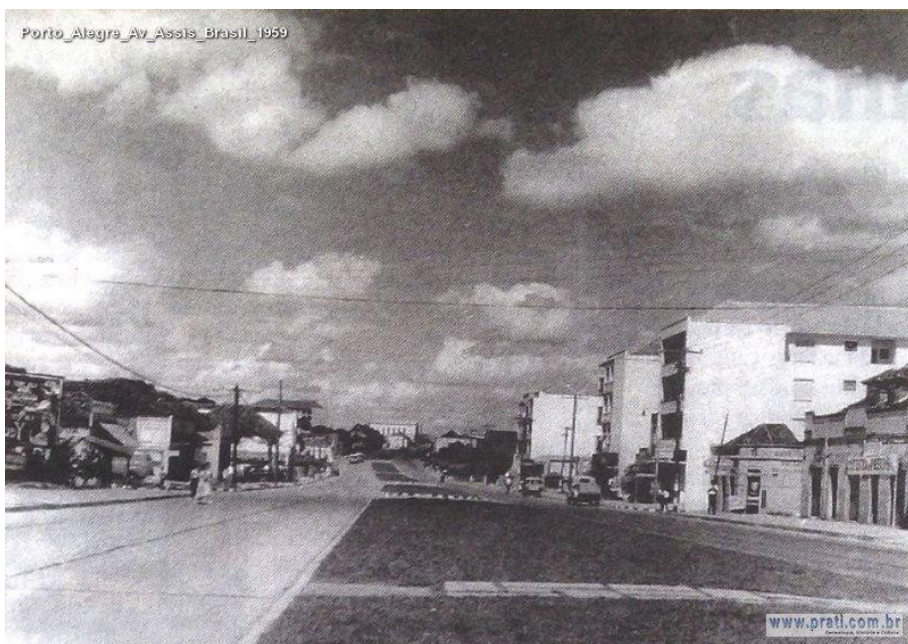
12 Professor universitário e urbanista que apoiou a elaboração de planos diretores e estudos para diversas cidades do país.

Durante a administração de Ildo Meneguetti (1948-1951), em 4 de agosto de 1948, foi criada a Avenida Assis Brasil, conforme apresenta o art. 1º da Lei 92¹³:

Art. 1º - A via pública que tem início na Avenida Brasil e se prolonga até o término da Avenida Aimoré, nos bairros de São João e Passo da Areia, que inclui parte da rua Benjamim Constant, Estrada do Passo da Areia até a embocadura da Avenida Aimoré, e esta última Avenida em toda a sua extensão, passa a denominar-se Avenida Assis Brasil. (PORTO ALEGRE, 1948, documento eletrônico).

Com a instalação de indústrias e a formação de loteamentos no entorno, era visível o desenvolvimento da Avenida Assis Brasil e da zona Norte na capital, como identifica-se na Imagem 2.

Imagem 2 - Av. Assis Brasil (1959) - Sentido Centro-Bairro



Fonte: PORTO ALEGRE ANTIGO, documento eletrônico¹⁴

13 PORTO ALEGRE. Lei 92 de 04/08/1948. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1948/9/92/lei-ordinaria-n-92-1948-da-denominacao-a-vias-publicas>. Acesso: 12 abr. 2019.

14 PORTO ALEGRE ANTIGO (BLOG). [Fotografia da Av. Assis Brasil – 1959]. 2013. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11012679385/> Acesso: 20 set 2018.

Desde então a avenida mantém o mesmo nome e segue sendo importante via de ligação aos municípios de Cachoeirinha¹⁵, Gravataí, Alvorada¹⁶ e Viamão, além de ser a principal via de acesso para chegar e sair da capital no eixo Norte da cidade.

1.1 Loteamentos e Indústrias

A expansão dos bairros para a zona Norte de Porto Alegre nas proximidades da Avenida Assis Brasil se deu devido às ações dos governos municipais em relação à questão sobre políticas públicas. De acordo com Teixeira (2017), as administrações de Otávio Rocha (1924-1928), Alberto Bins (1928-1937) e Loureiro da Silva (1937-1943) foram marcadas por políticas públicas que auxiliavam as companhias loteadoras no processo de urbanização do município. Essa influência acontecia, pois parte dos acionistas destas empresas, ocupavam cargos na administração pública.

Desde a década 1930 alguns loteamentos foram criados naquela região sendo o primeiro, o da Vila Cristo Redentor, localizada na então Estrada do Passo D'Areia. Outros loteamentos vieram: Loteamento Vila Passo D'Areia 1 (1938), da Empresa Territorial Santana; a Vila Passo d'Areia (1947), da Empresa Territorial Suburbana Ltda., que contava com área para implantação de uma escola e praça de esportes. Ainda em 1947, foi construída a Fábrica Zivi Hércules, que produzia talheres de aço inoxidável (prédio recentemente demolido). Em 1948, instalava-se a Indústria de Carrocerias Eliziário, que obteve projeção nacional produzindo carrocerias de ônibus.

Na década de 1940, aquela região toma uma configuração industrial, com a instalação das empresas Wallig e Renner e um pouco mais tarde, já no início da década de 1950, a Mattarazzo. Junto a isto, começam as obras de alargamento da Avenida Assis Brasil. O crescimento econômico da cidade se reflete na zona Norte, que começa a receber moradores não só de outras localidades da cidade, bem como do interior do Estado.

De acordo com Miranda (2013), entre estes muitos outros loteamentos que surgiram, destaca-se o Projeto da Vila Operária das Indústrias Renner, do industriário A.J. Renner, que pretendia instalar uma Fábrica de Louças e outra de Artefatos de Cimento, com familiares detentores de fábricas destes segmentos na região. Além de ressaltar que ali já havia também, desde 1945, a Fábrica de Tintas Renner Hermann.

Conforme Teixeira (2017), dentre outras indústrias que se instala-

15 Para mais informações sobre este município: <https://cachoeirinha.atende.net/#>

16 Mais detalhes sobre o município em: <https://www.alvorada.rs.gov.br/>

ram na região enumera-se a Zivi Hércules; a Cirei S.A., que montava veículos e produzia máquinas, motores elétricos e pianos; a Wallig S.A. (1904), que produzia fogões, e onde, atualmente, se situa um Shopping Center; a Micheletto S.A. produzindo parafusos e prendedores; a Reunidas/Brixner que comercializava e produzia móveis; e a Metalúrgica Febernati, que produzia latas de querosene.

A Avenida Assis Brasil se tornaria a principal via da zona norte com acesso a vários bairros, que ao longo dela e ao redor das indústrias ali instaladas, se formaram.

1.2 O Loteamento Jardim Lindóia

Em meados de 1950, juntamente com todo o desenvolvimento urbano e industrial, surgiu mais um loteamento na zona Norte, o bairro Jardim Lindóia, que fica distante 12 quilômetros do centro de Porto Alegre, com população de 7.420 habitantes, conforme dados do Censo IBGE (2010). No traçado atual faz divisa com os bairros Jardim Floresta, Cristo Redentor e Parque São Sebastião e abrange o trecho entre as Avenidas Assis Brasil e Sertório.

Consciente do potencial daquela região, em 12/09/1950, o então corretor de imóveis, Arno Friedrich, adquiriu de Olavo Furtado de Oliveira uma área de 76,8 hectares de terra, localizados no lado esquerdo da Avenida Assis Brasil na direção Norte, para fazer um loteamento visando a implantação de um bairro residencial.

Santos (2006) argumenta que: “O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado.” (p.223). E a ocupação a partir dos loteamentos comprova esta argumentação.

O traçado inicial do bairro contava com doze ruas, aproximadamente, conforme apresentado na Imagem 3.

Imagem 3 - Destaque do Bairro Jardim Lindóia inicial (em amarelo)



Fonte: Google Maps/adaptação de Carlos Rema, 2019

A denominação do bairro foi escolhida por Arno Friedrich e sua esposa, inspirados em uma localidade que haviam conhecido em viagem a Águas de Lindóia, em São Paulo. Segundo a lenda, Lindóia era o nome de uma índia guerreira, história relatada pelo escritor Basílio da Gama em um dos seus mais conhecidos poemas: “A morte de Lindóia”. Suas ruas, com nomes de cidades latino-americanas, foram nomeadas por Walter Spalding¹⁷, tio da esposa de Arno Friedrich.

Em 1951, iniciou-se a comercialização dos lotes. A venda foi rápida devido às facilidades de crédito oferecidas pelo empreendimento e pelas empresas que estavam se implantando naquela região, para seus funcionários. No entanto, os critérios de ocupação para construção no loteamento eram rígidos: só poderiam ser construídas casas de alvenaria e nenhum outro tipo de empreendimento, como indústria e comércio, que viesse a desconfigurar o ambiente residencial proposto no projeto inicial. Eram prioridades de investimento: calçamento, praças e arborização, mas no início não havia iluminação pública, nem transporte coletivo. A estrutura configurava-se por um traçado urbano regular implantado a partir de seu loteamento inicial. O uso, predominantemente residencial, foi constituído por edificações térreas ou com dois pavimentos, com recuo de jardim e lateral. Na década de 1960, já

17 Walter Spalding (*Arroio dos Ratos, 28/10/1901/+ Porto Alegre, 05/07/1976) – Historiador, jornalista e escritor brasileiro. Pesquisador considerado referência para a história de Porto Alegre.

era visível o desenvolvimento do bairro Jardim Lindóia.

A Avenida denominada Panamericana iniciava-se logo após o número 3.500 da Avenida Assis Brasil, no sentido Centro-Bairro, em uma região de terrenos livres. Cerca de 500 metros, perpendicular à Avenida Assis Brasil, chegava-se na Praça Libaneza, que dava as boas vindas a quem entrasse no bairro, um lugar simpático e introspectivo.

O bairro era introspectivo, porque se fechava em si mesmo, apesar de suas doze ruas iniciais, que possuíam denominações de cidades latino-americanas. Avenida Panamericana, Praça Libaneza, Avenida La Paz, Mexicale¹⁸, Caracas, Antilhas, Montreal, Quito, Porto Príncipe, Tegucigalpa, Trinidad e Praça Coronel Francelino Cordeiro¹⁹. Que lugar diferente era esse que não tinha nome pomposo de “Senhores” desconhecidos? Alguns anos após (1959), duas ruas tiveram seus nomes alterados. A Rua Paulo Bento Lobato²⁰ veio em substituição à Rua Mexicale e a Rua Comandante Gustavo Cramer²¹ (que se identificava como a rua do clube) - em substituição a via que nasceu como Tegucigalpa. Ambas receberam nova denominação pela Lei Ordinária Municipal 2022 de 07/12/1959 (PORTO ALEGRE, 1959, documento eletrônico), data em que o bairro foi oficialmente criado e delimitado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, apesar de já existir desde o início de 1950.

Este ambiente era um “lugarzinho” diferente, tranquilo e acolhedor como uma cidadezinha do interior. Descampado, horizonte infinito - onde o olhar se perdia em busca de “civilização à vista”, que não havia ao alcance do olhar. Lefebvre (1975) é o autor que se aproxima do conceito de bairro aqui comentado “O bairro é uma pura e simples sobrevivência. [...] É ele o maior dos pequenos grupos sociais e a menor dos grandes. A proximidade no espaço e no tempo substituem as distâncias sociais, espaciais e temporais”. (p. 201)

Os primeiros contatos entre os moradores e a organização do bairro, desenvolveram naquele local um sentimento de querer estar junto aos habitantes, onde se cultivaram laços que ainda estão entremeados das memórias.

18 Mexicale é a capital do Estado da Baixa Califórnia no México. Fundada em 1903, sendo seu nome uma combinação das palavras México e Califórnia. Tem cerca de 862 mil habitantes. A cidade é chamada “a cidade que capturou o sol” devido às altas temperaturas e tem clima desértico.

19 Tenente-Coronel Francelino Cordeiro – foi um dos presidentes do Grêmio Gaúcho, um clube de inspiração militarista, localizado no bairro Medianeira.

20 Paulo Bento Lobato – Advogado e Consultor Jurídico do Estado do Rio Grande do Sul.

21 Gustavo Ernesto de Carvalho Cramer, nasceu em 1911 em Rio Grande. Dedicou-se a aviação, galgando todos os escalões da aviação comercial.

O urbanista norte-americano do início do século passado, Lynch (1960), que deixou importantes contribuições ao estudo do planejamento urbano, identificou os bairros como “[...] regiões médias ou grandes de uma cidade, concebidos como dotados de uma extensão bidimensional, reconhecíveis por possuírem características comuns que os identificam.” (p. 58). Além de chamar a atenção para o surgimento de sentimento de pertencimento, de sentido de lugar, que permitiria às pessoas apropriarem-se desse ambiente e impregná-lo de seus próprios significados e relações.

2 MEMÓRIAS DE BAIRROS

Pierre Nora (1993) argumenta que memória e história não são sinônimas e que as mesmas se opõem em tudo “[...] A memória seria aquilo vivido e sua reconstrução intelectual seria a história”. Para ele, aquilo que hoje chamamos de memória é, na verdade, história” (p.7).

Entende-se aqui que toda memória contribui para a construção de uma história e se manifesta de variadas maneiras: através de fatos, lembranças individuais, de pessoas, datas, acontecimentos, regiões, etc., sendo uma prática comum entre todos e mais diversos grupos humanos.

Lefebvre foi um dos autores que dedicou grande parcela de seus estudos aos espaços sociais urbanos. Sua contribuição para a geografia foi profunda, pois toda a teoria atual desta disciplina se deve à tese de que o espaço é social, ou seja, é socialmente produzido. Sua tríade teórica: espaço vivido - percebido - concebido inspirou grandes nomes da geografia contemporânea, como o brasileiro Milton Santos.

Desde os geógrafos como Santos (2006) que declara: “Assim o lugar também pode ser concebido enquanto memória, pois com a mobilidade, o lugar se torna como quadros de vida.” (p.212). Tal como para os clássicos do assunto: Nora (1993), pra quem “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” (p.9); ou Pomian (2000) quando destaca que “Toda a “memória” é em primeiro lugar uma faculdade de conservar os vestígios do que pertence já em si a uma época passada” (p.507); e ainda Le Goff (1990) que aponta alguns elementos importantes para o estudo da memória e insere o caráter de identidade como fundamental para conceituá-la, como algo a ser conquistado, construído: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (p.476).

2.1 Primeiros moradores e suas residências

Os primeiros moradores chegaram ao loteamento Jardim Lindóia, no início dos anos de 1950. Muitos foram morar no bairro devido à transferência de suas indústrias ou empresas do 4º Distrito para a zona Norte. Sabe-se o ano exato em que foram morar no Lindóia, apenas, daqueles moradores iniciais ou descendentes. O bairro crescia mesmo com muito a ser implantado, como o calçamento de suas ruas. Algumas residências, construídas ao redor da praça, aguardavam o calçamento de paralelepípedo.

Sousa aponta como o bairro é importante para além da sua estrutura

[...] além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o “sentimento de localidade” existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico. (SOUSA, 1987, p. 57)

As primeiras moradias que, possivelmente, são mais de vinte se conservam, quase todas, iguais ao tempo em que foram construídas, algumas somente com poucos acréscimos ou fechamento, para adaptação de garagem lateral, por exemplo.

Pela observação das casas hoje, deduz-se que a construtora predominante, possuía um padrão construtivo de qualidade. Em geral, a planta baixa era a mesma, com a escolha de dois ou três dormitórios e variações na cobertura. A grande maioria possuía jardim e área lateral. Nestas, as garagens eram separadas do corpo da moradia, ficando localizadas ao fundo do terreno juntamente com outro dormitório e sanitário.

Os elementos físicos e os laços afetivos estão intimamente ligados à população do bairro, relata Sousa (1987), o que se representa nas lembranças dos que habitaram o local expressando momentos compartilhados e vivências.

2.2 O Lindóia Tênis Clube

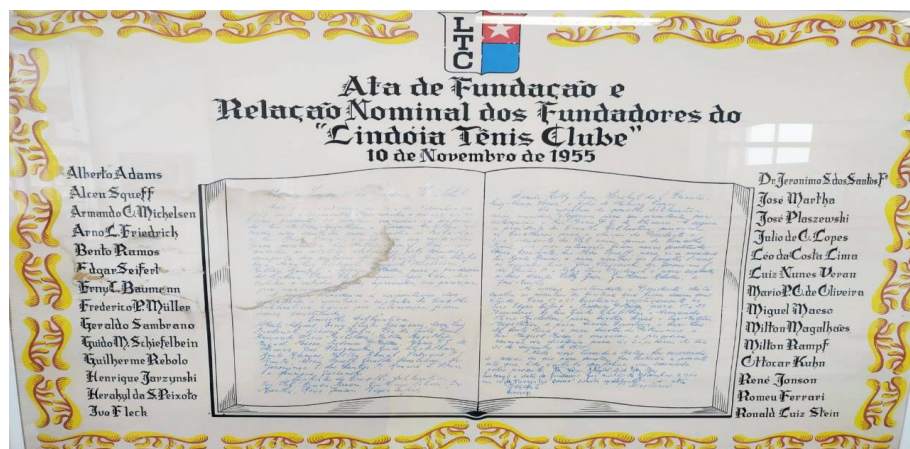
Eram muitos os pontos de encontro do grupo de moradores do Lindóia. Às vezes o pessoal se reunia sob uma das figueiras que ficava na Avenida Panamericana - lá havia um “campinho” de futebol - ou na da Travessa Antilhas. Outras vezes, o grupo se reunia na calçada do sobrado da esquina da Praça Libaneza com a Avenida Quito, onde ficava o armazém do “Seu Romeu” e que mais tarde veio a ser o do “Seu Alcides”, onde aconteciam os churrascos e as festas de São João.

Como as reuniões aconteciam em lugares diferentes, surgiu a necessidade por parte do grupo de um local onde pudessem reunir-se para confraternizar. Um lugar mais protegido das intempéries características da Região Sul do país, pois não era com qualquer tempo que os encontros poderiam acontecer ao ar livre. E onde pudesse haver mais atividades e a família toda pudesse usufruir.

Como narra Leite (1998) sobre esses laços entre as pessoas: “[...] essa relação de afetividade que os indivíduos desenvolvem com o lugar só ocorre em virtude de estes só se voltarem para ele munidos de interesses predeterminados, ou melhor, dotados de uma intencionalidade”. (p.10)

Em um dos memoráveis encontros do grupo, com vinte e oito pessoas presentes, desta vez na casa de Milton Magalhães, localizada na Travessa Antilhas nº 110, no dia 10 de novembro de 1955, foi instituída a Ata de Fundação e Relação Nominal dos Fundadores do Lindóia Tênis Clube (Imagem 4). Neste dia foi definida também, a diretoria responsável para levar adiante o projeto. Assim, a história do Clube se confunde com o próprio desenvolvimento do Bairro Jardim Lindóia.

Imagem 4 - Quadro emoldurado da Ata de Fundação do Lindóia Tênis Clube



Fonte: Arquivo Lindóia Tênis Clube

Para concretizar o sonho dos moradores, o caminho a percorrer seria árduo, a começar pela falta de um terreno onde construir o clube. Então, eis que entra em cena, mais uma vez, o empresário Arno Friedrich com a doação de uma área do loteamento para a construção do Clube.

Na imagem 5, o prédio do Lindóia Tênis Clube cuja construção foi finalizada em 1962.

Imagem 5 - Fachada do Prédio do Lindóia Tênis Clube



Fonte: Boletim Informativo de Lindóia Tênis Clube de 1962

Em poucos anos a comunidade do bairro se empenhou das mais variadas formas para viabilizar a construção da sede do clube. Foram festas juninas, gincanas e muitos chás beneficentes. Em seis anos, de 1957 à 1962, o clube foi construído. De acordo com Halbwachs (2006): “A lembrança é a sobrevivência do passado” (p.99). E, são lembranças dos moradores, que nos levam a compreender melhor como tudo se dava.

2.3 Reencontros

Muitas coisas mudaram desde os primeiros anos. O bairro cresceu. Outras ruas foram abertas e elas já não possuem nomes de cidades, surgiram edifícios, inclusive no lugar onde havia casas. Muitas residências tornaram-se pontos comerciais, como clínicas médicas ou casas geriátricas, academias de ginástica, salões de beleza, escolas de línguas, *pet shops*, etc, o que torna impossível conhecer todos os moradores do bairro como ocorria nos anos 1970.

No entanto, filhos e netos dos primeiros moradores e fundadores do bairro também continuaram morando por lá, e continuam se encontrando na primeira e principal praça criada no loteamento, a Praça Libaneza, para tomar chimarrão, fazer sua caminhada diária, levar seus filhos e netos para brincar ou andar de balanço e seus animais de estimação para passear.

Nestes tempos de internet e redes sociais, onde todos podem se encontrar virtualmente, não importa a distância, ocorreu a criação do grupo “Amigos do Lin”, na rede social Facebook, que tornou estes encontros mais frequentes e possíveis, com troca de fotografias antigas e muita participação.

A memória coletiva é sempre uma memória de grupo ao mesmo tempo em que as memórias individuais se formam a partir da relação com

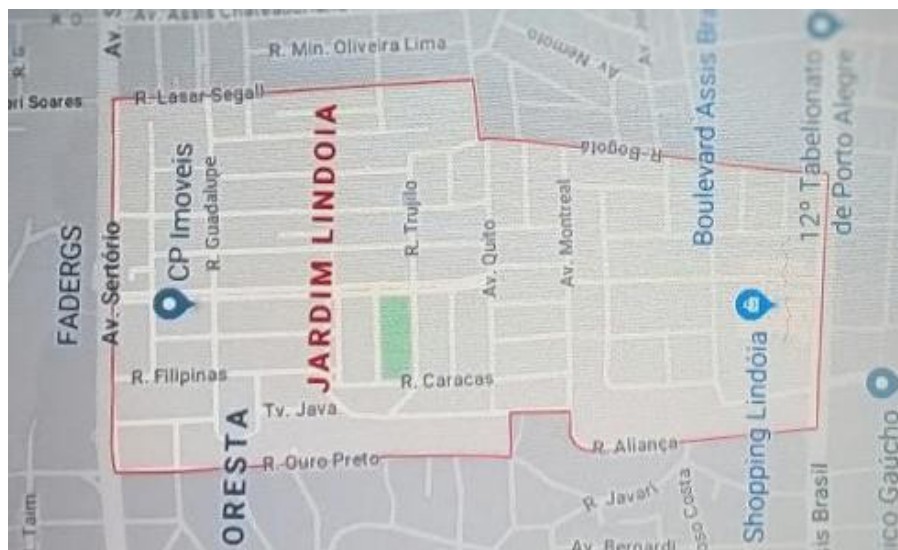
o outro. E, que o mesmo ocorre com o espaço físico, desde o início e ao longo desta história, a Praça Libaneza esteve presente.

2.4 Passado e Presente de um típico bairro residencial

O bairro ampliou-se. Sua extensão aconteceu com o próprio desenvolvimento da cidade, da necessidade de urbanização e do crescimento populacional, além da alteração e adaptação geográfica de uma capital que se expande para os arredores e ajuda na formação de importantes municípios na Região Metropolitana.

Como se observa na imagem 6, os contornos são outros. Sua extensão já passou para aproximadamente 79 hectares, dos 76,8 iniciais e o número de suas ruas passaram de doze para em torno de 50.

Imagem 6 - Mapa atual do Bairro Jardim Lindóia



Fonte: Google Maps

No início da década de 1970, após ampliação da Avenida Panamericana para fazer a ligação com a Avenida Sertório, e em decorrência de mudanças no Plano Diretor de Porto Alegre, o bairro começa a sofrer alterações em sua tipologia arquitetônica. O espaço se altera e adapta-se aos novos tempos. Onde só havia casas térreas ou com dois pavimentos, em terrenos com recuos de jardim frontal, corredor lateral e em geral um amplo pátio, ocorrem demolições para a construção de edifícios. Para além de edifícios de três ou quatro pavimentos, surgem construções contando com cerca de 10 pavimentos.

Esta é uma constatação do que ocorreu nos bairros de cidades em geral e não só na periferia de Porto Alegre. Não há contrariedade, pois é necessário adaptação com estas várias mudanças, que ocorrem quando é preciso seguir outros rumos, quando o mundo mudou, quando aquele modelo de vida, de hábitos, de morar, não se adapta mais, em nome da segurança, das facilidades e do mercado imobiliário apesar de ter-se vivenciado outra realidade. Deve ser um sentimento de perda, que todos vivenciaram em algum momento por alguma coisa ou lugar e até do que se foi um dia.

No Jardim Lindóia, as primeiras mudanças ocorreram na Rua Caracas próximo à Rua Gustavo Cramer. Edifícios altos no lugar de grandes e antigas residências, mudanças no entorno da Praça Libaneza e ao longo da Avenida Panamericana, onde a grande maioria das residências foi transformada em casas comerciais. Algumas casas foram reformadas e ampliadas e outras foram demolidas para construção de uma nova residência maior e mais atual.

Outras residências, no entanto, principalmente nas vias que fazem a ligação entre a Avenida Assis Brasil com a Avenida Sertório e que possuem fluxo mais intenso de veículos e onde circula, também, transporte coletivo, estão sendo demolidas para a construção de estabelecimentos comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos do presente artigo consistiu em recontar a história da formação do Bairro Jardim Lindóia, localizado a zona Norte de Porto Alegre, do início da década de 1950 até 1975, a partir das lembranças de alguns seus primeiros moradores. Para tanto, pesquisou-se também, os caminhos que levavam até o bairro, ou seja, o crescimento e desenvolvimento daquela região, a partir da Avenida Assis Brasil, devido à transferência e à implantação de várias indústrias originárias do 4º Distrito, no final da década de 1940.

A maioria de seus primeiros moradores já não se encontra com vida e houve contato com os filhos destes, que lá nasceram, ou foram morar nos seus primeiros anos de vida e lá cresceram. Destes contatos, resultaram encontros para conversar sobre as memórias do bairro, para ouvir suas lembranças. A narração de suas vivências foi rica, divertida, repleta de satisfação e sensibilidades em relembrar aqueles tempos vividos enquanto rememoravam e narravam suas histórias familiares com a consequência de se imbricar na memória coletiva.

A transformação urbana da localidade foi incentivada por sucessivos Planos Diretores, que permitiram a alteração dos contextos urbanos

consolidados e a demolição das antigas residências térreas para substituições por edifícios ou prédios comerciais, de diversificadas atividades: alimentares, saúde, imobiliárias, beleza, turismo, tudo vindo ao encontro do modo de vida da contemporaneidade - atarefado e de tempo exíguo.

A estrutura do bairro Jardim Lindóia configura-se por um traçado urbano regular implantado a partir do loteamento inicial. O uso dos primeiros lotes era, e ainda é, predominantemente, residencial. Atualmente, o bairro apresenta ocupação heterogênea, mesclando áreas com edificações baixas, geralmente de uso residencial ou adaptados para serviços, e edifícios de apartamentos residenciais.

No entanto, hoje já existem outras atividades incorporadas como comércio e serviços, pois os Planos Diretores classificam essas atividades como permitidas para o bairro. Pouco a pouco, a partir de 1975, quando se dá a abertura da Avenida Panamericana para ligação com a Avenida Sertório, antigas residências foram sendo demolidas e substituídas por edifícios multifamiliares. Inicialmente foram surgindo edifícios de até quatro pavimentos, numa escala compatível com as proporções do bairro, mas que agora chegam a dez pavimentos, muito diferente da proposta inicial.

Nestes quarenta e quatro anos, após 1975, as ruas internas e secundárias do bairro, sofreram algumas alterações funcionais e poucas alterações volumétricas, exceto a Rua Caracas que possui os edifícios mais altos do bairro. Já a Praça Libaneza e a Avenida Panamerica - vias com maior fluxo de veículos - tiveram as residências alteradas para colocação de letreiros e placas, pois sofreram maiores intervenções imobiliárias e transformações no espaço do entorno, em virtude de terem sido ou transformadas em pontos comerciais ou totalmente demolidas sendo substituídas por outros prédios comerciais.

Apesar deste eixo de grande fluxo de veículos, a partir das vias de ligação de outros bairros da capital na saída com Cachoeirinha, Gravataí e *Free-way*, ainda há ruas no bairro, que ficam entre as avenidas de passagem, que conservam seu silêncio e tranquilidade - valores importantes anteriormente - muito embora várias casas dessas ruas estejam desertas e abandonadas exibindo placas de venda.

Observa-se que se os sentimentos de pertencimento e identidade estivessem mais fortalecidos dentro das relações humanas ou físicas na comunidade, valores como respeito e cuidado com os espaços e equipamentos urbanos, também estariam mais presentes e talvez fosse possível os moradores se unirem por melhorias no bairro.

Há espaço para mais reflexões a serem feitas sobre o bairro, que nunca foi popular. Suas habitações nasceram em alvenaria e suas ruas cal-

çadas com paralelepípedos. O local não recebeu contingente de excluídos das estruturas sócio-econômicas, mas foi formado por trabalhadores, que no passado, para construí-lo tiveram que se unir e lutar por melhoramentos e reivindicar por infraestrutura.

A memória e a história, não estão apenas nos museus ou nos centros de referência, mas nas vivências e memórias das pessoas. O que preserva-se nos museus são os objetos, mas eles só são importantes se tiverem memórias associadas.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, A. C. *Cemitérios Industriais: Contribuição para análise espacial da metrópole de Porto Alegre - RS/BRASIL*. 2014. 207f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- GOOGLE MAPS - Mapa atual do bairro Lindóia. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Jardim+Lindóia,+Porto+Alegre+-+RS,+91712-073/@-30.0042729,-51.1556366,16z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1sox95197711d845426d:ox8a4c85d9c1a290dc!8m2!3d-30.0016887!4d-51.1506985>.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão (et al.) Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990 (Coleção Repertórios).
- LEFEBVRE, H. Barrio y vida de barrio. In: _____. *De lo rural a lo urbano*. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1975, p. 195-203.
- LEITE, A. F. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. In: *Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 21, p.9-20, 1998.
- LINDOIA TÊNIS CLUBE. *Boletim Informativo*. Porto Alegre, 1962.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1960.
- MIRANDA, A. E. *Planos e projetos de expansão urbana industriais e operários em Porto Alegre (1935-1961)*. 2013. 373f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- NORA, Pierre. Entre a História e a Memória: A problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, v.10, p.7-28, 1993.
- PORTO ALEGRE (RS). Lei nº 92/1948. Dá denominação a vias públicas. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1948.

- Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-br-s?s1=000013824.DOCN.&l=20&u=/netahtml/sirel/simples.html&p=1&r=1&f=G&d=ato s&SECT1=TEXT>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- POMIAN, Krzysztof. *Memória*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, V.42 (Sistemática), p. 507-516, 2000.
- PORTO ALEGRE ANTIGO (BLOG). [Fotografia da Av. Assis Brasil - 1959]. 2013. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigas-rs/11012679385/>. Acesso: 20 set 2018.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*- 4ª Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.
- SOUSA, Antonio C. M. Os tipos de povoamento. In: *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1987.
- TEIXEIRA, Thomás Nery da Silva. *Centralidade da Avenida Assis Brasil: um estudo sobre a espacialização técnica ao longo do tempo na construção do espaço urbano*. 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Submetido em 14/02/2022

Aceito em 27/08/2022

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO DE PORTO ALEGRE: AS RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA NUM POSSÍVEL CENÁRIO PÓS-PANDEMIA

CONSIDERATIONS ABOUT THE URBAN PLANNING OF PORTO ALEGRE: CENTER-PERIPHERY RELATIONS IN A POSSIBLE POST-PANDEMIC SCENARIO

Fernando dos Santos Calvetti¹

Allan Matheus Schmila²

RESUMO

O presente trabalho se insere numa pesquisa maior ainda em estágio inicial, e analisa as relações de planejamento e mobilidade entre centro e periferia. Tendo a cidade de Porto Alegre como recorte territorial, revisitamos os planos propostos para a cidade, buscando destacar como as áreas centrais foram beneficiadas ao longo do tempo, e como hoje isso se traduz em dificuldades de mobilidade, emprego, renda e habitação para populações periféricas. No campo propositivo, nos detivemos à apresentação, ainda embrionária, de ideias alternativas ao zoneamento por usos típico do planejamento das cidades brasileiras ao longo do século XX. Ao mesmo tempo, entendemos que novas possibilidades e relações foram estabelecidas e ampliadas na atual situação da pandemia mundial, como o trabalho e estudo remotos. Tais fatores se apresentam como capazes de acelerar a fragmentação de fluxos na cidade e descentralização física de determinados usos, ocupações e atividades, dando tração a um movimento anterior à própria pandemia e característica do atual processo de avanços tecnológicos comumente resumidos na expressão “indústria 4.0”. Detemo-nos, a nível de dados, à proposta do Plano de Mobilidade Urbana de 2018.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano. Planejamento urbano. Porto Alegre.

ABSTRACT

The present work is part of a larger research that is still in its initial stage, and analyzes the planning and mobility relations between center and periphery. Having the city of Porto Alegre as a territorial cut, we revisit the plans proposed for the city, seeking to highlight how the central areas have benefited over time, and how today this translates into difficulties in mobility, employment, income and housing for peripheral populations. In the propositional field, we stopped at the presentation, still embryonic, of alternative ideas to the zoning by

1 Arquiteto e urbanista (UFRGS), mestre em planejamento urbano e regional (PROPUR/UFRGS), doutorando da FAUUSP no PPG de Arquitetura e Urbanismo e professor dos cursos de arquitetura e urbanismo da Universidade do Planalto Catarinense e da Universidade do Estado de Santa Catarina.

2 Estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo na Univesidade do Planalto Catarinense.

uses typical of the planning of Brazilian cities throughout the 20th century. At the same time, we understand that new possibilities and relationships have been established and expanded in the current situation of the world pandemic, such as remote work and study. Such factors present themselves as capable of accelerating the fragmentation of flows in the city and physical decentralization of certain uses, occupations and activities, giving traction to a movement prior to the pandemic itself and characteristic of the current process of technological advances commonly summarized in the expression “industry 4.0”. In terms of data, we focus on the proposal of the 2018 Urban Mobility Plan.

Keywords: Urban Development. Urban planning. Porto Alegre.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de uma pesquisa ainda em andamento, e discute possibilidades do planejamento e ordenamento territorial de Porto Alegre a partir do cruzamento da sua revisão teórica e da apresentação introdutória de tendências contemporâneas de mobilidade e tecnologia. Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul (RS), conta atualmente com uma população estimada de 1.492.530 pessoas no ano de 2021 (IBGE, 2021). Além disso, é centro da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA, figura 1), com uma população aproximada de 4,3 milhões de pessoas, sendo uma das duas Regiões Metropolitanas institucionalizadas no Rio Grande do Sul.

Figura 1 - RMPA em vermelho no mapa de municípios do Rio Grande do Sul, com localização do Estado em relação ao Brasil em detalhe no canto inferior esquerdo. Porto Alegre se destaca com um ponto amarelo.



Fonte: Wikipedia (2021), com acréscimos dos autores.

O poder municipal de Porto Alegre publicou em 2018 o seu Plano de Mobilidade Urbana (PMU), ferramenta obrigatória de gestão municipal a partir de lei federal proposta em 2015. No diagnóstico que é parte do Plano se reconhece a tendência de um padrão de urbanização de espalhamento da cidade (figura 2), dificultando a integração da sua malha e da população com a área central de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 2018), local historicamente concentrador de comércio, serviços e emprego.

Figura 2 - Malha viária da cidade de Porto Alegre



Fonte: PMU de Porto Alegre (2018).

De forma complementar, se discute naquele documento a dificuldade de grandes parcelas da população, notadamente a população em situação econômica e geograficamente periférica, de acesso à infraestrutura e serviços urbanos. Nesse sentido o PMU também reconhece como é onerosa, tanto para o indivíduo quanto para o coletivo, a necessidade de grandes deslocamentos entre residência e locais com equipamentos de serviços, lazer e comércio.

À parte dos dados quantitativos que mostram uma tendência clara de uso cada vez menor dos transportes públicos da cidade, há estimativas no diagnóstico de redução de custos de modais de transporte particular compartilhados, notadamente encabeçado por empresas de atuação global como *Uber*, *99* e *Cabify*. Esta é uma tendência que hoje, três anos depois, se mostra no mínimo otimista. As notícias de descontentamento de motoristas de aplicativo têm aparecido com frequência, junto à alta dos preços dos combustíveis no Brasil, resultando em um cenário de encarecimento dos transportes tidos como compartilhados (CHAO, 2019; APRÍGIO, 2021; BALU & RANA, 2021; RAVACHE, 2021) e consequentemente no questionamento da viabilidade do seu modelo de negócios. Conflitos e disputas a nível municipal também têm eclodido ao longo dos últimos anos em função de tratativas de regulamentação trabalhista e de controle de atuação destes aplicativos e de outros relacionados a outros serviços urbanos, como hospedagens de curto prazo. Este cenário escancara como a disrupção causada por estes modelos de prestação de serviço ainda é recente, gerando dúvidas sobre a sustentabilidade dos negócios, questões legais acerca da sua atuação e deixam mais dúvidas do que certezas sobre o futuro e a estabilidade dos mesmos e sua viabilidade como alternativa confiável para o transporte urbano.

A discussão acerca das possibilidades de deslocamento e ordenamento territorial é especialmente pertinente no caso de Porto Alegre quando se considera que: (i) a oferta de serviços e principalmente empregos está historicamente restrita a determinadas áreas concentradas da cidade; (ii) a densidade habitacional tem uma distribuição territorial irregular, com grandes bairros periféricos entre os mais habitados da cidade; (iii) embora a população residente da cidade não ultrapasse 1,5 milhão de pessoas, o acréscimo dos usuários e trabalhadores residentes das cidades do entorno e da sua Região Metropolitana representa uma população ativa em Porto Alegre de mais de três milhões de pessoas durante os dias úteis da semana, gerando tanto movimentos de migração pendular quanto fluxos intra-urbanos que caracterizam as próprias dinâmicas de Porto Alegre.

No âmbito de discussões sobre o futuro da cidade, a pandemia causada pelo novo coronavírus ocasionou, entre outras coisas, uma reflexão acerca do ambiente de trabalho e dos deslocamentos urbanos, assim como do papel aglomerante dos grandes centros. O presente trabalho se propõe a contribuir com essas reflexões, no contexto porto-alegrense, analisando historicamente como as áreas centrais foram amplamente favorecidas nos esforços de planejamento urbano local.

Para tanto, o trabalho se organiza teoricamente em uma breve revisão do histórico do planejamento urbano de Porto Alegre, a fim de escl-

recer padrões de atuação, tomada de decisão e de pensamento nos projetos históricos da cidade; seguida por uma análise de movimentos atuais no planejamento e zoneamento. O fechamento do trabalho se dá com a discussão do cenário atual e seus possíveis desdobramentos ao planejamento e consequentemente dinâmicas e mobilidade da cidade.

1 HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO URBANO DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre apresenta, assim como outras cidades grandes brasileiras, um histórico de tentativas, estudos, projetos e legislações urbanas desenvolvidas principalmente ao longo do século XX, na esteira tanto de embelezamentos e aportes sanitaristas provenientes de uma lógica *Hausmanniana* ainda do século XIX, como das prerrogativas modernas e modernistas de meados do XX. Com isso em mente, não perdemos de vista o reflexo em terras locais de movimentos principalmente europeus, em esforços contínuos de deixar para trás qualquer traço de vila, provincianismo ou sentimento de periferia não só geográfica, mas também econômica e social.

1.1 O início: contexto da criação do Plano Geral de Melhoramentos de 1914 de Moreira Maciel

O cenário que resultaria na criação desse primeiro plano é o de uma Porto Alegre dos fins do século XIX e início do século XX ainda sem grandes iniciativas de saneamento básico, com precárias condições higiênicas. Tradicionalmente se atirava o lixo ainda na rua, estruturada com uma vala central para que as chuvas o levassem para longe, e os dejetos eram ainda descartados em fossas nos fundos dos lotes (WEIMER, 2014). Esse cenário tornava a cidade, além de caracterizada por odores pouco desejados, suscetível à contaminação frequente do seu lençol freático e à disseminação de doenças, impedindo uma densificação segura e mais eficiente do ponto de vista urbano.

O desejo por um adensamento populacional se caracterizaria ainda no contexto da proclamação da República Rio-Grandense, e as primeiras leis de regularização urbana em Porto Alegre datam da década de 1890. Exemplificamos esse período com uma lei de 1892 que exigia projeto aprovado pela Intendência para a construção de novas edificações na cidade. O início das atividades das primeiras companhias de água, luz e gás fortalece a instalação da Comissão de Saneamento em 1907, renomeada depois como Comissão de Melhoramentos e Embelezamento em 1912 (WEIMER, 2014), e marca igualmente as primeiras tentativas de relativa verticalização, ainda isoladas, na cidade (ALMEIDA, 2004). O Plano Geral de Melhoramentos, apresentado por Moreira Maciel, se detém quase que exclusivamente à área

central da cidade, mesmo que outros bairros, ou arraiais, já estivessem relativamente estruturados no seu entorno (figuras 3 e 4).

Figura 3 - Mapa do Plano Geral de Melhoramentos de Moreira Maciel de 1914 para Porto Alegre



Fonte: SMURB - Porto Alegre [20--].

Figura 4 - Desenho de Weimer apontando toda a área povoada do Porto Alegre no início do século XX e a área em destaque como sendo a efetivamente levada em consideração pelo Plano Geral de Melhoramentos



Fonte: Weimer (2014, p.67).

Weimer (2014) capitula a criação desse plano, entre outras coisas, à doutrina positivista em voga na época, presente tanto nas discussões e decisões políticas como no viés arquitetônico das casas e palacetes da elite porto-alegrense. Os constantes conflitos de interesse entre grupos de diferentes correntes parecem ter marcado esse plano no próprio contexto econômico e político da época, como Weimer afirma:

Seu valor [do plano] se resume em apenas uma etapa nas constantes tentativas de adaptar a cidade a constantes transformações oriundas de decisões políticas sujeitas a interesses contraditórios e que não seguiam uma diretriz pré-determinada. Ingerências dos mais diferentes setores modificavam constantemente as orientações referentes à ocupação do solo fazendo com que os planos – dentre os quais, o Plano de Melhoramentos de 1914 – entrassem num constante processo de degradação e que, por isso mesmo, eram vistos como objeto de constantes e necessárias revisões. Isso caracteriza, em nosso ver, a sua transitoriedade e sua vulnerabilidade. (WEIMER, 2014, p.53).

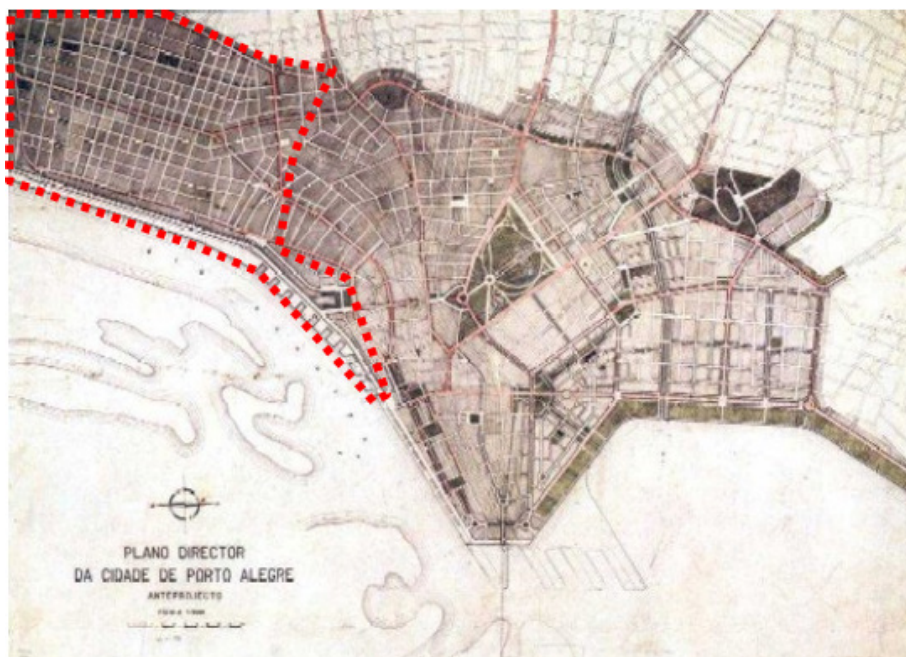
No nível da mobilidade, é possível destacar inicialmente como as limitações em escala regional da época acabaram por aproximar o Rio Grande do Sul muito mais das capitais do Rio da Prata, Montevideu e Buenos Aires, do que de São Paulo e Rio de Janeiro. Fica claro o interesse financeiro nessa relação, pela própria importância econômica dos países vizinhos no contexto sul-americano. As boas condições de plantio de cereais e criação de gado com demandas crescentes por esses produtos em uma Europa à beira da I Guerra Mundial destacaram Argentina e Uruguai de seus vizinhos imediatos, e a topografia da região sul do continente favoreceu em muito o desenvolvimento de uma malha ferroviária relativamente eficiente e segura, ao passo que as conexões com São Paulo eram onerosas e demoradas.

Na escala urbana destacamos a implantação da canalização do esgoto, mesmo que inicialmente sem tratamento, e que altera a caixa e o desenho das ruas. Uma série de propostas viárias do plano não foi colocada em prática. Mesmo assim, sua descontinuidade, como aponta Weimer (2014), seria um claro sinal de suas inconsistências, muitas das quais, assim como suas possíveis virtudes defendidas até hoje, calcadas nos interesses e conflitos do início do século passado.

1.2 As propostas do Plano Gladosch

Há em 1935 a elaboração do documento “Linhas Gerais do Plano Diretor – Contribuição ao Estudo de Urbanização de Porto Alegre” de Edvaldo Pereira Paiva e Luiz Arthur Ubatuba de Farias, em continuidade ao Plano de Maciel. Mas em meados do século XX Porto Alegre já se posicionava tanto do ponto de vista geográfico como do ponto de vista econômico de forma periférica (ALMEIDA, 2004), com o decréscimo de importância da Argentina e do Uruguai. O desejo de uma urbanização que atestasse a modernização da cidade e da sociedade se tornava cada vez mais latente. Prefeito da cidade entre os anos de 1937 e 1941, José Loureiro da Silva fez esforços já no início da sua gestão para a publicação do volume *Um Plano de Urbanização*, discutindo propostas de planejamento em longo prazo para a capital, delimitando temas e metodologia para o que era chamado então de “Plano Definitivo” da cidade (ALMEIDA, 2004). Os documentos são assinados também pelo urbanista consultor Arnaldo Gladosch – que havia participado anteriormente da equipe de Agache para os planos do Rio de Janeiro – e que tem o nome associado à revisão seguinte do plano seguinte, de 1938 (figura 5).

Figura 5 - Mapa do Plano Diretor de Porto Alegre de 1938, intitulado de Plano Gladosch

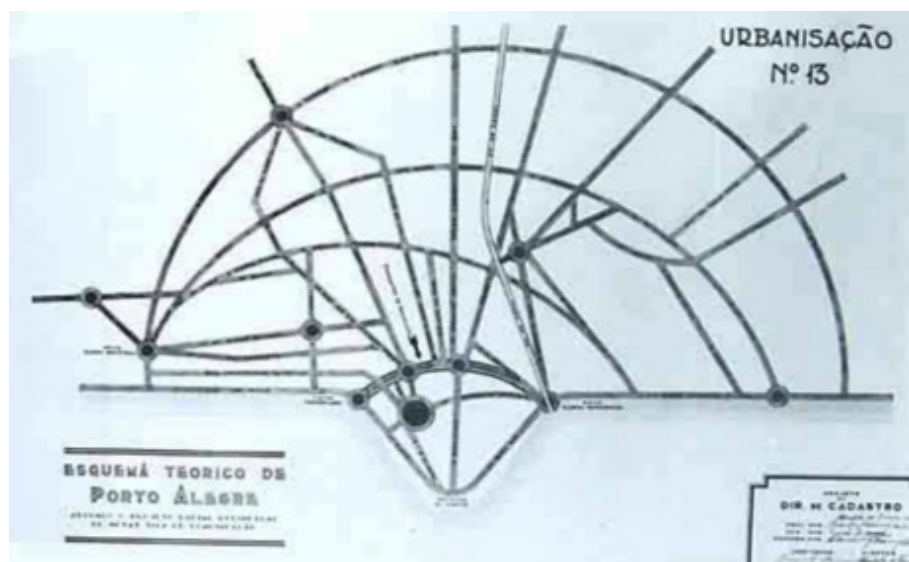


Fonte: SMURB - Porto Alegre, [20--], com acréscimo dos autores.

Destacamos neste plano a exclusividade da área central da cidade e do seu então distrito industrial, em destaque em vermelho na figura 5. Mesmo reconhecendo a existência do restante da cidade no seu desenho da malha urbana, sua predileção pela área central está aqui também oficializada.

Naquele ano se estabelece também um esquema teórico de urbanização típico de um Plano de Avenidas modernizador (figura 6, página seguinte), como ocorrera em São Paulo na década de 1920 com Prestes Maia e um pouco mais tarde em Curitiba, em 1942 com Agache. Sua lógica, inclusive com o emprego do termo “radiais”, aparecerá em todos os planos seguintes de Porto Alegre (ALMEIDA, 2004).

Figura 6 - Esquema teórico do Plano de Avenidas de Porto Alegre, 1938.



Fonte: Almeida (2004).

Ressaltamos, novamente, a estruturação em torno da área central, desconsiderando a totalidade da malha urbana da cidade. Sobre sua elaboração, a contratação de um técnico de fora do convívio porto-alegrense e gaúcho foi amplamente criticada, em parte por se opor à própria proposição positivista do “olhar local”, em parte pelo conflito de interesses da proposta urbana de Glaadosch frente à grande quantidade de projetos arquitetônicos particulares que o mesmo realizou nesse período. Destacamos Carlos Fayet, que fez caricatura cômica de suas obras em 1949, sem registro, enquanto estudante do Instituto de Belas Artes, e Riopardense Macedo (1973), que escreveu posteriormente:

Aconteceu o que se repetiria muitas vezes não só na prefeitura como em outras unidades administrativas do Rio Grande do Sul. O administrador volta as coisas aos seus técnicos e busca, alhures, profissionais que os substituam sem a vivência dos projetos locais. Veio para tratar do Plano Diretor de Porto Alegre o Arquiteto Arnaldo Gladosch que, sem cuidar de organizar aqui um escritório técnico, para o tratamento do assunto e preparação das bases humanas e materiais para o trabalho, realizava periódicas visitas à cidade, onde contratava preciosos projetos de arquitetura, como é o caso do edifício União e do Edifício Sulacap. Nestas ocasiões fazia palestras sobre a estrutura da cidade, o trabalho que realizaria e as necessidades para levar a bom termo sua tarefa. Conferências que, sem dúvida, revelavam boa compreensão da matéria por parte do técnico contratado, mas que não davam orientação aos órgãos técnicos locais para os projetos de detalhes (MACEDO, 1973, p. 117).

À parte das críticas e polêmicas da sua contratação, destacamos o que entendemos como uma constante diminuição do Plano Gladosch a questões de vertente quase que exclusivamente viária. De fato, o desenho viário somado às questões de infraestrutura urbana é o resultado mais visível do plano. Isto posto, a morfologia da Avenida Borges de Medeiros (figura 7) seria, para Canez (2006), o signo máximo da passagem de Gladosch por Porto Alegre e do ideário da passagem da cidade ao *status* de grande cidade moderna. Assim, há, mesmo que com as críticas pertinentes à sua atuação, um visível sucesso parcial do seu plano – e, portanto, da sua atuação – em entender os anseios locais, além das necessidades higienistas, sobre o que se desejava para a imagem (do centro) da cidade e da sociedade porto-alegrense (figura 8).

Figura 7 - Vista de meados do século XX da Avenida Borges de Medeiros



Foto de João Alberto Fonseca da Silva, retirada de Ganez (2006).

Figura 8 - Vista aérea de Porto Alegre no início dos anos 1940



Fonte: Almeida, 2004, p.26.

1.3 O Plano Diretor de 1959

Em 1942 Edvaldo Paiva elabora o “Expediente Urbano de Porto Alegre”. Ao longo da próxima década, junto de Demétrio Ribeiro, pensa em um zoneamento funcional para Porto Alegre com clara referência corbusiana. Normas relacionadas às ditas “funções urbanas” e delimitação de usos divididos em habitação, trabalho, lazer e circulação; limitação da zona industrial e incentivo às áreas residenciais. Esse projeto toma forma de lei em 1959, e é conhecido como o Plano Diretor do mesmo ano.

Carlos Fayet, que agora substituíra Edvaldo Paiva na condução dos trabalhos do Plano, ao discursar para a câmara de vereadores da cidade, evidenciou a falta de texto sobre as questões de mobilidade no plano, como trânsito e estacionamentos, pois essas eram atribuições exclusivas do governo estadual e fora, portanto, do escopo do Plano Diretor (ALMEIDA, 2004). É pertinente esse relato, pois o claro descolamento de fluxos do planejamento da cidade evidenciam a dificuldade em se analisar a dinâmica urbana na proposição dos espaços. Essa prática, imposta pela limitação da relação município-estado, paradoxalmente se opõe ao próprio modernismo corbusiano e modernista, propenso ao controle da vida urbana igualmente tanto em questões estáticas quanto dinâmicas, e talvez por isso tenha incomodado tanta parte dos próprios proponentes do Plano.

Ao encontro desse diagnóstico, o plano propõe as áreas residenciais a partir da lógica das unidades de vizinhança, com padrões de distribuição de áreas construídas e verdes públicos (ALMEIDA, 2004), calcado a partir de um “zoneamento natural” da cidade, evidenciando os usos supracitados (figura 9, página seguinte). O uso e combinação de instrumentos anteriormente utilizados com alguns então novos, como índices de aproveitamento e taxa de ocupação, proporciona um plano diretor voltado aos zoneamentos muito utilizados ainda hoje, com ênfase em regras de construção associadas a usos e divididas por área da cidade (figura 10, página seguinte).

Figura 9 - Proposta de Zoneamento Natural para Porto Alegre em 1954



Fonte: Almeida, 2004.

Figura 10 - Zoneamento de Porto Alegre aprovado na lei municipal 2.046/1959 e utilizada como parte do Plano Diretor do mesmo ano



Fonte: SMURB - Porto Alegre, [20--].

1.4 O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1979

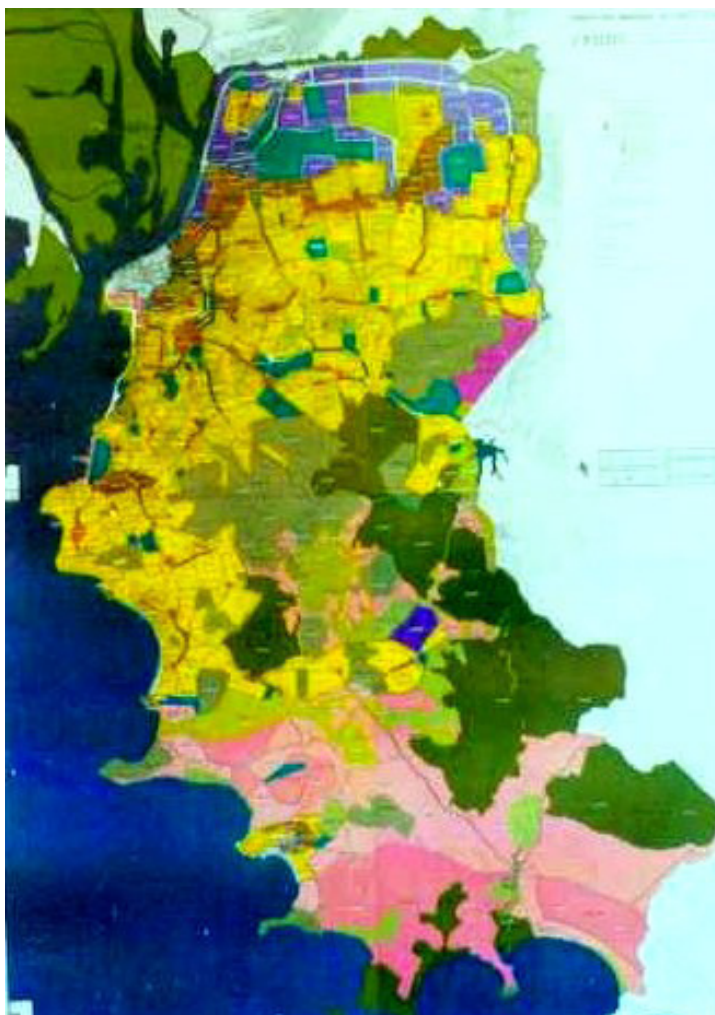
Mesmo com a proposta em 1959 de Carlos Fayet de estruturar o conselho de planejamento urbano para revisões constantes do plano diretor de acordo com as alterações da cidade, o próximo marco de planejamento se dá somente vinte anos após a assinatura do plano de 1959, em parte pelas mudanças políticas advindas da ditadura militar instalada em 1964 no país.

O plano se notabiliza por ser o primeiro a considerar toda a atual área do município de Porto Alegre no seu zoneamento (figura 9), como resposta à expansão e aumento da densidade na cidade ao longo principalmente da década de 1960. Por isso, define um macrozoneamento que divide o município entre as áreas urbana e rural. A área urbana é dividida ainda em uso intensivo ou extensivo. A diferença entre ambos é exposta pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos como:

A área urbana de uso extensivo foi estendida fisicamente sobre a parte onde a legislação anterior havia definido como urbana, destacando a preservação paisagística e ambiental de forma a evidenciar os elementos naturais. A zona urbana intensiva foi dividida em setores denominados de Unidades Territoriais de Planejamento (UTPs), classificados segundo tendências de uso e ocupação do solo. Assim, o regime urbanístico e os dispositivos de controle das edificações foram definidos como consequência da ocupação prevista para cada setor (Unidades Territoriais Residenciais, Mistas, de Comércio/ Serviços e Industriais) (SMURB, [20--]).

A grande divisão de áreas da cidade entre rural e urbana volta a demonstrar a dificuldade estrutural em analisar as condicionantes dinâmicas da cidade. Isso pelo fato do constante crescimento e espalhamento das cidades, inclusive de Porto Alegre, resultando em uma área urbana cada vez maior, se sobrepondo à área rural especificada e estando, portanto, desalinhada aos índices de construção e à estruturação de infraestrutura nas novas partes, por definição. Prova disso é o processo de conurbação começado nesse período, aumentando até hoje, que altera constantemente a fotografia da mancha urbana da cidade e da sua região imediata.

Figura 11 - Zoneamento do plano diretor de desenvolvimento urbano de Porto Alegre de 1979



Fonte: SMURB - Porto Alegre, [20--].

Em relação às especificações intra-urbanas, destacamos o índice de aproveitamento revisado nesse plano. Estabeleceu-se o índice de três vezes a área do terreno para toda a cidade, de forma indiscriminada. A lei complementar 43/1979 estruturaria ainda a troca de índices, como dispositivo de estímulo à preservação do patrimônio arquitetônico e cultural porto-alegrense.

1.5 PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

Com ocupações densas a norte e nordeste do seu centro original, a urbanização de Porto Alegre nos fins do século XX já fazia o espaço urbano da cidade se confundir com as dos municípios limítrofes, em um processo ininterrupto de conurbação cada vez mais estruturada. Para o sul do centro, as ocupações vão se tornando via de regra mais rarefeitas, com algumas exceções, umas imediatas, como entorno do Menino Deus e Praia de Belas, prolongamentos ainda da área central, outras reconhecidamente distantes, como o bairro da Restinga. O PDDUA, aprovado em dezembro de 1999, dividiu a cidade em macrozonas. Destacamos a macrozona central, que trata do “[...] território compreendido pelo Centro Histórico e sua extensão até a Terceira Perimetral, constituindo a área mais estruturada do município [...]” (PORTO ALEGRE, 1999, artigo 29). Essa grande área (figura 12, página seguinte) compreende a maior parte da população residente, além de ter estado presente em praticamente todos os planos anteriores.

Ressaltamos aqui também que o PDDUA, diferentemente do PDDU anterior elaborado no período da ditadura militar, teve grande participação popular na sua elaboração. O PDDUA foi revisado e atualizado em 2010, com reconhecida menor participação da população no seu processo. É notável que essa revisão tenha sido a primeira ação de planejamento urbano da cidade após entrar em vigor o Estatuto da Cidade (L.F. 10.257/2001) e a ampla discussão da função social da cidade.

Outra lei federal urbana do século XXI, o Estatuto da Metrópole (L.F. 13.089/2015), por vezes entendido de forma complementar ao próprio Estatuto da Cidade, não é ainda contemplado nas ações da prefeitura. Por Porto Alegre se configurar como parte de uma Região Metropolitana, é obrigatório que seja apresentado o PDUI – Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, de elaboração em comum acordo com todos os municípios parte da RM. As ações nesse sentido se reduzem até o momento ao “Relatório de Pesquisa - Adequação dos Arranjos de Governança Metropolitana ao Estatuto da Metrópole e Subsídios à Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI): Região Metropolitana de Porto Alegre”, no ano de 2019, com viés de levantamento de dados e breve diagnóstico da situação e relação entre os municípios.

2 OS DESAFIOS DO ESPAÇO URBANO NO SÉCULO XXI

A pandemia alastrada a nível global por conta do novo coronavírus descoberto no fim do ano 2019, ou COVID-19, colocou em xeque elementos tidos como básicos e garantidos das cidades, principalmente as ocidentais, como acesso às escolas, trabalho e serviços urbanos. A pandemia representa uma ruptura no modo de pensar, trabalhar, e na velocidade do desenvolvimento tecnológico global. A transformação destas relações se deu prioritariamente na forma de adaptações remotas, reinterpretando tendências de trabalhos e educação à distância e o fechamento e o surgimento de novos modelos de negócio.

No âmbito urbano, trabalhos escritos nos primeiros seis meses da pandemia global – até meados de 2020, portanto – buscaram analisar relações diretas entre densidade e infecção. Enquanto estudos referentes à pandemia por *influenza* no início do século passado trouxeram resultados conflitantes acerca dessa relação, estudos mais recentes, mas anteriores à atual pandemia atestam a falta de evidências em afirmar qualquer tipo de causalidade entre ambos. Mills, Robins e Lipsitch (2004), por exemplo, não encontram nenhuma associação estatística entre a densidade populacional e o número reprodutivo inicial de transmissão usando dados de doenças em 45 cidades dos EUA. Chowell *et al* (2008) também não encontraram associação entre transmissibilidade, taxas de mortalidade e indicadores de densidade populacional na Grã-Bretanha. Ferguson *et al* (2006), por sua vez, estudam o desenvolvimento da *influenza* em 1918 e encontram indícios de início precoce de epidemias em centros mais densos, embora com o passar do tempo a sua dispersão normalize a quantidades iguais a de outras áreas. Em relação à COVID-19, Carozzi, Provenzano e Roth (2020) chegam a resultados similares, com evidências de que a densidade afetou o momento do surto em cada condado dos EUA, com locais mais densos com maior probabilidade de um surto precoce. Contudo, afirma que não conseguem comprovar que a densidade populacional está positivamente associada com casos e mortes da doença.

Torres e Linke (2020) vão além e refutam uma ligação causal entre densidade e a pandemia, afirmando que:

Se há uma uma revisão necessária a ser feita na maneira de planejar as cidades é garantir que moradia, e acesso à emprego e serviços não sejam planejados de modo dissociado. O planejamento urbano deve produzir cidades que sejam resilientes aos eventos extremos e disruptivos, como os climáticos e, como vemos agora, sanitários. É preciso promover uma maior ocupação de moradias das áreas centrais,

onde há concentração de vazios urbanos, mas também infraestrutura consolidada. É preciso também assegurar uma melhor distribuição de serviços, equipamentos e infraestrutura no território, fortalecendo as centralidades onde as pessoas habitam, e garantindo que estejam conectadas por um sistema de mobilidade urbana eficiente e inclusiva. (TORRES & LINKE, 2020, p.1).

A publicação *Cities and Pandemics: Towards a More Just, Green and Healthy Future*, organizado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UM-HABITAT) de 2021 discute na forma de artigos e capítulos transdisciplinares desde a história grandes pandemias da História humana e o papel das cidades até ações para um futuro desejado como no título do trabalho. As conclusões destes estudos apontam que as cidades são parte mais da solução do que dos problemas sanitários e sociais, como centro de trocas, criação e desenvolvimento de comércio, conhecimento e tecnologia.

Consideramos, nesse sentido, que as propostas de adensamento populacional, em voga no urbanismo principalmente depois do ápice do movimento moderno, não podem ainda ser descartadas. O que vimos ao longo do planejamento da capital gaúcha foram tentativas de aplicação das principais ferramentas do urbanismo moderno: o zoneamento por usos e a ênfase na estruturação racional viária. Isto posto, reconhecemos que ao menos desde o Direito à Cidade de Henri Lefebvre, de 1968, senão voltando mesmo aos escritos de Marx e Engels no século XIX, a cidade é vista em parte como cenário dos conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção (embora não apenas isso). Nesse sentido, porém, nos parece que Katznelson (1992) acerta ao desassociar o processo de urbanização ao da industrialização, comparação amplamente explorada em meados do século passado, e associa a urbanização a processos mais genéricos, como a modernidade e o capitalismo, mesmo que este último estivesse fortemente vinculado à industrialização na sua gênese pós-mercantilismo.

Vargas (2006), por exemplo, analisa as relações da urbanização ao afirmar que:

Sob o capitalismo, devido à confiança no aspecto econômico como fonte de poder e legitimidade, o modo de produção tende a organizar a sociedade de acordo com sua lógica e, dada a predominância das relações sociais capitalistas na estrutura das classes sociais e sua influência na política e na cultura, qualquer mudança na forma como o capital é produzido e expande seus interesses atinge toda a sociedade e, portanto, a forma das cidades (VARGAS, 2006, p.3).

O autor aponta a partir de Castells (1993) para o início da flexibilização dos processos típicos do capitalismo já em meados do século XX, em tendência ainda em curso no século XXI. No “capitalismo avançado” a perda da hierarquia da estrutura da cidade levaria à fragmentação de todo o sistema urbano em singularidades, mais do que o resultado da soma de diversas partes. Os autores anteveem, assim, a tendência explorada à exaustão na década dos anos 2010 da dita “economia do compartilhamento”, de fragmentação total das relações urbanas e consequentemente de fluxos e das dinâmicas da cidade.

Essa discussão é especialmente pertinente à realidade brasileira uma vez que o processo de urbanização e industrialização do país se deu de forma relativamente atrasada, já em meados do século XX, e com o automóvel como principal símbolo dos avanços da época, resultando em planos de cidades com zoneamentos rígidos, constantes processos de espalhamento da malha e intensos fluxos de automóveis. Assim, o momento presente de fragmentação dessa lógica, que começa ainda no século XX a nível global, mas principalmente no século XXI no contexto brasileiro, pode ser encarada como um divisor de águas para as cidades, uma vez que a lógica de deslocamentos urbanos sofre mudanças com a inserção de novos agentes.

Mathews (2018) aponta para outras questões que julga pertinentes à urbanização do século XXI, como a preservação de recursos naturais, emissão de gases provenientes de automóveis movidos por combustível fóssil e a relação campo-cidade. No sentido da preocupação de desenvolvimento mais sustentável, Villacampa e Hedayati (2013) apontam para o conceito de “eco-cidades” como a principal tendência de urbanismo do fim da década anterior, focando no alcance de densidades mais otimizadas em áreas centrais e com infraestrutura das cidades e no uso e fomento a tecnologias sustentáveis, capazes de substituir os equipamentos poluidores atuais.

Vargas (2006) analisa como a revisão do PDDUA proposta em 1999 adota esse discurso de forma genérica ao elencar estratégias como “estratégia de mobilidade urbana” ou “estratégia de qualificação ambiental” sem necessariamente explicitar como funcionariam. O autor critica as contradições neste discurso, principalmente no tangente à viabilidade econômica de viés imobiliário da constante expansão urbana com o pretenso desenvolvimento sustentável.

Baseamo-nos também em Villacampa e Hedayati (2013) quando ressaltam nas suas estratégias a preferência por pequenos deslocamentos na rotina urbana, com prioridade para a lógica de viver perto do seu trabalho e dos seus estudos, como parte de uma possível solução à poluição proveniente dos automóveis, expansão urbana e mesmo como indicador

de saúde pública. No contexto do início da década passada, a tendência de sistemas mais integrados, acesso e uso de dados de usuários para cálculos de rotas e serviços otimizados embora já existissem, tendo em vista principalmente metas ambientais e de boa governança estipuladas para os anos de 2030 e 2050, eram tratadas como ações para o futuro distante, inclusive no nível da tecnologia necessária para tanto, entendemos que daí vem também parte da crítica de Vargas (2006), além das próprias inconsistências presentes no discurso do PDDUA de Porto Alegre. Com isso, entendemos que parte da problemática envolvendo um desenho claro de ações e metodologias para se alcançar os desejados objetivos sustentáveis, integrados e viáveis tanto para centro como para periferia reside nas limitações das ferramentas atuais frente a problemas que são, por definição, multidisciplinares e disruptivos.

2.1 Sobre as possibilidades de zoneamento urbano

A literatura coloca como parte dos problemas referentes ao zoneamento tido como clássico a sua ineficiência em realmente corresponder às dinâmicas da cidade. No Brasil, o Estatuto das Cidades, que rege a obrigatoriedade de planos diretores, define sua revisão em prazo de no máximo dez anos, mas o que vemos é a utilização de prazos maiores na prática, dificultando ainda mais qualquer legislação urbana de acompanhar as mudanças da cidade, pela sua ineficiência ou defasagem. Nesse sentido, se destaca novamente a fragmentação dos usos urbanos, principalmente no atual cenário de pandemia e de fomento ao trabalho remoto, dificultando uma leitura mais acurada de associação de áreas da cidade, ou mesmo tipologias arquitetônicas, ao seu real uso.

Nesse sentido, destacamos aqui a discussão sobre o “*pink zoning*”. O termo seria uma alternativa mais branda de políticas extremamente burocráticas, como o zoneamento moderno, relacionado à ideia de leis amarradas com fitas vermelhas no mundo anglo-saxão. Daí o “zoneamento rosa”, como que resultado de um vermelho, ou uma rigidez burocrática, mais brandos. Reconhece-se que essa é uma discussão facilmente adotada por pensamentos neoliberais que veem a possibilidade de menores regramentos e maior exploração dos terrenos (JOHNSON, 2017). O que se propõe aqui é a linha que entende as possibilidades dessa proposta quando alimentada por tecnologias que geram dados e permitem análises e leituras mais ativas e simultâneas das dinâmicas urbanas. Destacamos a iniciativa na cidade de Detroit, no ano de 2016, cuja simplificação de código de obras e zoneamento especificamente nas áreas mais vulneráveis visava a elaboração e construção de projetos de forma mais rápida e eficiente, como analisado por Jaffe (2016):

Urbanistas reclamam que, como muitas cidades, as regras onerosas e desatualizadas de Detroit tornam muito difícil reconstruir ou reaproveitar áreas de varejo há muito negligenciadas. Para tentar reduzir esses obstáculos sem um processo de rezoneamento demorado e caro, a cidade está propondo um punhado de “zonas rosa”, onde a burocracia é eliminada para ajudar pequenos empreendedores e empreendedores a abrir novos negócios e reviver áreas comerciais envelhecidas. O objetivo não é eliminar o zoneamento, mas aliviar algumas das restrições enfrentadas por novos projetos, como requisitos de estacionamento mínimo [...]. (JAFPE, 2016, p.1).

Destacamos também as possibilidades de zoneamento de desempenho. O Zoneamento de desempenho é uma abordagem para o planejamento dos usos em áreas da cidade baseada em padrões de desempenho quantificáveis para prevenir o impacto de determinado elemento na sua vizinhança imediata (ITRAC, 2001). Esse método específico de zoneamento forneceria mais flexibilidade do que o zoneamento baseado em uso tradicional, exigindo, por exemplo, que as paredes de uma edificação devem ser construídas para conter o fogo por 1 hora, ao invés de padrões de limitação de uso.

A partir da popularização e avanço de tecnologias atreladas à Internet das Coisas (IoT na sigla original em inglês), que permitem um controle maior do desempenho de aparelhos e a coleta de dados de uso dos mesmos, novas possibilidades de controle de desempenho, como de quantidade de poluição que pode ser emitida em determinada área da cidade, ruído, lixo, consumo de água, etc. Assim, ao invés de regular os usos *per se*, se abrem novas possibilidades de organização da cidade por impacto direto nas vizinhanças imediatas, quaisquer que sejam os usos.

3 DISCUSSÃO

A realidade urbana de Porto Alegre apresenta áreas com variados graus de integração junto às principais vias da cidade, além das já apontadas distribuição heterogênea de densidade e oferta de empregos. Destacamos também o atraso histórico em reconhecer as alterações provenientes do abandono da zona industrial da cidade, nomeadamente o Quarto Distrito, mesmo com reconhecidas iniciativas de projetos nos últimos anos. A área, mesmo vizinha ao centro histórico, carece ainda de volume de investimentos alinhados às necessidades sociais e urbanas da região, ainda estreitamente vinculada à morfologia de galpões, fábricas e silos.

Ressaltamos novamente a nomeada dificuldade em limitação de usos de forma geral a partir do *home office*, alinhada às possibilidades e intersecções cada vez mais proeminentes entre usos comerciais, de serviço e indústria nas mais variadas escalas. Nesse sentido, levantamos a hipótese de que a estruturação do Quarto Distrito de Porto Alegre como uma área mais atraente tanto para investimentos quanto para adensamento populacional, dada sua localização central e infraestrutura já estabelecida, passaria pela experimentação de planejamento baseado em preceitos de desempenho e revisão de restrições urbanísticas e arquitetônicas. Podendo ser entendida como um projeto piloto, se propõe também o uso dessas ferramentas em outras áreas da cidade, estimulando uma maior diversidade de usos. Reaproveitamento mais rápido e eficiente de estruturas já existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As alternativas aqui propostas são embrionárias, e se apresentam mais como fomento à discussão das possibilidades de Porto Alegre do que propriamente como diagnósticos e receitas comprovadas. As preocupações expostas ao longo do texto recaíram principalmente sobre dois temas que apareceram como centrais desde os primeiros movimentos de planejamento e ordenamento do território porto-alegrense: (i) a estruturação viária da cidade, com maiores cuidados à (s) área (s) central (is), e (ii) a questão sanitária.

O cuidado é pertinente ao atual quadro pandêmico, e que, como visto, colocou em xeque a própria eficiência das cidades como local não apenas de socialização e troca, mas também de cuidado da sociedade. Reiteradamente se questionou a pertinência de densidades maiores nas cidades – antiga bandeira de muitos urbanistas e planejadores – em função de ameaças sanitárias, como é o caso da COVID-19, mesmo com estudos científicos mostrando a falta de relação causal entre densidade e comorbidade. Dessa forma, é relevante reforçar que entendemos que a cidade é mais parte da resposta do que da origem de quaisquer problemas enfrentados pelas pessoas.

Entretanto, para que esse papel se otimize, a própria organização da cidade deve acompanhar as tendências e necessidades sociais. Para tanto, as ferramentas desenvolvidas principalmente ao longo do século XX para organização e zoneamento da cidade se mostram relativamente ineficientes e atrasadas. Assim, novas possibilidades devem ser discutidas e incentivadas, buscando sempre uma maior afinidade com o objeto-fim de todo esse exercício, que é proporcionar uma vida mais digna às pessoas,

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. *Transformações urbanas: Atos, normas, decretos, leis da administração da cidade – Porto Alegre (1937/1963)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2004.
- BALU, N; RANA, A. Uber prevê chegar no lucro trimestral mais cedo que o esperado e ações dispararam. *CNN Business*. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/business/uber-preve-chegar-no-lucro-trimestral-mais-cedo-que-o-esperado-e-acoes-disparam/>>. Acesso em 21 de setembro de 2021.
- CANEZ, A. Plano Gladosch: *Concepção e marcas*. Anais do IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, set. 2006, São Paulo, 2006.
- CAROZZI, F; PROVENZANO, S; ROTH, S. Urban Density and COVID-19. *CEP Discussion Papers*, n. 1711, p. 2-41, 2020.
- CASTELLS, M. The informational mode of development and the restructuring of capitalism. In: Fainstein, C. (ed). *Readings in Urban Theory*. Blackwells, Oxford, 1993.
- CHAO, J. Modeling and Analysis of Uber's Rider Pricing. *Proceedings of the 2019 International Conference on Economic Management and Cultural Industry*, 2019.
- CHOWELL, G; BETTENCOURT, L; JOHNSON, N; ALONSO, W; VIBOUD, C. The 1918–1919 influenza pandemic in England and Wales: spatial patterns in transmissibility and mortality impact. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, v.275, n.1634, p.501–509, 2008.
- FERGUSON, N; CUMMINGS, D; FRASER, C; CAJKA, J; COOLEY, P; BURKE, D. Strategies for mitigating influenza pandemic. *Nature*, v. 442, n.7101, p.448–452, 2006.
- ITRAC - Integrating TRansportation and Community planning. Application of Performance Zoning for Industrial Uses in Hanover County; 2001; Richmond Regional Planning District Commission, 2001.
- JAFFE, E. How 'pink' zoning can jumpstart urban development. *Medium*. Disponível em: < <https://medium.com/sidewalk-talk/how-pink-zoning-can-jumpstart-urban-development-2ac90f4499c7>>. Acesso em: 18 set.2021.
- JOHNSON, M. Pink Zoning Detroit: Reducing Red Tape For Small-Scale Development, Part 1: The Pink Process. Smithgroup. Disponível em: <<https://www.smithgroup.com/perspectives/2017/pink-zoning-detroit-reducing-red-tape-for-small-scale-development-part-1-the-pink>>. Acesso em: 15 set. 2021.

- KATZNELSON, I. *Marxism and the City*. Oxford University Press, 1992.
- MILLS, C; ROBINS, J; LIPSITCH, M. Transmissibility of 1918 pandemic influenza. *Nature*, v.432, n.7019, p.904–906, 2004.
- PORTO ALEGRE. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental*, 1999.
- _____. *Plano de Mobilidade Urbana de Porto Alegre*. Porto Alegre, 2018.
- RAVACHE, G. Pode acreditar, a Uber perde dinheiro e empurra a conta para os motoristas. *Jornal JC Online*. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/tecnologia-e-inovacao/2021/09/13044985-pode-acreditar-a-uber-perde-dinheiro-e-empurra-a-conta-para-os-motoristas.html>>. Acesso em: 22 set.2021.
- SECRETARIA Municipal de Serviços Urbanos - SMURB. Porto Alegre tem tradição no planejamento urbano. Disponível em: <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=125>. Acesso em: 10 set. 2021.
- TORRES, P; LINKE, C. Covid-19 e a política urbana: a densidade não é a vilã. *Acervo Online da Le Monde Diplomatique*. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/covid-19-e-a-politica-urbana-a-densidade-nao-e-a-vila/>>. Acesso em: 10 set. 2021.
- VARGAS, J. *Advanced Capitalism and Contemporary Urban Form*: Porto Alegre in the XXI Century. Porto Alegre, 2006.
- VILLACAMPA, A; HEDAYATI, N. Tale of two cities: urban planning for the 21st century eco-metropolis. *Sustainable Development and Planning VI*, p.15-26, 2013
- WEIMER, G. O plano de melhoramento de Moreira Maciel. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 148, p. 53-79, Porto Alegre, 2014.

Submetido em 22/03/2022

Aceito em 23/09/2022

4º DISTRITO DE PORTO ALEGRE: UM PANORAMA HISTÓRICO-TEMÁTICO DOS PLANOS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS DAS ÚLTIMAS TRÊS DÉCADAS (1991 - 2021)

4TH DISTRICT OF PORTO ALEGRE: A HISTORICAL-THEMATICAL OVERVIEW OF GOVERNMENTAL PLANS AND ACTIONS OF THE LAST THREE DECADES (1991 - 2021)

Cesar Wagner¹

Lucia Camargos Melchiors²

RESUMO

Nas últimas três décadas, uma série de planos e projetos foram elaborados pela Prefeitura de Porto Alegre visando a reestruturação urbana do seu antigo distrito industrial: o 4º Distrito. Através do resgate e análise destas propostas, este artigo propõe uma sistematização histórico-temática dos planos e ações governamentais para a revitalização e reconversão econômica da área. Examinando as circunstâncias que levaram à concepção dessas propostas, é possível identificar e caracterizar três períodos distintos: Período Tecnológico, de 1995 a 2004; Período Copa do Mundo, de 2006 a 2009; e Período Consorciado, de 2013 a 2016. Estes períodos, representativos tanto de posições político-ideológicas como das dinâmicas econômicas e espaciais que preconizavam, são também ilustrativos da falta de continuidade das suas políticas, planos e ações.

Palavras-chave: 4º Distrito de Porto Alegre. Reestruturação urbana. Projetos urbanos. Planejamento Urbano. Políticas Públicas.

1 Professor titular na Escola de Arquitetura da UNITEC, Institute of Technology, Auckland, Nova Zelândia. Sua pesquisa se concentra no estudo dos espaços públicos (morfologia e experiência sensorial), na intensificação habitacional (projetos e políticas), e nas questões da sustentabilidade em projetos de desenvolvimento urbano (políticas e planos). Membro do Conselho Consultivo em Espaço Público do Grupo de Pesquisa City Space Architecture, Itália (2021).

2 Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2002), Especialização em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos pela UFRGS (2007), Mestrado (2014) e Doutorado (2019) em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS. Tem experiência docente em cursos de Arquitetura e Arquitetura Paisagística no Brasil, China e Nova Zelândia. No Brasil, foi professora dos cursos de Arquitetura da UNIVATES, UNIFIN e professora substituta no Departamento de Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FA-UFRGS. Em 2016 lecionou como professora visitante na Shandong Jianzhu University em Jinan, China. Atualmente leciona nos cursos de Arquitetura e Arquitetura Paisagística no Unitec Institute of Technology em Auckland, Nova Zelândia. Tem experiência na área de patrimônio, arquitetura, com ênfase em projetos de edificações, e planejamento urbano, com ênfase em estudos da habitação. Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de educação e planejamento urbano e regional.

ABSTRACT

Over the last three decades, a series of plans and projects have been developed by the City of Porto Alegre government aiming at the urban restructuring of its former industrial district: the 4th District. Through the recovery and analysis of these proposals, this article proposes a historical-thematic systematization of government plans and actions for its revitalization and economic reconversion. Examining the circumstances that led to the conception of these proposals, it is possible to identify and characterize three distinct periods: Technological Period, from 1995 to 2004; World Cup Period, from 2006 to 2009; and Consortium Period, from 2013 to 2016. These periods, representing both political-ideological positions and the economic and spatial dynamics they advocated, are also illustrative of the lack of continuity in their policies, plans and actions.

Keywords: 4th District of Porto Alegre. Urban restructuring. Urban projects. Urban planning. Public policy.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, diversas propostas foram elaboradas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) visando à reestruturação urbana do seu antigo distrito industrial: o 4º Distrito. A partir de pesquisa documental e entrevistas com profissionais técnicos que participaram dessas ações, o presente artigo resgata e analisa os planos e projetos governamentais desenvolvidos para a área nas últimas três décadas (1991 - 2021).

Os anos noventa evidenciaram o novo interesse na região, tanto à nível governamental, com a criação do Projeto Porto Alegre Tecnópole, como científico e acadêmico, com a produção de livros, monografias, dissertações e teses que destacavam a identidade própria desta porção da cidade³. No decorrer das seguintes décadas, outros planos, projetos, e ações foram se sucedendo, assim como as diferentes administrações públicas, porém, sem apresentarem mudanças significativas na reestruturação da área.

Observando o conjunto destas propostas, em seu contexto histórico, político e econômico, é possível identificar três períodos distintos motivados tanto por posições político-ideológicas como por oportunidades de

3 Dentre os documentos produzidos neste período, poderíamos destacar: a) "Alternativa Ambiental para um Parque Tecnológico na Região Metropolitana de Porto Alegre: A Redescoberta de Navegantes", Especialização em Pós-Graduação. Autora: Ghissia Hauser, 1994-1995; b) "Projeto Humaitá - Navegantes: o resgate da cidadania", Boletim Gaúcho de Geografia. Autora: Tânia Marques Strohaecker, 1995; c) "Revitalização urbana do 4º Distrito". Autor: Eng. Breno Ribeiro, 1997; d) "Porto Alegre Tecnópole: Uma estratégia de desenvolvimento", Monografia na área de Ciências Econômicas. Autor: Cássio Moreira, 1999; e) "Revitalização de áreas urbanas - um estudo de caso: a rua Voluntários da Pátria", Dissertação na área do urbanismo. Autora: Maria da Graça Sebben, 1999.

ocasião. Aqui, os definimos como: 1) **Período Tecnológico**, de 1995 a 2004; 2) **Período Copa do Mundo**, de 2006 a 2009; e 3) **Período Consorciado**, de 2013 a 2016. Uma série de eventos foram analisados e levados em consideração para se chegar à proposição desta classificação. A seguir apresentaremos e discutiremos, em detalhes, os três períodos, seus planos e as condições que levaram a elaboração destas propostas.

1 PERÍODO TECNOLÓGICO (1995-2004)

1.1 Projeto Porto Alegre Tecnópole (PAT): 1995

Este período inicia com a criação do **Projeto Porto Alegre Tecnópole** (PAT), em 1995⁴, com o objetivo de produzir um conjunto de ações tecnopolitanas capazes de valorizar as competências em ciência e tecnologia já existentes na região de influência econômica de Porto Alegre, possibilitando assim o redirecionamento deste potencial para a reestruturação do território⁵. Jorge Piqué (2017, p.8) chama atenção para a importância dada ao 4º Distrito durante as discussões iniciais deste projeto:

Na discussão pública de diversos projetos para Porto Alegre, no primeiro Congresso da Cidade, realizado neste mesmo ano [1993], o 4º Distrito aparece como um dos temas importantes. Especialmente o Projeto Tecnópolis trazia a discussão do papel da tecnologia e da inovação como fatores de desenvolvimento da cidade, sendo que a prefeitura publicou em 1993, “Tecnópolis: desenvolvimento tecnológico no mundo e o caso de Porto Alegre”, de Roberto Spolidoro. Essa proposta de utilizar a tecnologia como ferramenta de desenvolvimento urbanístico resultou em 1994 na ideia de desenvolver o Parque Tecnológico do 4º Distrito [...].

O termo tecnópole, aqui empregado, advém de um processo de interação da pesquisa universitária com empreendimentos privados e a parceria da administração pública - baseado no Modelo Tríplice Hélice de Inovação -, com vistas ao desenvolvimento econômico e social de uma determinada região (HAUSER, 1995). O PAT teria como finalidade preparar

4 Termo de Cooperação assinado em 1995: “Em 31 de julho de 1995 foi assinado um Termo de Cooperação do Projeto Porto Alegre Tecnópole, entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, as Universidades (UFRGS, PUC e Unisinos), o SEBRAE e a FIERGS.” (HAUSER, 1995, p.15).

5 A iniciativa de implantar o projeto tecnópolis no Brasil, “[...] faz parte de um convênio de cooperação entre os governos brasileiro e francês, que selecionou as duas cidades [Porto Alegre e Uberlândia] devido à infra-estrutura científica e tecnológica apresentada.” (Correio do Povo, 22/01/95 apud HAUSER, 1995, Anexos).

e equipar Porto Alegre, e sua Região Metropolitana, para enfrentarem os desafios trazidos pela sociedade do conhecimento⁶. Através do subprojeto Regiões de Potencial Tecnológico (REPOTs), de 1996, o PAT identificou quatro polos de vocações específicas distribuídos em diferentes localidades de Porto Alegre e sua Região Metropolitana, conformando assim “[...] uma Tecnópole Poli-Nucleada (RECH e MORAES, 1996) apresentando vários ambientes de inovação interconectados, [...]” (HAUSER; MORAES; RECH, 1997, p.24), sendo a **área** do 4º Distrito indicada como Polo Eletroeletrônico (Figura 1.).

A identificação da área do 4º Distrito como um polo de competências eletroeletrônico é resultado, dentre outros fatores, do estudo realizado pela arquiteta Ghissia Hauser, técnica da METROPLAN (Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional do Rio Grande do Sul), em seu trabalho de especialização intitulado “Alternativa Ambiental para um Parque Tecnológico na Região Metropolitana de Porto Alegre: a Redescoberta de Navegantes” (HAUSER, 1995). Neste estudo, realizado no ano de 1995, Ghissia entrevistou empresários do complexo eletrônico da Região Metropolitana de Porto Alegre, constatando que:

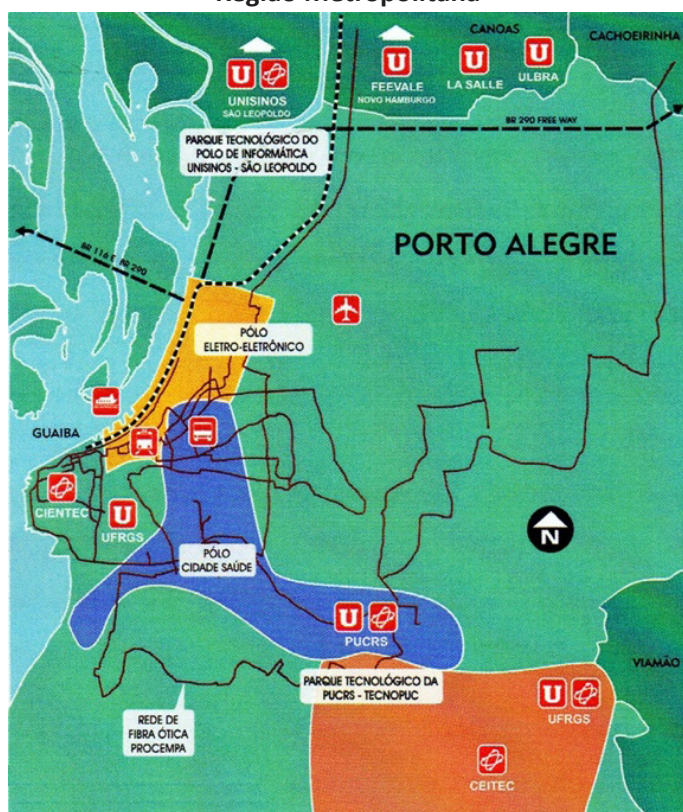
[...] a região de Navegantes (São Geraldo, Navegantes, Floresta) apresentava uma forte concentração destas empresas, contando com 40% das empresas do complexo eletrônico da região metropolitana. Na mesma pesquisa, os empresários justificavam a escolha desta localização pela facilidade de acesso ao local, a existência de serviços como bancos e restaurantes, a disponibilidade de prédios desocupados, o valor dos imóveis e a centralidade da área em relação à cidade (HAUSER; MORAES; RECH, 1997, p. 25).

A área do 4º Distrito passa assim, a partir deste momento, a fazer parte novamente das discussões e decisões de governo, mas agora não mais como um problema - uma zona industrial em esgotamento e marginalizada -, mas como parte da solução, através do desenvolvimento tecnológico e do incentivo à descentralização econômica e espacial da cidade (PMPA, 1993). A exemplo do ocorrido nos Jogos Olímpicos de 1992, com os bairros indus-

6 “A revolução tecnológica e a globalização econômica alteraram radicalmente os processos produtivos, o ciclo dos produtos e as relações de mercado, bem como as relações sociais e de trabalho, gerando um novo paradigma, uma nova sociedade baseada no conhecimento e na informação. Este novo paradigma, denominado sociedade do conhecimento, vem produzindo mudanças profundas na estrutura das cidades e das regiões, criando, nestas, a necessidade de se prepararem para enfrentar novos desafios e de aproveitar oportunidades que lhes confirmem inserção competitiva.” (HAUSER; ZEN; LOPES, 2004, p. 43).

triais localizados próximos à área central de Barcelona, o 4º Distrito passa a ser visto como o nosso *Poblenou*: uma região estratégica para a cidade, na promoção de novas economias, urbanidades e arranjos público-privados de financiamento das infraestruturas urbanas. Não podemos esquecer que esta sugestão estava atual e corrente à época, remetendo-nos à palestra proferida pelo espanhol Jordi Borja, “Participação Popular e Planejamento Participativo - A Experiência de Barcelona”, durante os eventos do Projeto Porto Alegre Mais - Cidade Constituinte, em 1993. (PMPA, 2015a).

Figura 1 - A localização das REPOT em Porto Alegre e na sua Região Metropolitana



Fonte: (HAUSER, 2004a, p.22).

O Projeto Porto Alegre Mais - Cidade Constituinte, desempenhou um importante papel na construção dos mecanismos de consulta e participação da sociedade civil organizada na democratização do processo de planejamento urbano da cidade. Dentre os mais significativos, assim como o Orçamento Participativo, podemos destacar a realização do 2º Congresso

da Cidade, em 1995. Com o tema “O Lugar de Todas as Coisas”, o congresso se dedicou a tratar da revisão do antigo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), vigente desde 1979, e da formulação de um novo plano, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), promulgado em 1999 (PMPA, 2000).

No novo Plano Diretor, também referido como o 2º PDDUA, a área do 4º Distrito é destaque, principalmente, nas Estratégias de: Qualificação Ambiental - como Bairro de Interesse Cultural (PMPA, 2000, p.22) e Recuperação Paisagística (Ibid., p.24); Promoção Econômica - como região destinada a Revitalização Econômica e Tecnópolis (Ibid., p.26) (Figura 2); Produção da Cidade (ibid., p.29); e Estruturação Urbana, através dos elementos estruturadores do modelo espacial Corredores de Centralidade e Corredores de Urbanidade (Figura 3.).

Figura 2 - Mapa da Estratégia de Promoção Econômica, no 2º PDDUA, priorizando ações de Revitalização Econômica e Tecnópolis junto à região do 4º Distrito de Porto Alegre



Fonte: Imagem extraída do mapa Estratégia de Promoção Econômica - ações prioritárias, 2º PDDUA de Porto Alegre (PMPA, 2000, p.26).

Figura 3 - Mapa das Macrozonas e da Estruturação Urbana, no 2º PDDUA, indicando a região do 4º Distrito como um Corredor de Urbanidade



Fonte: Imagem extraída do mapa Macrozonas, 2º PDDUA de Porto Alegre (PMPA, 2000, p.35).

Além das Estratégias, “[...] que são a referência maior do plano [...]” (ALBANO, 2001, p.3), o novo instrumental inclui Projetos Especiais Integrados e Operações Consertadas, que substanciam a compreensão da necessidade de parcerias, trocas e articulações entre os diferentes agentes públicos e privados. Abrindo, assim, espaço para um planejamento mais projetual e menos normativo (DAMASIO, [20--], p.1). Para tanto, este processo requer, além de uma maior participação social nos diferentes níveis de formulação dos planos e políticas públicas, uma melhor integração entre as secretarias e a (re)qualificação do seu corpo técnico.

Segundo Milton Cruz (2006, p.116):

Após o encaminhamento do novo projeto de lei do PDDUA ao Legislativo, o Executivo tomou iniciativas que objetivavam reestruturar a SPM [Secretaria do Planejamento Municipal] para o planejamento e a gestão, de acordo com as concepções do novo Plano Diretor.

Uma das primeiras iniciativas tomadas foi a contratação da Fundação CEPA (Centros de Estudios y Proyectos del Ambiente)⁷, para a realização de oficinas e seminários mensais junto à algumas secretarias da PMPA, com o objetivo de treinar seu corpo técnico dentro de uma metodologia baseada no plano-processo, buscando a consolidação de uma prática mais projetual no planejamento (ALBANO, 2001). De um desses seminários, direcionado à elaboração de um projeto integrado para a área do 4º Distrito - Projetos Integrados TEC 4 -, resultou a proposta “Projeto de Modernização Produtiva e Inovação Tecnológica no 4º Distrito: Desafios para a Construção de um Habitat de Inovação”, de 1998 (PMPA, 1998).

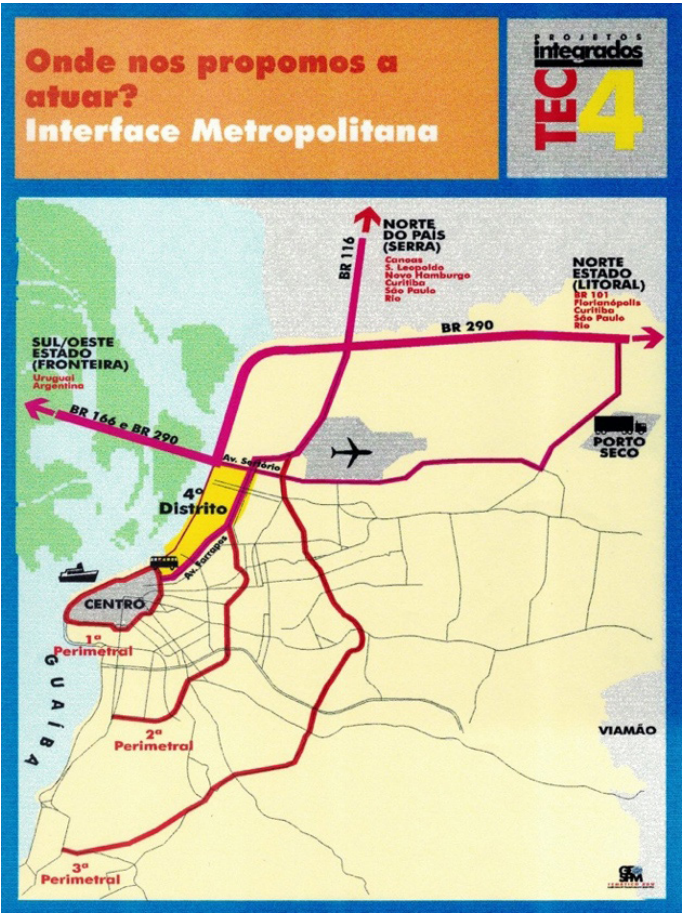
1.2 Projeto Integrado TEC do 4º Distrito (PIT-4D): 1998

Elaborado em conjunto pelas Secretarias Municipais da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) - responsável pela gerência do projeto -, Planejamento (SPM), Cultura (SMC), Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), Companhia de Processamento de Dados (PROCEMPA), e sob a consultoria dos arquitetos Ruben Pesci, Jorge Perez, e da geógrafa Lucia Pesci (Fundação CEPA), o **Projeto Integrado TEC do 4º Distrito (PIT-4D)**, de 1998, pode ser considerado o primeiro projeto - governamental e intersetorial - a propor estratégias de revitalização urbana e reconversão econômica para a área do 4º Distrito de Porto Alegre.

A proposta, elaborada durante o período de um ano (março a dezembro de 1998), baseava-se nos conceitos de Região de Potencial Tecnológico (REPOT) - gatilho para o desenvolvimento econômico da área, visando promover a inovação tecnológica com a “[...] presença de indústrias não poluentes e não geradoras de externalidades negativas na região.” (PMPA, 1998, p.2) -, e nos elementos projetuais e estruturadores do espaço urbano (Centros de Bairro, Corredores de Urbanidade, Sistema de Espaços Abertos) contidos no novo Plano Diretor. A área se organizava em um Perímetro Preferencial (com área aproximada de 250ha), delimitado pela Rua Voluntários da Pátria, avenidas Sertório e Farrapos, e a 1ª Perimetral (na altura do Terminal Rodoviário), e um Perímetro de Intervenção Prioritária (com área aproximada de 80ha), contido entre as ruas Voluntários da Pátria, Comendador Tavares, Santos Dumont e Paraíba (PMPA, 1998) (Figuras 4. e 5.).

7 Trata-se de fundação de pesquisa e consultoria com sede em La Plata, Argentina, vinculada à Facultad Latinoamericana de Ciencia Ambientales (FLACAM). Em 1996, a Fundação CEPA prestou consultoria metodológica para a elaboração do PDDUA (ALBANO, 2001, p.30), e orientou, em 1998, os projetos integrados da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Ibid., p.42).

Figura 4 - Abrangência e localização do Projeto Integrado TEC do 4º Distrito (Perímetro Preferencial), de 1998, e sua interface com a Região Metropolitana.



Fonte: (PMPA, 1998, p.5).

Figura 5 - Perímetros de Interesse do Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998.



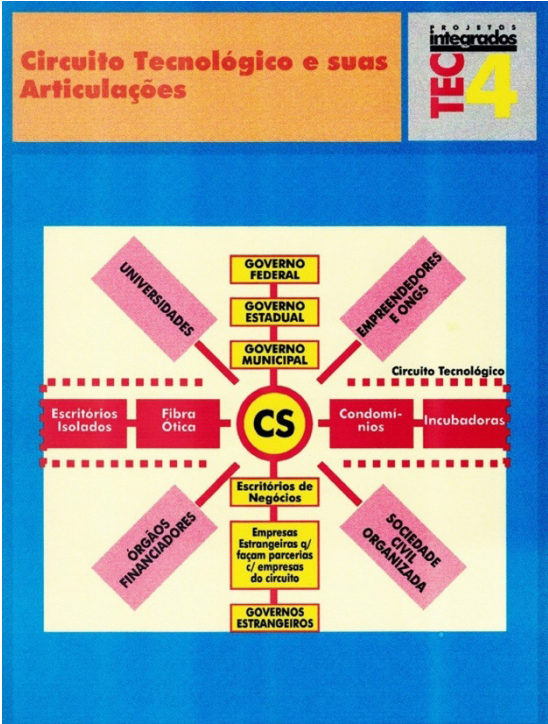
Fonte: (PMPA, 1998, p.7).

O projeto se estruturava a partir da implementação de um Centro de Serviços (CS) e um Circuito Tecnológico (CT), aos quais outras atividades complementares (condomínio de empresas de base tecnológica, incubadoras, escritórios de negócios) se acoplariam definindo uma rede espacial, tendo a Rua Voluntários da Pátria como espinha dorsal deste arranjo. Parte da estratégia para a revitalização urbana e resgate do patrimônio cultural e histórico da área estava na identificação e seleção de prédios com tipologias de antigas indústrias, depósitos ou transportadoras⁸ - compatíveis

⁸ Dentre os prédios mais significativos identificados e selecionados para serem os Núcleos / Nós neste Circuito Tecnológico destacamos: a fábrica Neugebauer, a antiga Gerdau

com a perspectiva de reciclagem - para a instalação desses Núcleos, ou Nós, que articulariam espacialmente o CT (Figuras 6. e 7.).

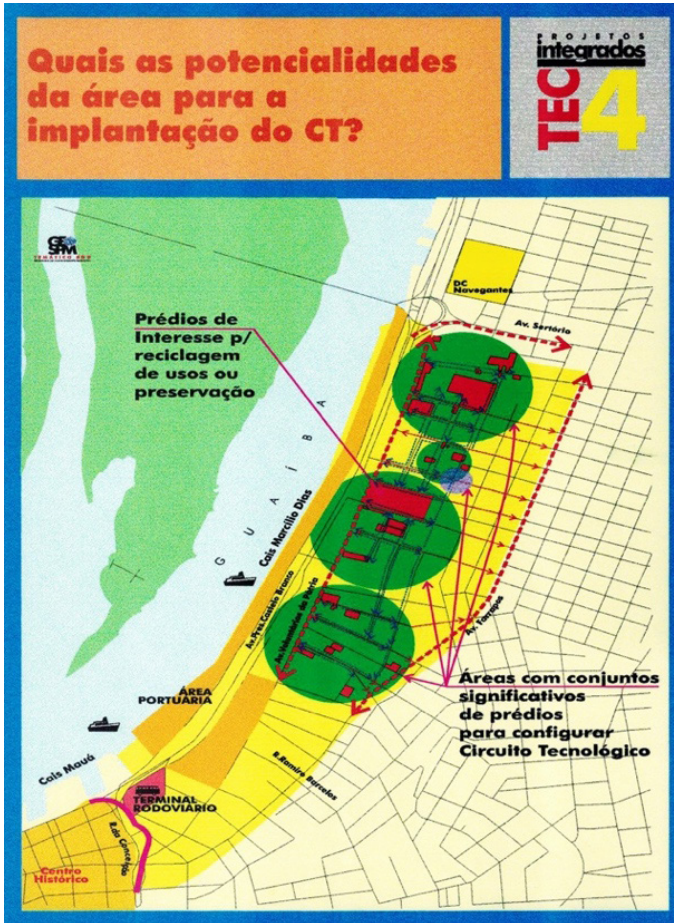
Figura 6. Circuito Tecnológico e suas articulações no Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998



Fonte: (PMPA, 1998, p.11).

(conhecida pela fabricação de móveis), o antigo Cinema Navegantes, a transportadora Javali, a Ughini, indústria Fiateci e fábrica da Brahma (ALBANO, 2001, p.82, 107).

Figura 7. Conjunto de prédios significativos para a implantação de um Circuito Tecnológico, no Projeto Integrado TEC do 4º Distrito, de 1998



Fonte: (PMPA, 1998, p.13).

Apesar das limitações presentes na estrutura administrativa, técnica e política para lidar com as complexidades e exigências de um processo projetual concertado em parceria, este projeto marca um momento importante na conscientização coletiva - ao menos na esfera governamental - das potencialidades e da importância da área do 4º *Distrito para a cidade de Porto Alegre e sua Região Metropolitana. Foi a partir deste projeto, que se iniciaram* várias frentes de trabalho capitaneadas por secretarias que haviam estado, inicialmente, envolvidas na elaboração do PIT-4D.

A Secretaria do Planejamento Municipal (SPM), através do então

instituído Grupo de Revitalização Urbana do 4º Distrito⁹, continuou trabalhando, entre 1998 e 2001, as questões propostas no PIT-4D, procurando “[...] aprofundar alguns conteúdos com vistas a um melhor conhecimento das potencialidades urbanísticas da área.” (ALBANO, 2001, p.112). Considerando que o projeto não avançou como uma prioridade de governo, o grupo desenvolveu projetos pontuais em parceria com outras secretarias (Projeto de Arborização para a Av. Farrapos; Projeto de Qualificação Ambiental de parte da Av. Pres. Franklin Roosevelt - Espaço Roosevelt; Projeto Eixo Estruturador Rua Voluntários da Pátria), e buscou discutir, de forma concertada e intersetorial, as interfaces do PIT-4D com outros projetos de interesse governamental no entorno mais imediato (Projeto Integrado da Zona Norte; Projeto Orla do Guaíba; Projeto Porto Organizado; Projeto de Revitalização da Área Central).

1.3 Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito (PTU-4D): 2002

Outro trabalho de grande importância, alinhado ao Projeto Porto Alegre Tecnópolis e ao conceito das REPOTs, de promover o desenvolvimento econômico da área através de iniciativas de base tecnológica, foi a proposta do **Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito** (PTU-4D), de 2002. Coordenado pela arquiteta Guissia Hauser, entre fevereiro de 2002 e março de 2005, junto a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (SMIC) - Supervisão de Desenvolvimento Tecnológico (SDTEC) -, o projeto contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e apoio do CEITEC (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada)¹⁰, PROCempa (Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre) e METROPLAN (Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e regional).

Segundo Gissia Hauser (1995, p.24):

Os parques tecnológicos podem ter um significado simbólico muito importante, por representarem uma forma palpável de comprovação da existência de um processo tecnológico numa determinada região, materializado através da qualificação de um território. Os parques tecnológicos

9 Grupo técnico vinculado ao 4º Distrito (ALBANO, 2001, p.113).

10 A princípio, a possibilidade de instalação da sede do CEITEC - MOTOROLA (à época se chamava Centro de Excelência *Íbero-Americana* em Tecnologia Avançada) na área do 4º Distrito, acelerou o projeto PTU-4D, de 2002. Entretanto, “[...] a ideia de implantação do CEITEC naquele local teve de ser abandonada, pois o solo naquela área é inadequado, já que produz um nível de vibrações superior ao aceitável pelos instrumentos de precisão microeletrônica do CEITEC.” (HAUSER, 2004a, p.24).

facilitam o reconhecimento visual da existência de uma tecnópolis, cujas principais bases e características residem nos acordos institucionais e nas formas de gestão. Em muitos casos, os parques tecnológicos são utilizados como elementos estruturadores de um espaço tecnopolitano.

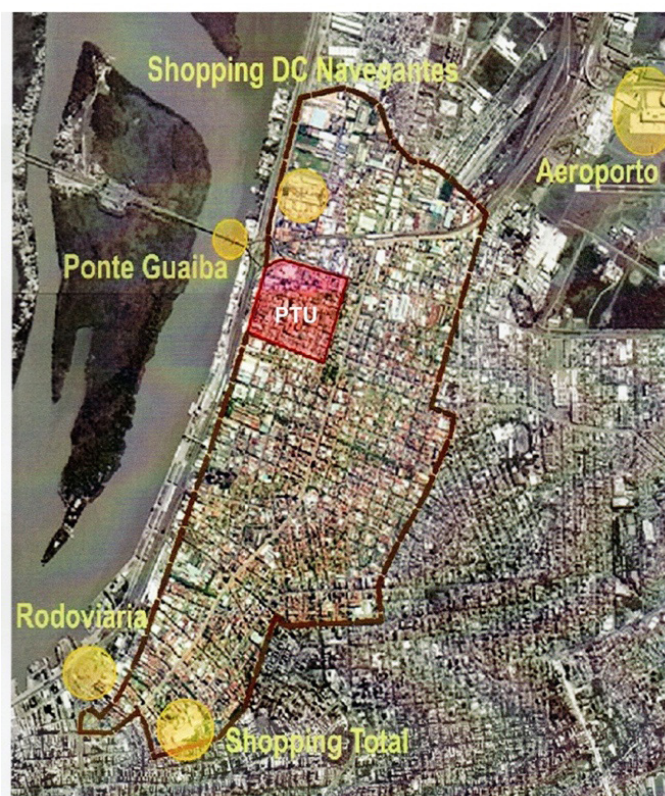
Diferentemente dos parques tecnológicos fechados, o PTU-4D se propunha a ser um parque aberto, inserido na malha urbana do 4º Distrito, e, por conseguinte, gerador de externalidades positivas para a região:

Este modelo de parque tecnológico contrapõe-se ao tradicional, normalmente estruturado em áreas delimitadas, como os distritos industriais, e que necessitam de elevados investimentos financeiros. O parque urbano aberto aproveita-se da infra-estrutura de serviços já existente na área, reduzindo os investimentos necessários para a execução do projeto. Além disso, no caso de Porto Alegre, o empreendimento constitui-se em um instrumento de revitalização de uma importante área de cidade (HAUSER, 2004b, p.81).

Elaborado com referência nas experiências de Barcelona¹¹ (Projeto 22@Barcelona) e do Porto Digital, em Recife, a proposta sugeria a delimitação de um polígono formado pela Rua Voluntários da Pátria, as avenidas Sertório e Presidente Franklin Roosevelt, e a Rua Cairú, totalizando uma área de 26ha, como área de intervenção do PTU-4D (Figura 8.). A primeira ação seria a instalação de uma Central Tecnológica (CETEC) na área de intervenção - para efeito demonstrativo -, junto a um prédio já adquirido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no ano de 2000, para este fim. Nas fases seguintes, estaria prevista a realização de intervenções nos demais prédios e terrenos da área, com o objetivo de atrair outros usos - residencial, comercial, lazer -, assim como a capilarização da rede de fibra ótica em toda a área do parque, “[...] dado que a transmissão de dados em alta velocidade é fator imprescindível para a atração de empresas de base tecnológica para a região.” (HAUSER, 2004a, p.41). Processo este desenvolvido em parceria com a PROCEMPA, na busca do melhor traçado para a instalação de uma rede pública de fibra ótica em todas as REPOTs.

11 As prefeituras de Porto Alegre e Barcelona cooperavam, deste 1999, na busca de soluções para a área do 4º Distrito. Em abril de 2000 foi realizado o 1º Encontro Porto Alegre - Barcelona. Em 2002, o arquiteto Josep Maria Llop Torné, e o economista Rafael González Tormo (diretor do Projeto 22@Barcelona), ambos catalães, foram consultores da proposta do Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito (HAUSER, 2004a, p.25).

Figura 8 - Delimitação da região do 4º Distrito, com a localização da área do Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito, de 2002.



Fonte: (HAUSER, 2004a, p.27).

A proposta especificava diretrizes, modelos de gestão (administrativa e financeira) e aspectos jurídicos, estimando a conclusão da estruturação do projeto PTU-4D para junho de 2005, com o início da implantação do parque para agosto do mesmo ano (HAUSER, 2004b, p.82). Nas considerações finais sobre a proposta, a coordenadora do projeto, Ghissia Hauser, alerta para o fato de que:

O resultado final do projeto Parque Tecnológico Urbano do IV Distrito de Porto Alegre dependerá, portanto, deste projeto inicial [CETEC] e das definições subsequentes, de caráter prático e simbólico, que atendam a necessidades de identidade, de participação e de mercado e que exigem flexibilidade e dinamismo. Para tanto, o projeto necessita dispor de mecanismos de auto-regulação, de interação e de ajuste durante o próprio processo de realização para

dar sentido às novas ações, sem abandonar os espaços edificados em outros momentos do passado. Em suma, a concertação dos interesses dos múltiplos agentes públicos e privados é condição *sine qua non* para o sucesso do PTU (HAUSER, 2004a, p.45).

Já era possível identificar, ao examinarmos o Plano Plurianual Municipal (PPAM) correspondente ao quadriênio 2002-2005, uma certa divisão e, por consequência, a perda de força entre as ações empreendidas pela SMIC e pela SPM para a área do 4º Distrito¹². Diferentemente de trabalharem como uma equipe colaborativa, multidisciplinar e intersetorial, para o desenvolvimento de um mesmo projeto estruturador¹³ do “Distrito Tecnológico da REPOT de Navegantes” - ação inicialmente especificada junto ao PPAM 1998-2001 (PMPA, 1997, p.76, 88) -, ambas as secretarias trabalhavam de maneira isolada e pontual, perdendo assim a possibilidade de encaminharemos uma proposta mais abrangente e global para a área (ALBANO, 2001, p. 112):

Embora durante o ano de 1998 se tenha tentado trabalhar de forma integrada, de maneira nenhuma se pode falar que houve durante os anos que se seguiram integração / articulação entre diversos organismos. Nem mesmo entre a SPM e a SMIC, responsáveis pela coordenação das questões relacionadas à revitalização urbana e ao desenvolvimento econômico, se criou uma sistemática de trabalho capaz de definir um fio condutor do projeto mais global.

Não nos foi possível determinar, com exatidão, a razão, ou razões, pelas quais os projetos PIT-4D, de 1998, e PTU-4D, de 2002-2005, não alcançaram o sucesso esperado - talvez dificuldade de articulação entre as secretarias; setores sufocados dentro de suas próprias atribuições; falta de apoio político; falta de recursos financeiros; falta de uma parceria empresarial de peso (a localização da sede do CEITEC, junto ao PTU-4D, tinha como objeti-

12 Enquanto a SMIC tinha como metas “Ampliar a área de abrangência do PAT” e “Contribuir para a implantação e consolidação do PTU-4D” (PMPA, 2001, p.141), a SPM não estava diretamente envolvida com as ramificações espaciais e urbanísticas deste projeto, ficando a sua atuação restrita, e redirecionada, à projetos pontuais “[...] de renovação e revitalização de áreas comerciais tradicionais, polos de comércio e serviços e formação de novas áreas comerciais, prioritariamente: Azenha, Presidente Roosevelt e Voluntários da Pátria” (Ibid., p.183).

13 Este projeto poderia ter sido formulado com a fusão de ambos os planos (PIT-4D e PTU-4D), uma vez que estes baseavam-se na mesma estratégia de revitalização urbana e reconversão econômica através da inovação tecnológica.

vo ser o projeto ancora para a transformação da área). Entretanto, em 2005, com a troca de partido à frente do governo municipal, o redirecionamento nos planos e nas políticas públicas foram inevitáveis. Na visão da nova gestão, tanto o PAT, como o projeto PTU-4D, estavam por demais associados às políticas - à imagem - do governo anterior. Assim, a decisão foi encerrar as suas atividades:

[...] em 1º de janeiro de 2005 ocorre a mudança política na Prefeitura de Porto Alegre, com a consequente desmontagem do projeto no 4º Distrito, que já tinha 10 anos. Com o final do projeto da Prefeitura aparecem algumas publicações, em 2005, que procuravam dar conta dos objetivos de um projeto que não existia mais. [...]. Em 22 de fevereiro de 2005 foi postada a última notícia no site POA Tecnópole, mantido pela Prefeitura, e que foi desativado pouco dias depois. (PIQUÊ, 2017, p.9).

2 PERÍODO COPA DO MUNDO (2006-2009)

2.1 Grupo de Trabalho do 4º Distrito (GT 4º Distrito): 2006

Este período teve início, em 2006, com o anúncio da criação do **Grupo de Trabalho do 4º Distrito** (GT 4º Distrito). Junto ao site da PMPA, a sua fundação é creditada à uma solicitação da própria comunidade, e à busca do desenvolvimento sustentável da região:

O GT 4º Distrito foi criado na SPM por solicitação da própria comunidade. Tem o objetivo de formular diretrizes, projetos e programas que contribuam para qualificar o espaço urbano de forma ordenada e planejada, buscando o desenvolvimento sustentável da região e melhoria da qualidade de vida. Estas ações deverão ter caráter público e privado (PMPA, [200-], p.1).

Na página da prefeitura, nenhuma menção é feita aos projetos governamentais desenvolvidos nos último oito anos para a área, e ainda que a ação de “Desenvolvimento de Parque Tecnológico” (Ação 87 - Programa: Cresce Porto Alegre), apareça referida no PPAM 2006-2009 (PMPA, 2005, p.151), nem o PAT, nem o Polo Eletroeletrônico do 4º *Distrito, são citados no Plano. Renuncia-se assim a uma política pública específica* de estímulo ao desenvolvimento de uma tecnópole na área. Segundo Jorge Piqué “O 4º Distrito havia perdido a relevância que tinha na estratégia da Prefeitura para a cidade. [...] a questão de alta tecnologia, especialmente a criação de

um polo tecnológico, foi inteiramente abandonada nas gestões seguintes da Prefeitura, [...]” (PIQUÊ, 2017, p.10).

Apesar da existência, junto ao PPAM 2006-2009, da ação “Elaboração do Projeto 4º Distrito” (Ação 57 - Programa: Cidade Integrada), tendo como produto um Plano Urbano de Revitalização (PMPA, 2005, p.133), os estudos capitaneados pelo GT 4º Distrito somente ganharam tração a partir de outubro de 2007, com a formalização do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, e a criação, em 2008, da SECOPA (Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014). Segundo o site da prefeitura:

Tendo como horizonte a Copa de 2014, o GT 4º Distrito está priorizando estudos para a elaboração do Projeto Urbano de duplicação para a Rua Voluntários da Pátria (trecho entre a Rodoviária e a Ponte do Guaíba). Uma das propostas é a reciclagem de usos de prédios existentes ao longo da via (inventariados e listados como interesse cultural) adaptando-os para uso residencial e/ou comercial. É uma das formas de revitalizar o 4º Distrito (PMPA, [200-], p.1).

Com as ações visando à realização da Copa do Mundo de 2014, a área de atuação do GT, assim como a representação da abrangência do 4º Distrito, foi ampliada para o norte, incluindo os bairros Farroupilha e Humaitá¹⁴ - local da futura ‘Arena do Grêmio’.

2.2 Plano de Revitalização do 4º Distrito (PR-4D): 2009

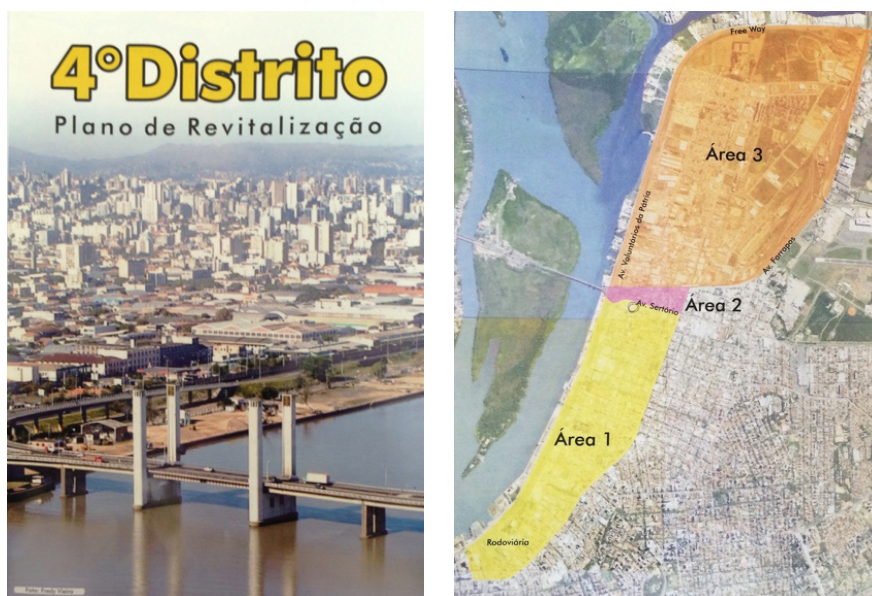
Como produto destas ações, em 2009 foi apresentado à Câmara de Vereadores o **Plano de Revitalização do 4º Distrito** (PR-4D), tendo como objetivo:

Formular diretrizes e planos concertados entre o poder público e privado que constituam respostas aos anseios e demandas da sociedade, de forma a qualificar o espaço urbano de maneira ordenada e planejada, buscando o desenvolvimento sustentável desta região e melhoria da qualidade de vida. (PMPA, 2009a, p.4)

14 Em entrevista realizada com representante do setor público, identificamos que a decisão de estender a atuação do GT 4º Distrito para a Zona Norte (bairros Humaitá e Farroupilha) foi recebida com protestos pela equipe da SPM. Foi sugerido, pela equipe, a criação de um novo grupo de trabalho (e.g.: GT Zona Norte de Porto Alegre) para melhor lidar com as complexidades e especificidades desta imensa região. O pedido não foi atendido, alegando-se carência de pessoal.

A região de atuação, do PR-4D, foi dividida em três áreas de trabalho: i) Área 1 - Perímetro Preferencial; ii) Área 2 - Perímetro de Transição; e iii) Área 3 - Perímetro do PIEC (Programa Integrado Entrada da Cidade), Arena do Grêmio e entorno (Figura 9.).

Figura 9. Apresentação do Plano de Revitalização do 4º Distrito, de 2009



Fonte: Primeiras páginas do folder produzido pelo Grupo de Trabalho 4º Distrito, da Secretaria do Planejamento Municipal, como parte do Programa Estratégico: Porto do Futuro.

A Área 1 - Perímetro Preferencial, corresponde a mesma área trabalhada anteriormente no PIT-4D - igualmente referida, em 1998, pela alcinha de Perímetro Preferencial (Figura 5.). Assim como no PIT-4D, a proposta para o desenvolvimento deste Perímetro Preferencial baseava-se no mote “Revitalização Urbana e Reconversão Econômica” (PMPA, 2009a, p.21) - através da miscigenação de usos, densificação, sistema de espaços abertos, e valorização do patrimônio cultural -, incorporando também os trabalhos mais recentes realizados pela SPM¹⁵ - Projeto de Arborização para a Av. Farrapos; Projeto de Qualificação Ambiental de parte da Av. Pres. Franklin Roosevelt (Espaço Roosevelt); Projeto Eixo Estruturador Rua Voluntários da Pátria -, porém sem nenhuma menção ao Circuito Tecnológico, aos Nú-

15 De uma certa maneira, o GT 4º Distrito herdou o conhecimento técnico dos funcionários da SPM - ex-Grupo da Revitalização Urbana do 4º Distrito -, que haviam trabalhado, deste 1998, em projetos para a região.

cleos de inovação tecnológica, ou ao Parque Tecnológico Urbano (PTU-4D). De fato, salvo a vaga menção da “[...] prospecção de oportunidades para novos empreendimentos.” (PMPA, 2009a, p.21), o PR-4D não apresentava nenhuma estratégia ou política clara de reconversão e produção econômica para a área do seu Perímetro Preferencial.

A Área 2 - Perímetro de Transição, “[...] tem seu centro na Avenida Sertório, que representa um dos principais acessos à cidade desde a Ponte do Guaíba (Travessia Régis Bittencourt) e Freeway (BR 290).” (PMPA, 2009b, p.1). Região da interface entre a área sul e norte, este espaço configura-se em um polígono de estruturação complicada: uma ilha circundada por vias expressas, e uma linha férrea (TRENSURB) de difícil transposição. A Igreja Nossa Senhora dos Navegantes é a expressão maior deste isolamento espacial.

Em 2010, através do GT 4º Distrito, foi elaborado um Termo de Referência (TR) para a contratação de uma consultoria, com o objetivo de gerar um plano específico de revitalização urbana para o Perímetro de Transição (PMPA, 2011a, p.39). Em janeiro de 2014, foi entregue à prefeitura o “Plano de Revitalização Urbana para a Área 2 - Quarto Distrito: Entorno da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes”, proposta desenvolvida pela empresa Plural Consultoria em Planejamento Territorial Ltda. Assim como aconteceu com o PR-4D, após o encerramento da Copa do Mundo de 2014, o Plano de Revitalização Urbana para a Área 2 perdeu relevância entre os assuntos da prefeitura e o mesmo nunca foi executado.

A Área 3 - Perímetro do PIEC, Arena do Grêmio e entorno, era vista como o “[...] espaço com potencialidade para grandes empreendimentos e intervenções do setor privado e do poder público (empreendimentos residenciais; continuidade da Av. 3ª Perimetral e da Av. Voluntários da Pátria; conexão com a futura BR-448; 4ª Perimetral (Av. A.J. Renner X Av. Fernando Ferrari) e futura localização do novo Complexo Multifuncional Arena do Grêmio.” (PMPA, 2009c, p.1). Ao norte desta área, localizar-se-iam os grandes empreendimentos imobiliários, pressupondo a “[...] formação de Parcerias Público Privadas - PPPs em obras de infraestrutura, qualificação dos espaços urbanos e serviços, devendo vir acompanhadas da densificação habitacional e miscigenação de usos.” (PMPA, 2009a, p.8).

A área central acomodaria os reassentamentos em conjuntos habitacionais - através do Programa Integrado Entrada da Cidade (PIEC) - e empreendimentos residenciais para a classe média, enquanto ao sul, já dentro do bairro Navegantes, era proposto a criação de um Polo de Logística e um Polo Tecnológico, junto ao DC Navegantes, IPA (Centro Universitário Metodista), e escolas técnicas (PMPA, 2009c, p.15).

O PR-4D, de 2009, caracterizava-se pela prospecção de projetos que viabilizassem obras de infraestrutura e mobilidade urbana para a região, tendo como oportunidade de financiamento - através de recursos do governo federal e fundos internacionais - a realização da Copa do Mundo de 2014. O desenvolvimento das diretrizes do PR-4D seguiram as demandas da Secretaria Extraordinária para a Copa do Mundo 2014 (SECOPA) (PMPA, 2009a, p.15), e não, necessariamente, as demandas da comunidade.

Ao final da Copa do Mundo, em 2014, seu legado se fazia pouco visível junto a área do 4º Distrito. Apesar das licitações aprovadas e contratos assinados, as obras de duplicação do “Eixo Voluntários” pouco avançaram; o Complexo do “Território da Rodoviária” continuava em obras; no “Território Arena do Grêmio”, exceto o estádio - inaugurado em dezembro de 2012 -, nada no seu entorno mudara. O “Eixo Farrapos” não passou por reforma, assim como o “Plano de Revitalização Urbana para a Área 2 - Quarto Distrito: Entorno da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes” não foi implantado.

O PR-4D continuou - disponível no site da prefeitura (GT 4º Distrito) - como referência de um projeto que já não mais existia; dormente, à espera da próxima grande ideia (ou do próximo Megaevento) para a *tão anunciada e desejada* revitalização urbana e reconversão econômica do 4º Distrito.

3 PERÍODO CONSORCIADO (2013-2016)

3.1 Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente: 2013

Este período inicia em 2013, com a candidatura de Porto Alegre ao programa “Desafio 100 Cidades Resilientes”:

[...] uma iniciativa pioneira da filantropia internacional, do qual a cidade de Porto Alegre faz parte. O programa, lançado no ano de 2013 e gerenciado pela Fundação Rockefeller, propõe-se a financiar 100 cidades ao redor do mundo interessadas em desenvolver um plano estratégico (“Estratégia de Resiliência”) para orientar as políticas urbanas locais (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p. 5).

É precisamente a partir da segunda década do século XXI que o recorte local ganha força, crescendo a importância, e participação, dos governos locais na fundamentação de políticas inovadoras que buscassem soluções aos problemas ambientais, sociais, culturais, institucionais e econômicos da sociedade moderna. Segundo Marx, Araújo e Souza “[...] a resi-

liência urbana expressa a ideia de que as cidades são cada vez mais o lugar do risco, ou seja, onde impactos diversos da globalização se materializam, e, ao mesmo tempo, o lugar de onde emanam as principais iniciativas para resolvê-los.” (2019, p.5).

Com a assinatura, em agosto de 2014, do memorando de entendimento do programa Desafio 100 Cidades Resilientes¹⁶, a prefeitura de Porto Alegre lançou o **Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente** tendo como um dos seus objetivos a construção - com apoio financeiro e técnico da Fundação Rockefeller¹⁷ - de um Plano Estratégico de Resiliência (também referido em textos e artigos examinados, como Plano Estratégico, Plano de Resiliência ou Estratégia de Resiliência) para a cidade de Porto Alegre. O projeto foi realizado a partir de ação integrada entre poder público, entidades privadas e sociedade civil organizada, tendo como principais parceiros o Gabinete de Inovação e Tecnologia (INOVAPOA), a Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), o Gabinete de Defesa Civil (GADEC), a ONG CIU-POA (Centro de Inteligência de Porto Alegre) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Segundo Cezar Busatto, Coordenador de Resiliência de Porto Alegre (CRO), o Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente “[...] ousou sonhar com uma cidade referência em Resiliência na América Latina até 2022, quando a capital dos Gaúchos celebra seus 250 anos.” (DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE, 2016, p.70).

Durante a construção do **Plano Estratégico de Resiliência** (PER), a área do 4º Distrito assumiu importância na proposição de soluções inovadoras frente aos grandes problemas e desafios identificados em Porto Alegre. Dentre as seis iniciativas em destaque, a primeira foi a Revitalização do 4º Distrito:

A revitalização do 4º Distrito tem como objetivo a transformação de uma região de 892 ha, que possui caráter estratégico para o fortalecimento da economia da cidade e busca promover formas de explorar o potencial acumulado

16 São signatários do programa a Prefeitura de Porto Alegre (prefeito José Fortunati), a Fundação Rockefeller (Bryna Lipper), e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (professor Luis Carlos Pinto).

17 “Tierney (2015) argumenta que a abordagem da resiliência nas políticas norte-americanas de redução de riscos de desastres possui ressonâncias com os discursos e práticas do projeto neoliberal, sendo um exemplo a diminuição do papel do Estado que é substituído por parcerias público-privadas e contratos. [...]. A análise de Tierney (2015) demonstra que o desenvolvimento da estratégia de resiliência se inclina para o setor com fins lucrativos e empresas corporativas norte-americanas globais, deixando de fora as instituições do sul global, na medida em que a plataforma é composta basicamente pelos primeiros atores.” (MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019, p.5).

de uma região importante do Município. Essa revitalização tem como fundamento o uso de novas tecnologias nas áreas da saúde, informação e comunicação e buscará a inclusão produtiva das populações vulneráveis, tornando a região aberta a novas oportunidades de negócios, trabalho e renda, principalmente para jovens abraçados por uma visão resiliente capaz de propiciar o enfrentamento de adversidades e de se desenvolver de forma harmônica e pacífica. A área deve representar o piloto de uma cidade que desejamos para toda Porto Alegre a partir do conjunto das outras iniciativas de suporte (Ibid., p.21).

Mais uma vez, um plano governamental de revitalização do 4º Distrito vem à tona sem nenhuma referência direta ou citação aos trabalhos já realizados e desenvolvidos em anos anteriores. Como diria Orwell, a história passa a ser contada pelos vencedores, e no caso específico de Porto Alegre, ela também inicia a partir do ponto de vista da “nova” secretaria responsável pela gerência do projeto¹⁸. Para a elaboração do PER de Porto Alegre, estavam diretamente envolvidos o Gabinete de Inovação e Tecnologia (INOVAPOA)¹⁹ e a Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), através de Cezar Buzatto, secretário titular da SMGL e coordenador do Núcleo Estratégico Desafio Porto Alegre Resiliente.

O foco direcionado no desenvolvimento de um cluster da saúde e no fomento à inovação e novas tecnologias - muito mais do que uma estratégia de resiliência visando atender aos interesses e as empresas locais - estava diretamente vinculado à atração de duas grandes empresas internacionais para a região do 4º Distrito: a alemã Medical Valley e a francesa Airbus. Estas parcerias haviam sido capitaneadas, desde dezembro de 2014, pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), através do secretário Jorge Tonetto (DEFESA, 2015, p.1-2), e pelo Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (BADESUL) através da sua presidente, Suzana Kakuta (JORNAL DO COMÉRCIO, 2015, p.1).

18 É importante destacar que a partir de 2013, as secretarias municipais passaram por uma revisão na sua estrutura, resultando não só na mudança de nomes e funções, como também na realocação de pessoal para outros setores e departamentos. Esta reestruturação foi criticada por técnicos e funcionários, devido a perda de ‘identidade’ e o desmonte do conhecimento técnico e ‘saber consagrado’ presentes em algumas secretarias e equipes; representando, para muitos, uma estratégia deliberada de governo ao estilo ‘dividir para conquistar’.

19 Gabinete com status de secretaria, criado em 2009, tendo como principal missão desenvolver políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação. A área do 4º Distrito se destaca como uma região prioritária às ações do INOVAPOA, com a instalação da primeira incubadora de Economia Criativa da capital, em 2014, e a Lei da Inovação e Tecnologia, que prevê políticas de incentivos financeiros e fiscais.

Com o objetivo de transformar estas parcerias em âncoras do projeto de revitalização do 4º Distrito, a SMF passou, no início de 2015, a gerenciar um Grupo de Trabalho Estratégico (GT Estratégico)²⁰, “[...] com o fito de identificar e propor diretrizes para promover e otimizar ações com vistas à consolidação do desenvolvimento do 4º Distrito.” (PMPA, 2016a, p.4). Dentro destas ações, visando a viabilização econômica do plano, estava a criação de uma empresa de gestão de ativos do município (Engeapoa)²¹ para a venda de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção):

Segundo Tonetto, outro objeto da Engeapoa serão os potenciais construtivos. [...]. Trazidos a valor presente, os índices totais da capital gaúcha equivaleriam a R\$ 16 bilhões. A ideia é repassar a administração para a nova empresa. Com isso, dentro de um planejamento voltado ao fomento do 4º Distrito, será possível criar políticas de incentivo a empresas com a doação do terreno e também dos índices. Assim, a prefeitura, por meio da empresa de gestão, receberia um retorno em dividendos anuais. “O sonho de reativar a atratividade do 4º Distrito seria dificultado se a prefeitura necessitasse extrair recursos do próprio caixa. Esse estoque de índices pode ser considerado o pré-sal de uma cidade”, justifica Tonetto (VIGNA, 2015, p.1).

Juntamente com o GT Estratégico, em 2015, foi instituído o GT Executivo do 4º Distrito, sediado junto a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB). Inicialmente, os trabalhos de ambos os GTs foram subdivididos em temas relacionados à análise do Projeto @22Barcelona, Parques Tecnológicos Brasil, CEPACs, Empresa de Ativos Municipais, Cluster da Saúde e Lei de Incentivos para Inovação (PMPA, 2016a, p.2). Buscando conhecer diferentes experiências no uso de instrumentos financeiros e urbanísticos, em junho de 2015, uma comitiva de representantes da Prefeitura, Câmara Municipal e de empresários dos setores da tecnologia da informação, saúde, educação e construção civil, visitou, em Barcelona, o distrito de inovação 22@Barcelona, “[...] referência para o projeto de desenvolvimento do 4º Distrito de Porto Alegre.” (PMPA, 2016a, p.7).

Subsequentes visitas técnicas transcorreram em São Paulo e Rio de Janeiro, com o objetivo de observarem os instrumentos da Operação Urbana Consorciada (OUC) e da venda de CEPACs, utilizados em ambas

20 Grupo multidisciplinar inter-secretarial, incluindo a SMGL e a SMURB (Secretaria Municipal de Urbanismo).

21 Posteriormente mudou-se o nome para InvestePOA (Empresa de Gestão de Ativos do Município).

as cidades (e.g.: Operação Urbana Faria Lima, SP; Operação Urbana Água Branca, SP; Operação Urbana Porto Maravilha, RJ)²². O instrumento de Projeto Consorciado, criado em 2001, pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) com o nome de Operações Urbanas Consorciadas, sinalizou a possibilidade de elaboração de uma lei diferenciada - uma lei própria - para o desenvolvimento de áreas específicas da cidade. Representou também, um mecanismo de flexibilização dos regimes urbanísticos contidos nos Planos Diretores, com a modificação de índices e características de parcelamento, o uso e a ocupação do solo, e a alteração de normas de edificação (MONTANDON e SOUZA, 2007). O 2º PDDUA, de 1999, já admitia esta possibilidade, através dos Projetos Especiais - Empreendimento de Impacto Urbano de Segundo Nível (Art.62, Capítulo V) (PMPA, 2000, p.51). Na sua revisão, de 2010 (L.C. nº 646, de 22 de julho), a área do 4º Distrito aparece nominada para um Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º grau - OUC -, como espaço de revitalização urbana com reconversão econômica²³.

A OUC ainda possibilita de emissão de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção) “[...] como maneira de antecipar a contrapartida oriunda do benefício concedido e a vinculação dos recursos obtidos ao programa de obras da operação urbana.” (MONTANDON e SOUZA, 2007, p.78). Bienenstein, Sousa e Bienenstein (2018, p.4), definem os CEPACs como:

[...] títulos mobiliários, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que podem ser negociados no mercado. Correspondem à contrapartida dos proprietários, usuários permanentes ou investidores adquirentes do potencial adicional de construção. O título desvincula a posse do terreno do potencial construtivo, ou seja, do direito adicional de construir já que qualquer um pode comprar o título, independentemente de ter ou não um lote, “gerando um novo tipo de especulação imobiliária financeirizada”.

22 Montandon e Souza definem a OUC como “[...] instrumento de transformação estrutural de uma porção da cidade, promovida basicamente por meio da parceria entre o poder público e o investimento privado (2007, p.78).

23 “Subseção IV - Das Áreas de Revitalização. Art.83, inciso V - **4º Distrito** - compreende parte dos Bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes e Humaitá, destacado nas estratégias do PDDUA de estruturação urbana, qualificação ambiental, promoção econômica e produção da Cidade como espaço de **revitalização urbana com reconversão econômica**; [...]” (PMPA, 2011b, p.83) (grifo nosso). “Art. 153. Em prazo exequível, o Executivo Municipal apresentar. Projeto Especial de Impacto Urbano de 3º Grau - **Operação Urbana Consorciada - para a revitalização do 4º Distrito**, visando à obtenção de recursos.” (PMPA, 2011b, p.151) (grifo nosso).

Vários autores (VAINER, 2000b; OLIVEIRA, 2016; BIENENSTEIN; SOUSA; BIENENSTEIN, 2018; MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019), veem com ceticismo a utilização destes instrumentos - quando usados sobretudo como forma de captação de recursos através de parcerias público-privadas -, uma vez que os mesmos podem ocasionar a desregulamentação do uso e ocupação do solo, induzindo à um processo de gentrificação generalizada (WAGNER, 2017) com a perda do controle da gestão do território pelo Estado, apontando, assim, para um processo de privatização da cidade:

Em outras palavras, este instrumento está alinhado ao avanço do ideário neoliberal, que promoveu o desmonte do Estado, trazendo constrangimentos financeiros às cidades, reforçando a flexibilização das legislações urbanas e passando a compreender a gestão da cidade nos moldes empresariais (BIENENSTEIN; SOUSA; BIENENSTEIN, 2018, p.3).

Tendo como objetivo a utilização destes instrumentos para o desenvolvimento do 4º Distrito, a PMPA instituiu: a) o InvestePOA (Empresa de Gestão de Ativos do Município), “tendo em vista a venda de CEPACs²⁴ para a região e a possibilidade da emissão de debentures da dívida pública na bolsa de valores [...]” (OLIVEIRA, 2016, p.91); b) um projeto de lei de incentivo fiscal e isenção de impostos para empresas de base tecnológica, inovadoras e de economia criativa que venham se instalar na região; e c) a elaboração de um Projeto Consorciado para o 4º Distrito - uma Operação Urbana Consorciada para a Revitalização Urbana e Reconversão Econômica da região.

A referência à proposição de um Projeto Consorciado para o 4º Distrito, através de um Masterplan, se faz também presente na terceira alteração do Plano Plurianual do Município de Porto Alegre, quadriênio 2014-2017 (incluindo alterações até o dia 31 de dezembro de 2015), junto ao Programa - Desenvolvimento com Inovação: “Ação: 2389 - Plano de Desenvolvimento Estratégico do 4º Distrito. Descrição: Elaborar planos, programas e ações com vistas ao detalhamento e à implantação do **Masterplan do 4º Distrito** e ao desenvolvimento estratégico dele para os próximos 20 anos.” (PMPA, 2015b, p.58) (grifo nosso).

24 “Embora a venda de CEPACs pareça ser a fórmula para o sucesso de uma OUC, experiências como a do Porto Maravilha no Rio de Janeiro demonstram que o setor privado não tem o interesse necessário para deslanchar uma operação deste porte. Neste caso, todos os CEPACs foram comprados pela Caixa Econômica Federal, ou seja, pelo setor público.” (OLIVEIRA, 2016, p.91).

3.2 Masterplan do 4º Distrito: 2016

Os primeiros estudos para a elaboração de um masterplan para o 4º Distrito, foram inicialmente produzidos pelo GT Executivo do 4º Distrito, durante o segundo semestre de 2015²⁵, e apresentados à Câmara dos Vereadores em 18 de dezembro de 2015, durante o 1º Seminário para o Desenvolvimento do 4º Distrito. Segundo um representante do setor público entrevistado, esta primeira apresentação de um ‘Plano Base’, junto à Câmara dos Vereadores, buscava o aval político para a elaboração de um plano diretor específico para a área: a Operação Urbana Consorciada **4º Distrito**. Nas palavras do vice-prefeito, Sebastião Melo, “queremos ter um plano diretor que possa inspirar outros bairros. Pensamos em fazer uma dosagem do uso do solo urbano para atrair investimentos do setor privado em infraestrutura.” (PMPA, 2016a, p.18).

Após o aval político estabelecido - e referendando o anunciado pelo vice-prefeito -, agora era necessário atrair os investidores do setor privado, promovendo a área como um potencial para investimentos lucrativos. Segundo os próprios estudos realizados pela prefeitura (GT Estratégico e GT Executivo do 4º Distrito), o próximo passo seria a contratação de uma consultoria responsável tanto pela definição de um plano urbanístico específico para a área, como por um estudo de potencial construtivo, visando a prospecção de parcerias público-privadas e a atração de investimentos nacionais e internacionais. Tendo como discurso uma ação resiliente, o slogan era transformar o 4º Distrito no lugar mais inovador da América Latina²⁶. Segundo Marx, Araújo e Souza “esta estratégia liga-se ao que Vainer (2002) chama de marketing urbano: a cidade como uma mercadoria a ser exposta de forma a atrair os investidores, principalmente os internacionais - o que está ligado à ideia da transferência de modelos.” (2019, p.7).

Em 31 de março de 2016, foi assinado o “Contrato de prestação de serviços que entre si celebram o Município de Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com interveniência da Fundação Empresa-escola de Engenharia da UFRGS (FEENG), visando o **Desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado à Reconversão Econômica de Região**.” (PMPA, 2016b, p1). Segundo as cláusulas primeira e segunda do Contrato de Prestação de

25 Em outubro de 2015, Josep Piqué, vice-presidente da Associação Internacional de Parques Científicos e Tecnológicos (Iasp) e Secretário de Crescimento Econômico e Inovação de Barcelona, visitou Porto Alegre e avaliou os estudos elaborados pelo GT Executivo do 4º Distrito (PMPA, 2016a, p.6).

26 Slogan que faz parte do folder promocional do Masterplan. <www.4distrito.portoalegre.rs.gov.br> Acesso em: 9 ago. 2018.

Serviços (Ibid, p.2-5), o objeto da contratação - o Desenvolvimento do Masterplan - abrangia a elaboração de 6 produtos: i) Masterplan; ii) Simulação do Potencial Construtivo; iii) Estrutura de Mobilidade; iv) Caracterização, Adaptação e Complementação de Redes de Infraestrutura; v) Redação da Minuta de Lei Complementar Municipal; e vi) Transferência de Tecnologia / Capacitação.

A quarta cláusula, responsável pela vigência do contrato, especificava um prazo de vigência do mesmo de 6 (seis) meses, porém, o prazo para a entrega final da prestação dos serviços, bem como dos seis produtos detalhados acima, seria de apenas 4 (quatro) meses, “[...] contando a partir da assinatura do presente instrumento [...]” (Ibid., p.6). Sendo 2016 um ano eleitoral, é possível conjecturar que a pressa na entrega desse grupo de produtos - de tamanha complexidade -, em exíguos 4 meses de trabalho, deva-se, entre outras coisas, ao desejo do governo municipal de usar o mesmo como uma promessa de campanha, uma vez que o vice-prefeito, Sebastião Melo (gestão 2013-2016), buscava sua eleição para prefeito no pleito de outubro. Entretanto, devido ao não pagamento em dia da parcela inicial de entrada, e razões vinculadas à viabilidade do masterplan, o contrato e prazo de vigência foram prorrogados - através de um Termo Aditivo de Contrato (PMPA, 2016c, p.3) - por um período de mais 3 (três) meses, com término em 29 de dezembro de 2016 (Ibid., p.6).

O Termo Aditivo, de 30 de setembro de 2016, também redefinia um novo perímetro para inclusão de produtos a serem entregues no masterplan, incluindo um Polígono de Adesão Experimental - referido também como Setor Experimental (Figura 10.) - onde quadras²⁷ do Setor Oeste do 4º Distrito estariam sujeitas a uma regulamentação urbanística diferenciada, a ser incluída na Minuta de Lei Complementar Municipal.

Entregue ao prefeito José Fortunati, no dia 21 de dezembro de 2016, o **“Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica”** (MASTERPLAN-4D) delimitou a sua ação sobre o território do 4º Distrito à uma área total de 581.3ha, referida como ‘Polígono de Adesão’. Esta área compreendia a totalidade dos bairros Navegantes, São Geraldo, Floresta, e parte dos bairros Marcílio Dias e Humaitá, tendo como seu limite norte o traçado da nova ponte sobre o Guaíba e a Rua Dona Teodora (Figuras 11.):

27 Estas quadras, também referidas no MASTERPLAN-4D como “Quadras Rápidas”, eram vistas, e desejadas, pelos investidores do setor imobiliário, como áreas de grande potencial construtivo, devido às generosas dimensões dos terrenos ali localizados e ao reduzido número de proprietários envolvidos.

A Operação Urbana Consorciada 4º Distrito²⁸ envolve modificações na região delimitada por um polígono de adesão de 581.3ha onde hoje residem 28 mil porto-alegrenses e trabalham 85 mil pessoas. Um dos objetivos da OUC 4D é aumentar a população residente para 120.000 habitantes e promover uma infraestrutura de grandes equipamentos, espaços públicos de qualidade e habitações de interesse social (NTU-UFRGS, 2017, p.10).

No interior do Polígono de Adesão, com uma área de 341.9ha - tendo a Av. Farrapos como seu divisor leste - localizou-se o já referido Setor Experimental, com grandes possibilidades de adensamento e potencial de renovação (NTU-UFRGS, 2016, p.28), devido às generosas dimensões dos terrenos ali localizados:

O Polígono de Adesão contém uma região de 341.9ha nomeada Setor Experimental, região degradada, **pouco ocupada e com potencial de rápida transformação**. No Setor Experimental a OUC 4D prevê que a população residente, hoje de 9.664 habitantes, atinja 60.000 pessoas (NTU-UFRGS, 2017, p.10) (grifo nosso).

Segundo Clarice de Oliveira (2016), o discurso propagado por parte dos envolvidos no projeto, e reforçado pela mídia local, de que a região do 4º Distrito seria uma região pouco ocupada e um lugar sem vida, seria mais uma tentativa de legitimar um processo velado de gentrificação generalizada. Uma estratégia articulada entre os poderes público e privado para a financeirização do seu potencial construtivo. Segundo análise realizada pela autora²⁹, este argumento não se sustenta:

Sobre a disseminação da ideia de revitalização para legitimar

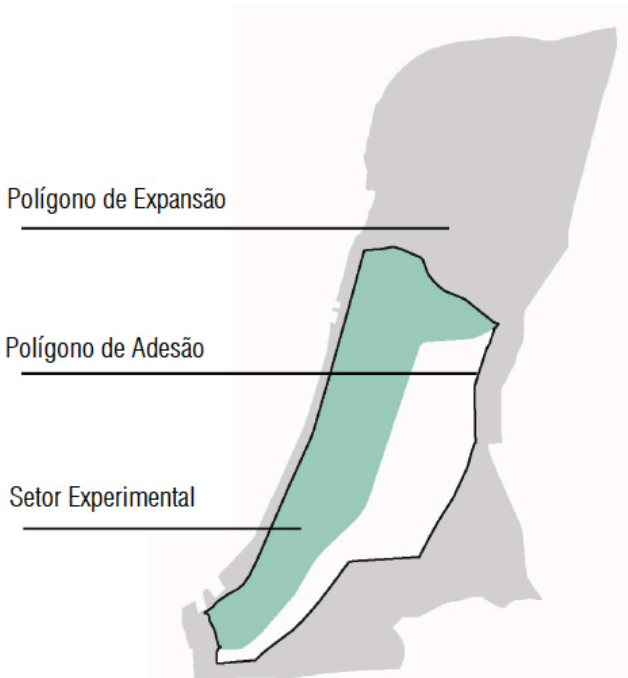
28 A despeito de não ter se concretizado institucionalmente - uma vez que a sua Minuta de Lei Complementar ainda não foi aprovada como lei municipal -, o MASTERPLAN-4D se caracteriza como uma Operação Urbana Consorciada, segundo declara o Coordenador do projeto: “Coordenador do projeto Masterplan de Revitalização Urbana e Reconversão Econômica do 4º Distrito, o arquiteto e doutor em Urbanismo Benamy Turkienicz afirma que o plano é o que se chama de operação urbana consorciada, no qual um consórcio de proprietários se une a investimentos privados, com a intermediação por parte do poder público, em uma espécie de Parceria Público-Privada (PPP).” (Fonte: Jornal Zero Hora. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2016/12/revitalizacao-do-4-distrito-preve-desapropriacoes-em-cinco-bairros-8843370.html>> Acesso em 27 set. 2017).

29 A esse respeito ver: OLIVEIRA, Clarice M. de. Cidades artificiais: um estudo exploratório do projeto urbano Porto Alegre 4D. In: **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v.3, n.1, p.77-99, jun. 2016.

o projeto Porto Alegre 4D, vale ressaltar essa não é uma região vazia e sem vida. [...]. [...], sim, a área tem uma ocupação mais rarefeita e apresenta alguma parcela de lotes desocupados, mas não configura um vazio urbano (OLIVEIRA, 2016, p.87).

Devido precisamente a esta percepção, de uma área “[...] pouco ocupada e com potencial de rápida transformação.” (NTU-UFRGS, 2017, p.10), as estratégias propostas pelo MASTERPLAN-4D se concentraram nos quarteirões do cobijado Setor Experimental, através de cinco Projetos de Intervenção Urbana (PIU)³⁰ - dispostos sobre a extensão de quatro segmentos (clusters). Estes clusters estariam interligados por uma via estruturadora - disposta no sentido norte-sul -, referida como ‘Via da Inovação’, e organizados seguindo as funções de: Interatividade; Arte e Ciência; Tecnologia e Indústria; e Saúde e Bem Estar.

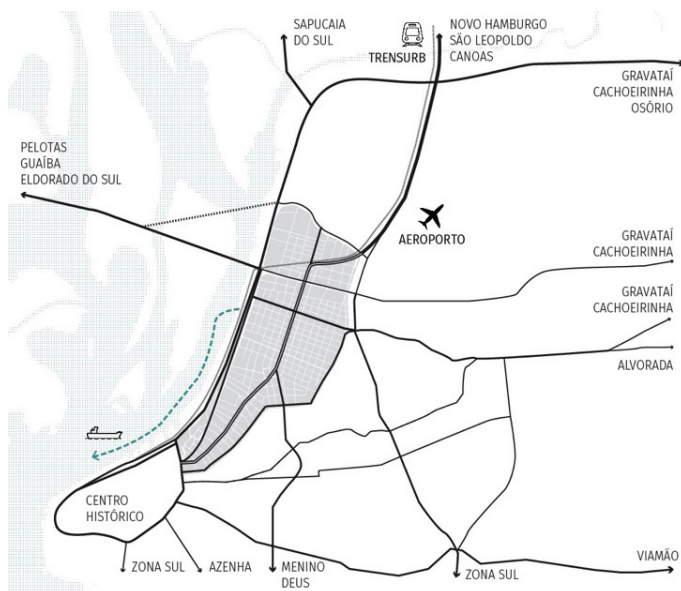
Figura 10 - Demarcação das áreas nomeadas “Polígono de Expansão”, “Polígono de Adesão”, e “Setor Experimental”, determinadas pelo plano MASTERPLAN-4D de 2016



Fonte: (NTU-UFRGS, 2017, p.10).

30 Dentre os cinco PIU, encontram-se: Centro Comercial Estação Farrapos; Terminal Intermodal Cairú; Parque Linear Elevado; Praça das Artes; e Centro Administrativo Municipal.

Figura 11 - Localização da área denominada “Polígono de Adesão”, determinada pelo plano MASTERPLAN-4D de 2016



Fonte: (NTU-UFRGS, 2017, p.5).

Parte da estratégia para a implementação dos PIU refere-se às chamadas ‘Quadras Rápidas’. Estas quadras, consideradas rápidas por permitirem um processo acelerado de transformação, seriam “[...] quadras, ou até mesmo conjunto de quadras, que por pertencer a um mesmo proprietário ou por apresentar edificações sem uso de grande porte, teriam um alto potencial de transformação no curto prazo.” (OLIVEIRA, 2016, p.92). Outra estratégia prevista no plano, foi a elaboração do modelo de Transferência do Potencial Construtivo (TPC), funcionando em conjunto com a construção de Consórcios de Quadras. Este conceito de Quadras Consorciadas se refere, sobretudo, às quadras rápidas, uma vez que seriam estas áreas os “[...] motores na transformação do bairro.” (NTU-UFRGS, 2017, p.10), e o principal objeto de desejo do setor imobiliário devido ao seu rápido potencial de transformação. Este modelo de Transferência do Potencial Construtivo, associado ao conceito de Quadras Consorciadas, constitui-se em um componente importante nas negociações entre o setor imobiliário e o setor público, que passa a ver o 4º Distrito - sobretudo seu Setor Experimental - como um grande ativo a sua disposição ou, como mencionado pelo secretário municipal da fazenda, Jorge Tonetto, em 2015: “Esse estoque de índices pode ser considerado o pré-sal de uma cidade.” (VIGNA, 2015, p.1).

Para demonstrar seu potencial de renovação construtivo, o plano do

MASTERPLAN-4D, disponibilizado nos sites da PMPA (NTU-UFRGS, 2016) e do SINDUSCON-RS (NTU-UFRGS, 2017), apresentou simulações das modelagens possíveis para algumas das quadras selecionadas. Além das modelagens, foram organizadas oficinas com os proprietários de grandes terrenos no 4º Distrito³¹, com o objetivo de apresentar e discutir este modelo:

Durante a elaboração do projeto, foram realizadas apresentações, workshops e debates envolvendo os modelos e conceitos propostos. [...]. Oficinas com proprietários de grandes terrenos no 4D foram realizadas com o intuito de testar o modelo de Transferência do Potencial Construtivo (TPC) e constituição de consórcios de quadras. As recomendações originadas nestes encontros foram total ou parcialmente incorporadas na versão final do Masterplan (NTU-UFRGS, 2017, p.14).

Assim, corroborando com a visão de outros autores (OLIVEIRA, 2016; MARX; ARAÚJO; SOUZA, 2019), é possível argumentar que o plano governamental Masterplan do 4º Distrito de Porto Alegre: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica (MASTERPLAN-4D), de 2016, representa, principalmente, um projeto para o mercado imobiliário. Um plano desenvolvido às pressas (visando, entre outras coisas, as eleições de outubro de 2016); baseado na flexibilização do regime urbanístico da região (através do instrumento da Operação Urbana Consorciada), e tendo, como principal objetivo, criar atrativos para a indústria da construção civil em troca da venda de potenciais construtivos.

O quadro a seguir (Quadro 1.) apresenta um resumo da sistematização proposta, indicando os eventos e as características específicas de cada período representativo.

31 Verdadeiros “latifúndios urbanos”, como se refere um dos entrevistados: “O jogo de interesses é muito grande. Existem latifúndios enormes aqui. Proprietários que estão a muitos anos amornando suas terras para se valorizarem; para que grandes empreendimentos venham, e resolvam a sua vida. Sem se importarem de que forma isso vai escoar para o território.” (Entrevista com empresário local).

Quadro 1 - Períodos representativos dos planos e ações governamentais para a reestruturação urbana do 4º Distrito de Porto Alegre durante as últimas três décadas (1991 - 2021)

Período	Ano	Evento	Características do Período
Tecnológico	1995-2004	Projeto Porto Alegre Tecnópolis	• Ênfase na questão tecnopolitana e na criação de polos tecnológicos; • Redirecionamento deste potencial para a revitalização urbana e reconversão econômica do território; • A identificação do 4º Distrito como um polo de competências eletroeletrônico; • Fomento à pequena e média empresa; • Formulação de programas de apoio às micros, pequenas e médias empresas e cooperativas.
	1998	Projeto Integrado TEC do 4º Distrito	
	2002-2004	Parque Tecnológico Urbano do 4º Distrito	
Copa do Mundo	2006	Criado o Grupo de Trabalho do 4º Distrito	• Visava viabilizar obras de infraestrutura e mobilidade urbana tendo como horizonte a Copa do Mundo de 2014; • Falta de uma estratégia clara de reconversão econômica para a área; • Fomento à grande empresa; • Formulação de programas de parceria público-privada, como o principal eixo de intervenção e negociação do governo.
	2007	Formalização do Brasil como sede da Copa de 2014	
	2009	Plano de Revitalização do 4º Distrito	
Consortiado	2013-2016	Projeto Desafio Porto Alegre Resiliente	• Reestruturação das secretarias municipais; • Elaboração do Plano Estratégico de Resiliência de Porto Alegre, tendo a reconversão do 4º Distrito como prioridade; • Fomento à atração de investimentos privados e a criação de uma empresa de gestão de ativos do município; • Utilização do instrumento Operação Urbana Consorciada para a flexibilização do regime urbanístico e venda de potencial adicional de construção.
	2016	Masterplan do 4º Distrito	

Fonte: Quadro desenvolvido pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação permitiu, através de coleta e análise, o resgate e a caracterização dos planos e projetos governamentais de reestruturação urbana propostos para a área do 4º Distrito de Porto Alegre. Através desta classificação, foi possível organizar as propostas identificadas em 3 diferentes períodos, representativos tanto de posições político-ideológicas, como das dinâmicas econômicas e espaciais que preconizavam. O primeiro período, Tecnológico - de 1995 a 2004 -, se caracterizava pela ênfase na questão da modernização produtiva e da inovação tecnológica como ferramenta para a revitalização urbana e reconversão econômica da região, através do fomento a pequenas e médias empresas do setor eletroeletrônico localizadas nos bairros São Geraldo, Navegantes e Floresta. Nesta ocasião, o 4º Distrito foi identificado como uma área de grande potencial para a implantação de uma tecnópole através de um parque tecnológico urbano.

O segundo período, Copa do Mundo - entre 2006 e 2009 -, não apresentava uma clara estratégia de reconversão econômica para a região, prospectando apenas oportunidades de financiamento, através de recursos do governo federal e fundos internacionais, para obras de infraestrutura e mobilidade urbana, tendo como horizonte a realização da Copa do Mundo de 2014. Caracterizou-se pelos efeitos do neoliberalismo nas políticas públicas, através de ações voltadas, preferencialmente, ao apoio às grandes empresas e a formulação de programas de parceria público-privada como o principal eixo de intervenção e negociação do município.

Já o terceiro período, Consorciado - de 2013 a 2016 -, é marcado por intensificar a participação privada no aporte de capitais para o financiamento das políticas públicas, através da criação de fundos de investimentos e da venda de potencial adicional de construção como principais estratégias para a revitalização urbana e reconversão econômica da região, porém, com um maior poder de flexibilização dos regimes fiscais e urbanísticos propiciado pelo instrumento da Operação Urbana Consorciada. Mesmo sendo um instrumento - instituído pelo Estatuto da Cidade - que tem como objetivo a busca pela justiça social e a viabilização do direito de todos à cidade formal, outros exemplos de OUCs (e.g.: Operação Urbana Faria Lima, SP; Operação Urbana Água Branca, SP; Operação Urbana Porto Maravilha, RJ; Operação Urbana Rio das Pedras, RJ) já demonstraram sua ineficácia como instrumento legal na justa distribuição dos ônus e bônus das transformações urbanas (FIX, 2000).

Outra constatação da pesquisa, referente aos diferentes períodos representativos destas ações, está na falta de continuidade das suas políticas, planos e projetos. A velha prática da descontinuidade emerge a

cada troca de gestão que represente um novo partido político à frente do governo municipal. Projetos são interrompidos, planos são abandonados, conhecimentos e informações são esquecidos. Constantes reformulações junto às secretarias e departamentos - com a troca de nomes e o desmonte do conhecimento técnico e 'saber consagrado' das equipes - faz com que "novos" projetos sejam reinventados a partir da estaca zero, sem nenhuma referência ou articulação com a história e o conhecimento adquirido através de planos e propostas passadas. Assim, a população perde; o 4º Distrito perde; e a cidade perde.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, Maria Tereza Fortini (Org.). *Revitalização urbana no 4º Distrito em Porto Alegre: Consolidação dos conteúdos que referenciam a formulação de um Projeto Ambiental*. Porto Alegre, nov. 2001.
- BIENENSTEIN, Glauco; SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de; BIENENSTEIN, Regina. Urbanização de Rio das Pedras: por que uma Operação Urbana Consorciada? *Seminário de Pesquisa*, PPGAU, UFF, 2018. Disponível em: <http://nephu.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/457/2019/07/Artigo-PPGAU-OUC-Rio-das-Pedras_Glauco_Final_18_11-1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.
- BRASIL. *Estatuto da Cidade*. Dispositivos Constitucionais, Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, Vetos Presidenciais, Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979, Lei no 8.245, de 18 de outubro de 1991, Decreto no 5.790/2006, Índice Temático. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- CRUZ, Milton. *O impacto da Participação Social no processo de elaboração da Política de Planejamento Urbano de Porto Alegre: Uma análise comparativa entre o processo de formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - 1º PDDU (1979) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - PDDUA (1999)*. Porto Alegre, 2006, 192f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- DAMASIO, Cláudia Pilla. Uma proposta de simplificação, flexibilização, negociação e participação popular. *PMPA-SPM*, Porto Alegre, [20--]. Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm2/5.htm>> Acesso em: 6 ago. 2017.
- DEFESA. Airbus vai se instalar em Porto Alegre. Grupo Edefa S.A., 26 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.defensa.com/edio-brasil/airbus-vai-instalar-em-porto-alegre>> Acesso em: 3 de set. 2015.

- DESAFIO PORTO ALEGRE RESILIENTE. 100 Resilient Cities. Porto Alegre, 2016.
- FIX, Mariana. A fórmula mágica da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. *Cadernos de Urbanismo*, nº 3. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000.
- HAUSER, Ghissia. *Alternativa Ambiental para um Parque Tecnológico na Região Metropolitana de Porto Alegre: A Redescoberta de Navegantes*. Trabalho de conclusão do
- Curso de Pós-graduação em Formação Ambiental da Facultad Latinoamericana de Ciencias Ambientales (FLACAM), La Plata, Argentina, 1995.
- HAUSER, Ghissia (Coord.). *Parque tecnológico urbano do 4º distrito*. Porto Alegre: Nova Prova, 2004a.
- _____. Parque Tecnológico Urbano do IV Distrito de Porto Alegre. In: HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora Carneiro (Orgs.). *Parques tecnológicos: um debate em aberto*. Porto Alegre: Nova Prova, p.81-82, 2004b.
- HAUSER, Ghissia; MORAES, José L.V.; RECH, César. Estruturação do circuito de tecnologia da região de potencial tecnológico de Navegantes. In: VII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, 1997, Salvador. *Anais...*, p.22-27, Brasília: 1997.
- HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora; LOPES, Rodrigo. O programa Porto Alegre Tecnólope e o desenvolvimento tecnológico regional. In: HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora Carneiro (Orgs.). *Parques tecnológicos: um debate em aberto*. Porto Alegre: Nova Prova, p.43-54, 2004.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Implantação de cluster da saúde avança no Rio Grande do Sul: Iniciativa segue modelo alemão com a participação de diversos setores. Porto Alegre, 12 de agosto 2015. Disponível em: <<http://jcrs.2cloud.com.br/site/noticia.php?codn=204815>> Acesso em: 20 nov. 2016.
- MARX, Vanessa; ARAÚJO, Gabrielle de; SOUZA, Vitoria Gonzatti de. Estratégia global-local e reflexos no 4º Distrito de Porto Alegre. In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal. *Anais...*, p.1-22, 2019.
- MONTANDON, Daniel Todtmann; SOUZA, Felipe Francisco de. *Land Readjustment e Operações Urbanas Consorciadas*. São Paulo: Romano Guerra, 2007.
- NTU-UFRGS (Núcleo de Tecnologia Urbana - Universidade Federal do Rio Grande do Sul). *Masterplan - 4º Distrito: Revitalização Urbana e Reconversão Econômica*. Porto Alegre, p.1-79, 21 dez. 2016. Disponível em: <http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/sites/default/files/Masterplan_

4Distrito.pdf> Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. *Masterplan 4D - Operação Urbana Consorciada para Revitalização Econômica do 4º Distrito de Porto Alegre*. Porto Alegre, p.1-14, 2017. Disponível em: <http://sindusconrs.com.br/premium2017/assets/.../PREMIO_SINDUSCON_NTU.pdf> Acesso em: 22 nov. 2017.

OLIVEIRA, Clarice M. de. Cidades artificiais: um estudo exploratório do projeto urbano *Porto Alegre 4D*. In: *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, v.3, n.1, p.77-99, jun. 2016.

PIQUÊ, Jorge. Prefácio. In: BEM, Judite Sanson de; BORGES, Maria de Lourdes; ARAUJO, Margarete Panerai; WAISMANN, Moisés (Orgs.). *Porto Alegre: o despertar do 4º distrito*. Canoas, RS: Unilasalle, p.7-13, 2017.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). *Plano plurianual 1994-1997, Lei N° 7.290*. Porto Alegre, 1993.

_____. *Plano plurianual 1998-2001, Lei N° 8.022*. Porto Alegre, 1997.

_____. *Projetos Integrados TEC 4: Projeto de modernização produtiva e inovação tecnológica no 4º Distrito - “Desafios para a construção de um habitat de inovação”*. Porto Alegre, dez. 1998.

_____. *Qualificação do espaço público*. GT 4º Distrito, [200-]. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=150>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental*. Secretaria do Planejamento Municipal. PDDUA. Lei Complementar 434/99. Porto Alegre: Corag, 2000.

_____. *Plano plurianual 2002-2005, Lei N° 8.748*. Porto Alegre, 2001.

_____. *Plano plurianual 2006-2009 - Retificativa, Lei N° 9.814*. Porto Alegre, 2005.

_____. *Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Projetos estratégicos*. Secretaria do Planejamento Municipal, 2009a. Disponível em: < http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/projetos_estrategicos_parte_1.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.

_____. *Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Área 2- Limites e potencialidades*. Secretaria do Planejamento Municipal, 2009b. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/parte_3_-area_2.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.

_____. *Programa Porto do Futuro. Ação: Revitalização do 4º Distrito. Área 3- Limites e potencialidades*. Secretaria do Planejamento Municipal, 2009c.

Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/spm/usu_doc/projetos_globais.pdf> Acesso em: 8 mar. 2013.

_____. *Relatório de Atividades de 2010*. Gabinete do Prefeito. Porto Alegre, 2011a.

_____. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental - Revisão 2010*. Secretaria do Planejamento Municipal. PDDUA. Lei Complementar 646/10. Porto Alegre, 2011b.

_____. *Orçamento Participativo de Porto Alegre: 25 Anos*. Porto Alegre, 2015a.

_____. *Plano plurianual 2014-2017 - 3ª Alteração*, Lei Nº 11.939 e 11.983. Porto Alegre, 2015b.

_____. *Relatório GT Estratégico 4D*. Coordenação: Secretário Jorge Tonetto, 2016a. Disponível em: <<http://4distrito.portoalegre.rs.gov.br/sites/default/files/Relatorio-GT-ESTRATEGICO-4D.pptx>> Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. *Contrato de prestação de serviços visando o desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado à Reconversão Econômica da Região*. Secretaria Municipal de Urbanismo, 2016b. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_614611662316.pdf> Acesso em: 16 ago. 2019.

_____. *Termo aditivo ao contrato de prestação de serviços para desenvolvimento do Master Plan de Revitalização Urbana para o 4º Distrito de Porto Alegre vinculado à Reconversão Econômica da Região*. Secretaria Municipal de Urbanismo, 2016c. Disponível em: <https://cnc.procempa.com.br/cnc/PublicTempStorage/contrato_2016_629187205539.pdf> Acesso em: 16 ago. 2019.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, p.75-103, 2000b.

VIGNA, Rafael. Revitalização do 4º Distrito está mais próxima: Um dos primeiros passos, segundo a prefeitura de Porto Alegre, será criar uma empresa para a gestão de ativos. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 6 de julho de 2015. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=201446>> Acesso em: 3 dez. 2015.

WAGNER, Cesar. A nova construção de um fenômeno global: O processo da gentrificação generalizada no contexto atual das políticas públicas urbanas. In: XII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 2017, Porto Alegre. *Anais...*, p. 8498-

8509, Porto Alegre: 2017.

Submetido em 30/11/2021

Aceito em 30/06/2022

OCUPAÇÕES NO MOINHOS DE VENTO: HISTÓRIAS DE UM BAIRRO DE PORTO ALEGRE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

MOINHOS DE VENTOS'S OCCUPATIONS: STORIES OF A PORTO ALEGRE NEIGHBORHOOD IN THE FIRST 20TH CENTURY

Ana Helena Dreissig¹

RESUMO

O Bairro Moinhos de Vento está localizado próximo à zona central da cidade de Porto Alegre, por onde se deu o primeiro ponto de ocupação territorial desta cidade, que hoje configura uma metrópole. O antigo chapadão, que fica no coração do bairro, por muitos anos acomodou as dependências do Prado Independência, instalado ali até meados do século XX, onde hoje se localiza o Parque Moinhos de Vento. Neste trabalho são analisados os equipamentos urbanos que o bairro recebeu, especificamente entre os anos 1900 e 1950, buscando entender quais seriam as outras ocupações que o bairro recebia paralelamente ao hipódromo, bem como compreender o perfil socioeconômico das famílias que escolheram o Moinhos de Vento para habitar e as razões que levaram estas classes a se interessar pelo local. A prática do turfe foi, sem dúvida o maior chamariz de pessoas para o bairro durante as décadas estudadas, além dos moradores que na época se dividiam em descendentes dos açorianos, colonos alemães e fazendeiros descendentes da elite portuguesa, as novas classes médias oriundas da fase de industrialização e também as classes mais baixas se tornaram público para as corridas de cavalo. Embora frequentado por uma maior diversidade de classes em meados do século XX, o bairro ainda era visto como o berço da aristocracia porto-alegrense. Durante o período estudado o bairro recebeu melhorias provenientes das necessidades que vieram com a verticalização acentuada, ocasionando a gentrificação desta área e ainda a saída dos maiores equipamentos urbanos que a mesma já recebeu. O Moinhos passa a simbolizar a tradição de pioneirismo, onde se estabelece a comercialização do produto ou serviço inédito, e aquele que está ingressando no mercado acaba por se destinar a um público de maior poder aquisitivo. Sem dúvida, o local conta com uma variedade de equipamentos urbanos, construções e perfis de moradores em função de ter recebido vários públicos de culturas distintas durante a primeira metade do século XX. Embora todos estes colonizadores tenham em comum o alto poder aquisitivo, seus costumes, gostos e interesses diferenciados

¹ Arquiteta e Urbanista Graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com experiência nas áreas de Arquitetura de Interiores, Edificações, Design Gráfico e Planejamento Urbano. Especialista em Construção Civil pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) Mestra em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

trouxeram ao bairro a diversidade urbana que este traz consigo até os dias atuais.

Palavras-chave: História da cidade. História de Porto Alegre. Moinhos de Vento. Evolução Urbana. Urbanização.

ABSTRACT

The Moinhos de Vento neighborhood is located near the central area in the city of Porto Alegre, where the first territorial occupation of this city occurred, which today constitutes a metropolis. The old meadow, which is in the heart of the neighborhood, for many years accommodated the facilities of Prado Independência, installed there until the middle of the twentieth century, where today is located the Moinhos de Vento Park. This paper analyzes the urban facilities that the neighborhood received, specifically between the years 1900 and 1950, trying to understand what other occupations the neighborhood would receive alongside the hippodrome, as well as to understand the socioeconomic profile of the families that chose Moinhos de Vento for dwelling and the reasons that led these classes to be interested in the place. The practice of turf was undoubtedly the biggest attraction of people to the neighborhood during the decades studied, besides the residents who at that time were divided by descendants of the Azorean, German settlers and farmers descended from the Portuguese elite, the new middle classes coming from the phase of industrialization as well as the lower classes became able to bet for horse racing. Although frequented by a greater diversity of classes in the mid-twentieth century, the neighborhood was still seen as the main spot of the Porto Alegre aristocracy. During the period studied the neighborhood received improvements from the needs that came with the vertical construction, causing the gentrification of this area and the departure of the largest urban equipment that the zone has ever received. The Moinhos de Vento symbolizes the tradition of pioneering, where is established the commercialization of the unprecedented products or service, and the one that is entering the market ends up destined to a public of greater purchasing power. Undoubtedly, the place has a variety of urban amenities, buildings and profiles of residents because it received various audiences of different cultures during the first half of the twentieth century. Although all these colonizers have in common the high purchasing power, their different customs, tastes and interests brought to the neighborhood the urban diversity that it brings with it until today.

Keywords: History of the city. Porto Alegre's History. Moinhos de Vento. Urban evolution. Urbanization.

INTRODUÇÃO

O Bairro Moinhos de Vento tem uma história bastante peculiar em relação à história da cidade de Porto Alegre como um todo. Seu mais vasto terreno acomodava o Prado Independência até meados do século XX, onde hoje se localiza o Parque Moinhos de Vento. O primeiro ponto a ser aqui abordado é a existência dos Prados em Porto Alegre na época de seu auge, o qual acontece na virada do século XIX para o XX. Seguindo da análise de quais seriam as outras ocupações que o bairro recebia paralelamente ao hipódromo, buscando também entender o perfil socioeconômico das famí-

lias que escolheram o Moinhos de Vento para morar ao longo das décadas.

A prática do turfe foi a atividade que mais fomentou a vitalidade do Bairro Moinhos de Vento durante a primeira metade do século XX, deixando vago um terreno de valioso espaço, onde posteriormente veio a ser instalado um dos mais eficientes equipamentos urbanos que Porto Alegre possui em sua atualidade: o Parque Moinhos de Vento, mais conhecido como Parcão. Além da hípica, outros equipamentos de grandes dimensões estiveram instalados nas terras do Moinhos durante as primeiras décadas dos anos 1900, entre eles, o que seria o primeiro estádio de futebol da cidade: a baixada do Grêmio, que por ali permaneceu até ser transferida para outra zona durante a década de 1940.

Açorianos, colonos alemães e fazendeiros descendentes da elite portuguesa, foram as populações que se instalaram em maior número, bem como fizeram no bairro as mais expressivas construções, em sua maioria palacetes residenciais unifamiliares onde trabalhavam muitos empregados. Estes grupos sociais tinham em comum o alto poder aquisitivo, e por sua vez, tornaram o bairro visto como um local de elite, chamado por diversos autores de “aristocrático”.

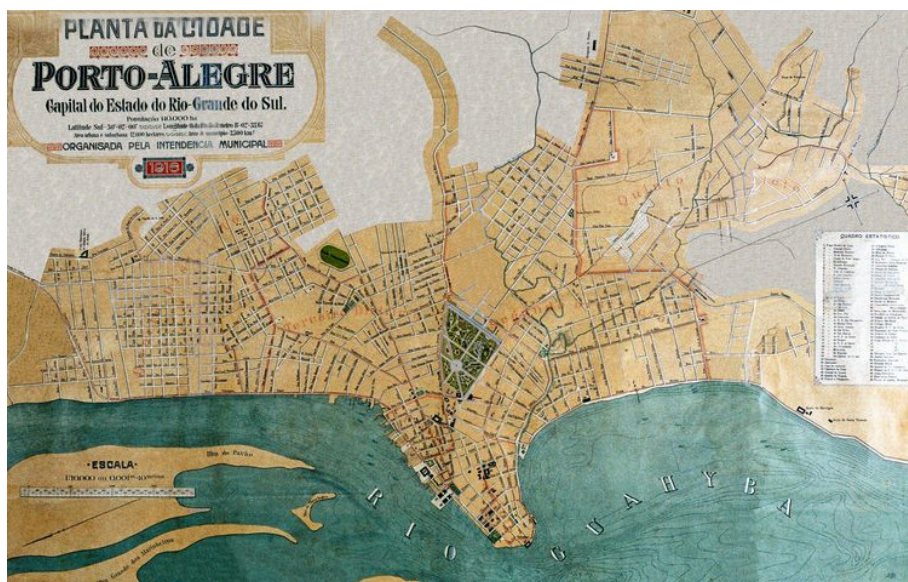
Neste trabalho, apresenta-se a diversidade de ocupações que o Bairro recebeu, bem como a sua evolução urbana e sua inserção como bairro no contexto da cidade, trabalhando em um recorte temporal que compreende as décadas onde possivelmente ocorreu a maior expansão territorial que Porto Alegre teve em toda a sua história. O período envolve a verticalização acentuada que vinha se expandindo desde o centro histórico, as modificações que ocasionaram a gentrificação do local e ainda a saída dos maiores equipamentos urbanos que ali passaram a ser considerados inconvenientes por questões urbanas e sanitárias.

1 EQUIPAMENTOS URBANOS DO BAIRRO MOINHOS NO SÉCULO XX

1.1 O turfe e o futebol

O turfe já estava presente no Rio Grande do Sul como desporto desde os anos 1850, porém, aos finais da década de 1890 é que a prática da hípica atinge seu auge, quando Porto Alegre chega a ter quatro prados em atividade. Durante os anos 1900 e 1910 o Brasil enfrentava uma fase de enfraquecimento da prática do turfe, o que ocasionou o encerramento das atividades dos demais prados, concentrando as ocupações do esporte no único hipódromo remanescente, o Prado Independência – localizado no Bairro Moinhos de Vento.

Figura 1 - Planta Baixa da Cidade de Porto Alegre, 1916.
Primeira planta geral encontrada após o surgimento dos prados
constando apenas um hipódromo, o do Prado Independência.
Colorido posteriormente por edição digital.



Fonte: CD-ROM “Porto Alegre - Um Século em Fotografia”, Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

Os alemães, que já habitavam a região, instalaram ali duas de suas especialidades, as sociedades recreativas e as esportivas. Em 1903, homens de ascendência germânica haviam fundado o Grêmio Football Porto-Alegrense no Centro da cidade. No ano seguinte, eles tomaram um empréstimo no banco alemão e compraram um terreno de aproximadamente três hectares no “Bosque dos Moinhos de Vento”, onde foi construído o primeiro campo do Grêmio (BISSÓN, 2009, p. 25).

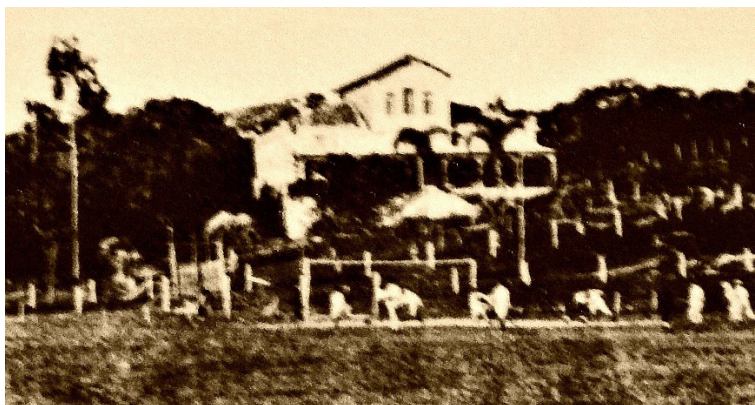
Posteriormente denominado de Estádio da Baixada, havia apenas um pequeno corte para as pessoas assistirem aos jogos. Como o interesse pelo futebol ainda era escasso, a Baixada dos Moinhos de Vento ali permaneceu até o ano de 1954, contribuindo para o crescimento da região. A baixada do Grêmio, também assim chamada, era onde se encontrava a área do “Estádio”, localizada na vizinhança do Prado Velho.

Figura 2 - Construção do Estádio da Baixada do Grêmio, 1904.



Fonte: Blog Grêmio Esportivo Olímpico, matéria sobre a Baixada Alví-Grená, publicado em 22 de Junho de 2010. Acessado pela autora em agosto de 2019.

Figura 3 - Baixada e Clube dos Atiradores, 1904.



Fonte: Blog Grêmio Esportivo Olímpico, matéria sobre a Baixada Alví-Grená, publicado em 22 de Junho de 2010. Acessado pela autora em agosto de 2019.

Já com a sede do clube de futebol como vizinho, em 7 de setembro de 1907 foi fundada a Associação Protetora do Turfe e o terreno localizado no chapadão, que daria origem ao Hipódromo dos Moinhos de Vento, foi comprado de Hemetério Mostardeiro, pelo homem que mais trabalhou em prol do Prado Independência em seus primeiros anos, o Coronel Pedro Antônio Caminha. Assumindo a presidência da Associação Protetora do Turfe num momento de crise dessa atividade, o Coronel Caminha dirigiu a

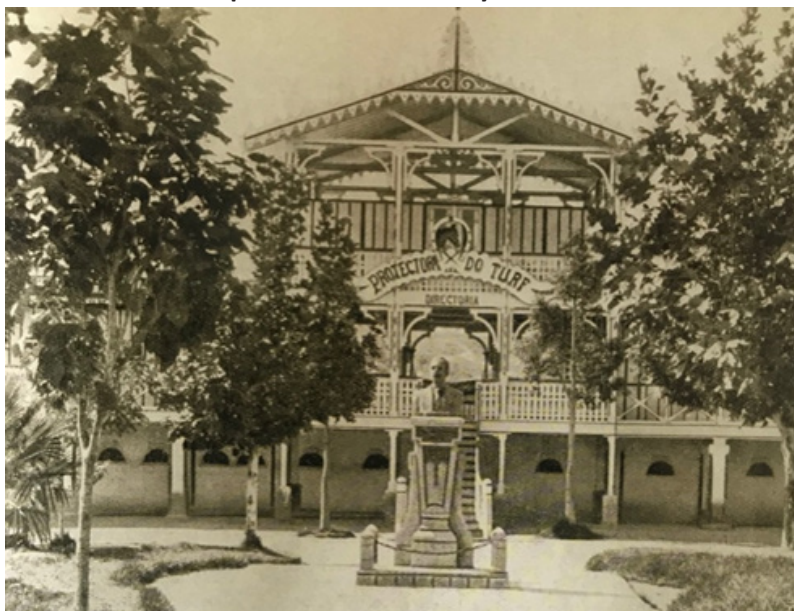
entidade com disciplina e eficiências militares, segundo Bissón (BISSÓN, 2009, p. 22), criando a mais importante e duradoura disputa turfística do estado – o Grande Prêmio Bento Gonçalves - e dando incentivo às exposições de potros. Foi em sua gestão do clube, durante um de seus quatro mandatos consecutivos, que foram instaladas construções de madeira na travessa curvilínea que contorna a face leste do parque – e o comendador criava seus cavalos em um terreno ao lado, com entrada pela Rua 24 de Outubro. Assim se originou a rua que posteriormente foi batizada com o nome Comendador Caminha – posto que o grande gestor da hípica atingira após o de Coronel -, esta travessa era justamente aquela em frente à linha de chegada dos páreos.

Após a morte do Comendador Caminha, no ano de 1914, o turfe assumiu um novo modelo de gerenciamento, trazendo a consolidação definitiva do esporte e o nome da nova gerência: Associação Protetora do Turfe, permaneceu até dezembro de 1944, com a vinda do Jockey Club para o estado. Segundo Villaça (VILLAÇA, 2001, p. 321), o Jockey Club já estava no Brasil desde 1869, quando foi fundado no Rio de Janeiro.

1.2 Novas instalações arquitetônicas

Além das numerosas instalações que o bairro recebia, em sua maioria dentro das tendências higienistas que o urbanismo brasileiro havia absorvido nas primeiras décadas do século XX o requintado bairro recebia outros equipamentos importantes, como os reservatórios do Moinhos de Vento, cuja obra havia iniciado ainda no século anterior, pela Hidráulica Guahybense. O local foi adquirido pela prefeitura em 1904 e já chamado pela população de “caixa d’água”, quando a autoridade máxima da cidade começou a modernizar o abastecimento de água da região.

Figura 4 - Herma em homenagem ao Coronel Caminha. Fotografia de parte do livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre com ilustração do busto em Homenagem ao Coronel Caminha, que posteriormente foi levado para as novas dependências do Jockey Club no Cristal.



Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 45, em agosto de 2018, em visita ao atual Jockey Club no Bairro Cristal.

Figura 5 - Hidráulica dos Moinhos de Vento, década de 1920. Hidráulica dos Moinhos de Vento no primeiro quartel do século XX, década de 1920, Doação de Condessa Gisela Bastian Pinto Ribeiro.



Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman.

Figura 6 - Hidráulica dos Moinhos de Vento, década de 1920. Hidráulica dos Moinhos de Vento no primeiro quartel do século XX, década de 1920, Doação de Condessa Gisela Bastian Pinto Ribeiro.



Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman.

Figura 7 - Rua Fernando Gomes, década de 1920.



Fonte: Acervo digital da www.prati.com –
Fotos Antigas de Porto Alegre, p.14.

O Moinhos de Vento tornara-se um bairro atrativo, que além de conter belas áreas verdes, estava localizado numa área de altura elevada, inatingível pelas cheias do Guaíba, que nos anos de 1926 e 1928, haviam alagando cerca de 100 quadras, forçando a saída de milhares de pessoas, tendo estas de abandonarem seus lares. Aos fins da década de 1920, jornais locais, como o *Correio do Povo*, faziam menção à febre de construções em Porto Alegre, destacando o Moinhos como o local preferido para a concepção de magníficos edifícios (BISSÓN, 2009, p. 31). A ênfase era a de se tratar de um ponto alto do qual se descortinavam belos panoramas em todas as direções da cidade.

Nesta época, um conjunto impressionante de requintadas mansões que ostentavam o ecletismo arquitetônico em voga – que misturava elementos do rococó ao neoclássico – passou a dar novo e imponente tom ao sítio do antigo Arraial de São Manoel. Ainda que nenhuma região de Porto Alegre pudesse ser considerada como única e exclusiva das famílias abastadas, o Moinhos de Vento superava a Avenida Independência – a qual havia perdido o posto de sítio dos palacetes ainda na primeira metade do século XX provavelmente em consequência do esvaziamento do centro da cidade – e a Rua Duque de Caxias em termos de riqueza e, na metade dos anos 1930, já não teria rival na sua posição de o “mais aristocrático da cidade”, onde predominavam as casas com misturas de estilos, fazendo menção às mais variadas escolas arquitetônicas (BISSÓN, 2009, p. 31-32).

Figura 8 - Avenida Independência, década de 1910. Palacetes da Avenida Independência no primeiro quartel do século XX, entre 1900 e 1910, autor desconhecido



Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman. Doação de desconhecido.

Figura 9 - Avenida Independência, década de 1910. Cartão postal enviado à Itália no primeiro quartel do século XX, entre 1900 e 1910



Fonte: Acervo pessoal de Ricardo Eckert, digitalizado e disponível na rede em Amigos do Patrimônio Histórico – Porto Alegre.

2 O PERFIL DOS MORADORES

A Porto Alegre na qual o Moinhos de Vento emergiu como bairro de abonados era muito pequena e regiões que hoje abrigam famílias de renda alta como os bairros Bela Vista e Mont’Serrat, eram naquela época semidesérticas e refúgio de populações pobres, constituídas pelos empregados dos ricos que habitavam o Moinhos. O perímetro da cidade ainda era consideravelmente diminuto em comparação à segunda metade do século e toda a região que envolve o Bairro Três Figueiras e as Avenidas Carlos Gomes e Nilo Peçanha ainda era apenas um grande descampado. Bairros como Cidade Baixa e Menino Deus ainda eram a escolha de algumas famílias abastadas, nas proximidades da Av. Getúlio Vargas, limite urbano daquela outra parte da cidade.

Bissón afirma que além dos grupos alemães e teutônicos, os pecuaristas e fazendeiros de ascendência portuguesa foram outro grupo da alta sociedade que se instalou no Moinhos ainda nas primeiras décadas do século XX (BISSÓN, 2009, p. 25). Eles começaram a chegar pouco antes da eclosão da Revolução de 30, num processo que se estenderia até o final dos anos 1950. Estes eram então a classe dirigente do Rio Grande do Sul, cujos sobrenomes circulavam na sociedade gaúcha já havia quase um século, e muitos deles pertenciam a famílias cujos antepassados haviam enriquecido no início do império - anos 1820 -, enquanto outros alegavam descender dos primeiros açorianos estabelecidos no Rio Grande do Sul, ainda no século XVIII.

Estes dois grupos diferenciados em termos de origem, atividade e mentalidade tinham algo em comum: ambos possuíam alto poder aquisitivo. Enquanto na maioria das residências construídas nas já consolidadas Avenida Independência e na Rua Duque de Caxias não era possível instalar certos requintes como grandes garagens, piscinas e jardins frontais, nos amplos terrenos disponíveis no Moinhos de Vento, fazia-se possível o uso dos mesmos, diferenciando-o das outras duas vias que abrigavam a elite. Como os grandes industriais, comerciantes e fazendeiros possuíam um estilo de vida inacessível à maior parte da população, sua presença conjunta no Moinhos de Vento consolidou a mística “aristocracia” da região (BIS-SÓN, 2009, p. 31). Os abastados foram os responsáveis pela formação do que era considerado um “perfil europeu”, que pensavam eles, os diferenciava do resto do Brasil.

Figura 10 - Morro Ricaldone, década de 1950. Palacetes do Morro Ricaldone na década de 1950, na divisa do Moinhos com o Floresta – 1953. Autoria atribuída a Leo Guerreiro e Pedro Flores.



Fonte: Acervo digital da Fototeca Sioma Breitman, doação de desconhecido.

Durante esse período - de crescente ocupação do bairro por famílias ricas e tradicionais -, o Moinhos de Vento ainda conservava vestígios de miséria, muito provavelmente resquícios da época em que ali existia o antigo Arraial São Manoel. Na Rua Tobias da Silva, por exemplo, havia alguns casebres no trecho entre Félix da Cunha e Doutor Timóteo e a existência de moradores que ainda viviam em condições sanitárias consideradas “preca-

ríssimas” por Bissón (BISSÓN, 2009, p. 43), uma vez que a falta de saneamento dessas moradias exigia a presença dos cubeiros no bairro, o que já não era mais comum em outras regiões urbanizadas na cidade. A função desses servidores municipais era recolher os cubos de madeira envernizada repletos de fezes e substituí-los nas latrinas por outros. Os caminhões trazendo os cubeiros só desapareceriam do Moinhos na década de 1940.

A década de 1930 marcou um período de ascensão do Moinhos de Vento como sendo o primeiro centro residencial das famílias abonadas na cidade e a contínua instalação de palacetes evidenciava cada vez mais este fato. Ainda inserido no contexto do bairro, na Rua Doutor Vale, havia um conjunto de belíssimas mansões onde residiam importantes nomes da alta sociedade da época, como um dos proprietários da Cervejaria Continental, Bernardo Sassen Jr. Enquanto a Continental, resultado na fusão de três empresas (Bopp, Sassen e Ritter) seria até os anos 1940 - quando foi adquirida pela Brahma - a maior cervejaria do estado, a casa de seu dono era uma das que tinha estrebarias nos fundos, uma vez que ele criava cavalos - por lazer, não para competir. Volta e meia seus caminhões com os equinos circulavam pelo Moinhos (BISSÓN, 2009, p. 44).

Figura 11 - Rua Doutor Vale, década de 1920. Casarões na Rua Dr. Vale entre os anos 1920 e 1930



Fonte: CD-ROM “Porto Alegre - Um Século em Fotografia”, Editora da ULBRA 1997-2007 por Ronaldo Marcos Bastos.

A linha de expansão da burguesia que culminou na formação do Bairro Moinhos de Vento – vinda da Av. Independência - ainda se consi-

derava uma região que abrigava a elite. O novo bairro estava então no auge de sua ocupação urbana, e o impacto causado no cenário urbano porto-alegrense devido àquela esplêndida passarela de mais de um quilômetro de mansões - que constituía a Avenida Independência, como define Bissón (BISSÓN, 2009, p. 44) - ainda estava muito presente no contexto geral da cidade, era vivo demais para se desvanecer de uma hora para outra.

Durante a primeira metade do século XX, foi rápida a evolução do Bairro Moinhos de Vento até se tornar referência. Visto como um local excelente para se viver, era considerada a área mais segura da cidade, e nem se pensava que pudessem ocorrer assaltos ou crimes mais violentos em suas ruas (BISSÓN, 2009, p. 66). As famílias lá residentes dispunham de um contingente de criados, em uma época em que a lei não concedia ao trabalho doméstico, os mesmos direitos que o vínculo com empresas garantia, facilitando a contratação numerosa de empregados. Estes, em sua maioria, costumavam viver nas redondezas dessa zona e, quando tinham casa própria, era vantajoso para seus patrões que residissem na chamada “bacia” – a parte baixa do Morro do Mont’Serrat, que se encontrava com o bairro Auxiliadora, região vizinha do Moinhos de Vento, que na época era habitada por uma população predominantemente negra.

O bairro não era constituído apenas de milionários que moravam em palacetes com artefatos importados da Europa, pois havia também uma numerosa classe média alta. Esta classe, já não tão abastada, ocupava o que na época se chamava de “corredores de casas”, constituído de um agrupamento de residências idênticas e grudadas umas nas outras, o que conhecemos por casas em fita. Quem tinha recursos investia na compra dessas moradias geminadas com o objetivo de alugá-las, e muitas delas ainda existem pelas ruas do atual Moinhos de Vento (BISSÓN, 2009, p. 74).

2.1 Moinhos: o bairro da hípica

O antigo Arraial São Manoel deixara erguida até os anos 1940, a igreja que lhe deu origem, e conseqüentemente configurou um dos núcleos iniciais do bairro. Localizada em frente à Praça Maurício Cardoso, a igreja foi sendo abandonada pela Cúria, e com o passar dos anos passou a ser usada por meninos para jogar futebol naquele terreno, usando a porta da igreja como goleira. Por fim, ela foi fechada.

Enquanto o bairro crescia e desenvolvia ao seu redor a instalação irregular de um contingente de populações menos abastadas, o principal esporte apreciado pela numerosa elite da região seguia sendo a prática do turfe. Com a aproximação das classes mais baixas que passavam a habitar

em massa os bairros adjacentes como o Floresta, o qual receberia o proletariado que servia às indústrias que ali expandiam-se no eixo norte, a baixada do morro Mont'Serrat, que abrigava uma numerosa população de afrodescendentes e ainda os novos bairros Rio Branco e Auxiliadora, onde construíam aqueles que apreciavam a região e não possuíam recursos suficientes para comprar os terrenos de altos preços do Moinhos.

A vinda de novas classes popularizou o desporto do turfe na região, e a prática da aposta no cavalo vencedor passou a ser o sonho de muitos que necessitavam dinheiro extra. Nos finais de semana dos anos 1950, acontecia uma enorme e incomum circulação de pessoas pelo bairro, muitas delas chegando de carro ou de bonde e dirigindo-se apressadamente para a 24 de outubro. O motivo dessa agitação eram as corridas de cavalos no Hipódromo do Moinhos de Vento. Todo esse interesse popular, porém, não era motivado por questões puramente esportivas, e sim pelo almejo ao ganho de dinheiro fácil e na base da sorte.

Figura 12 - Vista do Bairro Floresta, década de 1920. Bairro Floresta em expansão com a Cervejaria Bopp ao fundo, fotografado do Morro Ricaldone, no Moinhos de Vento.



Fonte: Acervo Digital da Fototeca Sioma Breitman, Edição de José Regina.

Figura 13 - Vista do Bairro Floresta, década de 1920. Bairro Floresta em expansão na década de 1920, fotografado do Morro Ricaldone, no Moinhos de Vento.



Fonte: Acervo Digital da Fototeca Sioma Breitman, Edição de José Regina.

Figura 14 - Corrida no Hipódromo Moinhos de Vento. Corrida de cavalos no Hipódromo dos Moinhos de Vento, ao fundo a Rua Mostardeiro. Data não especificada.



Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p.51, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.

Os recursos advindos das apostas nos cavalos eram tão grandes que mantiveram a pujança do Jockey Club do Rio Grande do Sul durante décadas. Além disso, os jornais dedicavam uma página diária ao Turfe, e as rádios Gaúcha e Difusora transmitiam os páreos – o que realimentava o interesse no assunto (BISSÓN, 2009, p. 127).

A Protetora do Turfe havia sido comprada pelo Jockey Club ainda nos anos 1940, e este passou a administrar e coordenar as atividades do único hipódromo ainda existente na cidade. Segundo Bissón (BISSÓN, 2009, p. 128):

O público era tão grande no Prado que o número de bondes estacionados na Rua 24 de Outubro fazia uma fila de 300 metros de comprimento, em que somente um número considerável de carros da Cia. Carris conseguiria carregar sem transtornos à multidão de aficionados que saía dos pavilhões de madeira pintados de branco e vermelho do Jockey Clube após o final das corridas.

Figura 15 - Linha do Bonde na Rua 24 de Outubro, década de 1950.



Fonte: Acervo Digital da Fototeca Sioma Breitman.

Figura 16 - Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950.



Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 50, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.

Figura 17 - Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950.



Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 54, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.

Figura 18 - Hipódromo dos Moinhos de Vento, década de 1950. Ao fundo o pavilhão na margem com a Rua 24 de Outubro e posteriores construções.



Fonte: Fotografia da autora sobre o livro *Jockey Club: Histórias de Porto Alegre*, p. 55, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.

2.2 NOVOS PLANOS DE URBANIZAÇÃO: A SAÍDA DO PRADO

Após a década de 1940 os efeitos do pós-guerra e a evolução das tecnologias de construção acentuaram as rígidas mudanças no padrão de conceito de cidade, oriundas ainda da segunda metade do século XIX, com a transformação do espaço público e a verticalização². A disseminação da construção em concreto armado altera significativamente a configuração do ambiente urbano e o entendimento do mesmo enquanto cidade.

Com o impulsionado crescimento urbano, as instalações do velho Prado viam-se acanhadas para atender às necessidades dos turfistas e o esporte deixou de estar inserido em local adequado. Outro fator relevante é que a Saúde Pública impugnava a presença de cocheiras em meio a bairros residenciais cada vez mais populosos, forçando a transferência da sede existente.

² Entende-se por verticalização o processo de construção em altura – o edifício alto, ou seja, a multiplicação do solo urbano permitida pelo avanço tecnológico da segunda metade do século XIX, pelo desenvolvimento das técnicas construtivas das estruturas de aço e de concreto armado e pelo aparecimento do elevador. (ALMEIDA, 2004).

Figura 19 - Cocheiras do Hipódromo dos Moinhos de Vento. Singela construção que abrigava as cocheiras, por onde atualmente passa a Rua Comendador Caminha.



Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 48, em Agosto de 2018, atual Jockey Club no Bairro Cristal.

Figura 20 - Cocheiras do Hipódromo dos Moinhos de Vento.



Fonte: Fotografia da autora sobre o livro Jockey Club: Histórias de Porto Alegre, p. 46, em Agosto de 2018, em visita ao atual Jockey Club no Bairro Cristal.

Além das questões sanitárias, especialmente na década de 1930, com o Prefeito José Loureiro da Silva no poder, o incentivo à requalificação de espaços e remodelação da malha urbana da cidade levou-o à contratação do arquiteto Arnaldo Gladosch para elaborar, a partir de 1937, o que seria o primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, onde ilustrava pela primeira vez, uma área verde pública no terreno que até então seguia atendendo às instalações do Jockey Club.

O Plano Gladosch³ propunha também a realocação do Hipódromo para o novo bairro que estaria na região dos grandes aterros previstos, a nova promessa de um eixo urbano qualitativo para a zona sul da cidade: o Cristal.

Embora o anteprojeto de Gladosch tenha constituído a primeira representação oficial de que se tem conhecimento de um hipódromo na região dos aterros, a intenção de instalar as dependências do turfe no Cristal já vinha sendo discutida desde 1922, quando o então presidente do Jockey Club Rio Grande do Sul, Nestor Cavalcanti de Magalhães, pensou na mudança para outro local. (Memórias de Bairros: Cristal. 2003, p. 44)

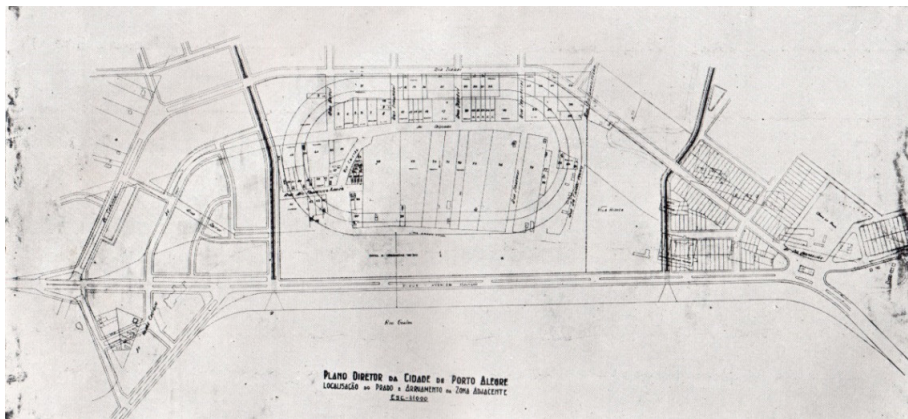
Figura 21 - Plano Gladosch, 1943. Anteprojeto do Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre, por Arnaldo Gladosch, elaborado entre 1938 e 1943.



Fonte: Um Plano de Urbanização, de Loureiro da Silva, Publicado em 1943.

³ Plano Gladosch: O arq. Arnaldo Gladosch elaborou quatro etapas de um projeto que seria considerado o primeiro Plano Diretor da cidade de Porto Alegre. Dentre estas quatro etapas propunha o deslocamento do Antigo Prado para uma nova área a qual propunha aterrar às margens do Guaíba, na zona sul da cidade de Porto Alegre. (CANEZ, 2006).

Figura 22 - Plano Gladosch, 1943. Anteprojeto do Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre, por Arnaldo Gladosch, elaborado entre 1938 e 1943. Projeto de realocação do Hipódromo dos Moinhos de Vento para a zona sul da cidade.



Fonte: Um Plano de Urbanização, de Loureiro da Silva, Publicado em 1943.

A diversificação das ofertas de jogos de azar e das formas de lazer e entretenimento, que se tornou crescente ao longo das décadas, juntamente com o afastamento do hipódromo da área central da cidade, fez com que as corridas de cavalo passassem a perder paulatinamente seu apelo popular. Pode-se dizer que a fase de ouro do Jockey Club do Rio Grande do Sul aconteceu enquanto o seu espaço físico estava localizado no central e acessível Bairro Moinhos de Vento (BISSÓN, 2009, p. 122).

O centro turfístico da cidade, logo tornando-se acanhado, obrigou o Jockey Club do Rio Grande do Sul a procurar novas instalações. Por empenho da imprensa, principalmente do jornalista Alberto André, do Rotary Clube de Porto Alegre Norte, dos vereadores Dr. Germano Petersen Filho, Marino dos Santos e Say Marques (TELLINI, 1982, p. 31).

Na década de 1940, os inconvenientes sanitários começaram a se acentuar, e a Hípica não era mais bem vinda naquele sítio, que durante a primeira gestão de Loureiro da Silva – 1937 a 1943 – havia recebido diversos melhoramentos como a pavimentação da Rua 24 de Outubro, de parte da Rua Mostardeiro, da travessa que hoje é a Rua Florêncio Ygartua e do trecho da Coronel Bordini que delimita o bairro. Além disso, Loureiro da Silva havia tratado de arborizar a Rua Mostardeiro por completo e o trecho da Quintino Bocaiúva que ladeava a Hípica, bem como iluminar a enxuta Comendador Caminha e instalar a rede cloacal do bairro inteiro, deixando de fora apenas o terreno do hipódromo.

Enquanto perdia-se o controle do crescimento urbano e a acelerada verticalização seguia contínua no eixo retilíneo originário do centro histórico, a insalubridade da hípica em meio a um bairro recém-requalificado passou a ser preocupação da população. A falta de jardins públicos na zona norte da capital também começa a ser apontada com mais frequência, especialmente para atender às populações de baixa e média renda, que se instalavam em crescente número no grande Bairro Floresta, o qual faz divisa com o pequeno Moinhos de Vento.

O 3º distrito estava em progresso e as instalações industriais em terrenos afastados do centro arrastavam consigo a população de trabalhadores que buscavam preços acessíveis e a proximidade do trabalho, ocasionando ao mapa de Porto Alegre uma nova mancha cinza, carente de pontos verdes. A falta de áreas verdes públicas disponíveis para o uso coletivo da população começava, assim, a ser discutida pelo poder público e a região do Bairro Moinhos de Vento passou a ser uma opção de escape.

A elite ali estava instalada, e com ela seus clubes e salões privativos, o bairro era novo, belo e higienizado, porém não havia onde se pudessem recrear livremente. A alta demanda de moradores no Bairro Floresta, trabalhadores das fábricas do 4º distrito, impulsionava a imprensa local à divulgação da carência do verde no mapa de Porto Alegre, pois a construção em massa impediu que ali houvesse mais espaço livre para a criação de praças ou parques. Os outros bairros adjacentes ao Moinhos de Vento estavam agora em fase de gentrificação⁴, com a valorização imobiliária gerada pela proximidade às mansões milionárias e ao comércio de alto padrão já estabelecido. As populações afrodescendentes e de renda mais baixa que habitavam a região do Mont’Serrat já estavam sendo empurradas pela linha de segregação urbana que se expandia na direção da terceira perimetral, trazendo às redondezas do hipódromo uma nova classe média, que também desejava um parque nesta zona.

Tendo em vista a evolução urbana da cidade, os proprietários do Jockey Club do Rio Grande do Sul, preocupados com a inadequada localização do hipódromo, lançam um edital de concorrência internacional no ano de 1950 para todos os interessados em construir suas novas instalações. A vencedora foi a construtora Azevedo, Moura e Gertum que concorreu representando o anteprojeto do arquiteto uruguaio Román Fresnedo Siri, onde as novas arquibancadas eram dispostas em três pavilhões cobertos

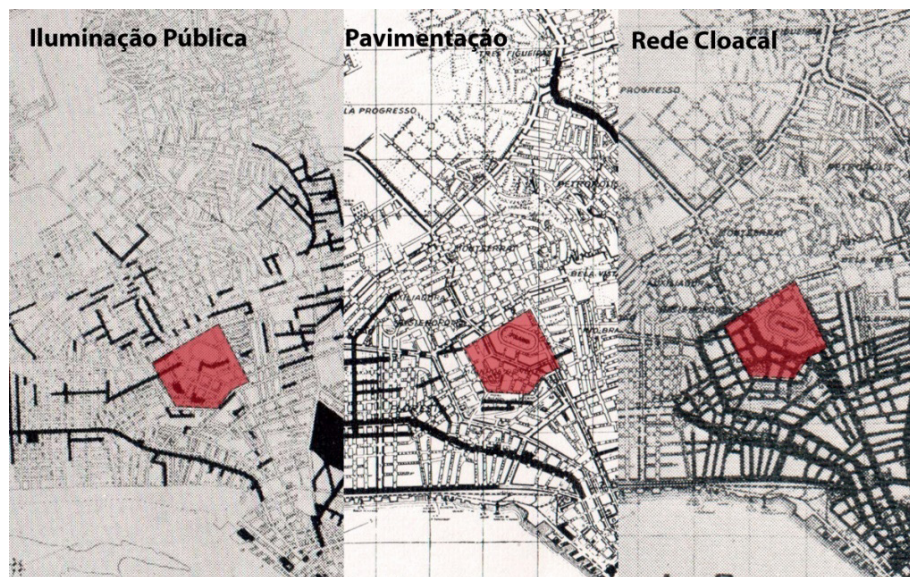
4 Gentrificação: o conceito cunhado pelo inglês David Harvey, e se deriva da palavra Gentry, o qual é um processo de transformação de centros urbanos através da mudança dos grupos sociais ali existentes, onde sai a comunidade de baixa renda e entram moradores das camadas mais ricas (HARVEY, 2013).

por imensas lajes de concreto aparente, sustentadas por tirantes metálicos. O modernismo arquitetônico encontrava naquela década seu momento de auge no Brasil, e Fresnedo consegue transcrever o purismo da materialidade em linhas modernistas com os acentuados balances das coberturas do Jockey.

Enfim, o novo projeto teve sua pedra fundamental lançada somente 23 anos depois do início de seu planejamento, o que segurou a sede do Jockey no Moinhos de Vento em função das grandes obras da cidade, que entre outros tramites legislativos e questões formais, adiavam a construção dos novos pavilhões de Fresnedo, projetados e calculados nas formas puras e bem delineadas da arquitetura modernista, representando para a cidade um símbolo deste movimento de vanguarda.

O hipódromo se manteve no Moinhos de Vento até 15 de Novembro de 1959, quando suas atividades no bairro foram oficialmente encerradas. Seis dias depois, o Jockey Clube do Rio Grande do Sul reiniciava as competições turfísticas na sua nova sede, um exemplar da arquitetura modernista localizada nos novos aterros feitos na orla do Guaíba. A obra modernista fazia parte de um planejamento estratégico para a região sul, com a promessa de urbanização e a intenção de preparar esta zona da cidade para a instalação de classes mais abastadas. Seus pavilhões tornaram-se referência arquitetônica, sendo considerada uma importante obra da arquitetura moderna de Porto Alegre, e seus edifícios foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Arquitetônico do município no ano de 2005.

Figura 23 - Imagens de Um Plano de Urbanização, 1943. Graficação da autora sobre mapas das melhorias da cidade durante o governo Loureiro da Silva – 1937-1943, publicado em Um Plano de Urbanização. Em vermelho, os limites do que é o atual Bairro Moinhos de Vento.



Fonte: Um Plano de Urbanização, de Loureiro da Silva, Publicado em 1943.

Após a implementação no novo plano diretor, no ano de 1959⁵, o local passou a sofrer alterações significativas na malha urbana, uma vez que o novo limite territorial da cidade estava estabelecido às margens da Terceira Perimetral. Neste momento, a região do Moinhos de Vento passa a estar oficialmente no interior da cidade, e agora os limites do bairro estavam estabelecidos pela formalidade da lei. Localizado a leste do centro da cidade, possuía inicialmente 92 hectares e tinha como limites as mesmas ruas que tem atualmente: Mostardeiro, Coronel Bordini, Marquês do Pombal, Dr. Vale e a Travessa Carmen.

Nos primeiros anos da década de 1960, as transformações territoriais emergentes contavam com o desaparecimento do antigo depósito de bondes da Carris, situado na Rua 24 de Outubro esquina com a Rua Dr. Timóteo. O bairro já era conhecido pela tradição de pioneirismo em inovações urbanas quando foi erguida no local a primeira galeria comercial de Porto Alegre situada fora do centro da cidade, que recebeu a inédita denominação de *Shopping Center*, escolhido em função de ser o local de mais alta renda da cidade (BISSÓN, 2009, p. 157).

⁵ Plano Diretor de 1959: Primeiro plano diretor oficial da cidade de Porto Alegre, fixado pela Lei Ordinária 2.046.

Até a metade dos anos 1970, o bairro Moinhos de Vento ainda era essencialmente residencial, com alguns edifícios comerciais, que apesar de poucos, já estavam em pleno funcionamento. Escritórios de advocacia, arquitetura e consultórios médicos eram os serviços que predominavam nestas novas instalações. O crescimento do comércio diferenciado expandiu-se na região, trazendo uma tendência que seria dominante no futuro, com base em sofisticação. O Moinhos simboliza a tradição de pioneirismo, onde se estabelece a comercialização do produto ou serviço inédito, e aquele que está ingressando no mercado acaba por se destinar a um público de maior poder aquisitivo, o que segundo Bisson (BISSÓN, 2009, p. 175), passou a fazer do Moinhos cada vez mais, a sua vitrine privilegiada, através da qual se espalharia pela cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Porto Alegre teve sua evolução urbana acelerada na primeira metade do século XX, e a região onde está localizado o Bairro Moinhos de Vento foi uma das que mais se tornou urbanizada nesta época. Diversas foram as ocupações e equipamentos urbanos que o bairro recebeu ao longo dos anos, bem como melhorias e infraestrutura, melhorando suas condições físicas e tornando-o cada vez mais atrativo para populações de alta renda.

Além das instalações do Jockey Club, os terrenos do atual Parque Moinhos de Vento também sediaram parte do que seria o primeiro estádio futebolístico da cidade: a baixada do Grêmio e, além disso, ainda nas terras do bairro se instaram família muito ricas, as quais construíram mansões, elevando o valor imobiliário dos terrenos. O Moinhos de Vento ficou conhecido na primeira metade do século XX como o berço da aristocracia porto-alegrense por ser o local preferido de instalação das famílias mais abastadas.

Sem dúvida, o Bairro Moinhos de Vento conta com uma variedade de equipamentos urbanos, construções e perfis de moradores em função de ter recebido vários públicos de culturas distintas ao longo das décadas estudadas. Embora todos estes colonizadores tenham em comum o alto poder aquisitivo, seus costumes, gostos e interesses diferenciados trouxeram ao bairro a diversidade urbana que este mantém até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. S. de. *Transformações Urbanas: Atos, Normas, Decretos, Leis na Administração da Cidade – Porto Alegre 1937/1961*. 2004. 301 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação – Estruturas Ambientais e Urbanas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004
- BISSÓN, Carlos Augusto. *Moinhos de Vento: histórias de bairro de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Cidade, 2009.
- CANEZ, Ana Paula Moura. *Arnaldo Gladosch: o Edifício e a Metrópole*. 2006. 594 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- CD-ROM. *Porto Alegre - Um Século em Fotografia*. Porto Alegre: Editora da ULBRA, 1997. Copyright © 1997- 2007 Ronaldo Marcos Bastos - Todos os direitos reservados.
- HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford University Press. 2013
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Meio Ambiente – 10 Anos do Parque Moinhos de Vento, 1982.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do RS, Porto Alegre, Edição 148, 2014.
- REVISTA História Ilustrada do Grêmio, número 2, Edição Especial, 1910/1918.
- SILVA, Loureiro da. *Um Plano de Urbanização*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Editora Globo, 1943.
- TELLINI, Maria Angélica. *Moinhos de Vento: os 10 anos de um parque na história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Sul Brasileiro Crédito Imobiliário S/A, 1982.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Estúdio Nobel, FAPESP, Lincoln Inst, 2001.
- WERNER, Gilberto Domingues. *Moinhos de Vento: Memória e Reconhecimento*. Porto Alegre: Editora do Autor, 2014.

FONTES PRIMÁRIAS E ACERVOS DIGITAIS

Arquivo Histórico Moysés Vellinho

Blog Grêmio Esportivo Olímpico

Fototeca Sioma Breitman

Jockey Club do Rio Grande do Sul

Museu de Porto Alegre

Submetido em 11/01/2021

Aceito em 27/08/2021

ARTIGOS

SHADOW ARMIES: GHOST TROOPS IN THE FARROUPILHA, 1835-45*

EXÉRCITOS DAS SOMBRAS: TROPAS FANTASMAS NA FARROUPILHA, 1835-45

Spencer Leitman¹

ABSTRACT

Armed conflict and politics preceding and during the *farroupilha* (1835-45), a Republican secessionist movement on Brazil's southern frontier, were rife with *chefes*, as they preferred to say, rather than the rapacious caudillos of their South American neighbors. These heroic men on horseback changed sides with seeming ease, and yet, somehow, always had enough troops to go after their enemies. However, these battlefield armies were substantially smaller than those found in the official and personal documents of the day. Throughout the *farroupilha*, forced conscription, patriotic appeals, and the power of kinship proved the most reliable ways to increase troop size. Many of the well-promoted encounters of what were primarily irregular forces were relatively trifling, although their reports were always epic. Inflating military egos went along with inflating army numbers. Canny *chefes* developed other means to present more strength: principally by looking to small military pacts (*convênios*), after which, to armed asylum seekers (*emigrados*), and in the publication and presentation of projected force tables. At times, the *chefes* caused great political discomfort among friend and foe alike by their incomprehensible actions, deceptions, and intrigues, which surprisingly were taken in stride. What seemed as erratic and boastful caudillo behavior, which emerged after the post-independence period in the Platine Basin, where government structures were weak and ineffectual, was in effect a response to the difficulties in putting together and maintaining horse armies in thinly populated regions.

Keywords: Military Pacts. Banda Oriental. Libertos. Seekers.

RESUMO

Os conflitos armados e a política anterior e durante a Revolução Farroupilha (1835-45), movimento secessionista republicano na fronteira sul do Brasil, estavam repletos de chefes, como eles preferiam dizer, ao invés dos caudillos vorazes de seus vizinhos sul-americanos. Esses homens heroicos a cavalo trocavam de lado com aparente facilidade e, no entanto, de alguma forma, sempre tinham tropas suficientes para perseguir seus inimigos. No entanto, esses exércitos de campo de batalha eram substancialmente menores do que os encontrados nos documentos oficiais e pessoais da época. Em toda a Revolução Farroupilha, o alistamento forçado, os apelos patrióticos e o poder do parentesco se mostraram os meios mais confiáveis para aumentar o tamanho das tropas. Muitos dos bem propagandeados encontros,

1 Independent scholar, Rockville Centre, NY, Ph.D. University of Texas at Austin, 1972.

que eram principalmente de forças irregulares, eram relativamente insignificantes, embora seus relatos fossem sempre épicos. A inflação dos egos militares acompanhou a inflação dos números do exército. Os chefes astutos desenvolveram outros meios para apresentar mais força: principalmente olhando para pequenos pactos militares (convênios), após os quais, para requerentes de asilo armados (emigrados), e com a publicação e apresentação de tabelas de força projetadas. Às vezes, os chefes causavam grande desconforto político entre amigos e inimigos por suas ações incompreensíveis, artifícios e intrigas, que surpreendentemente eram tomadas com calma. O que parecia um comportamento caudilho errático e presunçoso, que surgiu após o período pós-independência na Bacia Platina, onde as estruturas governamentais eram fracas e ineficazes, foi na verdade uma resposta às dificuldades de montar e manter exércitos de cavalos em regiões pouco povoadas.

Palavras-chave: Convênios. Farroupilha. Banda Oriental. Libertos. Emigrados.

I

The *farroupilha* has produced a large library of original scholarship and archival compilations of documentary evidence, making it, perhaps, one of the most written about events in Brazilian history. Civil wars seem to have this effect. For example, at a minimum, there are more than 50,000 books alone on the American Civil War (McPHERSON, 1988, p. ix). In the case of the *farroupilha*, the revolution and creation of a new republican state continue to provoke debate and study, resulting in a remarkable number of dissertations, essays, and books. For *riograndenses*, the *farroupilha* is a foundational story, one which provides a direct connection to today's gaucho citizens' distinctive pride and self-image, undergirded by its defining trait, an independent spirit as different from the rest of the country as is its climate. In today's Rio Grande do Sul, there is an annual celebration, a weeklong event of folkloric and historic traditions with the *farroupilha* as its central theme, which renews the ideas of exceptionalism born in the "heroic decade" (OLIVEN, 1996). Of the many appealing narratives emerging out of the *farroupilha*, exceptionalism resonates more than any other: it was less bloody than the race-tinged revolts elsewhere during the Regency Period; in fact, some still hold to its abolitionist sentiments; the rebels, noble republican warriors imbued with the individualism of frontier ranching life, were not conquered, per se, but met as equals to conclude a peace in order to face a new growing and common threat, Juan Manuel de Rosas' Argentina; the smooth restoration of the province back into the Empire was overseen by ex-*farrapo* notables and the Empire's victorious commander, the *barão de Caxias*, surprisingly the former rebels' first choice as provincial president; and finally, the *farrapos* had achieved independence in their minds, only to relinquish what they had won in order to serve, once again, as the tip of the lance against Brazil's historic enemies.

The *Arquivo do Rio Grande do Sul* and its published primary documents from the Varela Collection are the essential threads that bind together every story, and the reverential care of its documents are testimonies in and of themselves of the *farroupilha's* cultural and historical prominence (SILVA, 2019). Of all the new studies and new methods of analysis applied to the *farroupilha*, the older works of Alfredo Varela still stand out. No one yet has delved into the war's murkier episodes better than he in his six volume monumental study, *História da grande revolução* (1933), and his two two-volume works: *Duas Grandes Intrigas* (1919) and *Política Brasileira* (1929). They are dense and highly partisan, extolling the *farrapo* patriots as well as the very land itself. His intimate topographic knowledge in setting the scene, present in almost every one of his paragraphs, sets Varela apart from any other *riograndense* historian. Events are laid out in over-the-top language, interspersed with classical references and pointed criticisms of those in the struggle who failed to meet his moral standards. Despite all this and more, his works for investigators are rich in detail and interpretation.

Varela constructed his unabashed separatist viewpoint on the private collection of José Domingos de Almeida, who served as the rebel treasury minister, wielding power to control and administer sources of income from land and cattle. Always strapped for funds, his ministry collected just enough to keep the little republic alive, making him, in Varela's eyes, the pride of the revolution, as important as Bento Gonçalves da Silva's nobility of purpose; and Varela was quick to debate those who were devotional to the Empire. After the war, Almeida added documents and recollections from old friends to his own archive, hoping to write a true insider's history of the war, but shied away, afraid of puncturing reputations (MIRANDA, 2016, p.166). He was never ready to divulge all, for unmasking former comrades could implicate his own behavior. Varela continued Almeida's pursuit of documents, ready to tell a sweeping tale of great men. His style, allusions, and presentation reflected the sprawling ambitious set of revolutionaries who bought into the proposition of separation. In his telling, Varela revealed some of the underbelly of what was going on back then: intrigue, misinformation, and duplicity. Varela understood that much of these subterfuges were essential parts of the revolution's past.

For concise, dispassionate, more recent analyses of *convênios*, the studies of Joana Bosak de Figueiredo (2012) and César A. Barcellos Guazzelli (2005, 2012, 2015) stand out, as do the studies of Mario Barrera (2013) who has entered the complex world of the anti-Rosas alliances of the riverine provinces with *riograndense* factions during this explosive period. In the area of recruitment José Iran Ribeiro (2010, 2011), Luís Augusto Farinatti (2011) and Miqueias H. Mugge ((2018) are essential in the *farroupilha's* be-

fore, during, and aftermath. On the particular question of *liberto* recruitment and participation, Daniela Vallandro de Carvalho (2013) has covered new and important ground. As for the key *chefes* and caudillos there are major biographical gaps. The studies of John Charles Chasteen (1995), Karl Monsa (2012), and Joseph Younger (2011) delve into the behaviors and relationships amongst the *chefes*, lawyers, and merchants across the platine basin. The existence of armed exiles, bandits, mercenaries, and the alliances among *estanceiro* private armies awaits a historian in the vein of Paul J. Vanderwood (1981) who explored the significance of bandits and local authorities in the politics of disorder in 19th century Mexico. Eduardo R. Palermo (2009) and Raúl Fradkin (2011) have begun this exploration.

II

This essay explores the problems of raising troops in one contiguous region, Uruguay and the southernmost Brazilian province of Rio Grande do Sul, which were experiencing concurrent revolts in the 1830s and 1840s. Each depended upon the other in the sparsely settled grasslands, but were also in competition with one another for limited resources, in particular for what seemed a dwindling, finite number of troops. As Uruguay and the Republic of Rio Grande do Sul were new nations with strong militia traditions, they felt a repugnance for building professional standing armies; and even if they wanted to, they would not be adequate to provide security or hold territory won. In the decades before the *farroupilha*, stretching back into the late 18th and early part of the 19th centuries, *riograndenses* fought as militiamen and guerillas on the southern frontiers and were, at times, absorbed into the *Luso-Brazilian* regular armies of the day as light cavalry regiments. When victorious, they were awarded land grants and administrative support from Lisbon, and then Rio, to bolster their expansionist desires, benefiting them as well as safeguarding national ambitions. Out of this *estância* expansion, mobile militias and private armies were the rule when colonial regular forces were experiencing the lulls of peace.

At the time of Brazilian Independence, Rio asserted its claim to the Cisplatine, only to lose it in the 1825-1828 war against Argentina, which led to years of instability and conflict in what was the new nation of Uruguay (AXT, 2008). *Riograndenses* were firsthand witnesses and reluctant participants in this war in which a small number of determined Uruguayan guerillas could, with outside help, in this case from Argentina, determine their own destiny. Bento Gonçalves da Silva had taken a leaf from the Uruguayan notebook of Juan Antonio de Lavalleja, the nationalist Oriental of the “immortal 33,” to use later in his attempt to create an autonomous Rio Grande

do Sul. The winds of sedition in his relationship with Lavalleja in the early 1830s had led to his appearance before the Court in Rio; instead of being upbraided, Bento Gonçalves returned home with honors. Placating the frontier commander of the Jaguarão demonstrated Rio's reliance on these volatile *chefes*: Rio would be malleable if there were to be another southern rising (BRASIL, 1887, p.201- 216; VARELA, 1919, v.2, p.398). Not long after, in September of 1835, Bento Gonçalves marched on and took the provincial capital of Pôrto Alegre with his National Guard troops. The *farroupilha* had begun. In the battlefield of geopolitics, Rio Grande do Sul against the Brazilian monarchy was hardly, at first glance, a fair fight. But despite the province's small population, it loomed large in Brazil's calculations where its *chefes* and cavalry had played critical historical roles in the drama of foreign Imperial wars and moving southern frontiers.

Riograndense *chefes* displayed several contradictions within their small rural societies and into their satellite properties beyond the frontier, where defining the lines between heroes and rogues were difficult. The two Bentos, Gonçalves and Ribeiro, both commanders of the frontier, had contrasting and opposed purposes. Bento Gonçalves, with his radical dreams for a nation, was considered heroic until he was not; and Ribeiro, who thrice switched allegiances, lusted for recognition and power. They would find themselves tangled together in convenience when working, for example, to construct *convênios* and, again, at each other's throats at the battle of Ponche Verde in 1843. As *chefes*, and later generals in the revolution, converting fellow ranchers, for instance, to revolution, was one matter; taking up arms was another. It was a constant challenge in a world that could abruptly change with a major defeat of a caudillo army, upending politics and disrupting cattle commerce, the latter a critical link in determining a war's direction and its short term success. *Campanha* ranches were the primary source of *riograndense* officers and troops, but many were reluctant to let all their sons and *capatazes* go to war. While a number of prominent ranchers were vocal sympathizers, they considered themselves neutrals. Some ranchers with strong ties to the conservative *charqueadores* and the Empire left the province's interior for Uruguay and Pôrto Alegre, and a few found safety in Rio. Victories by forces on either side of the border were short-lived, since the defeated, using minimal resources, could reconstitute themselves to re-enter the fray, and many a caudillo had ties to town merchants; those in Montevideo were especially important, with substantial financial clout (YOUNGER, 2011).

Armies were smaller than advertised, dropping and adding soldiers according to the seasons. Deserters were a common complaint, disappearing like the dust from horses in the sunlight (AHRGS, Varela Collection,

hereafter, CV-; CV-10.175-180). Even Caxias, with the war going his way, was alive to such dangers, an important reason why he kept his troops busy and on the move, carting about a small treasury in the *campanha* not just for payouts to the amnestied, but understanding that his soldiers needed compensation (CAXIAS, 1950, p.74).

When a relatively rare *farrapo* major operation was underway, the rebels would try to scoop up whatever men were available. The *chefes* preached republicanism, federalism, and bits of democracy to rally the countryside, while tenaciously holding on to local power, privilege, and military rank. Like their legalist opponents, they feared slave insurrection and anarchy, and maintained a distrust of Spanish-American caudillos, who may have had the look of allies and saviors. These issues tempered any real *farrapo* desire for change, and would be the factors, along with slavery and market concerns, that would draw them back into the Empire. Borderland chaos offered benefits, principally in the expansion of properties; however, *farrapo estanceiros* tried to shape the revolution to family needs first (FRADKIN and RATTO, 2011). Much of revolutionary leadership came from very large, interconnected clans that sought to increase their cattle holdings. Recruitment came from inside their *patrias*, including their own extended families, to which they added *agregados*, itinerant cowboys, freedmen, Native Americans, and others identified as poor and dislocated by war, a shallow pool of recruits both compliant and wild. There was a special eagerness for deserters, since they had some training and, perhaps, had held on to their arms. Slaves were taken off ranches, removed from *charqueadas*, or fled on their own into *farrapo* ranks, but were consciously managed differently from other recruits.

This shifting borderland environment of men, cattle, and horses spawned a military culture susceptible to plots, where rumors ran unchecked. Most inhabitants, other than militant *estanceiros* and their republican town allies, learned to keep society as it was or thought best not to question. In these sparsely populated lands, *chefes* firmed up lesser forces into what seemed like higher numbers, going beyond the usual enlistment and conscription measures, creatively using diplomacy to negotiate *convênios*, armed political refugees, and publicized troop organizational tables, turning them into partisan fantasies. Behind many of these moves was the promise of military alliances with neighboring states experiencing similar recruitment predicaments, as in the neutrality *convênio* with Corrientes, January 1841 (VARELA, 1933, v.5, p. 386). In using these devices, they intentionally left a picture in the minds of their enemies that larger armies were on the way, which had the important additional benefit of perhaps gaining diplomatic recognition. Flattering their own egos, the rebels understood

that as long as Rio believed in their might, they were mighty (CORONATO, 2017). These *convênios* and the other military measures were not shameful or dishonest admissions, but largely another aspect of gaucho guerilla warfare, where there was no disgrace in avoiding enemy contact. For *farrapos*, these were pacts designed to restrain Rio's military advance or possibly put the rebels into a position to extract better peace terms (KRAUSE and SPRECHER, 2006). Their best asset in these military pacts were the fighting *farrapo libertos*, whom they offered up but were reluctant to hand over; by some estimates, close to a thousand fearsome cavalry and infantry, enough firepower to dramatize *farrapo* intentions and strength.

From Rio's viewpoint, Rio Grande do Sul was both controversial and pivotal: *riograndenses* needed to be contained yet supported in their expansionist cattle-raising ways to benefit not only them but greater Brazilian territorial aspirations. The many decades-long push into the Banda Oriental had created a formidable, local, light cavalry that Rio needed to politically satisfy, as well as use as a counterweight to Spanish-American revolutionaries and governments. Geographically positioned on the fault line of Empires, the province was a perfect target for multiple machinations not just from within, but also from several outside points (VARELA, 1919). Its importance both strategically and economically demanded careful handling. But just as in other provinces, Rio Grande do Sul roiled in the 1830s with the politics and divisions of greater Brazil, and was a mark, as well, for ambitious caudillos who sought a chance to boost their reputations by eagerly contacting *riograndenses* not entirely innocent from their own desires (see FARINATTI, 2010; Ribeiro 2010). Once underway, the *farroupilha* entered the turbulent world of Juan Manuel de Rosas' Argentina and were enmeshed in the cunning stratagems of Fructuoso Rivera. The question was not whether the *convênios*, which both the *farrapos* and Rivera sought, would work, but whether they would be worth it. Time and time again, each disappointed the other with their futility, knowing that though troop transfers were at the heart of the deal, neither had sufficient and reliable troops to even loan temporarily.

Before and during the *farroupilha* and the Uruguayan *guerra grande* (1839-1852), the breakaway Brazilian province was the focus of Spanish-American revolutionaries, the important fourth piece in the famous Quadrilateral plans of the nationalist José Gervasio Artigas. His later disciples, including Fructuoso Rivera, carried forward his ideas on forming a confederation of riverine states, Uruguay, Corrientes, and Entre Ríos, to confront not only the growing centralized power of Buenos Aires, but Brazil, too (MESSIAS, 2018). There was an element of truth in those plans; several plots seen in stolen, forged documents purporting secret meetings of those

who actively wanted to detach Rio Grande do Sul from its sister provinces (BRASIL, 1887, [sessão secreta, 1833]). A suspicious but not yet inflamed Rio wanted explanations, though great economic forces at play would keep the breakaway province within the orbit of the Empire. Despite all that the rebels would accomplish in the *farroupilha*, sustaining a long struggle against a larger, better equipped opponent, declaring independence, setting up a small working government, and collaborating in several foreign *convênios*, they were unable to attain recognition or soldiers from the governments in the region, or even persuade a good majority of their own citizenry, for that matter, to follow the tricolors of their revolution. Perhaps just a third of the population, estimated at 150,000 souls, were active on the revolutionaries' side. Varela was more generous. He estimated a provincial population of 185,000, of which 12,000 left for Uruguay, leaving 45,000 within the lagoon zone, and those under *farrapo* rule at 138,000, but not all decided for, in an area a little less than size of France (1933, v.5, p.311).

Fortunately for the secessionists, Brazil in 1835 was paralyzed by the real trials of forging a nation. Rio mostly fretted about the seditious goings on in the south, unable to initially mount a proper response to September 20th worthy of an Empire (VARELA, 1933; 1919; 1929). Over the years, more often when times were less tense than when at war, *riograndenses* maintained surprisingly good collegial cross-border arrangement, their guarantees against what they believed were the autocratic excesses of Rio de Janeiro. Bento Gonçalves was a master of these intricate pacts with the Orientals, which improved his standing with Rio, who feared these closer ties. His 1833-34 *emigrado* associations had convinced him that he could push Rio even further to gain limited autonomy for his province (TJARKS, 1964). Once independent, the *farrapos* aggressively continued to try to strike new bargains with their platine revolutionary brothers.

Before plunging ahead to put down the more serious *farroupilha*, Rio chose to eliminate what were considered lesser regional threats, though the revolution's territorial reach and capabilities contained the seeds of existential loss, a catastrophic end to the very idea of the Brazilian Empire (CORRÊA, 2016). A forced withdrawal from the southern platine river systems would expose Brazil's entire interior to foreign powers. Naturally, the *farrapos* had to be dealt with or the contagion of succession could spread, leaving Brazil without its southern defenses. Conversely, there was a push and pull of fractious elements from the smaller riverine states to fraternize and draw closer, by employing *convênios*, with Rio Grande do Sul. Still, nothing was cut and dry, although an independent Rio Grande do Sul afforded every player, whether in or out of power, an additional layer of territorial protection, especially from Argentina's dictator Rosas, the most threaten-

ing to Brazil and the little *riograndense* republic. Rosas' principal objective in bringing the riverine states to heel opened up options for all, now greatly enhanced by the *farrapo* revolt. Brazil's fratricidal southern conflict turned the *farroupilha* into a chess match of sorts where certain caudillo masters tried to dominate *riograndense* *chefes* like pawns; however, the rebels' own consuming ambitions vaulted them onto the board. Presenting potential allies with gratuitous advantages, *convênios* were part of their plans (VID-AURRETA, 1987).

The moment seemed riper than ever for the circulation of misinformation in the post turbulent Independence era, with so many entities wishing to be viable states. Much was simply the result of poor lines of communication and a highly partisan press, but other news flows and reports were consciously manipulated; talk of army strength and margins of victory were cause for reportorial exaggeration (VARELA, 1919, v.2, p. 570-1; CV-10.135; 10.299). Caudillos and others were rightly suspicious of the outcomes of battlefield accounts or government bulletins, aware that friends and enemies were good at planting untruths and amplifying outcomes of deaths inflicted and the hordes they were facing. The use of spies reflected the porous nature of recruitment, discipline, and security. Spies sent out to gather intelligence returned with stories, while unverified claims from interrogations and volunteered information were hard to corroborate. Often the colonels would send their spies right into the enemy camp to report back on readiness, troop size, morale, and battle plans. That they could enter undetected and be immediately considered comrades engaged in idle campfire talk were indications not just of security lapses but the ease of coming and going (CV-10.197). Sifting through information took a discerning eye and an honesty to admit the presence of lies, deceit, infiltrators, and traitors (see CV-10.169; 10.197). The *farrapos* had plans to try to overcome some of these issues with a well thought-out provincial postal system, which linked *farrapo campanha* ranches to each other. However, it failed since the ground under their feet moved too quickly. When necessary, *farrapo* operatives were adept in simple encryption methods, but the most sensitive of all were left for face-to-face meetings of the principal actors or communicated by those entrusted with delivering important information (CV-7876). Highly delicate goings-on or instructions were tightly held by a small circle, and when explosive, affecting the standing of extremely prominent persons, as in the Porongos case, their embers soon burnt out (CV-3103).

Before September 20th, local provincial newspapers were extreme and partisan, seeding the ground for later perceptions about particular caudillos or governments. Information vacuums, quickly filled with oppos-

ing narratives and claims of deaths, reprisals, and the like were difficult to deny or substantiate. The vast majority of the province was illiterate, thus highly susceptible to forms of controlled information retold from newspapers, pamphlets, proclamations, or word-of-mouth. Bento Gonçalves and Almeida's famous 1838 Manifesto, for example, was an artful conveyor of inspirational propaganda that justified the rights of free men to revolt. Troops placed their trust in leaders to interpret what was real, but their rights and privileges were few, similar to those of their enemy. The *farrapo* mouthpiece, *O Povo*, admirably served its revolutionary function with judgements on the entire cast of platine actors. To prove *O Povo's* worthiness, editors Almeida and Luigi Rossetti, one of many Italians who assisted the revolution, filled its columns with high level commentaries and authoritative writings of famous world thinkers on best practices and forms of government, which gave additional credence to the revolution's higher principles compared to those of the decadent Empire they were fighting. One is left with the impression, though, that this was done in order to fill blank pages. To dramatize strength and to serve notice that the *farrapos* were far from being defeated, that their armies were not in decline but rather expanding, the rebels resorted to conventional pronouncements and governmental notifications, dutifully reported in *O Povo*. If war was to be waged on a large scale, the *farrapos* needed to provoke near- friends and enemies into believing the republic was a powerful adversary. *Convênios*, courting *emigrados*, and padding troop organizational tables had more potential as military recruitment tools, which were real military objectives, in and of themselves, containing elements of the truth and the realities of various moments; or at the very least deterrents, proving that the *farrapos* belonged to the platine world of new states.

Fabricating strength, though, was always secondary to the rebels' real dependence on Guard formations, on whom the *farrapos* relied on for their supreme self-confidence, knowledge of the terrain, and tactics that exploited their horsemanship (BENTO, 1992). Their cavalry exhibited the primitivism of horse fighters against the Empire's growing edge in manpower and resources. *Farrapo* National Guard cavalry were expert in the tactics of plains warfare, but the Empire had at its disposal the rebels' mirror image, *riograndense* cavalry loyalists. They were more than an imitation. Imperial cavalry composed of *riograndense* riders were coordinating with its vastly superior navy, able to rapidly reach scenes of action by way of steam and flatbed boats; and Brazilian mobilization in guns and men was rapidly building after 1837. In order to counter these advantages, the *farrapos* rationally chose to fight defensively, using space and time as their best allies. When stripped away, rebel military power, however, belonged to the colo-

nels of varied ambitions and revolutionary commitments, not necessarily to the newly established government or to the high command. At critical junctures they sometimes stayed away from calls to join major operations, as Bento Manuel did at Taquarí or Bento Gonçalves at Porongos. Much depended upon their inter-personal relationships, which were one of the reasons why provincial-wide operations were so few. The colonels were fine on their own.

Their war was, above all else, a conflict on and between borders; one in constant motion, always in the hunt for recruits among the dispossessed. Orientals and *riograndense* loyalists, as well, were in the mix for these hinterland deserters, bandits, vagrant cowboys, runaway slaves, Native Americans, and asylum seekers, to add to their citizen-soldiers. *Farrapo* officers vainly tried to hold on to those already attached to the National Guard. Placing their stamp on these elastic horse armies proved difficult for the high command, never mind those encountered by the ministry of war. Unwittingly, the Republic had inherited the obstructionist problems found in the militia and National Guard organizations (Ribeiro, 2010). To keep the colonels in line, as well as to keep them from living off the land, Almeida instituted a wide-spread confiscation program, while José da Silva Brandão tried to bring uniformity and process into military organization and procedures. Although everyone could profit from confiscation, it bred jealousies; and Brandão's rigid designs to bring order to the ranks ran straight into an individualistic gaúcho war-making culture. In the end, the two ministers were forced to accept elements of institutionalized chaos and the actions of the Republic's headstrong *estanceiro*-officers (SCHMITT, 2018; BENTO, 1992). Bento Gonçalves, too, time and again, had to ignore or accede to his colonels' complacency, warranting his own indecisive reputation.

With more than half the provincial population outside their direct control, recruiting became much harder, although the rebels still managed to conscript and attract men from the older major populated centers of the lagoon zone. At first, slaves were not on the agenda, knowing how sensitive men were to any whiff of abolition. But soon after their sacking of the principal *charqueada* center of Pelotas and seizing slaves off loyalist ranches, especially those in Uruguay, slaves were beginning to be seen in rebel ranks, first at Seival in September 1836, and then formally admitted into the Republic's 1st line at Piratini in November of the same year. There the rebels had re-established themselves after the disastrous loss at Fanfa, which partially decapitated the leadership. Left in charge of the Republic's military preparations were men who had extensive professional military backgrounds: Brandão, João Manoel de Lima e Silva, and José Mariano de Mattos, all outsiders, born in other provinces. Almeida, originally from Mi-

nas, held a militia title, too, but primarily served as the Republic's first treasury minister, developing steadier sources of finances to support *farrapo* armies in the field.

The *farrapos* assembled cavalry armies in the range of 3,000 to 3,500 troops during major operations. When first organized in November of 1836, *farrapo* armed strength was around 2,400 to 2,500 with a good chance of reaching 3,000 (CV-10.350). Most often they relied on smaller units and patrols in fast hit and run attacks (VARELA at times counted upwards of 4,500 VARELA, 1933, v. 5, p. 306; GUAZZELI, private communication believes considerably lower in the 2,500 range). In the war's last phase, under the *duque* de Caxias, Imperial forces eventually rose to an impressive 12,000 soldiers, about half of Brazil's entire national army, testimony to the *farroupilha's* importance, while the rebel army continued to suffer losses (ARA-RIPE, 1986). Next door were 23,000 Uruguayan combatants and outsiders who had joined the *guerra grande* (BARRERA, 2017). Every able-bodied male between settled land and the hinterlands had become fair game for army recruiters. With men at a premium there was a measure of brutality and depravity in assembling troops. Officers were forced to modify their contempt for conscripts, for once issued their mounts, a good number were likely to take off (CV-10.310-311). Resisters and deserters, if they were not ex-slaves, were treated rather well, and indiscriminate killings, rare (CV-10.205). There existed the notion that most men had a price in coin or well-being, which could turn them to one side or the other (See BARRERA, 2015 on the question of the art of violence in the Spanish-American provinces during the *guerra grande*).

To their credit, the ministries under Almeida, Mattos, Brandão, and a few others kept the colonels mostly satisfied and, importantly, apart from one another in order for the war to go on. As important as they were in their ministerial roles, the colonels would never have allowed a professional army to become the political instrument of Mattos, Almeida, Lima e Silva and Brandão, nor would they flood their ranks with Black troops. The absorption of confiscated slaves into the ranks and economy was a major issue everyone understood and avoided. Within the bounds of the confiscation program, unwritten restraints held *estancieiros* from creating unmanageable conditions which in the foreseeable future could lead to reprisals. When it came to the disposition of confiscated slaves, the needs of the *estancieiro*-soldiers paramount. Deprived of the protection of the law and citizenship, the *liberto* situation was conditional, harsh, dehumanizing and subject to their *farrapo* officers who feared the popular mobilization of armed and trained, politicized Blacks. By one respected colonel's count, the *farrapos* resisted signing up an additional 6,000 slaves they possessed.

(PAZ, 2015; PORTINHO, 1990, p.37). Numbers of this magnitude had the potential to radically change the war's course, but the *estanceiro*-soldiers kept a lid on accepting them as revolutionary comrades.

Certainly Mattos and Lima e Silva, the creators of the two Black brigades, were the leading advocates for more Black units. On this issue, the *farrapos* showed they could all fight on the same side, yet still fight amongst themselves. This aspect of the business of war offended Brandão and Bento Gonçalves, who saw the undeniable military value of the *libertos*; nevertheless, they bore the responsibility when it was so badly mismanaged and countermanded by those who ostensibly reported to them. Prized as fighters, although not recognized publically as such, the *libertos* were becoming indispensable diplomatic assets. Because rebel army recruitment was so haphazard and uneven, it never reached desired, maximum numbers; and, the *libertos* remained about a third of all forces. Importantly, unlike the National Guard cavalry, which generally fought seasonally and had easy furloughs, the two Black brigades were in service year round. *Estanceiro*-soldiers were afraid, then, that if the *liberto* numbers increased, their power would be even more difficult to curb, straining internal racial relationships and exacting a high price on their personal fortunes. *Estanceiros* never gave up on all the dangers inherent in slavery now exacerbated by war. Moreover, they had examples, reported in *O Povo*, of the bloody racial reckonings going on in the Northeast, a situation they found appalling.

Considered by the Empire the most fanatical of the *farrapo* ideologues, Mattos knew his best bargaining chips in any negotiations were his *liberto* soldiers. Their temporary transfer to the riverine states, implied in the offensive-defensive Cangüé alliance of 1838, would be codified at San Fructuoso in 1841. Immediately controversial, the *libertos* were a uniquely designed expeditionary force, a source both of strain and hope. A seasoned *farrapo*, Mattos knew deliverance would still come from the southeast. Cangüé, though, had addressed critical issues of mutual importance: hot pursuit across borders, and the elimination and the disarmament of *emigrados*, parts of the larger agreement, which pointed to reciprocal support and qualified recognition. Both parties wanted to contain or control spillover violence, yet realized that unrest, at times, actually was beneficial (VARELA, 1933, v.5, p.173). Better than anyone, Rivera had mastered the art of uncertainty, while protecting his flanks. At the time of Cangüé, a Rivera emissary was headed for Rio, looking for money. Hardly transparent, Rivera's double dealing was rebuffed, but itchy diplomats and governments savored his inventiveness, ready, at least, to listen and sometimes recompense (VIDAURRETA, 1987, p. 435). An unstable borderland was a vital source of troops, a place to remold bandits, deserters, runaways, *emigrados*, and others into their ranks. Insuf-

ficient will and avarice on Rivera's part, along with accumulated distrust on both sides, destroyed Cangüé's implementation, but it was an outline for the next *convênio*, again mostly directed by Mattos.

Mattos used the *libertos* as bait, but there was also an element of moral compatibility in his approach. Politically and philosophically, he aligned with Uruguayan republican progressivism in supporting fuller Black social and military participation to the point, later, of proposing emancipation for all *riograndense* slaves. The *libertos* were key, in his thinking, to securing not only *riograndense* independence, but insuring Rivera's dominance in Uruguay which, perhaps, would win the Oriental's gratitude. Mattos, though, had always distrusted him. His and the *farrapos*' extreme dislike of Rivera was reinforced after Cangüé, when the Oriental failed to follow through on his commitments. In 1841 the troop loans were explicitly stated, a more powerful instrument of violence. For Mattos, unlike many of his patriotic comrades, there was little downside in re-engaging Rivera's help. Mattos easily saw that in Rivera's world nothing was black or white; if you did not stand fully with him and his *colorados*, it did not necessarily mean you stood against him. Total opposition to Rosas, of course, was different. Militarily, an intertwined Uruguay and Rio Grande do Sul, on the surface, seemed a win-win, but the *farrapo* rural elite expressed an inescapable awareness that Uruguayan emancipation, long linked to caudillo recruitment, exponentially changed the odds if the *liberto* formations were charging around on the other side of their borders. Slavery had to remain untouchable (CV-10.349; LEITMAN, 1985).

To Brandão, these small, unstable, Spanish-American entities would benefit, at least on paper, from military pacts. As the war was going poorly, Brandão thought unwinnable, he appointed another *farrapo* luminary in April of 1839, Antônio Manuel Correia da Câmara, selected for his knowledge of platine diplomacy, to search for what were illusive *convênios*; to find a solution, any solution, to improve *farrapo* standing, or maybe give them a little more time (CV-3229; 3230). He was the Republic's best publicized secret, lobbying for diplomatic roles in Paraguay and Corrientes (VARELA, 1933, v.4, p.353). Da Câmara's background and career accomplishments surpassed those of Mattos, who was a talented and decorated soldier in his own right and who, one day, would become, oddly enough, the Brazilian Empire's minister of war. Da Câmara was haughty in the powers of his own career as a world traveler, participant in the Napoleonic wars, independent Brazil's first envoy to Buenos Aires, and especially greeted in his native province of Rio Grande do Sul with great deference. All this was most extraordinary, as he was the son of the Rio Pardo frontier (CÂMARA, 1964, 1970). Ponte Ribeiro, Brazil's premier diplomatic thinker, praised da

Câmara a true “visionary” (SOUZA, p. 399, n.263). Brandão’s selection of da Câmara came in the middle, and headlong into, Mattos’ second go-round with Rivera. Da Câmara had given much thought and was not shy on advice on how to handle the wily Oriental (CV-3229). But the reality was clear: the riverine states were riven with their own internal problems (VARELA, 1933, v. 4, p. 462-2). This could be said for the *farrapos*, too, clearly seen in the ministerial disarray of sending several emissaries into the field without explicit instructions. Mattos’ prior and current experiences and having the ear of Bento Gonçalves led to his success at San Fructuoso. The agreement’s outcome was just a larger illusion than Cangüé. Rather than bringing about *farrapo* independence through *liberto* military exploits in foreign lands, as called for in San Fructuoso, it sowed the seeds of the republic’s and the *libertos*’ destruction.

The *farrapos* were becoming cannier at exploiting these *convênios* as a cheap tool of statecraft to advance their interests, which, at a minimum, aimed to deter Rio. Especially welcoming was the chance to partner within the bounds of political causes dear to their own, the idea of autonomous republicanism. As Rio Grande do Sul struggled to achieve relevance, it found itself caught in a dilemma to assert itself as an independent state among rivals and potential friends while trying to find alliances in order to stand on its own. If the terms of San Fructuoso were carried out, the *farrapos* would have projected real force into foreign affairs, assisting Rivera militarily in Entre Ríos; but, unlike Cangüé, they would be the signatory that failed to deliver. Objectively, San Fructuoso was more potent than Cangüé, a calibrated escalation meant to convince Rio and Buenos Aires, to a lesser extent, that meddling into Rio Grande do Sul’s affairs would come at a high price, the unleashing of its *libertos*.

In the short term, knowledge of San Fructuoso’s existence raised rebel spirits, but only stiffened Rio’s resolve (Guazzelli, 2005; CORONATO, 2017). Theoretically, the *convênios* were far more effective for defense than offense, arousing more intrigue than warfare, since there was minimal intention to fulfill the offensive clauses, which called for troop deployments and exchanges. These kinds of negotiations were a never-ending, cat-and-mouse game played by small entities to confound larger enemies. They allowed vulnerable states to plant landscapes of fear, permitting *farrapos* to recover and then regroup to fight at a later date. Within the platine, *convênios* were unlikely to upend the contours of the established diplomatic order; yet, conceivably, had a cumulative effect tempering or even delaying larger invasions. The constant jockeying for favors enhanced individual ambitions, whereas stability curtailed the drive for profits in land and cattle, and plugged entry points into wider regional caudillo politics.

Unlike Cangüé, the *farrapos* had taken the lead to drive the negotiations for the San Fructuoso treaty, this time explicitly offering up *liberto* troop loans to Rivera. San Fructuoso spelled out the not insignificant numbers to be levied to Rivera: 200 cavalry and 500 infantry. In reality, what was a scare tactic shook not just the borderlands, but the corridors of power in Rio. Mattos and Bento Gonçalves may have been sincere about sending the *libertos* into the near- abroad, but the *estanceiro* officer class rejected their deployment on two counts: first, the loss of control over the *libertos* and, by extension, the loosening of the bonds of slavery; and second, extending too much power to an unreliable Rivera. To assure Rivera and demonstrate to Rio their intentions, Bento Gonçalves started to assemble troops (VARELA, 1933, v.5 p.384-6; 448; CV-570). At the highest levels, the Brazilian government responded by developing contingency plans to contain the *liberto* threat that imperiled Brazilian interests in the region. However, in the end, their plan to dissuade Rio backfired, making the Empire and Caxias more resolute; uncompromising when it came to the *libertos* and the war, yet more open and forgiving to *farrapo* officers.

Upping the ante after learning its contents, Rio's Minister of War José Clemente Pereira identified the San Fructuoso *libertos* as slaves, a total of a thousand "*organizados e agguerridos*." In highly confidential letters circulating in the Rosas camp, the *riograndense* troop numbers for the Entre Ríos expeditionary force had risen to 2,000 (BARRERA, 2013, p. 85). Heading this planned expeditionary force into Entre Ríos was one of the best rebel fighters, Antônio de Souza Netto, a close confidant of Bento Gonçalves and an *estanceiro* with extensive properties and slaves in the Tacuarembó. It was fair to assume that Mattos and Bento Gonçalves believed San Fructuoso would lead to other pacts with Corrientes, Entre Ríos, and Santa Fe (FIGUEIRDO, GUAZZELLI, 2017). Dangling the *libertos* was implicit in any future pacts, as it was at Cangüé (VARELA, 1933, v.5, p.354). San Fructuoso stunned Rio's highest officials with its news. Classified reports indicated Rivera's intention to take the Island of Martin Garcia with Black soldiers, expanding the war deep into Argentine territory. So dangerous was this troop transfer that it brought Rosas' envoy into talks with Foreign Affairs Minister Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, which nearly ended in a treaty for the two enemy powers to unite against the combined rising threat of Rivera and the *farrapos* in the La Plata. Calmer voices about *farrapo* intentions and realities were drowned out (LEITMAN, 1977, p.514-515). The legalist governor of Rio Grande do Sul believed the *farrapos* were using threats such as these to provide cover for their limitations, correctly coming to the conclusion that Bento Gonçalves would never voluntarily diminish his forces. Still, it was easier to believe otherwise. Reports on *libertos*

deserting ranks *en masse* proved untrue for the moment (LEITMAN, 1977).

José Clemente asked his *Conselho de Estado* to provide advice on how the *libertos* were to be dealt with during and after pacification, fearing these *libertos* could easily involve Brazil in a war with Uruguay, since it was extremely likely “... os escravos armados, procurem reunir-se ao General Rivera.” (GUAZZELLI, 2005). He highlighted several important realities: that the *escravos*, as he called them, were politicized; that Rivera’s recent abolition-related recruitment policies were especially attractive to ex-slaves who were fighting to secure their freedom; and that *farrapos* promises of conditional freedom and white officer command would be insufficient to keep them in check. Instead of saving the Republic, San Fructuoso redirected the war towards Caxias’ campaign of constant military pressure, amnesty, and monetary rewards, while all the time undercutting *liberto* strength.

Caxias never believed that the *farrapos* were entirely free from Rivera’s web, which had ensnared the *libertos*. Caxias, upon entering the *campanha*, felt no need to explain himself in rounding up *libertos* and placing them in irons. His intentions and instructions were clear (LEITMAN, 2018). Certainly, he had been made aware of the history of *liberto* military exploits and activities when he began his operations. Anyone in the higher circles of government and the army would have known of the brief rapprochement between Argentina and Brazil, brought about by San Fructuoso. And there were more disturbing links. Back in 1841, a large contingent of 100 Black infantry deserted *en masse* into Serro Largo, swallowed up into Rivera’s ranks, dispelling the notion that men without horses were less likely to flee service, and confirmed the inability of the *farrapos* to control their armed slaves (CV- 1736; 2016; 5411). Caxias certainly would have been briefed about such a mass desertion of *libertos*, but was not necessarily knowledgeable of the particulars of the July 1841 Durazno *convênio* that called for their repatriation (LEITMAN, 1985 p. 514-15). But now, they were Rivera’s men, and more could follow. Then again at the ill-fated conference of the riverine states at Paysandú, (1842) Bento Gonçalves, in an observer’s role, offered to contribute 700 of his infantry, more than the number embodied in the San Fructuoso accord; yet again, a threat intended for Rio’s consumption, since he did not have anywhere near this number (VARELA, 1933, v. 5, p. 66, 406-7). The most recent of the *convênios*, Cuareim, in March 1844, spoke volumes about Black insurrection, if only seen in the presence of the *farrapos*’ principal delegate Daniel Gomes de Freitas, a Bahian and former minister of war of the spectacular *sabinada* slave insurrection, especially close to general Netto, the most recalcitrant of rebel officers (LEITMAN, 2021). Caxias had more than an inkling of this last *convênio* of Black dangers, which he had penetrated.

Caxias would be proven correct about the existence of Cuareim, or perhaps even another agreement carrying similar clauses regarding *libertos*, which were later confirmed in the *farrapo* documents recovered at Porongos (LEITMAN, 2018; CÂMARA, 1970, v.2, p.531; CORONATO, 2017, p. 238). In his eyes, the *libertos* were the core of the rebel army and a lifeline to Uruguay; ghosts who were alive. He knew this as a military man, as did Rio, that acceding to rebel peace demands to bestow Imperial *alforrias* to secessionist slaves was the most dangerous precedent for a slaveocracy. For the most part, *riograndenses* were in agreement at the war's end on eliminating any *liberto* threat, and desired a return to normalcy when it came to the institution of slavery. After all, it was the very basis of their economy; and without slavery, expansion into the better Uruguayan grasslands would be imperiled. As the *libertos* had grown in importance within the deteriorating rebel armies, the *estancieiro*-soldiers' mind-set easily paralleled that of Caxias. Their Black comrades had become expendable.

Disorder existed everywhere in the Platine, where armies alone were unable to contain its spread. *Convênios*, the stuff of weak, internal allegiances, served as mechanisms for cross-border social control, temporarily helpful, but insufficient in preventing chaos. Despite what appeared to be a range of opportunities, the *farrapos* never struck any durable alliances with established nation states. Institutional failures, caudillo rivalries, and, most importantly, the lack of large dominant armies kept the situation fluid, forcing the *farrapos* to make these small, tenuous agreements, which materially did not affect their survival; however, the little *convênios* in the short term were successful in constructing images of future dangers. The attention paid to the *libertos* in the *convênios* lodged in Rio's mind, regenerating and mutating into policies and actions, which targeted them for dispersion and destruction, and accelerated the entire pacification process. The very idea of these *convênios*, with their projection of *libertos* militarily engaged across frontiers, was frightening and not easily dismissed. (GUAZZELLI, 2005; LEITMAN, 2018, 2021).

Certainly, Brandão, Mattos, Bento Gonçalves and da Câmara understood that ties were much easier to achieve on a one-to-one diplomatic basis than the grander *artiguista* idea surrounding the creation of a federated Mesopotamian state which required higher levels of cooperation and the ceding of certain powers (CV-3229). Despite their relationships, needs, and political stance, the *farrapos* were not inclined to surrender their independence since that implied a negotiated halt to expansionism. When they insisted that Rivera acknowledge their nationhood to trigger the 1841 *convênio*, he declined. He was savvy enough to know that the *farrapos* would never relinquish their *libertos*. He, too, had little leverage to influence *farrapo*

po decisions, never more evident than after his coming catastrophic Arroyo Grande loss in 1842. Once again, he took what remained from his broken army into the *farrapo* war zone. Only the comfort of time-honored sanctuaries were available; and, as important as they were in recharging caudillo comebacks, they were no substitute for an effective, working *convênio* that promised reliable sources of funds, supplies, and the option of borrowing trained, well-armed men. Maybe, there was too much profit in endemic borderland conflict to make frontiers more permanent or in accepting the bidding of regional caudillos, which would reduce the *chefes'* control over smaller, less wealthy lands (VARELA, 1933, 5, p.339, n.133; YOUNGER, 2011; CADY, 1969). True, the *farrapos* were accommodating with their cross-border neighbors; still, *riograndenses* were considered expansionists despite their complaints about Rio's poor record on achieving favorable *riograndense* frontiers. Actually, the turmoil helped *riograndenses* acquire additional ranches in the northern Uruguayan departments, where they already were dominant. Spanish-American caudillos, sensitive to this reach when they were not in the business of selling lands to them, reacted to events much like the *farrapos*, rather than in the development of precise, honorable agreements. Adhering to treaty clauses with aggressive cattle and land-hungry trespassers were dangerous propositions.

Along with the other institutionalists, Brandão, Almeida and Matos saw the revolution in decline before the *estanceiro*-soldiers did, which led to increasingly impulsive attempts to find ways out. This was a lens into the expansive open-ended *farrapo* approach to diplomacy, one more firmly based upon supposed past friendships than with ideology, pushed by desperation. While the rebels opened fragile lines of communication with several caudillos and nascent entities, their main focus was to resuscitate and expand upon Cangüé, which meant dealing again with Rivera. It was always Rivera. In this critical period the *farrapo* government sent out emissaries to Corrientes, Entre Ríos, and into the maze of intrigues in the bustling commercial ports of Montevideo and Buenos Aires. Some of these quasi-diplomats were noted military men, such as Bento Manuel Ribeiro, his son Sebastião, and others, including Italian commercial agents who had revolutionary bonds to the Brazilian insurrectionists (VARELA, 1933, v.4, p.463-4,514; CV-8033). Outwardly, the *farrapos* looked to harness the nationalistic winds blowing across Europe and Latin America, at least borrowing the language of the new revolutions, but the countervailing currents of *riograndense* regionalism dominated the conversation (VARELA, 1919, v.2, p.578-9, n.42). Apparently several important legalists, too, who disagreed with *farrapo* interpretations of republicanism were ready to step in to establish independence and republicanism. The *farroupilha* remained

centered on the colonels' homelands, where their capacity to raise troops was the greatest (VARELA, 1933, v.5, p.232). Bento Manuel, in negotiating a private land deal while on a critical diplomatic mission for the *farrapo* government, said it best in a moment of honesty: "*Estes tolos [including Bento Gonçalves] cuidam que eu vou trabalhar por elles, pore[m] eu vou trabalhar para mim*" (VARELA, 1933, v.4, 484-85).

The making of accords in times of war called for a rough calculus that young nations made in which one faction was determined to be more strategically vital than another. In dire straits, responding to factionalism defeats, territorial loss, and internal rivalries, Brandão rationalized that any signing was a deterrent to Rio's aggression. The *estanceiro*-soldiers less interested with these larger state issues were more concerned about cattle territory slipping away. Whether or not Montevideo recognized the Republic of Rio Grande do Sul, there was no way to escape its stranglehold on rebel commerce. Da Câmara understood this dependency, proposing to his leadership the benefits of acquiring and developing another port between Montevideo and the frontier. But the cattle trade to Montevideo's *saladeros* was too well established, and its merchants too rich, to permit competition. Spanish-Americans were not particularly anxious to help liberate their Brazilian-American republican brothers, which would upset their current cozy commercial ties; whereas, an independent Rio Grande do Sul, in control of its own ports and *charqueadas*, would again emerge as a more strengthened rival to be dreaded; more so, if they negotiating a more equitable commercial relationship with Rio (CV- 3229; 3237).

No matter how many *convênios* were considered, and the few signed, they were no remedy for being landlocked; a *campanha*-based state without revenue producing ports and resources, except for cattle. As unfavorable as trade was with Montevidean merchants, it kept the revolution alive. The *farrapos* laid siege to Pôrto Alegre three times, and failed to retake Rio Grande and Pelotas. A breakout expeditionary attack into Santa Catarina ended in a long retreat south (1839-40). Having their strength undermined externally, as well as from within their own leadership, the *farrapos* could do little after 1843 to check Caxias' relentless advance. They remained straddled between the São Gonçalo defensive front and the frontier, finding themselves positioned into ever tighter spaces. They had lost much of their initial advantages in mobility, which earlier had translated into the long-range lethality that had made them famous. Stringing together game-changing battlefield victories were, of course, a good antidote in solidifying independence, but, except for the monumental Imperial defeat at Rio Pardo, the *farrapos* failed to muster a sequence of consequential victories.

The *campanha* and the borderlands yielded no doubt the same number of men that it did in 1836 and, perhaps, less, as the *guerra grande* heated up. Without additional infantry, heavy guns, and a credible naval component beyond what Giuseppe Garibaldi constructed, the rebels were trapped inside their *campanha* stronghold. They were a new nation isolated from the rest of the world that produced next to nothing. What little they managed to make in their *trem de guerra* workshops were of poor quality and totally insufficient. Lead and powder needed to be carted in from Montevideo, as was practically everything else. Larger, productive *pelotense charqueadas*, the source of meaningful returns, as were the port revenue structures, were all in legalist territory. The *farrapos* and legalists conspired together in lively contraband, but this, too, eluded Almeida's coffers. The rebels had a few small *charqueada* operations, but shifting ground eventually placed them into enemy controlled territory. In order to just persist, the rebels needed a steady supply of reliable and effective recruits. To overcome their geographic dilemma and troop shortfalls, the rebels softened up Imperial defenses with counterpropaganda, imaginative inventions, and engaged *emigrados* and others who drifted into the borderlands.

Forced out of Piratini, the rebel capital since November of 1836, the little government re-located to Caçapava (January 1839). Facing pressure from all sides, Brandão began to renovate the entire military side of the enterprise. Within a few months he crossed swords with the mercurial general Bento Manuel, which numbered his days. For Bento Gonçalves and other decision makers, the choice was easy; they needed the lord of the Alegrete and his devoted followers' ability to win actual future battles. With a short window in front of him in which to act, an emboldened Brandão put forth plans to reorganize recruitment, his armies, logistics, and communications. Most of this flurry of activity was window dressing. It was in this same time frame that he appointed da Câmara as special envoy in search of *convênios*. In less pressing circumstances, the *farrapos* would have applauded this professional soldier for what seemed like a series of cold-hearted decisions. Spilling out of Caçapava, his decrees, orders and circulars stood little chance, however, of reinforcing sovereignty with real might and arms. But the bigger idea was to bolster spirits and demonstrate the government's firm control over the interior (VARELA, 1933, v.4, p. 282-3). He unleashed a paper torrent, some deliberately engineered to gain breathing room and time.

The most powerful of all his initiatives was the grand re-organization of the rebel armies, issued a few months following his departure from the war department. This was a document of numbers that hid decisive facts and was published without attribution in October of 1839 in *O Povo*.

Usually, such an important act would be introduced by a signed ministerial decree; but, in this case, either out of haste or the realization of its hidden potency, it was released; likely that either Mattos or Almeida, or both, thought it essential. Temporarily, Almeida had added the ministry of war to his portfolio. Perhaps, too, its timing would assuage the national grief over the death and commemoration of the revolution's most admired general, Lima e Silva. Both, if they had a hand in it, certainly would have been appreciative of its propagandistic and deterrent value which, undoubtedly, was Brandão's original intention (*O Povo*, 19 and 23 de Outubro de 1839).

Whether Brandão was presiding over his ministry or not, any real reformation of *farrapo* force tables was a masquerade. The army's establishment in November 1836, compared to Brandão's plan, seemed trite, transcending all reason, caution, or physical reality. Brandão was exercising his prerogatives, knowledge, and imagination to assemble a land force to match that of the Empire. His was a phantom army without even a sliver of a chance to be considered a force multiplier. The war was going on longer than expected, exacting a toll in funds and morale. More than ever, *riograndenses* expressed a restless dissatisfaction about serving. The patriotic fever of the glorious days of September 20, Seival (1836), and Rio Pardo (1838) were behind them when recruitment seemed easier. Restricted to mostly the *campanha* and its borderlands, enlistment opportunities were being vastly reduced; but, from the very beginnings of their rising, they had never fought with the numbers they claimed. During almost ten years of war, the largest rebel force that had gathered at Taquari in 1840 may have reached 3,500, according to the contemporary jurist and court historian Tristão de Alencar Araripe (Araripe, 1986, p.229). If Bento Manuel's forces had arrived, the number would have climbed, but he did not share the intensity of this critical moment (VARELA, 1933, v.5, p.38-9).

Officially, Brandão's organizational tables would have incredibly doubled the *farrapo* army, had it been at full strength. Brandão wanted Rio and other countries to see that they were building armies as well as a powerful, centralized state with a 1st line of professionals of almost 4,500, and 5,000 of National Guard cavalymen (BENTO, 1993, v.2, p.55; *O POVO*, p. 471). This was to be an army of invasion, not a guerilla army. But reorganization at these levels was nothing more than a pipedream, and Brandão knew it, as the revolution's expert in the disposition of men, horses, and guns. In the field in 1839, his armies totaled about 3,000 rebels pitted against 8,000 Imperial troops, of which 6,500 were active (VARELA, 1933, v. 5p 184-5). First, the army, as it barely existed, relied on foreign credits from undependable cattle drives, promissory notes, depredations, and appeals for contributions; and second, ideologically, any dramatic increase

in 1st line troops would more than double the number of slaves in the *liberto* infantry ranks alone. Brandão had company. Bento Gonçalves, wanted more Black infantry in order to hold territory and use in his negotiations with Rivera, who had shown his congenital need for Black troops. However, Bento Gonçalves thought filling out current rolls was more advisable than in creating new units (VARELA, 1933, v.5 p. 321-23; CARVALHO, 2013). The impossible sacrifices the plan required were left to others to imagine.

All the military men in the *la plata* faced these demographic challenges, some though, more creatively than others. Behind a bulwark of paperwork, Brandão's best defense was to attack in order to shore up confidence in the government. Rivera, on the other hand, resorted to hard-nosed tactics which had no standing in law and custom, exemplified in his depraved depopulation strategy which was not new, having used these extreme anti-civilian tactics before in the 1820s. Now, in the late 1830s, he was set to turn the Uruguayan interior into a desert to make it harder for his opponents to recruit and find remounts. He placed interior settlements onto carts, hundreds of them, to carry men, women, and children to defensible frontier points along the *riograndense* frontier. These villages on wheels carried thousands of people, far out numbering his escorting army (BARRERA, 2017). Along the frontier, his migrating settlements placed him in competition with the *farrapos* for recruits, while greatly opening up a monumental but temporary contraband commerce. Whether he assumed *emigrado* status or not, Rivera's contingents fought among themselves and simultaneously, with the larger forces of his immediate opponents, generals Manuel Oribe and Justo José Urquiza. *Farrapos* had lots in common with Rivera, continuing their contacts and negotiations with him, except when they had their own interests and security to consider. In a way, to complicate matters further, both *farrapo* and legalist-leaning ranches inside Uruguay were at risk, as were their slaves, as conscription targets. Across the border, legalist ranchers had become permanent *emigrados*; armed colonists with their own small private forces and, when convenient, allies. Otherwise, to the Uruguayans, they were just robbers (VARELA, 1933, v.5, p. 69,311).

Unlike Rivera's population transfers, the *farrapos* tried, hard as it was, to keep their interior a reservoir for recruits. Whatever the war brought, more than likely there was not much change in the number of its inhabitants; still relatively low, a reflection of the dominant cattle culture. Recruitment remained the rebels' most pressing problem. Legalists fled the zones that the *farrapos* controlled, which, through Almeida's semi-legal confiscation programs, led to temporary occupations by a foreman and a few peons, *agregados*, slaves, and others they could trust. Within their forces the *farrapos* continued with time-honored generosity, in furloughs and exemp-

tions, to ranching families, who had many sons. Ranchers who were fence-sitters merited some respect, but they, too, met the violence of bandits, deserters, and marauders who had similar desires to survive. Deserters received relatively mild punishments or were forgiven if they rejoined rebel units. Lenient Imperial amnesty, especially in the days of Caxias' march through the interior, depleted *farrapo* numbers faster than battlefield deaths. Over 2,000 rebels would accept Caxias' offers, including the most famous, who were once its most hardened rebels, including Almeida, Mattos, and da Câmara. Seamlessly, da Câmara now labored directly under Caxias' orders to fabricate an inviting diplomatic climate with Rivera.

Having and developing frank discussions over strength of force expansion certainly was advisable, but caudillos in the *la plata* and his own *chefe* compatriots, with knowledge of gaucho warfare, must have known Brandão's plan was removed from *riograndense* reality, which intimately rested on slavery. Even if Brandão's plan managed to increase levies to fill out his tables, there would be too many officers' sons to engage, promote and pay, according to Bento Gonçalves. Almeida's treasury was empty (VARELA, 1933, v. 5, p. 321). Perhaps, Brandão thought Rio would hesitate in order to reconsider its heavy investment. He was attempting to extend what was already a long, drawn out conflict. For the time being, his army of ghosts would have to do.

Unpredictable concentrations of hundreds of armed *emigrados* were a source of worry for Rio, less so for the *farrapos*, who often shared friendly political pasts. Having them inside the borderlands gave the *farrapos* new batches of recruits and a measure of diplomatic leverage with Rio, although they also could turn against their protectors. For out-of-power Uruguayans and others from the riverine states, asylum and refuge were a safety net and a place from which they plotted their return. Port merchants and *salaristas* sometimes were their comrades in ambition, given how fast events could turn. They, too, were agile in calculating the odds in their support of certain *emigrados*. *Riograndense* frontier commanders, though, were more natural allies of the *emigrados*, generous towards those in political trouble and on the run for their lives, knowing that one day the shoe could easily be on the other foot (BARRERA, 2013).

Aligning with a constellation of contenders increased the chances of being on the winning side, which could translate into rewards. Some *emigrados* operated like bandit-patriots, looting and rustling for one party or another, mounted and armed, ready to return when the time was right to invade their native lands or spend a little time to play a part in the host country's violence (VANDERWOOD, 1992). Borderland ranchers harbored

and welcomed them, while provincial representatives treated them warily, only asking that the *emigrados* be disarmed and kept in camps at respectable distances from the frontier. Of course these requests were overlooked. Restrictions on their activities as asylum seekers were difficult to enforce; and, if enforced, the *emigrados* simply slipped away. For decades, the borderlands survived on cross-border trade, smuggling, and rustling. Conflict dislocated men into *emigrados* and cattle herds into rustling and contraband targets in such incredible numbers to move international markets (CADY, 1969, p. 122-3). *Emigrados* confused already complex patterns, providing economic incentives to keep the borderland on fire (VARELA, 1933, v. 5, p.75).

Of all the numerous *emigrado* situations in the 1839-40 period, from the *correntinos*, *entrerianos*, *santefecinos*, who had entered the warring Brazilian province, the Oriental Lavalleja brothers were obviously the best candidates to cultivate (CV-10.166). With a history of successes and their close attachments with Bento Gonçalves, the rebels were becoming progressively cautious, believing they were now turning into Rosas' henchmen. (VARELA, 1933, v.4, p. 250). Though Rivera had chased the brothers into temporary exile, they remained good secondary candidates for an alliance. On separate, unauthorized diplomatic tracks, several prominent *farrapos* were re-engaging with the displaced forces of Antonio Lavalleja and his brother, while Brandão, during his tenure, was looking to take a more formal route at the state level. For him, regular state-to-state relationships offered the best chances for assistance and for increasing perceptions that *farrapo* armies were about to grow in orderly fashion.

Overly aggressive, the rebels never developed a coordinated official strategy needed to attain sustainable ties beyond local friendships. Accustomed to acting alone, rebel *chefes* sometimes used their own relationships and timing to reach out to *emigrados* and legalist enemies to strike accords, often without orders (CV-10.197). These were not the formal, signed *convênios*, but personal transitory agreements (VARELA, 1933, v.5, p.189, 205-6). The bureaucratic Brandão was looking for Uruguayan partners more established than those who were being hunted. Providing sanctuary, for instance, to the *correntinos* required a delicate hand; the *farrapos* wanted good relations with Entre Ríos without upsetting Argentina (CV-2935).

The line between authorized and unauthorized diplomacy was as ill-defined as were the borders, reflecting the scramble for allies. In the stateless zone of the Jaguarão, the Lavalleja *emigrados* drifted in and out of *farrapo* military units. In real terms, the *farrapos* reaped new support, even if temporary, from their presence. *Emigrados* were available to anyone with

power and money. In general, the *farrapos* were better at enticing men like these into their ranks, as they controlled the frontier. Experienced in horse culture and war, their willingness to fight for little or no pay found them singularly valuable to recruiters. Since they were up for grabs, it gave them agency, a measure of choice, but they, too, were subject to coerced conscription.

All the *farrapo* emissaries in the 1839-41 period were no match for an army of one, a person so consequential in determining the war's outcome, the Imperial consul in Montevideo Pedro Rodrigues Fernandes Chaves. As a *riograndense*, Chaves was intimate with the traits of every officer in the contest and was a special target of *farrapo* rage. He was the brother and confidant of the despised provincial president in the days of the September rising. Bento Manuel considered Pedro Chaves the head of the "*exaltados legalistas*," whose strong attachments to Portuguese commercial interests triggered the revolution (CV- 2337). The loyalist colonels who had blunted the separatists' attempts to sever the province also owed much to Chaves. Incensed *farrapos* labeled them *chavistas*. He straddled traditional diplomacy while operating in the dark geopolitical corners of the platine, masterfully sowing discord and false stories. Working behind the scenes in Montevideo, Chaves contained Rivera's influence with the *farrapos* while he advanced Brazil's principal strategic objective to inhibit their aggression. Chaves believed the *farrapos* were conducting an illegal and immoral war, allowing him to put aside the niceties of diplomatic and military etiquette. Although suspicious of legalist comings and goings, the *farrapo* consensus was that it was not in Brazil's interest to ally with Rivera; nevertheless, they should not discount "*convenções ...se fazem secretas, e mutuos auxilios se prestam, sob capa, que valem tanto, ou mais, que um public tratado...*" (VARELA, 1933.v.4, 249 quoting Almeida).

Besides finding and paying for horse herds for Imperial military use, Chaves blunted *emigrado* tendencies to affiliate with the *farrapos*. Nowhere was this more evident than in his support for the Oriental General Isás Bonifácio Calderon (CV-7711). Chaves was warmly companionable with many influential Oriental military men, but Calderon was, without question, the most important (VARELA, 1933, v.4, p.331). Chaves modified his secret Court instructions to use legalist ranchers in Uruguay, engaging, instead, Calderon's men to operate within the Brazilian province's borders. On their own, some powerful ranchers attached themselves directly to Calderon, bringing along *emigrados*; in one case, "*extraviadas entrerrianos*" from the battle of Cagancha (1839) (VIDAURRETA, 1987; VARELA, 1933, v.5, p.25). Many established *riograndense* ranchers in Uruguay sought a modified neutrality from recruiters from all sides in going after dubious Por-

tuguese citizenship (CV-7883). Calderon's checkered past as an *artiguista*, Brazilian army general, nationalist warrior, a career remarkably imitated by many others, was secured for the moment by Imperial monies. He operated inside the rebellious province, literally as Chaves' Imperial partner, with an army-sized force of about 500 troops. A hybrid militarist, he was part mercenary and part *emigrado*, scattering such anti-Imperial *emigrados* to the winds, and confronting *farrapo* contingents. Promoted as a dangerous state-backed bandit, Calderon disrupted *farrapo emigrado* enlistment efforts while deftly adding legalist ranchers in Uruguay. His army was so strong and well equipped, it sacked the *farrapo* capital at Caçapava (March, 1840). Declared states of war and appointments had turned Calderon's banditry legitimate, an undeclared arm of the Empire.

As the Brazilian consul in Montevideo, Chaves had what the *farrapo* emissaries did not, considerable amounts of fungible funds. Not only did he pay Rivera off on a regular basis, he also had the government's cabinet in his pocket (VARELA, 1933, v.4, p 318-20). Chaves was not necessarily docile in the face of Rivera's diplomatic abuse, but by feeding him money he kept the Oriental somewhat in check, knowing him so well, and took little offense when Rivera went directly to Rio in search of sweeteners; nor could he stop Rivera from his calculations with the rebels, for this was Rivera's method to pull hard at Imperial purse strings (VARELA, 1933, v.5, p. 123). To a lesser degree, Rivera used the *convênios* and the talks around them to extort small amounts of money from Almeida's treasury; but it was Chaves who held the keys to apparently unlimited funds, not unknown to the *farrapos*, who understood Rivera's primary motivation (CV-7880). Mattos in a cipher to Brandão, explained that Rivera "...adora cegamente o ouro, sua divindade" (CV- 2922). Everyone knew that these secrets, just like the *convênios*, were no secret at all.

Still and always a force to be reckoned with, Rivera, like others of his type, struggled to recruit full troop compliments. A profligate spender, he often ignored his own men. Notorious for not paying his troops, Rivera's armies suffered desertions and discipline issues. Nevertheless, by force of personality, he maintained an astounding visibility to rally recruits, a trait not lost on Chaves. Always skating on the edge of bankruptcy, Rivera gathered funds to invest in land, in one episode purchasing 16 *estâncias*. (VARELA, 1933, v.4, p. 326). Open to the entreaties of important legalist ranchers in Uruguay to raise small private armies of "*partidarios ou mercenaries*," Rivera would do so for a hefty price (VARELA, 1933, v. 5, p 123). Playing no favorites, Rivera used his elite connections to deal with *farrapo* commanders separately from the ministers, such as Canabarro, for off-the-book loans (VARGAS, 2021, p.27-28). A proud, conceited Rivera traded in land,

favours, and allegiances with multiple, sometimes opposing, leaders and governments, remaining one of his nation's champions even though defeated innumerable times, having torn the faithful from their homes, and openly protected his own interests above those of the country he served.

FINAL CONSIDERATIONS

The Empire, unlike the *farrapos*, had at its disposal near limitless manpower, and, importantly, had retained the allegiance of several cavalry officers: tactical masters like Bento Manuel, Pedro de Abreu, Manoel dos Santos Loureiro, Manoel Marques de Souza, and João da Silva Tavares, who could match the *farrapos* at their game. Naval dominance of the coast, lagoons, and navigable rivers sealed *farrapo* destiny to their *campanha*. In coordination with Caxias' land forces, Imperial power applied unrelenting pressure, boxing the rebels into tighter spaces in the interior, capturing along the way most of the little cattle towns by 1843 and 1844. Bagé had fallen, leaving the rebels only Alegrete on the border, its fourth and last capital. The *farrapos* were in continuous competition with loyalists, Orientals, and amongst themselves for recruits across several fronts (CV-10.186). Rebel army organizational charts were always aspirational, reflecting what was an ad hoc army operating out of small semi-autonomous and constantly changing units, with the *emigrados* and *convênios* better bets for building out their armies after 1838, but here, too, these tactics provided little chance for them to mount real counteroffensives.

In sum, the *convênios* were inexpensive ways for the *farrapos* to exaggerate their prowess and emergence as formidable stakeholders to their Spanish-American provincial neighbors, also serving as deterrents to keep Brazil and Argentina in check. Losing adherents, the *farrapos* struck one pact after another with Rivera with the hope of receiving a little respect and perhaps delay Brazil's assaults or, at least, provide them with an improved negotiating position. Perhaps Brandão, Mattos, Bento Gonçalves, and the others involved were so desperate for some kind of presence, they were willing to take chances on being played, while they, too, had learned to play Rivera. Caxias was fast becoming the new *senhor* of the *campanha*, having taken the war to the frontier where Rivera lurked. Of course, Rivera and the *farrapos* pursued their own agendas, but to dismiss the dangers of mutual troop transfers would have been a dereliction of Caxias' duties and a dangerous problem for Brazil. Caxias' force was colossal for the day. It was easy for every *farrapo* in the rapidly disintegrating army to understand the math that even a war of attrition would end badly. Re-integration into the Empire with its accompanying rewards was a rational imperative, eas-

ier and preferable.

Ironically, the only consequential agreements, or better stated, understandings that the *farrapos* struck, were with Caxias. The first resulted in the Porongos massacre and the decimation of what remained of their army, the *libertos*. This secret sellout, smacking of treason, was between enemies. Not only did it end the revolution, but re-asserted authority over their internal enemy, the perils inherent in the institution of slavery (TAYLOR, 2013). The second, the so called Peace of Ponche Verde (1845), was a gathering of *farrapo* military officers who basically had agreed to their own demands. Caxias was not far away, but did not attend nor did he sign the peace (FLORES, 2004).

The *convênios* also have a place in the great debate in the historiography of the *farroupilha*; the struggle over its separatist nature. There were some republican ideologues who wanted a republican-federated state associated with Brazil, and others within the movement who sought an independent state akin to other riverine provinces, perhaps as part of a larger confederation or one which would cede little of its sovereignty. Most *riograndenses* were outside politics and had no real voice: the indigenous, *libertos*, slaves, peons, *agregados*, and others without property and position. Those *riograndenses* involved in the fighting were split into two warring camps, for the *farroupilha* was not just a struggle for autonomy after 1836, but a civil conflict in which former National Guard cavalry fought each other. Probably just as many *riograndenses* stayed affiliated with the Empire; and still others waived, watching which way the wind would blow. The violence in one place, Rio Grande do Sul, became fodder for the narrow nationalism of the other, Rivera's Uruguay, as these two neighboring provinces were factionalized. Caxias capitalized on these differences existing in both, and, by his defanging of the *libertos*, removed any possibilities for new *convênios*, if the war were to persist into a purely guerilla affair. There were at least five recorded *convênios* with Rivera: the Treaty of Piratini and Durazno were preludes to Canguê and San Fructuoso, respectively, and the last in Cuareim, 1844, were, on the surface, military pacts, with intentions to encourage a harmony of interests and present new facts on the ground. But the levels of distrust were too entrenched to overcome. Though stipulated, neither the *farrapos* nor Rivera really desired mutual troop transfers. Rio Grande do Sul, like Rivera's Uruguay, wanted to retain their own horse armies, placing them in the mercenary business in the near-abroad posed too many risks. Of course, Rivera would have welcomed the one-way transfer of *libertos*, but that was never in the cards, as slavery was of paramount interest to *riograndenses* who were inward looking expansionists, taking their slaves with them into the Uruguayan regions north of the Rio Negro.

At the *farroupilha's* end, most *farrapos* were eager to move on, anxious to receive Caxias' payouts (SILVA. 2015, 2016). Following Ponche Verde, only General Netto, expressing extreme displeasure, fled to his properties in the Taquarembó, apparently without any intention of regenerating the revolution; and he, too, would return to serve the Empire. With Netto pulling political camouflage over his conscience, the last of the separatists had abandoned the cause.

REFERENCES

- ARARIPE, Tristão de Alencar de. *Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto e Geográfico do Brasil*. Porto Alegre: Corag, 1986.
- ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. [AHRs, Coleção Varela, CV]. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, Vols. 1-24; 1977-2020.
- AXT, Gunter (Org.). *As Guerras dos Gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- BARRERA, Mario Etchechury. 'Chinas, guayaquises y jente que no es de armas. Algunas consideraciones sobre eo impacto social de la Guerra en Montevideo y su hinterland rural (1842-1845). *Prohistoria*, Ano XX, num 28, Homenaje a Juan Carlos Garavalia, dic. 2017, p. 129-147.
- _____. 'La devastación"como cálculo y sistema'. *Violencia guerrera y faccionalismo durante las campañas del Ejército Unido de Vanguardia de la Confederación Argentina (1840-1843)*, *Foros, Programa Interuniversitário de História Política*, B.A., 2015.
- _____. 'Una Guerra en busca de sus autores. Algunas notas metodológicas sobre la conflictividad regional en el Río de la Plata (1835-1845) *Illes I impero. Estudis d' historia de les societats en el mon colonial I poscolonial*, n. 15, Barcelona, 2013, p. 75-100.
- BENTO, Claudio Moreira. *O exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2 vols., 1992.
- BRASIL. *Câmara dos Deputados*. Rio: Typographia de Viuva, Pinto e Filho. 1887, pp. 201-216.
- CADY, John F. *Foreign Intervention in the Rio de la Plata, 1838-50: A study of French, British, and American Policy in relation to the Dictator Juan Manuel Rosas*. New York: AMS Press, 1969.
- CÂMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 2 vols, 1964; 1970.

- CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade: Experiências escravas de recrutamento, Guerra e escravidão: (Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850)*. Tese, UFRJ, 2013.
- CAXIAS, Barão de. In: COSTA, Canrobert P. da (Org.). *Ofícios do Barão de Caxias, 1842-1845: como presidente da província do Rio Grande do Sul e comandante em chefe de exército em operações contra os farrapos*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950.
- CORONATO, Daniel Rei. *Diplomatas e estanceiros: o Brasil e a busca pelo equilíbrio de poder no Prata (1828-1852)*. PUC, São Paulo, 2017.
- CORRA, Luiz Felipe de Seixas. Honório Hermeto Carneiro Leão, the Marquis of Parana: Diplomacy and Power in the Plata. In: PIMENTAL, José Vicente de Sá (Ed.), *Brazilian Diplomatic Thought: Policymakers and Agents of Foreign Policy (1750-1964)*. FUNAG, v.1, 2016, p.237-74.
- FARINATTI, Luís Augusto. Cabedais militares: Os recursos sociais dos potentados da fronteira meridional (1810-1845). In: POSSAMAI, Paulo César (Org.), *Gente da Guerra e fronteira: estudos de História militar do Rio Grande do Sul*, Pelotas, UFPel, 2010, p. 293-306.
- FIGUEIREDO, Joana Bosak de, GUAZZELLI, César Barcellos. Región y nación: el Rio Grande insurgente, entre el império de Brasil y las Repúblicas del Rio de la Plata (1838-1842). *Revista de História Social y de las Mentalidades*, vol. 16, n. 2, 2012, p 9-43.
- FLORES, Moacyr. *Negros na revolução farroupilha: traição em Porongos e farsas em ponche verde*. Porto Alegre: EST Edições, 2004.
- FRADKIN, Raúl Osvaldo and RATTO, Silvia. El botín y las culturas de la guerra en el espacio litoral rioplatense, *Amnis*[online],10, 2011.
- GUAZZELLI, César Augusto. A república rio-grandense e o Rio da Prata: a questão dos escravos libertos, *II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre: 2005.
- _____. La república rio-grandense y el retorno de la “Pátria Grande” (1838-1843), *Pasado Abierto*, n.2 Mar del Plata. jul-dez, 2015, p.153-196.
- KRAUSE, Volker and SPRECHER, Christopher. Causes and consequences of military alliances: concepts, theory, evidence. *Journal of Peace Research*, v. 43, n.4, 2006, p. 363-369.
- LEITMAN, Spencer L. Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX: in
- DACANAL, Jose Hildebrando (org.), *A revolução farroupilha: história & interpretação*. Pôrto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p 61-78.

- _____. The Road to Porongos: haitianismo and artiguismo in the massacre that ended the farroupilha, 1835-1845, *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 13, n.25, Edição Especial de 2021, p. 558-591.
- _____. Why Porongos: A new perspective on the massacre that ended the Farroupilha. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a.179 (476), jan./abr. 2018, p. 127-156.
- McPHERSON, James M. *Battle Cry of Freedom: The Civil War Era*. New York, Ballantine Books, 1988.
- MESSIAS, Talita Alves de. A Guerra Grande e a província de São Pedro (1839-1852), *Revista do IHGRGS*, n.154, julho de 2018, p. 89-114.
- MIRANDA, Marcia Eckert. “A Revolução Farroupilha e a República Rio-Grandense, o arquivo, as coleções e os anais”, *Acervo*, Rio de Janeiro v. 29, n.1 jan.-jun., 2016, p. 162-177.
- MONSMA, Karl. Words Spoken and Written: Divergent meanings of honor among elites in nineteenth century Rio Grande do Sul, *Hispanic American Historical Review*, v. 92, n.2, 2012, p 269-302.
- MUGGE, Miqueias, H. Antes do mito: soldados-cidadãos do Guarda Nacional do Rio Grande de Sao Pedro, (1850-1873), *Varia História*, v. 34, p. 123-164, 2018.
- MUSEU e Archivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Documentos Interessantes para o estudo da grande revolução de 1835-1845*, 2 vols. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930. [O Povo].
- OLIVEN, Ruben. *Tradition Matters: Modern Gaucho Identity in Brazil*. New York: Columbia University Press, 1996.
- PALERMO, Eduardo R. “Como continuación del Río Grande del Sur” La hacienda sul-rio-grandense esclavista en el norte uruguayo (sec 19), in: MAESTRI, Mário. *Peões, gauchos, vaqueiros, cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoral no Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2009, p. 92-130.
- PAZ, Gustavo. Popular War: Gauchos and the Challenge to Elite Power in Northern Rio de la Plata in the Revolutionary Period. *Almanack Guarulhos*, n.11, 2015, p. 633-46.
- PORTINHO, José Gomes. *Achegas à Araripe* (Guerra civil no RGS). In: DORNELLES, Mário Pacheco (org.). Porto Alegre: Grafica Feplam, 1990.
- RIBEIRO, José Iran and FARINATTI, Luís Augusto. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul), *La Asociación Uruguaya de Historia Económica*, Montevideo, 2011.

- RIBEIRO, José Iran. “Tudo isto é indiada coronilha(...) não é como essa cuscada la da corte”: O serviço militar na cavalaria e a afirmação da identidade rio-grandense durante a Guerra dos farrapos, In: POSSAMAI, Paulo César. *Gente de Guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 2010, p. 111-128.
- SCHMITT, Ânderson Marcello. “Se não cuidarmos em conservar as estâncias, donde e como teremos o necessário para sustentar a Guerra?": as propriedades embargadas durante a guerra dos farrapos (1835-1845). *Revista Cantareira* n. 28, 2018, p. 5-14.
- SILVA, Camila. *Arquivo, história e memória: o processo de constituição e patrimonialização de um acervo privado (a coleção varela-ahrs), 1858/1936*. São Leopoldo: Unisinos, 2019.
- SILVA, Juremir Machado da. *Dez verdades sobre a revolução farroupilha*. Porto Alegre. Disponível em: < <https://www.correiopovo.com.br/blogs/juremirmachado/dez-verdades-sobre-a-revolu%C3%A7%C3%A3o-farroupilha-1.311553>>, Acesso em: 2015.
- _____. “Quatro dias de inferno”: notas frias, indenizações, bolsa, e corrupção na revolução farroupilha. *Jornal Correio do Povo*, 14 set. 2012.
- SOUZA, José Antônio Soares de. *Um diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.
- TAYLOR, Alan. *The Internal Enemy: Slavery and War in Virginia, 1772-1832*. New York: W.W. Norton & Co., 2013.
- TJARKS, Alicia Vidaurreta de. “Nuevos aportes sobre la revolución de Lavalje de 1834,” *Universidad*, 60, abril-junio, 1964, p. 243-272.
- VANDERWOOD, Paul J. *Disorder and Progress: Bandits, Police, and Mexican Development*, Wilmington: Scholarly Resource Books, 1992.
- VARELA, Alfredo. *Duas Grandes Intrigas: mysterios internacionaes attinentes ao Brazil, Argentina, Uruguay e Paraguay*, Pôrto: Edição da Renascença Portuguesa, 2 vols, 1919.
- _____. *História da Grande Revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.
- _____. *Política Brasileira: interna e externa (documentos inéditos)*, Porto: Livraria Chadron de Lello & Irmao, 1929.
- VARGAS, Jonas Moreira. “Nos caminhos de São Gregório”: as hierarquias sociais na fronteira do Brasil com o Uruguai o commando regional do brigadeiro David Canabarro (C.1831-1865), *Almanack*, Guarulhos, n. 27, 2021.

VIDAURRETA, Alicia. Los farrapos y el Rio de la Plata, *Jahrbuch fur Geschichte Lateinamerikas*, n.24, 1987, p.417-454.

YOUNGER, Joseph P. “*Monstrous and Illegal Proceedings*”: Law, Sovereignty, and Factional Politics in the Rio de la Plata Borderlands (1825-1875), Ph.D., dissertation, Princeton University, 2011.

Submetido em 28/03/2022

Aceito em 02/11/2022

A REINVENÇÃO DA CULTURA GAÚCHA: NA ALMA E NA VOZ DOS CANTAUTORES

THE “REINVENTION” OF THE GAÚCHA CULTURE: IN THE SOUL AND IN THE VOICE OF THE CANTAUTORES

André Foletto Curvello¹

RESUMO

O presente artigo busca expor e desenvolver uma hipótese analítica relativa à compreensão do sentido imanente a um conjunto de inovações que podem ser observadas contemporaneamente no âmbito artístico da cultura gaúcha. Inovações essas relacionadas à produção fonográfica dos “cantaautores” (categoria analítica de inspiração êmica) e aos festivais de imersão para composição de canções — ritual característico da cultura gaúcha. Ao examinar de forma sistemática e qualificada essas inovações e a sua relação com o processo histórico de desenvolvimento da cultura gaúcha na contemporaneidade, a análise chega à conclusão de que o que caracteriza e particulariza esse processo mais amplo é a emergência de um processo de reinvenção cultural que relaciona a globalização, os “cantaautores” e os festivais de imersão, através de um “problema” colocado contemporaneamente pela cultura gaúcha relativo à ampliação do seu alcance.

Palavras chaves: Cultura Gaúcha. Contemporaneidade. Reinvenção. Cantaautores. Festival de Imersão.

ABSTRACT

This article seeks to expose and develop an analytical hypothesis related to the immanent meaning to a set of innovations that can be observed contemporarily in the artistic scope of the gaucho culture. These innovations are related to the phonographic production of “cantaautores” (analytical category of emic inspiration) and to immersion festivals - a characteristic ritual of the gaucho culture. By systematically and qualifiedly examining these innovations and their relationship with the historical process of contemporary Gaucho culture development, the analysis comes to the conclusion that what characterizes and particularizes this broader process is the emergence of a cultural reinvention process which relates the globalization, the “cantaautores” and the immersion festivals, through a “problem” posed by the gaucho culture regarding the expansion of its reach.

Keywords: *Gaúcha Culture. Contemporaneity. Reinvention. Cantaautores. Immersion Festivals.*

1 Mestre em Ciências Sociais pelo programa de pós graduação em Ciências Sociais da UFSM.

INTRODUÇÃO

A “cultura gaúcha” pensada enquanto âmbito simbólico singular “relativamente” autônomo no qual participam, fundamentalmente, parcelas dos contingentes humanos que habitam a “paisagem” platina e, portanto, os Rio-grandenses, ainda que em razão do seu caráter transnacional² não se limite a eles, encontra no contexto cultural relativo ao Estado do Rio Grande do Sul uma de suas vertentes mais dinâmicas. Esse dinamismo se deve, em grande medida, a uma série de movimentações e eventos de cunho cultural que se sucederam ao longo do último século no Estado.

Com o advento do tradicionalismo, iniciado com a criação do primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG) em 1947 na cidade de Porto Alegre, inaugura-se uma nova fase de efervescência e expansão da cultura gaúcha no contexto brasileiro.³ Posteriormente com a criação dos festivais de música nativista e de imersão para composição de canções nos anos setenta, a partir da realização da Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul e do Festival da Barranca, a cultura gaúcha encontra na canção e nas práticas relacionadas a ela um novo estímulo. Tal estímulo, a meu ver, foi responsável por tornar a dimensão artística da cultura gaúcha um dos seus âmbitos de maior compartilhamento na contemporaneidade.

Diretamente relacionados a essas movimentações, concorreu para influenciar de forma decisiva o processo de desenvolvimento da cultura gaúcha no Estado do Rio Grande do Sul, o conjunto de transformações sociais de larga escala pelos quais o Brasil passou no último século. O êxodo rural e a precária urbanização, o desenvolvimento da indústria cultural e da tecnologia da informação, ao ponto de chegarmos ao século XXI num contexto de “relativa” generalização do acesso à internet, são alguns exemplos de circunstâncias que, ao conduzirem à situação que conhecemos contemporaneamente como globalização, fundamentalmente no que diz respeito ao seu aspecto informacional, impactaram sobremaneira esse processo.

Na verdade, a experiência histórica parece indicar que é a partir das tensões geradas por essas transformações de larga escala na sociedade Rio-grandense, que o processo cultural relativo à cultura gaúcha no contexto

2 Por ter se originado no período colonial e, portanto, antes da definição e consolidação das fronteiras territoriais entre os Estados Nação platinos, a realização da cultura gaúcha contemporaneamente transcende essas fronteiras assumindo em cada “região” ou país características próprias que a diversificam relativamente.

3 Essa expansão foi tão intensa que o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), entidade que configura uma espécie de comitê central que reúne todos os Centros de Tradições Gaúchas (CTG) espalhados pelo mundo, “reivindica ser o maior movimento de cultura popular do mundo ocidental com dois milhões de participantes ativos.” (OLIVEN, 2006. op. cit. p. 13).

brasileiro se desenvolve e se determina em termos históricos.⁴

Nessa perspectiva, como participante da cultura gaúcha, nos últimos anos conforme me inseria no contexto das práticas que constituem o seu âmbito artístico (musical), passei a observar a ocorrência daquilo que me pareceu ser um conjunto muito interessante de inovações com relação, fundamentalmente, às canções e sua produção. Novas formas, novos temas, novos arranjos, novas combinações, novas linguagens, emergiam da obra de atores engajados nessas práticas.

Esse processo de inserção no campo artístico da cultura gaúcha (iniciado em 2015) e a descoberta desse conjunto de inovações alcançou seu termo quando passei a participar de um tipo muito particular de evento: o festival de imersão para composição de canções, evento que classifico como um ritual característico da cultura gaúcha. Participar de alguns desses rituais e, nesse sentido, um deles em particular, o festival da Taipa, em razão dos aspectos que eles encerram e do caráter inovador das canções que resultam desse tipo de encontro, levou-me a procurar compreender, desde um ponto de vista mais amplo e histórico, o sentido imanente a essas inovações e de que forma elas se relacionam com o processo de desenvolvimento da cultura gaúcha na contemporaneidade.

Na tentativa de avançar na compreensão desse processo de continuidade pelo qual a cultura gaúcha se desenvolve e se reproduz contemporaneamente, ao examinar de forma sistemática e qualificada essas inovações, cheguei à conclusão de que o que caracteriza e particulariza esse processo mais amplo, pelo menos em relação ao seu âmbito artístico, é a emergência de um processo de reinvenção cultural que relaciona a contemporaneidade, a globalização, os “cantautores” (categoria analítica de inspiração êmica) e os festivais de imersão, através de um “problema” colocado pela cultura gaúcha relativo à ampliação do seu alcance.⁵ Com efeito, esse

4 Transformações que estão diretamente relacionadas à forma com que o capitalismo se desenvolveu e continua se desenvolvendo no Brasil.

5 Essa análise faz parte de uma pesquisa de caráter etnográfico desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFSM como requisito para obtenção do título de Mestre. Com relação ao conjunto de experiências que fundamentam a reflexão (os dados empíricos), é importante dizer que eles resultam de uma longa trajetória de inserção no contexto das práticas que constituem o âmbito artístico da cultura gaúcha iniciada em 2015. Ao longo dessa trajetória, seria enganoso da minha parte afirmar uma separação entre aquilo que diz respeito ao pessoal e aquilo que diz respeito ao pesquisador, no sentido de primeiro ter definido os aspectos da pesquisa etnográfica, da qual a reflexão exposta nesse artigo faz parte, para só depois ir a campo executá-la como “pesquisador”. O que, a bem da verdade, é totalmente coerente, como advoga Ingold (2016, p. 405) ao criticar os protocolos da metodologia positivista, com a investigação antropológica criteriosa que tem como princípio “o compromisso aberto e de longo prazo, a atenção generosa, a profundidade

artigo busca justamente desenvolver e expor tal hipótese

1 CULTURA GAÚCHA E CONTEMPORANEIDADE

Avançar na compreensão do processo histórico de uma cultura particular constitui sempre um desafio para o entendimento, ainda mais quando o momento escolhido para constituir o foco da análise é a contemporaneidade.

Esse desafio se deve basicamente a duas questões. A primeira delas diz respeito à contemporaneidade. Dado a circunstância de os fatos em análise ainda estarem “quentes”, por assim dizer, ou seja, não terem recebido o verniz do tempo, a princípio, sua interpretação pode estar mais sujeita a equívocos. De outra parte, pelo fato de os vivenciarmos, nossa capacidade de interpretá-los, a princípio, também cresce dada a nossa proximidade. Independentemente desse aparente contraste entre pontos de vista, o maior desafio com relação à contemporaneidade parece dizer respeito ao entendimento de o que de fundamental a caracteriza enquanto temporalidade presente.

A segunda questão, por sua vez, diz respeito à cultura. Quando se busca avançar na compreensão do processo pelo qual uma cultura se desenvolve e se determina, ou seja, realiza-se no espaço e no tempo, faz-se necessário termos um entendimento teórico preciso acerca do conceito de cultura a ser utilizado para relacionar as experiências que compõem os dados empíricos da reflexão para que, assim, não haja equívocos em relação à interpretação que é dada aos aspectos da totalidade da realidade ao qual se está fazendo referência.

Nessa perspectiva, a pretensão aqui não é apresentar uma definição universal acabada de um conceito de cultura ou do sentido da contemporaneidade, muito menos aprofundar uma discussão nesse sentido, o que, exigiria uma discussão que extrapola o âmbito desta reflexão. O que se busca, através do conceito de cultura e da caracterização de aspectos considerados fundamentais com relação à contemporaneidade, é poder relacionar o nível mais amplo e abstrato de uma realidade cultural histórica com o nível das vivências e das práticas coletivas a fim de avançar no conhecimento dessa realidade.

relacional e a sensibilidade ao contexto.” Na verdade, a pesquisa resulta de um longo processo de aprendizagem, de educação da atenção (INGOLD, 2010), em que, só depois de ter experienciado, na forma da observação participante, um conjunto de vivências e ter buscado aprender com elas, foi possível elaborar essa reflexão.

1.1 As bases teóricas para pensar o processo histórico de desenvolvimento da Cultura Gaúcha na Contemporaneidade

Frequentemente as discussões ou os estudos que têm como tema “a cultura” ou mais precisamente “uma cultura em particular” se veem diante de um dilema relativo a um problema conceitual que costuma provocar muita confusão. Essa confusão relacionada à dificuldade que o estudo de culturas em sociedades modernas como a nossa coloca ao entendimento, geralmente acaba levando a duas posições antagônicas, a meu ver, ambas insuficientes à compreensão.

Em síntese, essa confusão, bastante legítima em alguns casos e aspectos, parece residir, na grande maioria das vezes, ou em compreensões um tanto redutoras que de um modo geral essencializam as culturas como se elas fossem estáticas, com fronteiras bem definidas e fáceis de delimitar, ou, por outro lado, em perspectivas que acabam por abstrair a realidade em excesso ao ponto de perder de vista a concretude e as determinações que configuram o real. A questão que sobrevém dessa dificuldade, em última análise, diz respeito, basicamente, à possibilidade e a como relacionar um conjunto determinado de experiências e expressões sob o rótulo de uma cultura singular sem com isso essencializá-la ou diluí-la completamente em termos genéricos e abstratos.

Apesar da redução de precisão referencial que a ampliação a partir da abstração conceitual implica, esse parecer ser o único modo de superar a superficialidade da percepção espontânea dos fatos de modo a buscar com isso encontrar (desvelar) as relações necessárias que ultrapassam essas percepções. De outra parte, com relação ao problema de como fazer essa articulação entre conceito (ideia) e “fato”, a questão não é simplesmente rotular determinada expressão, determinada prática, sobre o rótulo, neste caso, de cultura gaúcha, como se houvessem essências que permitissem essa caracterização, mas sim partir das próprias práticas e do seu caráter histórico a fim de localizá-las dentro de um contexto cultural relativamente singular para, desse modo, poder observar o que lhe é próprio, o que lhe diferencia de outros contextos.

Nessa perspectiva, o modelo teórico desenvolvido por Roy Wagner (2010) em “A Invenção da Cultura” oferece um suporte teórico bastante fecundo na medida em que busca elucidar alguns aspectos relativos à dinâmica dos processos culturais a partir do estudo das motivações humanas e do caráter inventivo das práticas culturais de modo a contemplar tanto o aspecto histórico, temporal, como o aspecto espacial e substancial da cultura.

Ao partir da invenção do conceito de cultura pela antropologia para

dar conta da variedade do fenômeno humano, Wagner evidencia que a “invenção” guarda uma relação direta com o próprio processo de simbolização. Tal processo no esquema teórico desenvolvido por Wagner é composto por uma dialética “entre convenção e invenção ou, alternativamente, entre memória (transmissão) e improvisação (inovação)” (FERRARI et al., 2011, p. 957). Toda ação humana comporta esses dois aspectos em algum nível. Convenção e invenção são codependentes. O que distingue e identifica em qual dos registros determinada ação se encontra é a ênfase que é dada à convenção ou à invenção. Toda convenção foi um dia inventada, assim como toda invenção poderá se tornar, um dia, convenção, além do que toda invenção requer uma base de comunicação em convenções compartilhadas para que faça sentido.

Contudo, esse aspecto inventivo da ação não significa por si só algo mais do que uma propriedade da agência humana constitutiva do próprio ato de simbolizar. A significação de tal ato depende, apesar disso, de um “contexto simbólico” compartilhado intersubjetivamente, o qual se relaciona com a “estrutura” que organiza nossa experiência do sensível: “um contexto é uma parte da experiência — e também algo que nossa experiência constrói; é um ambiente no interior do qual elementos simbólicos se relacionam entre si, e é formado pelo ato de relacioná-los” (WAGNER, 2010, p. 78).

Nesse sentido, o instrumental concebido por Wagner para pensar a cultura permite abarcar tanto o aspecto temporal, histórico, da cultura, a partir do par “convenção invenção”, como também o relativo ao espaço simbólico através da noção de contexto. Em outras palavras, no modelo teórico desenvolvido por Wagner, a “Cultura”, num sentido genérico, pode ser entendida como um conjunto de vários “contextos simbólicos” convencionais (potencialmente em transformação) relacionados entre si, enquanto que cada cultura em particular constitui uma parte singular dessa articulação de contextos no interior desse ambiente simbólico mais amplo. Nessa lógica, Wagner (2010, p. 81) observa que:

Todo empreendimento humano de comunicação, toda comunidade, toda “cultura” encontra-se atada a um arcabouço relacional de contextos convencionais que nunca são absolutamente convencionalizados, no sentido de serem idênticos para todos aqueles que os compartilham; sempre têm pontal soltas, são incompletamente compartilhados, estão em processo de mudança, e podem ser apreendidos conscientemente, no sentido de regras.

Com efeito, no escopo de uma sociedade como a brasileira, culturalmente diversa, são as singularidades simbólicas que resultam de um universo de circunstâncias históricas o que permite distinguir uma determinada cultura em sua relação contextual com as outras. Distinção sempre relativa em razão da natureza aberta, das “pontas soltas” e da própria dinâmica da realidade cultural que relaciona os inúmeros contextos simbólicos que a formam.

Como todos os elementos simbólicos, assim como os significados que eles relacionam estão em constante construção, a questão que essa perspectiva teórica coloca, na medida em que apresenta a dinâmica pela qual a cultura se relaciona com a ação de simbolizar, diz respeito, na verdade, ao aspecto histórico, aberto e vivo da cultura. Ou seja, da transformação da própria cultura num nível coletivo, que extrapole a invenção presente na ação como condição de possibilidade de todo o processo.

Na medida em que essa transformação pode significar a continuidade da cultura, a sua reprodução, a emergência desse processo de transformação a partir da “invenção” (inovação) e os aspectos que ela integra num nível coletivo caracteriza o que se entende nesta reflexão por “reinvenção” cultural.

1.2 O sentido atribuído à Contemporaneidade

O desenvolvimento dessa reflexão acerca do conceito de cultura e da noção de reinvenção cultural nos encaminha para a questão da contemporaneidade enquanto temporalidade presente e do sentido atribuído a ela neste trabalho.

Entendida enquanto fase tardia da modernidade, dentre os inúmeros aspectos que compreende, o desenvolvimento da tecnologia da informação a um tal grau capaz de intensificar os fluxos culturais em termos de globalização, constitui, com relação ao processo cultural de desenvolvimento da cultura gaúcha, o seu aspecto mais relevante em termos de efeitos e repercussões. Isso ocorre porque, paradoxalmente, essa relativa generalização da tecnologia da informação, ao mesmo tempo em que intensifica esses fluxos culturais, produz na dimensão artística e da produção cultural a emergência de um aumento da capacidade de agência dos indivíduos que participam tanto da produção como da apreciação dos objetos culturais — pelo menos em hipótese.

Ao contrário de algumas décadas atrás em que tanto a produção como a difusão de objetos culturais era dominada, em grande medida, pelas grandes gravadoras e pelos veículos de comunicação de massa, no caso

da produção fonográfica, hoje em dia a “relativa” generalização da internet e o advento das plataformas de streaming, somado à possibilidade de gravações de qualidade sem que haja a necessidade de investimento de grandes somas de recursos, tornou a produção e o compartilhamento desses objetos, muito mais ampla e democrática, ainda que pelo menos em tese.

Óbvio que isso não significa dizer que não existam assimetrias ou que a “indústria cultural” com suas estruturas, capital e influência deixou de existir, nem que nesse novo contexto as condições sejam mais favoráveis; apenas que potencialmente há um aumento da agência dos atores sociais (engajados) em compartilhar suas produções — ou seja, esse “incremento” não está garantido. Até porque em razão desse significativo aumento dos fluxos culturais em termos de globalização, cresce a disputa pelo “limitado” espaço formado pela audiência do público de modo que os algoritmos utilizados para estruturar o ambiente digital, reproduzem as assimetrias que configuram o mercado fonográfico. Ou seja, as assimetrias na capacidade de difusão e, portanto, de compartilhamento, são restituídas no “ambiente” digital e se intensificam no contexto contemporâneo.

Na prática, ainda que num nível global as assimetrias se mantenham, a agência dos “atores” do ponto de vista cultural supostamente cresce em termos de potência, de capacidade de compartilhamento e, nesse sentido, de realizar ou representar, ao longo do tempo, transformações culturais, na medida em que produções culturais inovadoras podem ser difundidas e compartilhadas coletivamente.

1.3 O Problema colocado pela Cultura Gaúcha no contexto Contemporâneo

Em termos práticos, essa relação entre “continuidade cultural” e contemporaneidade irá se apresentar de forma particularmente interessante através de um problema cultural característico colocado pela cultura gaúcha na contemporaneidade. A partir da percepção desse problema, o entendimento acerca do conjunto de inovações que podem ser observadas contemporaneamente no âmbito artístico da cultura gaúcha ganha, sem dúvida, outro nível de clareza.

Nesse sentido, seguindo a relevante observação de Viveiros de Castro (2002, p. 117) “a “arte da antropologia” [...], penso eu, é a arte de determinar os problemas postos por cada cultura” e algumas impressões que surgiram do diálogo fecundo com interlocutores ligados diretamente ao âmbito artístico da “cultura gaúcha”, acabei percebendo, pelo menos no que diz respeito a esse âmbito, no contexto das práticas que o objetivam, a emer-

gência de um “problema” — diretamente relacionado à contemporaneidade e à globalização — relativo à ampliação do seu alcance. Como alcançar mais pessoas, como incluir mais do que excluir.⁶

Há algum tempo, dentro dos espaços artísticos de mobilização cultural, é possível perceber manifestações nesse sentido e, apesar da sua simplicidade, elas encerram um grande desafio porque, com o movimento natural de sucessão geracional, mesmo a manutenção do seu alcance atual não está garantida, quando muito sua expansão. Em outras palavras, tal ampliação representa algo além de uma expansão “territorial”⁷ para fora da sua área de influência simplesmente. Até porque dentro do contexto contemporâneo da globalização, numa sociedade moderna e heterogênea como a brasileira e, neste caso mais especificamente a rio-grandense, concorrem e convivem simultaneamente múltiplas referências culturais, havendo uma grande relativização das questões territoriais, que evidentemente não deixam de existir, apenas deixam de configurar um elemento tão fundamental como antes.

Nessa perspectiva, esse movimento de ampliação parece requerer atualizações que compreendam uma série complexa de transformações relacionadas à superação de questões históricas como, por exemplo, a questão da participação feminina e, fundamentalmente, do conservadorismo com seus cânones, cultos e essencialismos autoritários que imobilizam, limitam o impulso criativo renovador e, em última análise, excluem.

A complexidade dessas transformações reside no fato de implicarem, ao mesmo tempo, inovações que, por um lado, transcendam as ques-

6 A percepção desse problema é resultado de um conjunto de experiências e diálogos e, nesse sentido, os diálogos mantidos com o cantautor Pirisca Grecco e com o produtor cultural Leonardo Gadea, ambos com mais de 20 anos de experiência ativa na música regional gaúcha e, portanto, na dimensão artística da cultura gaúcha, foram fundamentais para alcançar tal entendimento. Além desses diálogos o relatório final apresentado pela “Comissão especial sobre a situação da cadeia produtiva da música e da cultura gaúcha”, comissão criada pela Assembleia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para desenvolver um debate junto aos profissionais, artistas e produtores culturais envolvidos diretamente com essa cadeia produtiva e com esse âmbito cultural, demonstra nos depoimentos e encaminhamentos desses participantes elementos diretamente relacionados a esse problema. Em outras palavras, a percepção desse problema pode ser extraída, sem maiores problemas, das discussões que foram desenvolvidas ao longo das audiências públicas agora transcritas nesse relatório. Estado do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Relatório Final da Situação da Cadeia Produtiva da Música e da Cultura Gaúcha. Relatório Final. Porto Alegre, julho de 2020. 59 págs. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdep_m505/ComEsp_Cultura_Gaucha/2020_cadeia_produtiva_final_prova_03.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.

7 Ruben Oliven (2006) dedica um capítulo do seu livro “A parte e o todo” a analisar o que chamou de a desterritorialização da cultura gaúcha, isto é, o seu processo de expansão da área pastoril na qual se originou para outras áreas.

tões apontadas acima, ou seja, inovações que incluam mais que excluam, e, por outro, resultem na continuidade cultural a partir da manutenção das singularidades históricas que identificam a “cultura gaúcha” na sua relação contextual com as outras singularidades que configuram a realidade cultural brasileira e Latino-americana. Em outras palavras, demandam um enfrentamento da tendência “entrópica”, para utilizar uma analogia com o conceito da termodinâmica nos termos desenvolvidos por Mauro Willian Barbosa de Almeida (1999) a partir da obra de Lévi-Strauss, ou seja, em termos simples, perda da diversidade cultural — representada pela tendência homogeneizante da globalização.⁸

Minha hipótese é que algumas respostas para esse problema vêm sendo dadas contemporaneamente. Com relação à participação feminina, acredito que a criação de um festival de imersão feito por mulheres cantautoras, o “Peitaco” para incentivar a prática da composição de canções, represente de forma explícita e muito contundente uma resposta para essa questão. Já com relação à questão da inovação e desenvolvimento das singularidades históricas que identificam a cultura gaúcha em termos artísticos, acredito que o festival da Taipa e as obras dos cantatores que participam do festival também representem respostas nesse sentido.

Em suma, a percepção desse problema me fez identificar aquilo que acredito ser uma das tensões responsáveis por produzir o movimento, que induz o processo de reinvenção cultural que acredito estar ocorrendo dentro do processo mais amplo de desenvolvimento da cultura gaúcha na contemporaneidade.

2 OS “CANTAUTORES” E OS FESTIVAIS DE IMERSÃO

No plano empírico, esse processo de reinvenção cultural imanente às inovações observadas contemporaneamente no âmbito artístico da cultura gaúcha encontra nos cantatores os seus agentes e no festival de imersão para composição de canções um lócus de sua realização.

De modo a esclarecer o sentido do termo “cantatores”, cabe dizer

8 Da mesma forma que no contexto da física moderna, a segunda lei da termodinâmica que enuncia a entropia, a degradação da energia e a irreversibilidade dos fenômenos físicos, pôde ser teoricamente imobilizada por um experimento mental desenvolvido pelo físico James Clerck Maxwell que ficou conhecido como o demônio de Maxwell - entidade capaz de controlar os processos térmicos e com isso reverter a entropia crescente de um sistema – a entropia cultural pode ser limitada pela ação local de agentes engajados na manutenção e conservação de suas singularidades culturais frente à tendência homogeneizante colocada pela globalização. Observo nos Cantatores esse tipo de agente no que diz respeito à cultura gaúcha.

que através dele busca-se conectar o nível empírico das práticas com o nível mais abstrato e conceitual da reflexão. A canção, enquanto articuladora de símbolos que, por sua vez, relacionam aspectos morais, estéticos e existenciais para constituir uma expressão carregada de afetividade, no contexto da cultura gaúcha, constitui um canal de expressão artística característico que projeta — coloca em cena — esta categoria que articula aspectosêmicos e teóricos.

A categoria “cantautor”, nesse sentido, resulta da associação da abstração englobante das disposições e habilidades que são objetivadas numa canção e os tipos característicos de identificação artística que os realizam no contexto platino, isto é, poetas, músicos e músicas, payadores, enfim, compositores e compositoras que desenvolvem sua obra a partir de uma identificação com a paisagem na qual habitam, e de um termo êmico corrente da tradição ibérica utilizado por atores engajados contemporaneamente no âmbito artístico da cultura gaúcha para se identificar enquanto músicos autorais que compõem e cantam suas canções.

Além disso, através dessa categoria analítica de inspiração êmica busca-se dar ênfase ao aspecto histórico das formas e dos modos característicos utilizados na expressão de significados através de versos. Em outras palavras, busca-se estender no tempo tal categoria a um conjunto maior de indivíduos em razão das suas contribuições, do caráter de sua obra e da identificação desta com a paisagem platina e, portanto, com o contexto cultural objeto de análise. Nessa perspectiva, relativizadas as questões teóricas que uma comparação como esta coloca, é possível pensar os “cantatores”, no que diz respeito ao âmbito artístico, enquanto “sujeitos históricos” da cultura gaúcha em razão de participarem de forma ativa no processo de seu desenvolvimento.

A partir da década de setenta com o advento do movimento dos festivais de canção, iniciado com a criação da Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul em 1971, os “cantatores” rio-grandenses, aproveitando o ambiente de afirmação da cultura gaúcha através da arte, criam um ritual alicerçado em sua prática: o festival de imersão para composição de canções.⁹ O poeta e compositor Apparício Silva Rillo, comentando o acaso que presidiu essa criação, esclarece em linhas gerais o formato que irá orientar esse tipo festival:

9 É importante observar que a criação dos festivais de canção no Rio Grande do Sul faz parte um movimento mais amplo de afirmação e expansão da cultura gaúcha em todo o “Prata” a partir da arte. Iniciado uma década antes, nos anos 60, com a criação do Festival Nacional de Folclore de Cosquín na província de Córdoba Argentina, esse movimento repercutiu por todo o cone sul, espaço no qual a cultura gaúcha se realiza.

“E aí aconteceu. Por acaso, repito, contrariando os racionalistas. A gente estava no “Pesqueiro da Bomba”, no Rio Uruguai, na Semana Santa de 1972. Havia tomado umas que outras, alguém falou na Califórnia da Canção acontecida em primeira edição no dezembro anterior, em Uruguiana, quando uma voz (acho que do Passaronga, outros acham que outro, há quem jure que de um espírito) sugeriu: —E se a gente fizesse o nosso festival? Aqui mesmo, no improviso, na barranca do rio?... Então, naquela Semana Santa, noite de quinta-feira, ficou assentado em cepo de três pernas que se faria o festival. O Tio Manduca (disso sim, me lembro) *propôs que as composições tivessem por base, tema único, nomeou-se o presidente da “Comissão” e lascou o tema: “Acampamento de Pescaria”. E aditou, enquanto me filava o trigésimo oitavo cigarro daquele dia: — Sábado de noite os artistas se apresentam. Vocês têm o dia todo de amanhã para trabalhar o tema. Tá resolvido!”*¹⁰

Com algumas variações de festival para festival, o formato, apresentação do tema a orientar as composições na quinta-feira ou na sexta, a apresentação das canções compostas e a escolha das vencedoras no sábado, acabou se fixando como padrão. Desse modo, com a criação da Barranca se consolidam e se fixam dois modelos de festival de canção no Estado: o festival de música nativista inspirado na Califórnia da Canção Nativa de Uruguiana e o festival de imersão para composição de canções inspirado no Festival da Barranca.¹¹

Apesar dos dois modelos de festivais terem a canção como seu fundamento, as diferenças entre eles são significativas. Enquanto os festivais de música nativistas constituem espaços de seleção, consagração e difusão voltados ao público, com cobertura midiática e premiações que vão desde valores pecuniários até o prestígio e popularização, os festivais de imersão, além de configurarem espaços de criação e aprendizagem voltados à composição de novas canções, circunscritos a compositores e aprendizes, constituem, em razão das circunstâncias em que se realizam, um dos rituais mais importantes e característicos da cultura gaúcha na contemporaneidade.

10 Rillo, A. S. Festival da Barranca: Entendendo a Barranca. Angueras. Disponível em: <<http://www.angueras.com.br/barranca1.html>>. Acesso em: 10 set. 2020.

11 Para uma apresentação do que consiste a experiência dos festivais de imersão, estão disponíveis no YouTube dois documentários sobre o festival da Barranca, festival de imersão pioneiro: a) Comício de Espíritos. Youtube. 03/09/2018. 1h01min18s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U3C3uT5zlo8>>. Acesso em: 5 abr. 2021; b) Barranca, nas fronteiras da arte e da vida. Youtube. 04/05/2016. 58min05s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Jx_7gT2rQI&t=1657s>. Acesso em: 5 abr. 2021.

Por se realizarem fora do espaço urbano, uma vez ao ano, num contexto de imersão e aproximação com a paisagem platina, o isolamento constitui, ao engendrar um ambiente de *communitas* (TURNER, 1974) através do afastamento das posições e hierarquias sociais (ordem social), um aspecto chave deste ritual. Essa condição de “antiestrutura” não significa, por sua vez, a inexistência de assimetrias como as que se configuram pelas próprias disposições e habilidades incorporadas nos corpos ao longo de suas trajetórias. Significa apenas que, no contexto do festival e do “processo ritual” que configura, elas conscientemente são postas de lado, permitindo a emergência de uma grande comunhão voltada à ação inventiva e à criação artística coletiva.¹²

O ambiente de *communitas* — essa atmosfera mágica e inspiradora que emerge do relacionamento direto, imediato e total de identidades humanas, a partir da imersão e da experiência da comunhão com a arte — produz uma intensa e inspiradora energia que se desenvolve ao longo do festival e que busca objetivar-se artisticamente através da composição coletiva de novas canções e poesias. É, por essa razão, que o festival de imersão pode ser qualificado como um “ritual” criativo de assunção com a criação artística.

Além disso, o festival de imersão também configura um ritual de “regeneração” característico da cultura gaúcha por ser a forma que os participantes dessa cultura encontraram para se “regenerarem” dos efeitos deletérios da estrutura, a partir da comunhão entre si e da criação artística, dado que, como identificou Turner (1974, p. 170), “a ação estrutural prontamente se torna árida e mecânica se aqueles que nela estão envolvidos não forem periodicamente imersos no abismo regenerador da *communitas*.” Esse caráter regenerador relativo à *communitas* pode ser observado em diversas canções compostas em festivais de imersão. “Zambita Nueva”¹³, canção composta no festival da Taipa de autoria do cantautor Pirisca Grecco, para dar um exemplo, faz referências explícita a esse caráter em seus versos.

Nesse sentido, o festival da Taipa, festival filho da Barranca, dentre os festivais de imersão, contemporaneamente se singulariza e se destaca por configurar também um ritual de reinvenção da cultura gaúcha, uma vez que tem como seu sentido a reprodução da cultura gaúcha a partir da sua transformação. Realizado pela primeira vez no ano 2000, a partir da ideia de participantes mais jovens da Barranca de criarem um festival de imer-

12 Na introdução do Processo Ritual Turner (1974, p. 6) observa que “a *communitas*” é um relacionamento entre seres humanos plenamente racionais cuja emancipação temporária de normas sócio estruturais é assunto de escolha consciente.”

13 Zambita Nueva. Comparsa Elétrica - O Filme. Youtube. 02/01/2017. 4min44s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o9E58FTMafw>>. Acesso em: 08 mar. 2020.

são em Uruguaiana, o festival da Taipa conta com mais de vinte anos de história e vinte e uma edições pelas quais passaram inúmeros cantatores e nas quais foram compostas centenas de canções sob o signo da liberdade criativa - valor fundamental do festival. Acredito que o caráter inovador das canções compostas no festival esteja diretamente relacionado a essa liberdade artística, dado que é através das “formas” canônicas que a convenção se expressa e, na medida em que há liberdade para transcendê-las, criações inovadoras podem surgir - a exemplo da obra de Astor Piazzolla que, transcendendo os cânones de sua época, reinventou o tango e a música popular portenha sem descaracterizá-la.

Dentre as composições inovadoras que transcenderam o espaço do festival ao serem compartilhadas na forma de álbuns fonográficos no contexto mais amplo da cultura gaúcha, cabe mencionar a título de exemplo, três obras de cantatores que participam do festival que considero fundamentais enquanto respostas ao problema da ampliação/inclusão colocado contemporaneamente pela cultura gaúcha em termos artísticos.

A primeira delas é o álbum “Ladainha Campeira”¹⁴ do cantautor Pedro Ribas. Lançado em 2016, todo ele formado a partir de canções compostas coletivamente na Taipa, conjuga uma série de inovações ao mesclar a sonoridade da capoeira, seus toques e ladainhas, com elementos da música gaúcha contemporânea. A segunda obra é o álbum “Arter”¹⁵, lançado em 2014 pelo cantautor e poeta Rafael Ovídio, o “cabo Deco”. Com poemas e canções inovadoras, a maioria também composta na Taipa, ele apresenta um conjunto incrível de inovações em termos de linguagem poética e sonora sob a produção musical do cantautor Pirisca Grecco, que também foi responsável pela produção do “Ladainha Campeira”. E, por fim, o álbum e DVD, premiado com três prêmios açorianos de música¹⁶, “Comparsa Elétrica O Filme”¹⁷ do próprio Pirisca Grecco, no qual celebra seus vinte anos de carreira com canções que marcaram essa trajetória, muitas delas compostas no festival da Taipa, esse grande laboratório de inovações que, além dessas canções, também inspirou a criação de um ritmo que sintetiza o festival.

Criado pelo cantautor Pirisca Grecco a partir de um fenômeno rítmico característico da música popular latino-americana de caráter folcló-

14 Pedro Ribas. CD Ladainha Campeira. Álbum Completo. Youtube. 47min04s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mBrgfh9NOZ8>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

15 Arter: Rafael Ovídio (2014). Youtube. 06/08/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PL7EA-U-aS5yNjjw3VZHodKTzEzMqxc4b>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

16 Premiação concedida anualmente pela prefeitura da cidade de Porto Alegre às produções artísticas mais destacas em cada ano no Estado do Rio Grande do Sul.

17 Comparsa Elétrica - O Filme. Youtube. 12/04/2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PL3X2bixLCFBSCjUuZtWTSlcsJtDNoikKl>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

rico conhecido como polirritmia ou sobreposição de ritmos¹⁸, o “compasso taipero”, configura uma síntese do festival em razão de buscar, através dessa polirritmia e de alterações na acentuação dos tempos fortes do compasso, abraçar essa condição rítmica sul-americana de grande influência em sua obra, ao aproximar-se do compasso binário simples que marca a música popular brasileira, a fim de, com isso, integrar essas duas condições, de modo a alcançar mais pessoas e tornar sua música uma ponte entre esses dois universos musicais e culturais.

Além desses três álbuns, existe uma série de outras composições do festival e de cantatores que participam do festival que também se inserem no contexto desse processo de reinvenção cultural. Por exemplo, as composições do cantautor Túlio Urach, compositor da fantástica e inovadora canção “Telemoto”¹⁹, que em 2015 lançou o álbum “Flor do Pessegueiro: O Pampa Ilustrado”²⁰ com um espetáculo de música, teatro e artes plásticas, no qual participam outros cantatores do festival com obras igualmente inovadoras, como o Nandico Saldanha, o Cesar Santos e o Zelito Ramos — compositores que também são autores de muitas das composições dos três álbuns que, em razão de reunirem um conjunto de canções nesse formato mais abrangente, foram citados.

Outra resposta ao problema da ampliação/inclusão colocado contemporaneamente pela cultura gaúcha relacionada aos festivais de imersão — evento tradicionalmente realizado somente por homens²¹ — pode

18 A polirritmia ou sobreposição de ritmos significa, no contexto da música sul-americana, que as células rítmicas dos ritmos que compartilham dessa condição podem simultaneamente assumir tanto um compasso de 3/4 (ternário) como um de 6/8 (binário composto). Na região do Prata o “chamame”, a galopa, a guarânia, a polca paraguaya, a chacareca, são alguns exemplos de ritmos que se estruturam dentro desse fenômeno rítmico.

19 Telemoto Alfa Centauro. Youtube. 06/11/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TyHlj38sf7M>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021. A canção “Telemoto” também conta com uma versão do “Erva Buena” em que o poeta e cantautor Rafael Ovídio declama o poema “Naquele bolicho”: ERVA Buena - Telemoto. Youtube. 22/10/2013. 4min05s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GamCLfT2uRU>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

20 Flor do Pessegueiro. YouTube. 11/02/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e88hOtBDHv4&list=OLAK5uy_kC115YVv_y4xJowqnwiAiVD_C4GilmYA&index=9>. Acesso em: 20 fev. 2021.

21 Os festivais de imersão desde a realização da Barranca se caracterizaram tradicionalmente por serem encontros restritos a homens. Essa restrição é justificada por uma série de argumentos. Talvez o mais utilizado seja um que parte do caráter improvisado de acampamento e das consequentes condições de higiene precárias. Mas essa restrição evidentemente está relacionada também a outras circunstâncias. Nesse sentido, o comentário mais lúcido a cerca desse tema, a meu ver, foi feito pelo cantautor Vinícius Brum, compositor do clássico e revolucionário Tambo do Bando, que, em entrevista concedida durante a realização do festival da Barranca, ao ser indagado sobre o porquê dessa restrição, respondeu: “talvez pela fragilidade masculina a gente precise dessa afirmação um pouco edipiana né.

ser observada na criação de um festival de imersão por mulheres compositoras. O “Peitão da composição regional”, realizado em julho de 2019 no interior do município de Júlio de Castilhos, inaugura no Estado um festival de imersão realizado por mulheres. Com temática feminista, o festival reuniu 46 participantes engajadas em compor canções relacionadas ao tema. Criado a partir da percepção da quase ausência de mulheres compositoras no contexto da cultura gaúcha e da vontade de incentivar essa participação de modo a afirmar o papel da mulher, como explica a cantora e jornalista Shana Müller, uma das idealizadoras do festival, o festival foca no aprendizado e no engajamento gerado pela experiência da imersão no processo de composição coletiva, a fim de fomentar o protagonismo feminino.²²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico de desenvolvimento da cultura gaúcha no contexto do Estado do Rio Grande do Sul é marcado por iniciativas que encontraram na defesa do local, das coisas “nativas” e tradicionais, frente à invasão e à imposição cultural vindas de fora, sua justificativa. Essa defesa aparece como um elemento central de mobilização dos movimentos mais relevantes em termos de influência nesse processo, como é o caso do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)²³. Inclusive, essa defesa irá configurar um elemento orientador das próprias práticas relacionadas a esses “movimentos”.

Com efeito, a questão que um tipo de orientação como essa coloca, no fundo, é definir o que é e o que não é a cultural local, ou a cultura do Estado do Rio Grande do Sul, ou a cultura regional, ou a tradição gaúcha, ou como se quiser chamar o que defendem. Essa distinção, em última análise, como demonstra Brum (2013) ao analisar o Encontro de Artes e Tradições Gaúchas (ENART), é feita pelas lideranças desses movimentos, a partir das mais diferentes justificativas, inspirações e fundamentos — desde que encontrem certa legitimidade para impor o seu ponto de vista, que para ter

Medo acho, nós temos medo da mulher aqui na Barranca”. Comício de Espíritos. Youtube. 03/09/18. 1h01min18s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U3C3uT5zlo8>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

22 Junto às canções compostas, o festival também produziu um documentário que acompanha a experiência dessas mulheres compositoras ao longo dos três dias em que se realizou o festival e a partir do qual é possível conhecer um pouco do que foi esse encontro. Peitão - o documentário. Youtube. 02/02/2021. 19min56s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MCZhygF3ZYU&t=33s>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

23 No capítulo IV de “A Parte e o Todo” dedicado à análise do Tradicionalismo Gaúcho Ruben Oliven (2006) comenta alguns depoimentos alguns depoimentos de fundadores do movimento que expressam essa justificativa.

eficácia, evidentemente, deve guardar certa coerência com a realidade cultural a qual se refere.

Com a importância e o alcance que esses movimentos adquiriram com o tempo, a inovação que eles representaram ao se convencionalizar por meio dos seus regulamentos, cultos e práticas, ajudou a produzir, na dimensão mais ampla da cultura gaúcha, uma força de caráter “conservador” a restringir as inovações que extrapolem as definições de autenticidade que se consolidaram hegemônicas. No contexto contemporâneo, o encontro dessa força com essa outra força relacionada à necessidade de inovação como resposta à globalização e o seu caráter homogeneizador, produz essa contradição dialética que se expressa concretamente no problema da ampliação/inclusão. Problema que, a meu ver, conforma a principal tensão a induzir o processo de reinvenção cultural e, portanto, o próprio movimento de desenvolvimento da cultura gaúcha na contemporaneidade.

Nesse sentido, o movimento de buscar compreender, desde um ponto de vista mais amplo, o sentido imanente a esse conjunto de inovações que relaciona os cantatores, os festivais de imersão e a contemporaneidade, revela ao entendimento um processo emergente de reinvenção cultural relacionado diretamente a essa contradição dialética expressa no problema da ampliação/inclusão. Meu argumento de conclusão dessa reflexão é que tanto as criações inovadoras dos cantatores do festival da Taipa como a realização de um festival de imersão por mulheres compositoras configuram, ao relacionarem essas duas forças contraditórias, respostas inovadoras a esse problema que se coloca para a cultura gaúcha na contemporaneidade.

Desse modo, o processo de desenvolvimento da cultura gaúcha na contemporaneidade, no que diz respeito ao seu âmbito artístico, parece se caracterizar e se singularizar pela emergência desse processo de reinvenção cultural induzido por essa contradição dialética expressa no problema da ampliação/inclusão. As respostas dadas a ele, por sua vez se caracterizam, no caso do Peitão, pela emergência do protagonismo feminino num contexto marcadamente masculino; e no caso do festival da Taipa, esse ritual de reinvenção cultural, pela liberdade que o impulso criativo encontra para se objetivar em criações inovadoras. Essas criações inovadoras, ao transcenderem o espaço do festival, em termos de documentos fonográficos que resultam de mais de 20 anos de Taipa, acabam por reproduzir a cultura gaúcha em termos artísticos através da sua própria transformação na medida em que as singularidades culturais que a caracterizam são adaptadas à contemporaneidade e aos significados que ela encerra.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mauro William Barbosa. Simetria e Entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss. *Revista De Antropologia*, 42(1-2), 163-197. 1999.
- BRUM, Ceres Karam. Em Busca de um Novo Horizonte: o encontro de artes de e tradição gaúcha e a universalização do tradicionalismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 311-342, jul/dez. 2013.
- CASTRO, Eduardo Viveiros. O Nativo Relativo. Viveiros de Castro in: *MANA* 8(1):113-148, 2002.
- DUARTE, Colmar Pereira.; ALVEZ, José Édil de Lima. *Califórnia da Canção Nativa: Marco de Mudanças na Cultura Gaúcha*. Porto Alegre: Movimento. 2001.
- ERVA, Buena. *Telemoto*. Youtube. 22/10/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GamCLfT2uRU>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2021.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, *Assembleia Legislativa. Relatório Final da Situação da Cadeia Produtiva da Música e da Cultura Gaúcha. Relatório Final*. Porto Alegre, jul. 2020., 59 págs. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/ComEsp_Cultura_Gaucha/2020_cadeia_produtiva_final_prova_03.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.
- FERRARI, F., DULLEY, I., PINHEIRO, J., VALENTINI, L., SZTUTMAN, R., & MARRAS, S. “O Apache Era O Meu Reverso” Entrevista Com Roy Wagner. *Revista de Antropologia*, v. 54, n° 2., p. 957. 2012.
- GIRON, Sérgio. *Comício de Espíritos*. Youtube. 03/09/18. 1h01min18s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=U3C3uT5zlo8>>. Acesso em: 5 abr. 2021.
- GRECCO, Pirisca. *Comparsa Elétrica - O Filme*. Youtube. 12/04/2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PL3X2bixLCFBSCjUu-ZtWTSIcsJtDNoikKl>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- _____. *Zambita Nueva*. Comparsa Elétrica - O Filme. Youtube. 02/01/2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o9E58FTMafw>>. Acesso em: 08 mar. de 2020.
- INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, 2016.
- _____. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, 30 abr. 2010.
- OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 2006.

- OVÍDIO, Rafael. *Arter: Rafael Ovídio* (2014). Youtube. 06/08/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PL7EA-U-aS5yJNjjw3V-ZHodKTzEzMqxc4b>>. Acesso em: 20 jun. 2021
- PEITAÇO. *O Documentário*. Youtube. 02/02/2021. 19min56s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MCZhygF3ZyU&t=33s>>. Acesso em: 5 abr. 2021
- RIBAS, Pedro. *CD Ladainha Campeira. Álbum Completo*. Youtube. 47min04s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mBrgfh9NOZ8>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- RILLO, Apparício Silva. *Festival da Barranca: Entendendo a Barranca*. Angueras. Disponível em: <<http://www.angueras.com.br/barranca1.html>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- RS, TVE. *Barranca, nas fronteiras da arte e da vida*. Youtube. 04/05/2016. 58min05s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Jx_7g-T2rQI&t=1657s>. Acesso em: 5 abr. 2021
- TULIO, Urach. *Flor do Pessegueiro*. YouTube. 11/02/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e88hOtbDHv4&list=OLAK5uy_kC115YVy_y4xJowqnwiAiVD_C4G1ilmyA&index=9>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- _____. *Telemoto Alfa Centauro*. Youtube. 06/11/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TyHlj38sf7M>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- TURNER, Victor Witter. *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Vozes. Petrópolis, 1974.
- WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify., 2010.

Submetido em 11/11/2021

Aceito em 23/03/2022

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS, TRABALHO E O SINDICATO DOS MOTORISTAS DE CAMINHÃO EMPREGADOS DE URUGUAIANA (RS): 2001-2019

ROAD CARGO TRANSPORT, LABOR AND TRADE UNION OF URUGUAIANA (RS) TRUCK EMPLOYEES: 2001-2019

Rafael Antônio Kapron¹

RESUMO

O artigo está estruturado em três temáticas, os motoristas de caminhão e sua inserção no Transporte Rodoviário de Cargas Brasileiro em seus aspectos econômicos e do trabalho; o Sindicato dos motoristas rodoviários empregados, sediado no município de Uruguaiiana, no estado do Rio Grande do Sul, através da sua estruturação e representatividade e; o Sindicato através de suas Convenções Coletivas de Trabalho, entre 2001-2019, no segmento do Transporte Rodoviário Internacional de Cargas, com ênfase na identificação das categorias internas a esses motoristas e a sua formação salarial. Tendo como referencial Legislação da atividade econômica, bibliografia sobre os motoristas de caminhão brasileiros e o moderno recurso de pesquisa em documentação através de Portal da Internet do Sindicato, o artigo acrescenta à historiografia sobre os trabalhadores questões genéricas e peculiares da formação profissional dos motoristas de caminhão.

Palavras-chave: Caminhoneiros. Sindicato. Trabalho. Profissão. Uruguaiiana-Brazil.

ABSTRACT

The article is structured around three themes, truck drivers and their insertion in the Brazilian Road Cargo Transport in its economic and work aspects; the Union of Employed Road Drivers, headquartered in the municipality of Uruguaiiana, in the state of Rio Grande do Sul, through its structuring and representation the; Union through its Collective Labor Conventions, between 2001-2019, in the International Road Cargo Transport segment, with an emphasis on identifying the internal categories of these drivers and their salary formation. Based on the Legislation of economic activity, bibliography on brazilian truck drivers and the modern resource for research in documentation through the Union's Internet Portal, the article adds to the historiography of workers generic and peculiar issues of professional training for truck drivers.

Keywords: Truckers. Syndicate. Work. Profession. Uruguaiiana-Brazil.

¹ Possui Graduação em História - Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Santa Maria (2004); Especialização no Pensamento Político Brasileiro Curso do Departamento de Ciências Sociais da UFSM (2007); Mestrado em História na Universidade Federal de Pelotas (2012). Desde 2012 Professor de História na Rede Pública Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. Desde 2017 é doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UFSM.

INTRODUÇÃO

O artigo objetiva demonstrar características da profissão dos motoristas de caminhão, considerando que o Brasil da segunda metade do século XX e do século XXI é dependente do transporte rodoviário, de cargas e de passageiros, contextualizando a partir desta condição a importância do trabalho desses motoristas na estruturação econômica e social do País. Para o conhecimento histórico, partindo de princípios como a distinção entre empregados e autônomos e considerando as tarefas e funções atribuídas aos motoristas que se determinam nos modelos/tipos dos caminhões em que são os trabalhadores, os tipos de cargas transportadas e as rotas de viagem, em forma de análise, assimilação e sínteses, o artigo contribui, problematizando entre possibilidades de generalizar e identificar peculiaridades, tendo como centralidade o trabalho profissional desses motoristas.

Na profissão, considerando o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul (SINDIMERCOSUL) e a Formação Histórica do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) Brasileiro, os referenciais citados ao longo do artigo são importantes fontes autorais para se conhecer os motoristas de caminhão, sendo exemplares instituições como a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT, 2017), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE, 1990), o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER, 1976) e a Confederação Nacional do Transporte (CNT, 2019), cada instituição produtora de inúmeros estudos e pesquisas publicados ao longo das décadas².

Os motoristas de caminhão, no que envolve as condições de trabalho e as relações de trabalho, na produção acadêmica, entre dissertações e teses, têm sido estudados por diferentes áreas do conhecimento, sendo importante referencial da área da Economia o estudo de Moysés Moreira Santos (2007), “Transporte rodoviário de cargas no Brasil: transportadores e sindicalismo a partir dos anos 1990”; da Geografia, Daniel Monteiro

2 Importantes fontes sobre o TRC e seus trabalhadores são as pesquisas sobre as *empresas do transporte rodoviário* publicadas entre as décadas de 1960-1990, a Pesquisa Anual de Serviços (PAS), as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, publicações referência para o foco em a partir dos anos 1990 e; com vinculação por décadas ao Ministério do Trabalho, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Inclusive, pelo volume publicado a até os anos 1990, a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT).

Huertas (2013), com “Território e circulação: transporte rodoviário de carga no Brasil”; da Saúde, Edmarlon Giroto (2014), com “Características do trabalho, consumo de substâncias psicoativas e acidentes de trânsito entre motoristas de caminhão” e; da Psicologia, Ramon Araújo Silva (2015), com “Vida de caminhoneiro: sofrimento e paixão”. Inclusive, sugestivo pelo título, referente ao trabalho, o artigo de Luciene dos Santos (2010), com “‘Moro no mundo e passeio em casa’: vida e trabalho dos caminhoneiros”. O referencial nessas fontes, além das demais citadas a seguir, evidenciam aspectos gerais do desenvolvimento histórico da profissão no País, considerando inovação deste artigo ao agregar como fonte o SINDIMERCOSUL, tendo como foco maior as duas décadas do século XXI³.

O artigo está organizado em três seções: a primeira aborda aspectos gerais do TRC Brasileiro, com ênfase nas questões econômicas e do trabalho dos motoristas profissionais, através da distinção entre os autônomos e os empregados, usando de referencial bibliográfico e do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) da ANTT; a segunda seção possui foco no SINDIMERCOSUL, com elementos gerais de sua origem, estrutura organizativa e representatividade profissional, a partir de pesquisa em documentação disponibilizada pelo Sindicato em seu Portal de Internet e; a terceira seção aborda os motoristas de caminhão representados pelo Sindicato através de suas categorias internas a profissão, sobre a formação dos salários e de algumas questões trabalhistas, investigando as Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs)⁴ do período 2001-2019, disponibilizadas no Portal de Internet do Sindicato⁵.

3 Sobre a historiografia do trabalho, Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009, p. 22-42), mostrando as inovações da produção historiográfica brasileira, são referenciais por registrarem abordagens da classe trabalhadora como “sujeito político”, valorizando as “experiências” que expressam a agência e a autonomia, através de iniciativas, participação ou “estratégias de atuação”, questões que contemplam o referencial nas negociações firmadas pelo SINDIMERCOSUL.

4 Na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu artigo 611, definição da CCT: “é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais do trabalho” (CLT, 2016, p. 119).

5 Apreendendo os necessários “critérios e referências” para se pesquisar através da Internet, como e onde pesquisar, sobre a fidedignidade do publicado e sobre os mecanismos de busca e banco de dados acessar (TAVARES, 2012, p. 305-306).

1 ASPECTOS DA ECONOMIA E DO TRABALHO: OS MOTORISTAS DE CAMINHÃO DO TRC BRASILEIRO

Nas primeiras décadas do século XX houve a expansão dos usos dos veículos automotores, processo intrinsicamente relacionado a indústria automobilística e petrolífera no contexto internacional. Nessas décadas, no Brasil, expandiu-se o rodoviarismo, posteriormente reconhecido como o transporte rodoviário, o qual se segmenta no transporte de passageiros e no transporte de cargas. Automóveis, ônibus e caminhões passaram a ter crescente importância na estruturação produtiva do País e em específico no transporte coletivo de passageiros e de cargas.

Desde pelo menos a década de 1950, o TRC é o mais importante meio de deslocamento das cargas no Brasil, sendo que a supremacia assumida por este modal se mantém no século XXI. Na década de 1970, a média do volume das cargas transportadas no País esteve em cerca de 66% (FIBGE, 1990, p. 456), enquanto no século XXI se mantém acima dos 60%, estando, em 2019, na “participação percentual” no “volume de cargas transportadas”, com 61,1% frente aos demais modais (CNT, 2019, p. 18). No País, o TRC se expandiu em época da industrialização, da expansão da fronteira agrícola, da rápida urbanização e crescimento do mercado interno a partir dos anos 1930, a isto, notadamente a partir dos anos 1950, a produção de veículos automotores, a indústria petrolífera e a construção e pavimentação de rodovias. Inclusive, quando o Estado opta por uma política de privilégio ao transporte rodoviário em detrimento dos demais modais, aliando-se a uma narrativa conjugada com rodovias, rodoviários, progresso e a integração nacional⁶. Tudo isso, considerando que, nas duas primeiras décadas do século XXI, a estrutura econômica do País não se alterou e nem a estruturação dos transportes de cargas, prevalecendo a dependência em relação ao TRC e a importância dos motoristas de caminhão.

Nos anos 1970, Josef Barat (1978, p. 113-115) identificou a “situação de hipertrofia do sistema rodoviário”, devido à falta de planejamento e a “ampliação exagerada” que gerou concentração das atividades, tornando o País dependente do TRC. Sobre a formação empresarial, o autor complementa:

Os serviços rodoviários de carga, no Brasil, são prestados por um grande número de empresas com dimensões vari-

6 Hugo Cunha Lima (2017, p. 39), em estudo sobre os motoristas de caminhão de Uberlândia (MG), constatou na narrativa jornalística, no município e no País, a associação com o progresso: “Ser caminhoneiro tornou-se uma profissão bastante diferenciada das demais, respeitada na sociedade pela sua importância com o progresso e pelas várias possibilidades que englobava: conhecer o país, novas pessoas, culturas e costumes”.

áveis e por transportadores individuais. Há, portanto, para grande parte da carga transportada, uma oferta diluída em muitas unidades de prestação de serviço que competem num mercado altamente concorrencial (Idem, p. 55).

Este conteúdo é estrutural, permanecendo nas décadas posteriores, sendo que, diferente dos outros modais que tiveram expressiva intervenção do Estado enquanto regulação e agente empreendedor, o TRC “apresenta a peculiaridade de ter sua tarifa formada em condições de concorrência” (Idem, p. 55). Deste referencial, elemento mantido no século XXI, a “tarifa” é associada aos fretes e central na formação da lucratividade dos empreendimentos. Sobre a elevada quantidade de empresas, formadas exclusivamente pela iniciativa privada, deve-se considerar as empresas de pequeno porte e os volumosos empreendimentos como concorrentes no mercado das cargas/fretes. Em relação aos “transportadores individuais”, são reconhecidos como autônomos, enquanto as empresas com motoristas assalariados passaram a ser chamadas de empresas de transporte de carga ou transportadoras.

Nessas condições, se manifesta o trabalho dos motoristas de caminhão no desenvolvimento do País, atividade profissional com um contingente numericamente expressivo de trabalhadores. Em relação a formação profissional, destacam-se certas condições, às vezes, produzindo especializações, como, as rotas de viagem entre maiores ou menores distâncias envolvendo o transporte interestadual e internacional, os modelos dos caminhões diferenciados nas capacidades de carga e influentes nos tempos de viagem e produtividade do trabalho e em relação aos tipos de cargas, determinando especializações e tarefas desempenhadas pelos motoristas além do tempo de direção nos caminhões.

Elemento definidor na atividade profissional é a divisão do trabalho, ou seja, a localização desses motoristas na divisão social do trabalho. Ao longo das décadas tem havido a segmentação entre os motoristas autônomos e os empregados, os primeiros como trabalhadores por conta própria e proprietários dos caminhões, por isto identificados como pequenos patrões e/ou pequenas empresas⁷. Os empregados são trabalhadores subordinados a classe social patronal, vendedores da sua força de trabalho em troca dos salários que, no Brasil, tem tido a peculiaridade da elevada incidência dos salários por peça⁸, determinados pelas quantidades de via-

7 Afirmativa desenvolvida em “Autônomos e variações da pequena empresa” (KAPRON, 2012, p. 50-53).

8 Salário por peça e salário por tempo são duas formas clássicas indicadas por Karl Marx (2006; 2008) na sua obra *O Capital*, especificamente no Livro I, considerando que os

gens realizadas e em função dos preços dos fretes das cargas transportadas, popularmente reconhecido como o trabalho por comissão. Santos (2010, p. 240) destaca que o diferencial entre esses profissionais está na “posição na organização do trabalho”, mantendo a centralidade que os empregados são assalariados de empresas proprietárias dos caminhões e os autônomos são os proprietários dos caminhões em que trabalham.

Numa estimativa sobre o Brasil, em estudo do DNER, referente ao ano de 1974, a frota era de cerca de 520 mil caminhões, sendo que 70,9% destes veículos pertenciam aos autônomos (DNER, 1976, p. 93-94). O DNER pondera que os autônomos poderiam manter motoristas empregados, sendo assim, existência de quantia relativa maior de motoristas assalariados. As outras categorias, 29,1% eram as “Empresas de Transporte”, as “Empresas de Carga Própria” e o “Transportador Individual”, porém, não sendo empreendimentos que possuíam o TRC como a sua principal atividade econômica (DNER, 1976, p. 07-11).

Sobre quantificações no TRC e em relação aos motoristas de caminhão, a bibliografia tem registrado a insuficiência e não a padronização de dados disponíveis (SILVA JUNIOR, 2004, p. 207), produzindo problemas, como sobre determinar qual a participação relativa dos motoristas autônomos e dos empregados ao longo do tempo. Lucas Lima, em estudo sobre o “mercado de trabalho” desses profissionais, registra que, em 2002, o “número de motoristas de caminhão” era de “1.151.057” e em 2015 era de “1.930.664”, sendo quantificados apenas os profissionais homens. Lima justifica a delimitação de gênero, devido a que do total desses profissionais, em 2015, 99,42% eram homens, por isso, pela expressividade, os torna a totalidade (LIMA, 2018, p. 27-28). Sobre essas informações, além da peculiaridade de ter sido profissão exclusivamente masculina, mantêm imprecisões como a não distinção entre autônomos e empregados, não situando as rotas de viagens que são determinantes das jornadas de trabalho e não situando os modelos dos caminhões e os tipos de cargas transportadas. Todas essas imprecisões são elementos formadores da estrutura profissional, influentes nas condições de trabalho e nas relações de trabalho, sendo problemas para a historiografia.

No RNTRC, em 31 de dezembro de 2015, data aproximada ao referencial de Lima, o “número de Veículos” estava na quantia de “2.339.703” (ANTT, 2017, p. 02). Porém, desta quantidade, estão considerados a totalidade dos veículos do transporte de cargas e seus implementos rodoviários.

trabalhadores assalariados no processo de trabalho vendem a sua força de trabalho, enquanto na divisão do trabalho e nas relações de produção não possuem os objetos e os meios de trabalho.

Sendo assim, veículo utilitário leve não corresponde a caminhão, sendo que, nessa totalidade, estão contabilizados, também, implementos como o semi-reboque e o reboque, pois, para o RNTRC possui validade o emplacamento, no qual, um caminhão carreta possui duas placas, no cavalo mecânico e no semi-reboque.

Em relação à propriedade dos veículos, 45,65% estavam entre os autônomos, 53,54% nas empresas de transporte e 0,80% nas cooperativas (ANTT, 2017, p. 02). Comparando as informações do RNTRC com os registros do DNER (1976, p. 07-11) verifica-se a diminuição relativa dos motoristas autônomos, contraposto pelo crescimento dos motoristas de emprego assalariado, ou, a sobreposição de empresas de maior porte sobre as de pequeno porte.

Em Lima (2018, p. 44), a “composição populacional de caminhoneiros segundo o tipo de contrato de trabalho”, em função da totalidade antes mencionada, foi identificada em quatro categorias, onde, em 2002, com “Carteira assinada” eram 47,67%, por “Conta própria” somavam 29,98%, “Empregador” eram 0,96% e “Outros” perfaziam 21,39%. Em 2015, respectivamente, a porcentagem era de 58,55%, 27,79%, 01,11% e 12,55%. A categoria “Outros” mantém imprecisão, podendo ser trabalhadores assalariados com vínculos empregatícios no regime informal, funcionários públicos com regime formal sem possuírem seus salários e jornadas determinados pelas cargas/fretes do TRC, entre outras variações.

Se o objeto analisado por Lima foi os motoristas de caminhão/caminhoneiros, não deveria constar a categoria “Empregador”. Sendo assim, supõe-se que pode ser variação de autônomos e/ou “Conta própria”. Inclusive, entre a disparidade das informações do RNTRC e de Lima, especificamente na distinção autônomos e empregados, o diferencial pode estar entre a parcela que mantém o registro institucional como autônomos e que manteria a relação de empregadores de motoristas assalariados nos caminhões, residindo aqui alguns problemas para a historiografia em quantificar o TRC e seus motoristas.

Essas são condições generalizantes da economia e do trabalho no TRC Brasileiro e dos motoristas de caminhão, profissionais também reconhecidos como caminhoneiros, carreteiros e motoristas profissionais. A seguir, análise do SINDIMERCOSUL, partindo da consideração de ser sindicato sediado em Uruguaiana no Estado do Rio Grande do Sul, muni-

9 A categoria, com referência na PNAD do IBGE, “agrupa as entradas ‘Militar’, ‘Funcionário Público’, ‘Outro empregado sem carteira de trabalho assinada’, ‘Trabalhador doméstico’ com e sem ‘carteira de trabalho assinada’, ‘Trabalhador na produção para o próprio consumo’, ‘Trabalhador na construção para o próprio uso’ e ‘Não remunerado’” (LIMA, 2018, p. 44).

cípio situado regionalmente com destaque nas atividades econômicas da produção de arroz e no comércio internacional, devido ao município ser de fronteira e seu porto seco ser o maior do Brasil no tráfego rodoviário de cargas através das exportações e importações de produtos.

2 O SINDIMERCOSUL: ESTRUTURA E REPRESENTATIVIDADE E PECULIARIDADES PROFISSIONAIS

O SINDIMERCOSUL foi fundado no início da década de 1980 segundo informação disponibilizada em sua seção “História” do Portal de Internet:

No dia 05 de setembro de 1981, realizou-se a 1ª Assembleia Geral da Associação dos Trabalhadores Rodoviários de Uruguaiana, compareceram 75 trabalhadores na oportunidade foi eleita uma diretoria provisória; nascia o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Carga do RS. Em 20 de outubro de 1981, a associação recebia sua carta sindical expedida pelo Ministério do trabalho (SINDIMERCOSUL, 2020a).

A autoidentificação enquanto trabalhadores rodoviários e sindicato representativo dos motoristas de caminhão empregados estão contidos na citação. Em suas peculiaridades, o Sindicato possui base territorial em todo o Estado do Rio Grande do Sul e seus trabalhadores operam trabalhando dentro do território do País, entre rotas estaduais e interestaduais, e no Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC). Sendo Sindicato estadual e tendo outros sindicatos desses motoristas no Rio Grande do Sul, há a sobreposição enquanto representatividade desses motoristas¹⁰. Sobre o TRIC, é elemento da atividade profissional que se manifesta nas viagens de longas distâncias entre diferentes países, notadamente a Argentina e o Chile, influenciando em questões culturais, como em relação ao idioma, a alimentação, a estadia em território estrangeiro, bem como sobre o trabalho em relação à legislação de trânsito, ao relacionamento com trabalhadores e empresas e ao tráfego rodoviário nas peculiaridades regionais, exemplarmente manifestado na passagem pela Cordilheira do Andes na rota Brasil-Chile.

10 Em relação aos motoristas de caminhão empregados brasileiros, Santos (2007, p. 91) identificou questões como a maior representação sindical do transporte de passageiros em relação ao das cargas, a pulverização de sindicatos no quesito “quem representa quem”, a reduzida sindicalização e/ou a baixa organização por local de trabalho.

Em relação as origens e aos destinos das cargas transportadas, considerando que para o motorista seu local de trabalho é o caminhão, conveniou-se o uso de expressões como rotas curtas e rotas longas. As primeiras se determinam entre carregamentos e descarregamentos em viagens que permitam o retorno às sedes das empresas, condição mais aproximada ao regime de trabalho em jornada de oito horas diárias, segundo a CLT. As segundas, as viagens de longa distância, representam os deslocamentos com duração de dias, semanas e até meses, manifestando peculiaridade da formação profissional em que maior parcela desses motoristas têm utilizado o local de trabalho como lugar de descanso e repouso, e, por vezes, para o preparo das refeições.

Essas questões do trabalho, que se determinam no espaço territorial, no tempo em horas trabalho e nas relações contratuais, são expressivas da Formação Histórica da profissão, pois, além de serem longas distâncias materializadas em tempo de direção, são determinantes nas jornadas de trabalho, influenciando para a recorrência das elevadas horas trabalho, uma das mais altas entre os trabalhadores brasileiros, pelo menos entre a segunda metade do século XX e o século XXI¹¹. Inclusive, elevadas horas trabalho e jornadas estruturadas sem regulamentação até a Lei n. 12.619/2012¹² e a Lei n. 13.103/2015¹³, correspondendo a condições precárias de trabalho no que tange a saúde, a segurança e a remuneração, expressando a incidência de contratos de trabalho informais.

Sobre a representatividade, o SINDIMERCOSUL é integrado por outras categorias de trabalhadores, como os auxiliares de escritório e de transporte, o chefe de frota e o motoqueiro, entre outras, as quais, entre 2001-2019, passaram por algumas reestruturações, todas estando contempladas nas CCTs firmadas com os motoristas de caminhão. Apesar de não constar a referência de seu nome, o SINDIMERCOSUL é representativo do transporte de passageiros urbano e regional, os motoristas de ônibus e as categorias profissionais auxiliares (SINDIMERCOSUL, 2020b). Assim sendo, este conteúdo da representatividade é elemento significativo, pois, motoristas de ônibus e motoristas de caminhão são atividades profissionais distintas enquanto qualificação profissional, objeto de trabalho, condições de trabalho e relações de trabalho.

O nome do Sindicato registra peculiaridades dos motoristas de

11 Essa afirmativa é reconhecida na bibliografia sobre os caminhoneiros brasileiros e em Kapron (2012) é um dos elementos centrais identificados na Formação Histórica destes trabalhadores.

12 BRASIL, Lei n. 12.619/2012 (2020).

13 BRASIL, Lei n. 13.103/2015 (2016, p. 398-401).

caminhão, Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, ressaltando aspectos da representatividade sindical. Podem ser apreendidas certas especializações internas a profissão, como em relação aos tipos de cargas transportadas. Cargas secas estão associadas com cargas gerais, oriundas das indústrias ou fábricas, da produção primária e agrícola. As cargas líquidas, granéis de origem alimentar ou os produtos perigosos, exemplarmente identificados nos combustíveis. Produtos perigosos é expressão usual no meio profissional, por se tratar de cargas que tem exigido cuidados especiais nos carregamentos e descarregamentos, assim como no transporte em si, requerendo qualificação e treinamento específicos aos motoristas, gerando habilitações diferenciadas aos diferentes tipos de produtos. Nos produtos perigosos estão contidas referências aos produtos inflamáveis, explosivos e químicos, em estado líquido, gasoso ou sólido, considerando serem cargas que oferecem periculosidade aos motoristas e ao meio ambiente em caso da ocorrência de acidentes de trabalho, repetidas vezes identificados como acidentes de trânsito. Sobre as cargas refrigeradas, são os produtos transportados em caminhões que possuem carrocerias com resfriadores de temperatura reconhecidas como câmara fria, ou, método mais moderno, as carrocerias serem plataformas em que são assentados os contêineres câmara fria, constituindo-se em simplificação das operações, às vezes envolvendo o transporte multimodal, exemplarmente identificado nas exportações de carnes que seguem por caminhões até os portos marítimos, ocorrendo a descarga e a transferência dos contêineres refrigerados para as embarcações marítimas.

A especialização em transportes de certos tipos de cargas tem produzido exigências de caminhões adaptados e de habilidades e destrezas no trabalho do volante e nas atividades acessórias dos carregamentos/descarregamentos, contribuindo para a formação de uma cultura profissional, inclusive, influenciando os preços salariais. Conduzir caminhões com cargas de vinte toneladas contrasta com a condução de cargas na faixa das cinquenta toneladas, enquanto cargas sólidas requerem cuidados diferenciados das cargas de granéis líquidos, inclusive, a isto, agregando o relevo e a infraestrutura das rodovias, assim como sobre o saber enlonar e amarrar as cargas como especializações que demonstram a não homogeneidade da atividade profissional e a importância atribuída à experiência profissional.

Na profissão, qualificação pode ser identificada através da Carteira Nacional de Habilitação que, além de conhecimento, habilidade e treinamento para obtê-la, se diferencia pelo porte dos caminhões, constituindo-se como outra variável das especializações da profissão. A isto, somam-

-se outras exigências requeridas dos motoristas, além do conduzir e/ou o tempo de direção nos caminhões. Entre 2001-2019 em todas as CCTs do TRIC no SINDIMERCOSUL consta a cláusula “Responsabilidade dos Motoristas”, determinando comprometimentos dos motoristas em função dos caminhões, como sobre a “inspeção”, o “funcionamento” e a “segurança”, demonstrando que o trabalho de direção tem sido complementado com responsabilidades pela manutenção e percepção sobre as condições funcionais dos veículos, exigindo saberes determinados na experiência da trajetória profissional. Inclusive, consta o fator zelo em relação aos caminhões e as cargas, considerando que ambos, o instrumento de trabalho e o objeto de trabalho, possuem elevados preços de mercado, devendo ser, enquanto manutenção da segurança, uma atribuição sob a responsabilidade dos motoristas. Sobre isto, considerando ter sido comum as viagens de longas distâncias em que os motoristas têm descansado, repousado e se alimentado nos caminhões, significa que permanentemente tem estado em função dos caminhões, sendo assim, o estado de alerta diuturno e a vigilância sobre os veículos e a cargas problematiza sobre a identificação do início, intervalo e fim das jornadas de trabalho (SINDIMERCOSUL, 2001; 2018)¹⁴.

Desses aspectos gerais, algumas condições têm contribuído para a fragmentação entre os motoristas, como as exigências e qualificações para os transportes dos diferentes tipos de cargas, bem como em relação aos caminhões que se dividem em diferentes tipos (caminhões simples e cavalos mecânicos). Ambas as condições, por sua vez, influem nas relações contratuais de trabalho. Sobre os veículos, os caminhões simples formam composição de uma unidade, tendo capacidade de carga na faixa de até vinte toneladas, exemplificados por veículos com dois até quatro eixos. Os cavalos mecânicos têm sua composição formada com o engate no semi-reboque (carreta, carroceria), constituindo duas unidades geralmente de cinco ou seis eixos, além dos modelos bitrem (sete eixos) e rodotrem (nove eixos), constituídos de três unidades entre cavalo mecânico, semi-reboque mais o reboque. Os cavalos mecânicos são caminhões que operam a partir das trinta toneladas de carga, os quais, segundo as normas legais do País, podem operar até a faixa das cinquenta toneladas de carga, porém, suas capacidades ultrapassam esta limitação. Sobre esses elementos, deve-se considerar o porte dos caminhões e as capacidades produtivas, a evolução tecnológica e o aumento da força produtiva de trabalho, todos indiciando

14 Como padrão, menciona-se a primeira CCT analisada e a última, ou seja, CCT 2001-2002 e CCT 2018-2019, valendo para outras referências que tenham conteúdo em CCT por período sequencial, levando em consideração que algumas CCT foram firmadas por prazos de dois anos, sendo que, ao fim do primeiro ano, firmaram-se aditamentos.

sobre os potenciais de produtividade entre os diferentes empreendimentos. Esses são elementos da relação trabalhadores, máquinas e produtividade que também tem se determinado em relação aos preços dos fretes, os quais, sendo salários baseados nas comissões, influem no aumento ou na redução dos preços salariais.

Ainda sobre generalizações da estruturação e representatividade no SINDIMERCOSUL, tornam-se significativas as diferentes negociações ocorridas com os sindicatos patronais. Segundo o informado em seu Portal de Internet, apenas considerando o setor dos transportes de cargas, o SINDIMERCOSUL (2020b) manteve negociações com o Sindicato das Empresas de Transporte de Carga e Logística do Estado do Rio Grande do Sul (SETCERGS), originando CCTs diferenciadas, umas para o TRIC e outras para o Regional-Nacional. Além deste sindicato patronal, o SINDIMERCOSUL estabeleceu CCTs, mesmo que não na totalidade do período 2001-2019, mas em séries de anos diferenciados, com o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Carga e Logística da Fronteira Oeste do RS, Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas Nacional e Internacional de Santana do Livramento, Sindicato das Empresas de Veículos de Carga de Caxias do Sul, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do RS e o Sindicato das Empresas de Transportes de Carga e Logística de Santa Maria.

Dessa descrição, considerando CCTs específicas para cada um deles, no âmbito dos sindicatos patronais, há o negociado com o SINDIMERCOSUL. Porém, em relação ao SINDIMERCOSUL a situação é diversa, pois é um sindicato que tem mantido negociações com vários sindicatos patronais. Sendo assim, conjectura-se sobre o favorecimento para a maior unidade patronal em defesa de seus interesses, contraposta pela situação difusa e fragmentada do poder político de negociação do SINDIMERCOSUL, pois os trabalhadores base do SINDIMERCOSUL caracterizam-se por terem sido motoristas assalariados em empresas, sendo esta é sua unidade. Contudo, essa condição comum se fragmenta na negociação com diferentes sindicatos patronais.

Ainda, sobre conjectura e fragmentação dos trabalhadores, percebe-se que, entre 2001-2019, todas as CCTs do TRIC com o SETCERGS determinaram cláusulas contemplando as cargas gerais, porém, entre 2007-2014, internamente às CCTs houve segmentação, distinguindo pisos salariais por tipos de cargas. Na CCT 2007-2008, o conjunto das cláusulas, em suas generalidades, mantiveram-se em comum, porém, os pisos salariais foram diferenciados entre as cargas secas e as cargas líquidas, tendo nestas últimas os pisos salariais preços mais elevados (SINDIMERCOSUL,

2007). Entre 2008-2014, houve segmentação maior, entre cargas secas, cargas líquidas e cargas líquidas em petróleo/produtos químicos. Nestes três segmentos, o terceiro foi o que teve os pisos salariais mais elevados, sendo integrantes das cargas perigosas que também exigem qualificações específicas aos motoristas (SINDIMERCOSUL, 2008; 2013). Sendo assim, categorias internas à atividade profissional têm atuado como fragmentação de interesses entre esses motoristas.

Essas são algumas condições gerais sobre a estruturação e a representatividade do SINDIMERCOSUL, funcionando como elementos qualitativos da formação profissional. Essas generalidades devem ser pensadas como peculiares do SINDIMERCOSUL, sem, no entanto, necessariamente, diferenciarem-se de padrões do TRC Brasileiro. A seguir, alguns elementos sobre categorias, assalariamento e cláusulas das CCTs do TRIC entre 2001-2019.

3 SINDIMERCOSUL: CATEGORIAS, FORMAÇÃO SALARIAL E CLÁUSULAS DO TRIC NAS CCTS 2001-2019

Nesta seção, com o foco nos motoristas de caminhão/caminhoneiros, são referência de análise apenas as CCTs do TRIC 2001-2019 das cargas gerais, todas tendo sido estabelecidas entre o SINDIMERCOSUL e o SET-CERGS. Segue um recorte que envolve as condições e relações de trabalho mais específicas no que se refere às categorias de trabalhadores, o assalariamento e às cláusulas negociadas.

Nesse período, entre 2001-2019, tendo como referencial apenas quatro das categorias de trabalhadores abrangidos nas CCTs, são identificadas nomenclaturas que nominam os profissionais e atribuem qualidades aos trabalhadores. Na CCT 2001-2002, consta a expressão Motorista de Estrada-Carreta, sendo que, na CCT 2018-2019, passando por modificação, consta como Motorista Estrada Internacional Carreta (SINDIMERCOSUL, 2001; 2018). A nomenclatura determina a especialização associada com o modelo do caminhão, pois carreta é termo que simplifica a composição cavalo mecânico mais o semi-reboque (carreta, carroceria) e promove a distinção que exclui os motoristas dos caminhões simples. Inclusive, enquanto atribuição do nome da profissão, não foi incomum os trabalhadores que pertencem a esta categorização serem mencionados como *carreteiros*. Na CCT de 2001-2002 eram estes que possuíam o piso salarial mais elevado, se comparados as outras categorias.

Em relação a categoria Motorista de Estrada Truck, Toco e Caçamba Basculante, na CCT 2001-2002, há o indicativo da especialização baseada no

modelo dos caminhões, constituindo-se como restrito aos caminhões simples. Truck é expressão usual aos caminhões de três eixos e Toco aos de dois eixos, sendo estas questões integrantes do porte e das capacidades produtivas dos caminhões que, se comparados com as carretas, possuem menor porte. Caçamba Basculante é expressão associada com o tipo de carroceria, fornecendo indicativo de seleção de tipos de cargas transportadas. Na CCT 2018-2019, essa categoria consta como Motorista Internacional de Estrada Truck, de Veículo Auto-Transportado (zero quilômetro), Toco, Munk, Caçamba Basculante (SINDIMERCOSUL, 2001; 2018). Verifica-se, nova especialização com a referência a Veículo Auto-Transportado e o referencial a Munk, este último determinando que, além do trabalho de condução dos veículos, os motoristas trabalhavam com as operações de maquinário auxiliar dos carregamentos e descarregamentos. Essa categoria, na CCT 2001-2002, possuía o segundo maior piso salarial.

A categoria mencionada na CCT 2001-2002 como Motorista de Coleta e Entrega, na CCT 2018-2019 está modificada para Motorista de Coleta e Entrega Internacional (SINDIMERCOSUL, 2001; 2018). A expressão coleta e entrega se tornou usual no TRC Brasileiro para se referir às viagens de rotas curtas, muitas vezes restritas a percursos urbanos, e, no caso de Uruguiana, município fronteiriço, as viagens podendo ocorrer até o território da Argentina. Inclusive, nessa categorização, tem sido comum os usos caminhões de menor porte, reconhecidos como caminhões médios e leves, mais adaptados ao tráfego urbano. Nessa categoria, os profissionais têm jornadas aproximadas, segundo a CLT, de oito horas diárias como o parâmetro. Dessas três categorias, esta última possuía os pisos salariais mais baixos, considerando que, entre 2001-2019, essa hierarquia não se alterou enquanto posicionamento entre as três categorias mencionadas.

No SINDIMERCOSUL, nas CCTs 2011-2019, passou a constar a categoria Motorista Bitrem, posteriormente passando a estar identificado como Motorista Estrada Internacional Bitrem (SINDIMERCOSUL, 2011; 2018). Novamente ocorre a distinção dos modelos dos caminhões, restringindo-se a uma categorização que indica o referencial de serem caminhões de maiores capacidades de cargas, se comparados com os anteriormente mencionados. Os bitrem partem de uma faixa de 37-38 toneladas de carga por veículo, e, mesmo que não há a menção direta aos caminhões rodotrem, com aptidão aos transportes de cargas mais pesadas que os bitrem, supõe-se que estejam incluídos nessa categoria. Inclusive, bitrem e rodotrem são modelos que adquiriam importância se tornando usuais no País a partir da década de 1990, estando associados com o desenvolvimento tecnológico, no entanto, no SINDIMERCOSUL, somente na década de 2010 passaram a constar nas CCTs. Sendo assim, por anos, os motoristas foram igualados

em caminhões com capacidades produtivas diferenciadas, indiciando que, enquanto trabalhadores, os motoristas dos bitrem e rodotrem foram operadores com maior capacidade produtiva, sendo que, somente na década de 2010 foram reconhecidos como categorização específica manifestadas nas CCTs, levando em consideração que na hierarquia salarial passaram a possuir os pisos salariais mais elevados até a CCT 2018-2019.

Entre todas as quatro categorias mencionadas das CCTs 2001-2019, verifica-se que os pisos salariais tiveram reajustes em todos os anos, ou seja, a cada nova CCT firmada, ocorreram aumentos em números absolutos dos pisos salariais. Porém, nas quatro categorias, há a diminuição relativa dos pisos salariais em função do salário mínimo do País. Esta redução, em função do salário mínimo, ocorreu de modo contínuo nas CCTs para cada categoria, estando, a seguir, demonstrado a partir de duas categorias em modo exemplar.

Em Motorista Estrada Internacional de Carreta, na CCT 2001-2002, o piso salarial correspondia a 3,70 vezes a mais que o preço do salário mínimo, enquanto na CCT 2009-2010 era 2,49 vezes a mais e, por sua vez, na CCT 2018-2019 era 2,20 vezes a mais que o salário mínimo (SINDIMERCOSUL, 2001; 2009; 2018). Situação similar ocorreu com Motorista Estrada Internacional Bitrem, na CCT 2011-2012 o piso salarial estava 2,69 vezes a mais que o preço do salário mínimo e na CCT 2018-2019 estava em 2,42 vezes a mais (SINDIMERCOSUL, 2011; 2018).

Desses estratos de referenciais dos pisos salariais, firmados nas CCTs para os motoristas, se percebe que, frente aos preços do salário mínimo em vigência no País, houve a redução contínua nas quatro categorias. Sobre estas reduções, deve-se problematizar em que medida ocorreu, ao longo desse período analisado, a perda do poder aquisitivo por esses profissionais, pois, teria de ser ampliada essa questão, contextualizando a economia e a inflação do País. Inclusive, a referência são os pisos salariais, porém, aos motoristas de caminhão se tornou comum os pagamentos através das comissões e, havendo estas, resultam em parcelas variáveis dos preços salariais. Sendo assim, uma síntese sobre rebaixamento ou não dos preços salariais desses profissionais requer análise mais ampliada, envolvendo questões trabalhistas, previdenciárias e sobre as quantidades de cargas transportadas e os preços dos fretes, motivação a outro estudo. Por ora, constata-se apenas a identificação de uma tendência histórica dos pisos salariais desses profissionais terem diminuído, se comparados com o salário mínimo do País.

No SINDIMERCOSUL, no TRIC em suas CCTs 2004-2019, consta a cláusula “Salário Mínimo Profissional”. Nela, pode ser apreendida a exis-

tência dos pisos salariais que se complementam com os pagamentos das comissões. Na CCT 2004-2005 consta que:

Para efeito da presente cláusula considera-se atendida a remuneração mínima quando a soma dos valores pagos a título de salários fixo com o salário variável, em forma de comissões, km rodado e/ou prêmios (exceto PTS), atinja o valor do salário mínimo profissional (SINDIMERCOSUL, 2004)¹⁵.

Este item, constando como um dos assuntos internos a cláusula “Salário Mínimo Profissional”, passou a contar em todas as CCTs 2004-2019, havendo modificações na estrutura da redação ao longo dos anos, notadamente em relação a edição da Lei n. 12.619/2012 e da Lei n. 13.103/2015, adaptando questões a essa normatização do exercício profissional¹⁶. Na citação, verifica-se as possibilidades dos pisos salariais serem complementados pelas parcelas variáveis das comissões, ou, a possibilidade dos salários serem integralmente pagos através das comissões. Assim sendo, seria diferente do firmado em contrato e indicaria sobre elementos de informalidade nos vínculos empregatícios, mesmo que na aparência dos contratos estivessem em regime formal, inclusive constando a assinatura da Carteira de Trabalho¹⁷. Dessa situação, se observa que os salários em suas quantias monetárias, estando em maior ou menor proporção determinados nas comissões, seriam variáveis devido a quantidade de viagens realizadas e os preços dos fretes transportados. Inclusive, podendo gerar insegurança salarial aos motoristas, pois, se os recebimentos se condicionavam nas comissões em eventuais períodos de falta de carga no mercado para transportar, estando parados sem viajar não receberiam comissões.

Essa última questão suscita outra problemática, devendo ser mais bem analisada num outro estudo, em que, dada a atuação do SINDIMERCOSUL e a sindicalização dos trabalhadores, se os salários se determina-

15 PTS: Prêmio por Tempo de Serviço, cláusula contida em todas CCTs 2001-2019.

16 As duas leis são as primeiras do País que regulamentaram a atividade profissional, especificando as jornadas de trabalho. Sendo assim, a partir de 2012, ocorreram modificações nas CCTs, com adaptação ao conteúdo normativo. Por exemplo, a Lei n. 12.619/2012 anulou a possibilidade do assalariamento com comissões e a Lei n. 13.103/2015 reintroduziu esta possibilidade. Essas duas leis são motivação para outro estudo.

17 Na bibliografia, diferentes autores reconhecem que tem havido os pagamentos salariais através das comissões, constituindo-se como certa quantia percentual dos preços das cargas/fretes transportadas, geralmente entre 10% e 15% destes preços, bem como a existência de uma parcela dos salários em quantia fixa e outra formada com os complementos baseados nas comissões (CUNHA, 2016, p. 51; DONIAK, 2014, p. 90; GIROTTO, 2014, p. 67-68; SILVA, 2015, p. 32).

vam nas comissões, em eventuais momentos de permanecerem sem viajar em que medida os pagamentos salariais eram efetivamente pagos, ou, era garantido pelo menos o pagamento dos pisos salariais. Essa questão dependeria da correlação de forças entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal, o poder político de cada um deles, que, ao mesmo tempo, também manifestaria a presença de contratos formais ou informais nos regimes de trabalho.

Entre 2001-2019, nas CCTs do TRIC do SINDIMERCOSUL, a média de cláusulas determinadas está em cerca de quarenta por CCT, ou seja, há uma temática ampla e bastante diversificada que poderia ser analisada e interpretada através de um estudo mais desenvolvido e aprofundado. No entanto, resta ainda problematizar a profissão dos motoristas de caminhão, pois, no SINDIMERCOSUL nesse período, estão contidas quatro cláusulas que se aproximam em seu conteúdo. São elas: “Auxílio Funeral”, “Assistência ao Empregado Acidentado”, “Seguro de Vida” e “Assistência Jurídica”, esta última se determinando em caso dos motoristas “sofrerem acidentes”. Ou seja, constar essas cláusulas em todas as CCTs significa contextualizar que o problema dos acidentes de trabalho é recorrência na Formação Histórica desses profissionais, problema que a bibliografia sobre esses trabalhadores atesta. Sendo assim, há a evidência, por terem sido cláusulas tornadas objeto de negociações e estarem firmadas nas CCTs, que demonstra a defesa desses interesses, de que era um problema presente os acidentes de trânsito com esses profissionais, inclusive, haja vista que, se estavam em trabalho, deveriam, necessariamente, serem computados e estudados como acidentes de trabalho. Mas, igualmente, este tema deve ser desenvolvido em outro estudo, em função de que neste trabalho se priorizaram as condições generalizantes das categorias internas aos profissionais motoristas de caminhões e do assalariamento, suscitando sobre o conteúdo do conjunto das cláusulas firmadas nas CCTs 2001-2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os motoristas de caminhão e/ou caminhoneiros brasileiros requer o princípio de partir da diferenciação entre os que passaram a ser reconhecidos como os motoristas autônomos e os motoristas empregados, estes últimos sinônimo de trabalhadores assalariados. No Brasil e nas condições específicas do SINDIMERCOSUL, ao focar apenas nos motoristas de caminhão empregados, foi identificado os trabalhadores sem uma condição homogênea, haja vista a sua fragmentação, no entanto, não se deve desconsiderar o princípio comum a todos esses trabalhadores, ou seja, a condição de assalariados. As diferenciações internas das categorias profis-

sionais se expressam de diferentes modos, sendo este artigo uma descrição que contextualiza quem são esses profissionais representados pelo SINDI-MERCOSUL entre 2001-2019 e que, ao mesmo tempo, manifestam recorrências da Formação Histórica profissional no contexto brasileiro. A esta peculiaridade da atividade profissional que este artigo procura dar contribuição a historiografia sobre os trabalhadores do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA Nacional de Transportes Terrestres, ANTT. “Cargas”: “RNTRC”: “Estatísticas”. *Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC*. Transportadores e Frota Registrados – 2010 a 2016. Brasília, DF, Brasil, 24 de Janeiro de 2017. 03 pág. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/cargas/arquivos_old/Estatisticas.html>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- BARAT, Josef. *A evolução dos transportes no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE; IPEA, 1978.
- BRASIL. *Lei n. 12.619, de 30 de abril de 2012. Portal da Legislação*. “Legislação Federal”: “Leis Ordinárias”. Brasília, DF, Brasil, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12619.htm>. Acesso em: 16 fev. 2020.
- BRASIL. *Lei n. 13.103, de 02 de março de 2015*. In: *CLT Saraiva Acadêmica e Constituição Federal*. 14. ed. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2016, p. 398-401. (Colaboração de CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Livia; ROCHA, Fabiana Dias da). (Consolidação das Leis do Trabalho).
- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde 1980. *Cadernos AEL: Trabalhadores, leis e direitos*. v. 04, n. 26. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Arquivo Edgard Leuenroth, 2009, p. 13-47. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2558/1968>. Acesso em: 16 mai. 2021.
- CONFEDERAÇÃO Nacional do Transporte, CNT. “Publicações”: “Análises do Transporte”. *Transporte em Números*. Brasília, DF, Brasil: CNT, 12/12/2019. 29 pág. Disponível em: <<https://www.cnt.org.br/analises-transporte>>. Acesso em: 07 fev. 2021.
- CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, CLT. In: *CLT Saraiva Acadêmica e Constituição Federal*. 14. ed. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2016. (Colaboração de CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Livia; ROCHA, Fabiana Dias da).

- CUNHA, Kamilla Rocha. *Análise de acidentes de trânsito de caminhoneiros sob a ótica da análise da atividade*. 2016. 143f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.
- DEPARTAMENTO Nacional de Estradas de Rodagem, DNER. *Sinopse do Transporte Rodoviário de Cargas*. Brasília, DF, Brasil: Ministério dos Transportes, DNER, 1976.
- DONIAK, Lúcia Helena de Souza. *A regulamentação da profissão de motorista: aspectos sociais e econômicos dos motoristas empregados no Transporte Rodoviário de Carga em Ponta Grossa* - PR. 2014. 167f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil.
- FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. *Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1988*. Volume 3. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1990.
- GIROTTI, Edmarlon. *Características do trabalho, consumo de substâncias psicoativas e acidentes de trânsito entre motoristas de caminhão*. 2014. 181f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, Brasil.
- HUERTAS, Daniel Monteiro. *Território e circulação: transporte rodoviário de carga no Brasil*. 2013. 420p. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- KAPRON, Rafael Antônio. *História do trabalho dos caminhoneiros no Brasil: profissão, jornada e ações políticas*. 2012. 201f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.
- LIMA, Hugo Cunha. *Estradas de Minas: O Protagonismo do Caminhoneiro no processo de Industrialização de Uberlândia (1946 1964)*. 2017. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.
- LIMA, Lucas. *O mercado de trabalho dos motoristas de caminhão no Brasil: caracterização e avaliação do efeito de leis trabalhistas*. 2018. 100p. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil.

- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. O processo de produção do capital. (1867). Livro I, v. 1. 24. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. O processo de produção do capital. (1867). Livro I, v. 2. 22. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.
- SANTOS, Luciene dos. “Moro no mundo e passeio em casa”: vida e trabalho dos caminhoneiros. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Orgs.). *O avesso do trabalho*. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2010, p. 235-290.
- SANTOS, Moysés Moreira. *Transporte rodoviário de cargas no Brasil: transportadores e sindicalismo a partir dos anos 1990*. 2007. 178f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- SILVA JUNIOR, Roberto França da. *Geografia das redes e da logística no transporte rodoviário de cargas: fluxos e mobilidade geográfica do capital*. 2004. 270f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita filho, Presidente Prudente, SP, Brasil.
- SILVA, Ramon Araújo. *Vida de caminhoneiro: sofrimento e paixão*. 2015. 149p. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Ciência e Profissão) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, SP, Brasil.
- SINDICATO dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, SINDIMERCOSUL. “Documentos”: “Documentação”: “Convenções Coletivas”. *Convenção Coletiva de Trabalho Transporte Rodoviário Internacional de Cargas* (01/05/2001 – 30/04/2002: SINDIMERCOSUL – SETCERGS). Uruguaiana, RS, Brasil, 2001. Disponível em: <<http://www.sindimercosul.com.br/Documentacao.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2020.
- SINDICATO dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, SINDIMERCOSUL. “Documentos”: “Documentação”: “Convenções Coletivas”. *Convenção Coletiva de Trabalho/2004*. Uruguaiana/Internacional (01/05/2004 – 30/04/2005: SINDIMERCOSUL – SETCERGS). Uruguaiana, RS, Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.sindimercosul.com.br/doc/CCT_Carga_Inter_2004_2005.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2020.

SINDICATO dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, SINDIMERCOSUL. “Documentos”: “Documentação”: “Convenções Coletivas”. *Convenção Coletiva de Trabalho 2007/2009. Uruguaiana/Internacional* (01/05/2007 – 30/04/2009: SINDIMERCOSUL – SETCERGS). Uruguaiana, RS, Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www.sindimercosul.com.br/doc/CCInter20072009.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

SINDICATO dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, SINDIMERCOSUL. “Documentos”: “Documentação”: “Convenções Coletivas”. *Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho 2008/2009. Uruguaiana/Internacional* (01/05/2008 – 30/04/2009: SINDIMERCOSUL – SETCERGS). Uruguaiana, RS, Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.sindimercosul.com.br/doc/CCT_Carga_Inter_2008_2009_aditamento.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2020.

SINDICATO dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, SINDIMERCOSUL. “Documentos”: “Documentação”: “Convenções Coletivas”. *Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2011. (01/05/2009 – 30/04/2011: SINDIMERCOSUL – SETCERGS)*. Uruguaiana, RS, Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.sindimercosul.com.br/doc/CCInter20092011.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

SINDICATO dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, SINDIMERCOSUL. “Documentos”: “Documentação”: “Convenções Coletivas”. *Convenção Coletiva de Trabalho 2011/2013. (01/05/2011 – 30/04/2013: SINDIMERCOSUL – SETCERGS)*. Uruguaiana, RS, Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.sindimercosul.com.br/doc/conven%C3%A7%C3%A3o%20coletiva%202011-2013%20INTERNACIONAL.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

SINDICATO dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, SINDIMERCOSUL. “Documentos”: “Documentação”: “Convenções Coletivas”. *Convenção Coletiva de Trabalho 2013/2015. (01/05/2013 – 30/04/2015: SINDIMERCOSUL – SETCERGS)*. Uruguaiana, RS, Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.sindimercosul.com.br/Documentacao.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

SINDICATO dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, SINDIMERCOSUL. “Documentos”: “Documentação”: “Convenções Coletivas”. *Aditamento à Convenção Coletiva 2018 SETCERGS – SINDIMERCOSUL*. (01/05/2018 – 30/04/2019). Uruguaiana, RS, Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.sindimercosul.com.br/doc/Aditamento_CCT_setcergs_2018_2019.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2020.

SINDICATO dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, SINDIMERCOSUL. “História”. Uruguaiana, RS, Brasil, 2020a. Disponível em: <<http://www.sindimercosul.com.br/Historia.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

SINDICATO dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas Seca, Líquida, Inflamável, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul, SINDIMERCOSUL. “Documentos”: “Documentação”. Uruguaiana, RS, Brasil, 2020b. Disponível em: <<http://www.sindimercosul.com.br/Documentacao.htm>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e Informática. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2012, p. 301-317.

Submetido em 30/11/2021

Aceito em 15/02/2021

DOCUMENTAÇÃO

CORRESPONDÊNCIAS DE ANTONIO PARREIRAS À BORGES DE MEDEIROS (1913-1916)

Wagner Feloniuk¹

A pintura a óleo “Proclamação da República Piratini” foi encomendada em 1915 pelo então Presidente do Estado, Borges de Medeiros. O artista Antônio Diogo da Silva Parreiras pintaria o quadro que, então, ficaria longamente no Palácio Piratini representando um dos momentos mais importantes do início da campanha da Revolução Farroupilha. Naquela altura, Parreiras, que nascera em 1860, estava em estágio avançado de sua carreira, tendo amplo reconhecimento de suas obras e críticas positivas na imprensa.

A obra mostra uma cena da Divisão Liberal do Coronel Antônio de Souza Netto, que vencera o a Batalha do Seival, em setembro de 1836 e, com a importante vitória sobre as tropas imperiais, abriu caminho para a consolidação do movimento de independência que se iniciava no Rio Grande do Sul (BENTO, 2010). É também o momento em que a independência em relação ao resto do Brasil é proclamada.

1 Professor Adjunto de Direito Constitucional no Curso de Relações Internacionais (2019) e Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutorado (2013-2016), mestrado (2012-2013), especialização (2011) e graduação (2006-2010) em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutorado na Mediterranean International Centre for Human Rights Research, Università degli Studi Mediterranea di Reggio Calabria/Itália (2021). Coordenador do Projeto de Pesquisa: Observatório do Sistema Judiciário Brasileiro. Pesquisador dos projetos CAPES: A formação de ordens normativas no plano internacional, Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Opinião. Organizador dos Ciclos de Palestras das Relações Internacionais/FURG, Direito/UFRGS, PPGH/FURG e História e Direito/ANPUH, do Congresso Direito e Cultura (2014-2022) e coordenador da série de livros científicos Direito, História & Filosofia. Editor da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e da Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Membro da Associação Nacional de História, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, Associação Brasileira de Editores Científicos, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do ST História e Direito da ANPUH/RS. Áreas de Pesquisa: Direito Constitucional, História do Direito.

Imagem 1 - Proclamação da República Piratini



Fonte: Wikimedia Commons, 2022.

As cartas e documentos abaixo são mostradas com a finalidade de mostrar o processo de produção da obra, as dificuldades e planos de Parreiras. Ele aparenta ter certa intimidade com Borges de Medeiros. O conteúdo trata de preparativos, notícias sobre a progressão do trabalho, pagamento da obra, informações sobre a carreira do pintor. O conjunto permite ver o ambiente de trabalho de um artista conceituado da época, com dificuldades familiares, profissionais e preocupado com prestar um bom serviço àquele que contratara seus serviços.

As cartas são parte do Arquivo de Borges de Medeiros, contendo cerca de 50 mil cartas e 30 mil telegramas, no período de 1898 e 1960, sediada atualmente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Este conjunto amplo perpassa aspectos da vida pessoal de Borges, mas principalmente os acontecimentos políticos e sociais do Rio Grande do Sul (IHGRGS, 2013, p. 22). Essa seleção é especificamente voltada a verificar parte do andamento da construção do palácio, parte importante da arquitetura da cidade de Porto Alegre.

São mostrados os seguintes documentos:

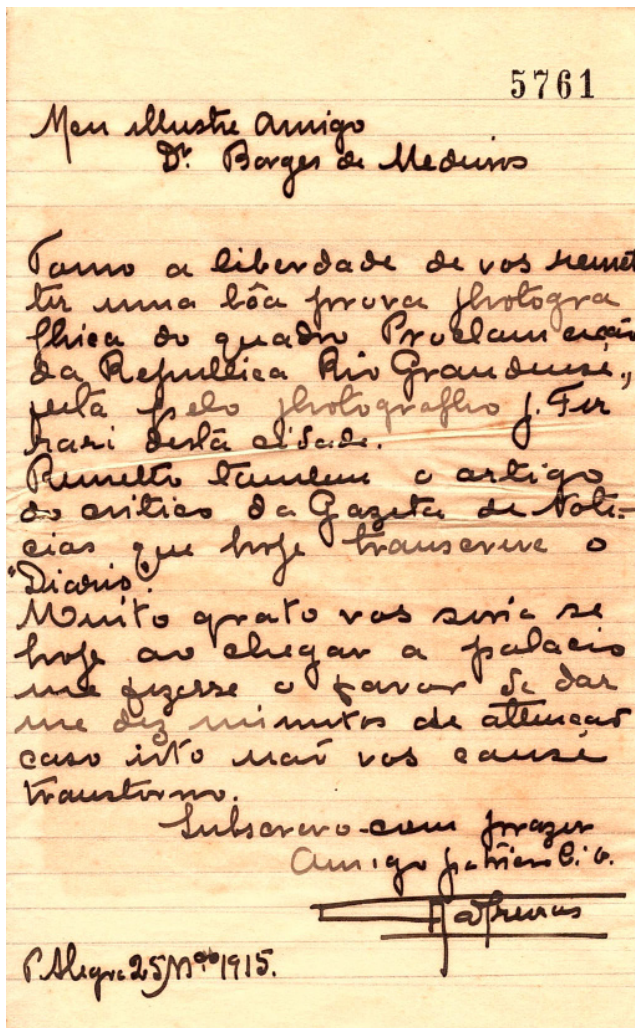
- a) 5761 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros.
- b) 10587 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros.
- c) 10588 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros.
- d) 12116 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros.
- e) 12117 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros.
- f) 12121 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros.
- g) 12123 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros.

h) 12124 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros.

i) 5761 - Notícia "o Pintor Antonio Parreiras", O Diário de Porto Alegre.

Esses documentos são datados entre 1913 e 1916, o período no qual o quadro foi encomendado, planejado, executado e entregue para sua instalação no palácio. São cartas manuscritas, algumas enviadas do Brasil e outras da cidade de Paris, onde o artista tinha um ateliê. Elas ajudam a montar a história da decoração do Palácio Piratini, importante para história da arquitetura de Porto Alegre.

**Imagem 2 - Documento 5761 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros**



5761

Meu illustre Amigo
Dr. Borges de Medeiros

Tomo a liberdade de vos remeter
uma boa prova photographica
do quadro "Proclamação
da Republica Rio Grandense",
feita pelo photographo J. Fur
nari de La Sade.

Permitto tambem o artigo
de critica da Gazeta de Notí-
cias que hoje transcreve o
"Diario".

Muito aprato vos seria se
hoje ao chegar a palacio
me fizesse o favor de dar
me dez minutos de attenção
caso isto não vos cause
transtorno.

Subscribo com prazer
Amigo Antonio P. O.
Antonio Parreiras

Porto Alegre 25 Nov 1915.

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 3 - Documento 10587 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros - p. 1.

10587

Ilustre Du. Borges de Medeiros

Saudações affectuosas e sinceras felicita-
ções e votos p^o que cheis de paz e prosperidade
seja o período do vosso governo iniciado a 23
do corrente.

Recebo me sempre com viva gratidão quanto
vos interessastes para que me fosse dada a
execução do quadro histórico - Proclama-
ção da República Rio-grandense -

E' pois com satisfação e cumprimento
de meu dever que vos retribuo da protecção
sobre esse trabalho, cujo período mais
difícil é felicemente passado, pois que to-
da a composição se achava definitivamente
determinada. Agora é uma questão de
tempo e de trabalho - que espero será levado

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 4 - Documento 10587 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros - p. 2.

18001

a termos muito antes do prazo estipulado no contracto.

Em breve tempo devo partir p^a Paris, onde com modelos praticos, estudarei o movimento e linha geral das figuras principais do quadro, pois que aqui apesar de todos os esforços, não me foi possível obter quem me pudessem servir. De Paris virá também a moldura. Se me sobrar tempo, pretendo ampliar um pouco o que fiz da - Fundação da Cidade de P. Alegre - afim de apresental-o ali quando for levar o quadro, pois tenho a certeza, que uma vez satisfeito com o quadro - Proclamação da República

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 5 - Documento 10587 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros - p. 3.

Disgracioso, seria bastante bom
para mim, auxiliando de modo
que a Prefeitura de Porto Alegre me
encaminhando a Fundação da cidade
de...»

Pedindo as desculpas pelo tempo
que vos tomei, - termino apresen-
tando as minhas despedidas e
enviando os votos sinceros pela
vossa prosperidade e saúde.

Com sincera estima mdo. a. e. Ruyter
Im. P. de M. e. R. v.

Parreiras

Niterói 24 de fev. 1913 - Rua Tiradentes - S. Domingos
Paris - 6 rue Val de Grace -

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

**Imagem 6 - Documento 10587 -
Imagem anexa à Carta de Parreiras a Borges de Medeiros - p. 4.**



Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 7 - Documento 10588 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros - p. 1.

10588

Meu Ilustre Amigo
Dr. Borges de Medeiros

Não deixo de deixar o Brasil sem vos
agradecer mais uma vez, tudo
quanto fez por mim. Pode ficar
ento, que em mim e em minha
família, tem amigos sinceros,
e sinceramente agradecidos, pois
dando-me trabalho, muito con-
corre para felicidade de nosso
lar. Em serci digno de confiança
que em mim deposita. Ficará
entulhi com as obrigações que
me encarreguei de fazer para
o palacio, e verá o que vou
projetar para a Biblioteca
publica que espero um dia poder
devonar como tanto deixo e o
Dr. Victor Silva

Como não posso perder tempo, fui
o trabalho que tenho a executar
para o palacio é grande, parto
para Paris a 21 de corrente e apenas

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 8 - Documento 10588 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros - p. 2.

10588

Meu querido amigo
Dr. Borges de Medeiros

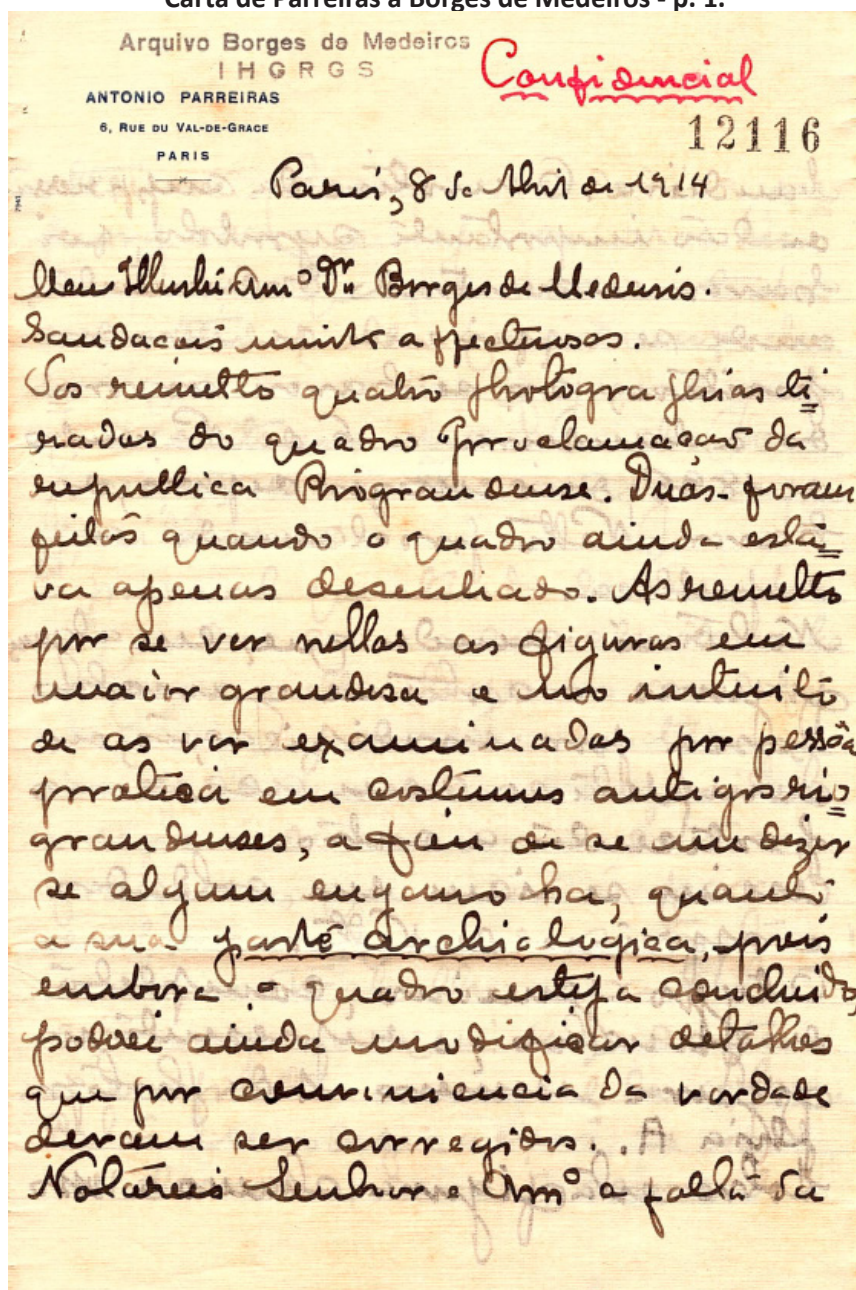
fa chegar finalmente a trabalhar.
Desfando vos todas as felicida-
des peço permissão para vos
enviar o meu abraço de despe-
dição. Sou vossos amigos sinceros,
Du Arn^o Rincin e agradeço
vossa
atencão

para felicitar os vossos
filhos e a vossa família de confiança.
Sou vossa muito afeto. Ficará
constante entre as lembranças que
nos encaregem de fazer para
o palácio, a vossa e que vossa
perfeição para a Billi obteve
pública que espero não ter poder
revenir a vossa tanto desejo e o
P. Victor Silva

Como não posso perder tempo, fui
o trabalho que tenho a executar
para o palácio e grande parte
para Paris a 21 de corrente e afins.

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 9 - Documento 12116 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros - p. 1.



Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 10 - Documento 12116 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros - p. 2.

atencas. Directa e verdadeira esc
furgada que sefa de erros é
diversos que por acaso têm
esultado, ella fará sempre che
der que as outras figuras de gachos,
que entram na minha obra
procurar, mas lhe são igues pro
prietamente.
É provavel que tudo da do embargo
o quadro de um encalho, vultu
a fazer nelle ligeiras modifi
cações, que só com o tempo
me poderão ser sugoidas
e depois de ouvir a critica
francesa, que não é para
desprezar, quando se trata
de um trabalho de artista
estrangeiro aqui sege deute...
e espositor annual do volu.
Oslas modificações, se são
as bonas, serão somente

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 11 - Documento 12116 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros - p. 3.

quanto a parte artistica. por
mo vos peço não fornecer a
impressora as photographias que
vos remetto pois serei assim
livre de me occupar com meu tra-
balho nos pontos que julgar
ser necessario.

Alia agora a impressora do meu
quadro. uns meus collegas
quer brasileiros quer francezes,
é a melhor possivel e espero
que elle será ali, em Porto Ale-
gre quando virer o quadro
do qual a photographia que
vos remetto de apenas uma
ligeira ideia pois falta
nella a cor e a grandez-
za das figuras.

funto remetto um requizim^{to}
no qual vos peço o simultaneamente

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRS.

Imagem 12 - Documento 12116 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros - p. 4.

ANTONIO PARREIRAS
6, RUE DU VAL-DE-GRAVE
PARIS

de 8000 francos, aqui de me
ser possível emulor durar aqui
os dois quadros e expor os
que meus me ceurem, pois
serci fulgado severamente
e por brevementes.
Se vos solisito este adiantam^{to}
é porque me é inteiramente
impossível de deixar de fazer,
pois há dois annos que me
preocupa o quadro do Rio
Grande e os recursos que
fornea, terminam se com
as grandes despesas que têm
com a pintura do quadro. Não
vos pediria este auxilio
se a tela historica, a maior
e a mais importante, não
estivesse concluida e se a me.
Estou certo que não me negara
o que solisito por isto passo a robar

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 13 - Documento 12116 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros - p. 5.

plicar qual a maneira - pelo qual
 me poderia ser recolhido a
 importância de 8000 francos.
 Há em Porto Alegre uma agência
 do Banco Brasileiro Bank.
 e do mesmo banco outra
 em Paris - onde tenho sempre
 depositado dinheiro. Por telegrama
 na da agência do Banco Brasileiro
 em Porto Alegre a agência do
 mesmo banco em Paris, pode
 ser ordenado a pagamento
 dos 8000 francos. A agência
 aqui sabe o meu endereço e
 me avisará - basta apenas que
 o telegrama diga - pague
 a Antônio Parreiras - Paris.
 Devo que pagamento seja ordenado
 por telegrama porque quero
 ver se me é possível fazer
 os que devo digitar na exposição

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 14 - Documento 12116 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros - p. 6.

caso de fulho - e preciso encaminhar
mudanças com brevidade as
mudanças.
Espero poder em 15 de Novembro
próximo futuro - escrever
em P. Alegre os dois quadros.
Aqui ficam todos admirados
quando explico o meu qua-
dro e digo que é a procla-
mação da república no Rio
Grande do Sul - Brasil em 1896.
Como antes de nós? Sim - Fran-
ça foi em 1848 - nós 12 annos
depois de nós - a quem os francezes
ainda chamavam - poro selvagens...
Imagino pois, me illustrei
os meus desejos que o grande
fratello francês ref - o
meu quadro e fique sabendo
que em 1896 os brasileiros eram

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Sono due i miei gradi
paterni e adn

Não colloquei no requerimento
estados civis porque aqui não os há.

RIHGRGS, Porto Alegre, n. 163, p. 347-380, dezembro de 2022.

Imagem 16 - Documento 12117 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 1.

ANTONIO PARREIRAS
Délégué
de la Société Nationale des Beaux-Arts
en France
6, RUE DU VAL-DE-GRACE
PARIS

Paris 16 de junho de 1914

12117

Illustré amigo M. Borges de Medeiros
Saudações affectuosas.

Vos remetto hoje, em um pequeno
pacote, duas gravuras, uma do meu
quadro „*Fleur Brésilienne*” outra do
quadro do *Solun* deste anno. Na cha-
lence - e uma photographia repre-
sentando o lado do meu atelier ou
de se acha o quadro - Proclamação da
Republica Riv Granduse. Como podera
verificar, comparando com os objectos
que rodeiam o quadro, é uma verdadeira
tela, que espero ornamentará
bem o salão do palacio. Desfara
enviar vos uma photographia do
quadro... o que não me é possível,
pois não ha no meu atelier, apesar
da sua grandesa, espaço bastante p-
se fazer uma boa reprodução.

Ha dias estive em nosso atelier o
grande critico francez Georges Nor-
may - um dos mais temidos de Paris.
A impressão que lhe causou o meu
trabalho não podia ser melhor. Como
tira occasião de certificar quando vos

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 17 - Documento 12117 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 2.

remetter a critica que elle vai publi-
car por estes dias. Quando não tiver
se a critica de ter me esforcado p^a
produzir bem - bastar me-hia a
afirmação de Normandy para me
tranquilizar.

Logo que me seja ~~possivel~~ ^{possivel} envol-
tuar o quadro, como espero, comi-
darei a imprensa franceza p^a ver
o meu trabalho e o que ella publi-
car eu vos remetterei.

Espero a todo momento receber a
resposta de um telegramma que
vos remetti, a fim de recomendar
a moldura p^a o quadro, caso me
mo, não me seja favoravel a res-
posta, por motivo de força maior,
não deixarei de submeter minha
obra a apreciação dos criticos francezes,
que a julgar pela afirmação de Norman-
dy - me será de todo agrada^{da} - Assim
ao entregar vos o quadro - terei a
oportunidade de um documental - o quan-
to ao seu valor artistico.

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 18 - Documento 12117 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 3.

Renovando os meus votos pela
vossa felicidade me sublevo
sem alicia estíma e admiracão

Passo a agradecer Am^o

Parreiras

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 19 - Documento 12121 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 1.

PARREIRAS
PARIS - 6, RUE DU VAL-DE-GRAVE
BRAZIL - ATELIER PARREIRAS - NICTHEROY

12121

Ilustre Am.^o e Sr. Du Borges elle deus
Saude e prosperidade.
Para nao temar ao Ilustre
Am.^o tempo preciso explicar=
me fui sem grandes detalhes.
Pelo contrato lavrado a 3 out^o
do corrente anno, relativo as
decoracoes do novo palacio do
governo, ficou estabelecido que
o pagamento da importancia
pela qual foram tratados seria
efectuado em prestações trimes=
sais, mediante attestado forneci=
do pelo representante official
do Brasil em Paris, certifican=
do o andamento dos trabalhos.
A primeira de Outubro p. pass=
do, ali se deu em apresentado

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 20 - Documento 12121 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 2.

o requerimento e o competente
atestado do representante do
Brasil em Paris, no qual eu
solicitava o pagamento das duas
prestações já vencidas naquelle
epoca.

Não havendo até hoje recebido
a importância, cujo pagamento,
só por grande necessidade de
eu, vos vejo encarecidamente
pedir para que se interesse para
que seja effectuado, tão breve
quanto possível este pagamento,
pois que, sem mais abairros
tenho a liberdade de vos explicar
este pagamento se me tornou
em extremo necessario.

O estado actual da Europa admittê
todas as surpresas e torna justifi-
cavel todas as irregularidades. Nos
lôz condições apenas aqui cheguem

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 21 - Documento 12121 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 3.

fulqui de bom gosto adquirir
tudo o material que calculei
necessário p^a as decorações des-
tinadas ao novo palácio do
governo do Rio grande Sul.
Hoje verifico que andei bem, pois
já é com grande dificuldade e
por preços elevados que se pode
obter material p^a pintura. O des-
pendio porém de tão alta de-
semina, pois que ella se elevou
a mais de onze mil francos, não
collocar-me no presente, na ne-
cessidade de aqui me manter con-
tando exclusivamente com os re-
cursos monetários que me serão
fornecidos pelo pagamento das presta-
ções trimestraes que determino
o já referido contracto.
A falta d'estes pagamentos me collo-
caria em condições terminas de me

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 22 - Documento 12121 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 4.

me achar em país estrangeiro
e em guerra, baldos os recursos.
Facil será o meu illustre amigo
avaliar quais seriam as minhas
provações em tão entorpecidos e pro-
prios isférios, gloriosos e curv e
lou e genuino amigo que sempre
foi, me franha ao alargo dellas,
providenciando para que me
sejam pagas com urgencia as
prestações já vencidas e methodi-
camente as que se seguirem uma
vez que a ellas eu tenha direito
por haver dignosamente cumpi-
do as minhas obrigações para
com o governo do Estado.
Ao illustre Dr. José Celso Parreiras
enviei o requerimento solicitando
o pagamento das prestações já vencidas.

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 23 - Documento 12121 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 5.

PARREIRAS
PARIS - 6, RUE DU VAL-DE-GRACE
—
BRAZIL - ATELIER PARREIRAS - NICTHEROY
—

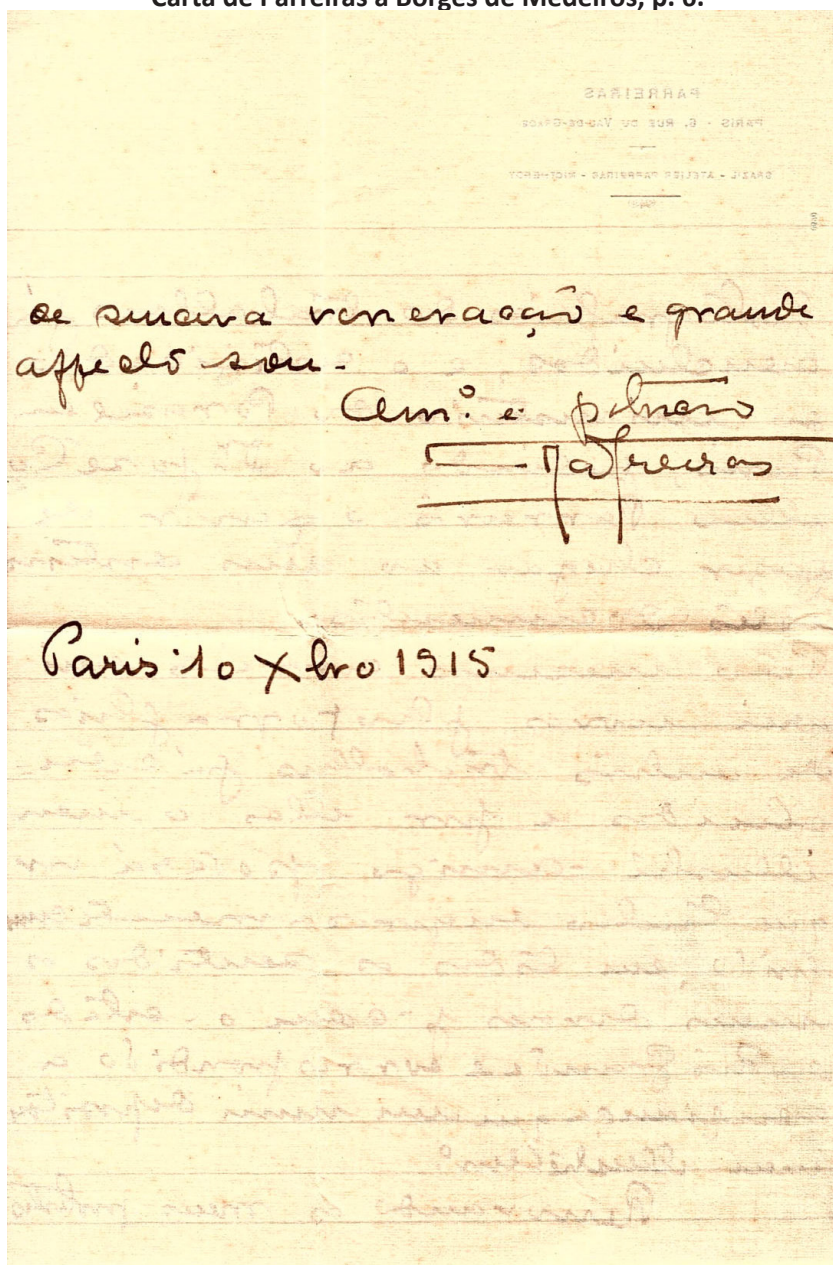
photografias dos trabalhos já
concluídos, e o certificado
do ministério do Brasil em
Paris, pedindo ao Dr. José Co-
elho Parreiras o favor de
fazer chegar ao meu destino
estes documentos.

Pelo mesmo correio envi-
arei novas fotografias
de outros trabalhos já con-
cluídos e por ellas o meu
ilustre amigo poderá ver
que tudo engrossa muito com
fôrça em todos os sentidos os
meus estudos já com o estado
em Paris Grande e correspondido a
confiança que me tem depositado
meu ilustre Amº.

Renovando os meus protestos

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

**Imagem 24 - Documento 12121 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 6.**



Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 25 - Documento 12123 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 1.

A Protacão para dizer-me se a pre-
 tencão e' attendida a se' fui requerido
 19-9-1916 Medeiros
 Ilmo Ilhustre Senr. Dr.
 Borges de Medeiros. 12123
 Meus prezados senrs.
 Mais de auctoridade dos
 trabalhos que tenho em
 especulaçao para o novo
 palacio f-erão educados.
 A permanencia po-
 reu estes trabalhos
 em Paris é neces-
 saria e por motivo
 que mais tarde verbal-
 mente os explicarei,
 acho que é necessario
 a emissão d'elles para
 o Rio de Jan., onde se
 deposita dos crimi-
 nando em lugar ap-
 pria de aguardar a
 opportuni-
 dade de serem
 emitidos para o R. Grande.

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 26 - Documento 12123 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 2.

dever-se que, devido a essas
cas desses trabalhos me
acho já há um anno
e meio separado de
minha familia e do
lar onde a minha
presença se faz necessa-
ria, embora temporaria-
mente, pois terei de regres-
sar a Paris para concluir
os divórcios.
Recebendo porém tão somen-
te, de quatro em quatro
mizes, a minha pensão
de uma prestação não
poderei dispor de recursos
para ir ao Brasil ver
a minha familia e
colocar em lugar segui-
do os trabalhos já con-
cluidos - por isto, venho
pedir-vos a grande favor
de me mandar pagar

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 27 - Documento 12123 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 3.

enfim, com
a prestação que se recebe
este mês, também a pres-
tação que se receberá em
Dezembro próximo futuro.
"Não vos solicitaria este
adiantamento se não
um fosse dado acor-
dando o meu pedido
com a situação que cabel
mente justificam o
adiantamento dos tra-
balhos que me encarrei
quei de fazer." "Sei quanto é justo
e louvado por não
me deixar de atender
e por ir onde f- ante-
cipar os meus sinceros
agradecimentos.
Estou certo que ao receber
este o meu dinheiro au-
mentará o pagamento

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 28 - Documento 12123 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros, p. 4.

des duas prestações apén-
ta que possa eu seguir para
o Brasil nos primeiros
dias de Outubro propus
no vapor "Amiral La Touche"
no qual tomarei a passagem
com a antecedenção que hoje
se é obrigado a pedir o
salvo conduto que é hoje
indispensável para se sair
de França. O documento este que
deve ser solicitado com
prazo antecipado e deve
ser entregue na época
de saída que é mediante
renovando os meus agra-
decimentos e fazendo seu
seu rolê pelo vosso nome
e felicitações pelo acreditar
me. Vosso amigo
Antônio Parreiras

Paris 18 de Agosto 1916.

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 29 - Documento 12124 -
Carta de Parreiras a Borges de Medeiros.

Paris, 29 de Out. 1916

12124

Ilmo Illustrê Amigo Dr.
Borges de Medeiros

Saudações muito affectuosas.
Venho muito obrigado na agra-
decer o grande favor que me fez
ordenando o pagamento das duas
prestações relativas aos trabalhos
que estou fazendo para o palácio
do governo.

Partirei p^o Brasil a 20 de proxi-
mo me devendo chegar ao Rio
a 20 de pro. futuro.

Deverei assumir os trabalhos já em
curso, que se ficaram ali que se jul-
gue opportuno cumular-se p^o
Rio Grande. Do seu amigo e frater

Parreiras

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRGS.

Imagem 30 - 5761 - Notícia "O Pintor Antonio Parreiras", O Diário de Porto Alegre.

Por fim, segue a notícia de jornal d'O Diário de Porto Alegre, intitulada "O Pintor Antonio Parreiras", trazendo uma crítica muito positiva às obras do autor, bem como sua trajetória, associando-o a outros grandes expoentes europeus da área.

Fonte:
Arquivo Borges de
Medeiros no IHGRGS.

5761

O DIÁRIO — Porto Alegre, quinta-feira

O pintor Antonio Parreiras

De um dos mais competentes críticos de arte do Rio, transcrevemos o seguinte brilhante estudo sobre Parreiras, publicado pelos nossos colegas da «Gazeta de Notícias».

«Depois de alguns dias de centenaes de visitas e de laudatorios elogios dos jornaes desta capital, encerra-se hoje a exposição dos pintores nacionaes Antonio e Dakir Parreiras.

Este, um joven artista que surge aureolado pelas mais vividas esperanças, apresentando uma obra, se não de toda segura na execução, mas inspirada e denunciadora de um fulgurante talento que desponta radioso e bello; aquelle, um velho mestre, cujos trinta annos de arte dão direito a esperar sempre dos seus pinceis amestrados e de sua paleta vigorosa uma obra perfeita e magnifica.

Dakir Parreiras, que nos dá essa adoravel «Lassitude», será objecto de um estudo posterior. Antonio Parreiras, o pintor de nomeação aqui e em Paris, o mestre perfeito de nossa paizagem, o nosso maior pintor historico dos tempos que correm, o artista do sul, com a «Dolorida», «Phrynée», e «Nouchalance», será o assumpto desta tentativa de critica.

Antonio Parreiras é um artista, cuja obra não se pôde discutir mais: — interpreta-se. E seria, realmente, vesania inconcebivel criticar a obra de Jean-Paul Laurent, de Bonnat, de Alfred Roll, de Lhermitte ou de Laparra. O mesmo entre nós que arredamos, aliás «gauchement», os melos civilizados, nunca sera demais censurada a tolice cretina e pretenciosa de criticar apontando erros e senões, a obra de um Rodolpho Bernardelli, de um Rodolpho Amoedo, de um Baptista da Costa ou de um Elyseu Visconti ou Henrique Bernardelli. Pôde-se não gostar; pôde-se não comprehender. E é tudo. Porque, verdadeiramente, esses artistas, os nossos e os estranhos aqui citados, já atingiram a sua absoluta maturação. Possuem uma technica, uma maneira, um estylo proprio, se assim me posso exprimir. Elles são o que são. E assim Parreiras é Parreiras Bernardelli é Bernardelli, Baptista é Baptista; como Bonnat, Laurent, Roll, Rodin, Bernard.

E' pois, sob essa impressão que eu me colloco sempre em face da obra de um mestre. Dahi pôde-se concluir que eu sou conservador em arte. Será um erro. Admito e

e decidido do haeremarte, a arrogancia corajosa da attitudo são quadridades primaciaes que fazem desse quadro historico de Parreiras uma peça digna das paredes da nossa Pinacotheca tão pobre em telas relativas nos factos que dizem com a formação da nossa nacionalidade.

A «Prisão de Tiradentes» é, sem nenhum favor, um dos melhores quadros historicos do pintor da «Conquista do Amazonas».

Segue-se o «croquis» da grande tela «Os aventureiros». Mas não devo dizer nada sobre essa tela que Parreiras apenas esboçou e que será a sua obra prima.

Vem finalmente, a «Proclamação da Republica Rio-grandense», quadro historico encomendado para o palacio do governo, do Estado do Rio Grande do Sul, pelo dr. Borges de Medeiros presidente desse Estado.

E', pelas suas dimensões, pelo seu objecto, pelo que representa em concepção e trabalho, a principal tela da actual exposição do grande mestre da nossa pintura.

O quadro representa o episodio capital da guerra civil que fez a Republica de Piratiny. É o acto preciso da proclamação. O general Antonio Netto, um dos mais bravos patriotas do movimento libertador, á frente de um grande tropo de homens lança o grito historico.

Antonio Parreiras se baseia no seguinte trecho de um historiador gaúcho: — «No dia seguinte (12 de setembro de 1836) antes de sair o sol formou-se a força em linha e Netto appareceu a galope pela direita della, e collocando-se no centro, com a espada em punho, deu o grito: — «Viva a Republica e a independencia rio-grandense do sul».

De sorte que dentro do criterio historico a que se impoz, o pintor não podia dar ao seu quadro outra linha de composição, senão a que ali está e que é a mais feliz, a mais esthetica e a mais concentanea com o assumpto do quadro.

Realmente, vê-se um grande grupo de patriotas, cada qual armado e vestido de um modo particular, e da direita delle surge a galope o general Netto, que no mais vivo enthusiasmo, desembainha a espada, estaca subitamente o cavallo e aita para o alto o grito libertador. Os companheiros, imitando o gesto do seu chefe, saúdam alegres a nova forma de governo.

Todos os olhares são brilhantes, todos os olhos levantados para o

Imagem 31 - 5761 - Notícia "o Pintor Antonio Parreiras", O Diário de Porto Alegre.

applaudo sempre Henri Martin. Victorio-o no seu início, siga fremente a sua evolução, louvo-o na sua maturidade. Mesmo não é possível ser alguém em arte conservador. Isso seria a eterna glorificação dos quadros de cavalete dos flamengos, seria o estacionamento na arte ingenua dos primitivos Italianos, seria ficarmos na paisagem falsa e convencional dos antigos mestres. De modo que, quando eu afirmo que vejo um mestre tal como elle é isso significa apenas que eu não vou exigir d'elle senão o que elle pôde fazer e não que eu abdicio das minhas faculdades de analyse e de critica.

Assim, Antonio Parreiras com a sua exposição actual, onde se veem a «Proclamação da Republica Rio-grandense», a «Nonchalance», a «L'homme dormant», e a «Prisão de Tiradentes», continua a ser o mestre perfeito, o mestre superior, o mestre admirável das «Sertanejas», da «Morte de Virginia», do «Carnaval na Rocha», do «Esperando o Zagala», do «Fim de tragedia» do «Calmo do sol». Cada uma das telas ora expostas documentam essa asserção, vivem a opinião contida nessas linhas, consubstanciam o conceito ali expellido.

«Nonchalance» é um nu' com todos os característicos do genero: côr, ambiente, modelado, significação artistica. A linha da composição despretenciosa e feliz interpreta perfeitamente o thema do quadro. Tecnicamente não ha o que se lhe censurar: é uma concepção feliz, executada com uma rara segurança de pincella.

«L'homme brasileiro» é que eu costumam chamar o quadro de apparato. Está feita com o carinho, que só um mestre poderia ter na execução de uma obra que falasse de sua arte e dissesse do seu patriotismo. E que entontecedora expressão tem a cabeça da figura, uma brasileira, de carnção rija, moça e formosa! Que de luxuria crioula nas linhas fluxuosas desse corpo que é um tempo planturoso e agil! Que volúpia selvagem toda ella tem, na sua duplidade de mulher e de gata!

«L'homme dormant» é a paisagem vigorosa e forte que confirma a gloria de Parreiras, dando-nos a conhecer um espatulista cheio de mocidade, cheio de vigor, com o toque preciso, com o empastamento proprio, com a segurança amestrada de fazer a natureza grandiosa e solitaria.

«L'automne d'or», um poema de luz, vive no seu ouro e na sua explosão de poeira luminosa, uma hora de subveciamento do grande paisagista que é Parreiras.

A «Prisão de Tiradentes» é o mestre glorificando, numa tela séria e conscienciosamente executada, o seu thema favorito. Só esse quadro merece um estudo especial, inteiramente a elle dedicado. Parreiras escolheu um motivo novo, entre os mil motivos diversos que offerece ao artista a vida ardentosa e desgraçada do destemido e patriótico alferes. Basta um simples golpe de vista sobre a figura sympathica e valerosa de Tiradentes: a pose, a vestimenta, o aferramento energico

de seus membros, a expressão dos olhos apontando para cima as espadas, as boccas abertas do grito de viva a Republica, os cavalleiros confundem-se. Netto, na frente, domina todo o grupo, domina-o com sua figura, domina-o pela estampa imponente do seu cavallo ardego.

No fundo, á esquerda, alguns patriotas retardatarios e fóra da linha approximan-se, saudando tambem o nosso advento. A um canto ha um pequeno delíve que é o arroio Jaguariço, á cuja margem se passou o feito patriótico.

O céu se colore dos primeiros alcores do dia que tinha nascido momentos antes. Ha ainda algumas nuvens reflectindo as trevas e outras rosas e diaphanas deixam passar alegres e claros os raios vivos do sol, que surgia soberano e protector no horizonte longinquo.

E' isso o quadro que Antonio Parreiras fez para o Rio Grande comemorar o grande feito historico que tanta gloria dá aos seus filhos.

E' um trabalho muito bem feito, cuja execução tecnica nada deixa a desejar. Nessa tela estão reunidas as qualidades maximas que tanto distinguem o artista Parreiras: — a do paisagista, a do figurista e a do animalista. O terreno e o céu são de um grande mestre, para quem a natureza não tem segredos; as figuras grupadas com um raro gosto e grande felicidade foram feitas por um pintor que conhece não só anatomia, mas que sabe tambem viver a expressão humana; e os cavallos são obra de um animalista consumado, desenhador emerito e manejaador habil de pinceis.

A perspectiva aerea e linear é feliz e certa, fugindo os grupos de soldados por tal maneira tão natural que se tem a impressão que o cavallo de Netto vai saltar fóra da tela.

Mas não é necessario descer a detalhes. A obra deve ser vista em conjunto e demoradamente. E' uma tela que tem seis metros de largura por quatro de altura, onde se desenvolve admiravelmente uma accão movimentada e participada por um forte tropo de homens exigindo, pois, que o exame seja minucioso e detido. Então, é que vemos surgir todo esse grupo de cavalleiros que têm os braços estendidos, as espadas para o alto, as boccas abertas, as marinas offegantes, os peitos palpitando em ardor civico e comprehendemos a grandeza do thema e a segurança do mestre que soube tão bem dar viva expressão, movimento e belleza a essa acto banal embora entusiastico e vibrante, de saudar a aurora de um regimen que nasce.

Antonio Parreiras não se revela com esse quadro. Elle é já de muito um grande mestre. A «Proclamação da Republica Rio-Grandense» é, na serie de trabalhos desse genero, que tem feito, o seu melhor quadro historico. E' um trabalho que honra a arte, que eleva a pintura brasileira onde fór elle exposto, e que colloca o seu autor no numero dos grandes pintores do mundo.

Fonte: Arquivo Borges de Medeiros no IHGRS.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Cláudio Moreira. Cangucu no combate do Seival e na Proclamação da República Rio-Grandense. **O Gaúcho**, Porto Alegre, ano 10, n. 113, p. 1-2, 2010.
- IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. **Guia arquivos pessoais e coleções IHGRGS**. Organizado por: Vanessa Gomes de Campos. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, 2013.
- PERREIRAS, Antônio Diogo da Silva. **Arquivo de Borges de Medeiros - Documento 5761 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros**. Destinatário: Borges de Medeiros. Porto Alegre, 1915. Arquivo Borges de Medeiros no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- PERREIRAS, Antônio Diogo da Silva. Arquivo de Borges de Medeiros - Documento 10587 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros. Destinatário: Borges de Medeiros. Paris, 1913. Arquivo Borges de Medeiros no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- PERREIRAS, Antônio Diogo da Silva. **Arquivo de Borges de Medeiros - Documento 10588 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros**. Destinatário: Borges de Medeiros. [s. d.]. Arquivo Borges de Medeiros no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- PERREIRAS, Antônio Diogo da Silva. **Arquivo de Borges de Medeiros - Documento 12116 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros**. Destinatário: Borges de Medeiros. Paris, 1914. Arquivo Borges de Medeiros no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- PERREIRAS, Antônio Diogo da Silva. **Arquivo de Borges de Medeiros - Documento 12117 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros**. Destinatário: Borges de Medeiros. Paris, 1914. Arquivo Borges de Medeiros no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- PERREIRAS, Antônio Diogo da Silva. **Arquivo de Borges de Medeiros - Documento 12121 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros**. Destinatário: Borges de Medeiros. Paris, 1915. Arquivo Borges de Medeiros no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- PERREIRAS, Antônio Diogo da Silva. **Arquivo de Borges de Medeiros - Documento 12123 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros**. Destinatário: Borges de Medeiros. Paris, 1916. Arquivo Borges de Medeiros no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.
- PERREIRAS, Antônio Diogo da Silva. **Arquivo de Borges de Medeiros - Documento 12124 - Carta de Parreiras a Borges de Medeiros**. Destinatário:

Borges de Medeiros. Paris, 1916. Arquivo Borges de Medeiros no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

PERREIRAS, Antônio Diogo da Silva. Arquivo de Borges de Medeiros - Documento 5761 - Notícia “o Pintor Antonio Parreiras”, O Diário de Porto Alegre, [s. d.]. Recorte sem data.

PERREIRAS, Antônio Diogo da Silva. **Proclamação da República Rio-Grandense. 1815.** Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%ABlica_Rio-Grandense#/media/Ficheiro:Antonio_Parreiras_-_Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%ABlica_Piratini_-_1915.jpg >. Acesso em: 23 dez. 2023.

RESENHAS

RESENHA: 1928, UMA POLÊMICA DO PÓS-GUERRA: RUY CIRNE LIMA E ALBERTO PASQUALINI, ESTADO MODERNO E NOVAS IDEIAS

Bruno Cardoni Ruffier¹

Gerson Tadeu Astolfi Vivan Filho^{2*}

O livro publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul³ e organizado pelo professor de Direito Constitucional na Universidade Federal de Rio Grande, Wagner Feloniuk, contextualiza e apresenta um debate público entre dois jovens oriundos da turma de 1928 da Faculdade de Direito de Porto Alegre, famosa por produzir luminares da política e do direito nacional. Ruy Cirne Lima, então com 19 anos, tornar-se-ia “o maior jurista do Rio Grande do Sul no seu tempo” e Alberto Pasqualini, então com 27, “uma das mais importantes vozes do pensamento trabalhista brasileiro” (FELONIUK, 2021, p. 9). O primeiro defende que estaria surgindo uma “nova mentalidade no pós-guerra”, enquanto o segundo contesta algumas das suas afirmações. A discussão se deu por meio de artigos de jornal, a maioria deles no porto-alegrense *Diário de Notícias*, no qual publicavam pessoas “ligadas ao movimento modernista, à crítica literária” (p.33). Para Cirne Lima, na esteira do pós-guerra estaria surgindo uma mentalidade menos racional, menos ligada ao método científico, mais emotiva, fruto do sofrimento, da dor e da proximidade com a morte. Tratava-se de um movimento de virada contra o racionalismo. Pasqualini mostrou-se cético frente aos argumentos de Cirne Lima, defendendo que as ideias filosóficas racionalistas continuariam, que a racionalidade em si não iria mudar e que o comportamento humano poderia voltar à normalidade na medida em que houvesse paz.

A controvérsia inicia com o artigo “A Era de Leviathan”. Nele, Cirne Lima pergunta como seria a vida cultural, religiosa e política no novo tipo de Estado que estava surgindo no início do século XX, que ele chama de

1 Doutorando e Mestre em Filosofia Política e Teoria do Direito pela UFRGS. Formado em Direito na UFRGS. Graduação incompleta em Filosofia pela UFSC. Pesquisador na área de Filosofia do Direito e Filosofia Política, com ênfase em Direito Público, Constitucional. Pesquisa Max Weber, Carl Schmitt, a República de Weimar e o pensamento conservador.

2 Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2021/2025). Mestre em Filosofia e Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011/2015).

3 FELONIUK, Wagner (org). 1928, uma polêmica do pós-guerra: Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini, Estado moderno e novas ideias [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2021. Modo de acesso: <<http://ihgrgs.org.br/ebooks.html>>.

“Estado de Leviathan”. A “sociedade de amanhã”, diz ele, “composta de indivíduos especializados” abrigaria “uma nova servidão, - a servidão industrial, ligando o operário à sua função, à sua máquina”. Isso poderia ser confirmado observando-se o presente estado da arte, que, diz ele, “perdeu o seu universalismo” admitindo que “tudo se divide e se fragmenta” (p.58). No seu segundo artigo “O Após Guerra”, Cirne Lima pergunta se “existe uma mentalidade de após-guerra?”, imediatamente respondendo que a emergência da guerra rompeu “barreiras conceituais”, punindo o “cientismo desdenhoso” que parecia capaz de “explicar o universo”, e que tal desdobramento teria fortalecido o sentimento religioso do catolicismo, expresso na “fórmula integradora” e “totalista” da filosofia neotomista (pp.60- 61). Em “Novo Renascimento”, ele argumenta que foi “do contraste entre duas formas coexistentes” - ciência e vida espiritual – “que nasceu e se desenvolveu a mentalidade nova”, na qual a “unidade física do mundo” foi trocada pela “unidade mística”. O pós-guerra teria inaugurado, portanto, “uma nova Renascença” (p.61-66). Mais especificamente, trata-se - como se depreende do título do texto seguinte - de uma “Renascença Católica”. Se antes havia “entre o homem e a realidade física um mundo formal intermediário”, esta teria sido destruída “pela oposição direta do homem ao homem, na luta das potências”. A guerra “representa uma regressão ao estado primário” e com ela restamos “forçados a admitir a insuficiência da lógica na explicação do pensamento moderno”. A “mentalidade moderna” teria escolhido o “caminho fecundo da afetividade”, cuja primazia cabe à “estética em oposição à lógica”. (pp.66 – 71). No artigo seguinte, “A mentalidade nova”, já em resposta às primeiras objeções de Pasqualini, Cirne Lima situa a filosofia racionalista, “de Descartes a Comte e Spencer”. Mas Bergson, com o seu “intuicionismo”, teria oferecido a primeira reação ao “racionalismo imperativo do século passado”, e ainda que desse movimento não tenha participado “o comum das gentes”, a grande Guerra logrou “restabelecer uma relativa concordância entre a consciência filosófica dominante e a consciência coletiva”, ainda que tão somente “no sentido de reação ao positivismo, em que se condensara a tradição racionalista”. Tal reação teria sido expressa no “renascimento católico na latinidade”.

Pasqualini se vê chamado à discussão a partir da publicação de “Renascença Católica”, que Cirne Lima dedica a ele. Feloniuk aventa a possibilidade de que a discussão tenha iniciado por outros meios, possivelmente em conversas entre ambos. No seu primeiro artigo, “A mentalidade de após guerra”, Pasqualini argumenta que aqueles que acreditaram que “um desespero coletivo ameaçava a Europa de completo aniquilamento” estavam errados, pois “a espécie humana não se deixa destruir dessa forma” ela possui uma “faculdade de adaptação”. Haveria uma “vacilação dos espíritos

em torno do novo ponto de equilíbrio”, mas “nada há que recluir”. Em momentos de instabilidade surgem “novos sistemas morais, políticos, literários e filosóficos com todos os exageros do momento”. Igualmente, nesse período “as religiões encontram campo propício à sua propagação” pois a alma humana “aceita tudo o que possa determinar novos motivos de viver”. Ele contestará as duas conclusões que atribui a Cirne Lima: “o renascimento do espírito religioso (catolicismo)” e “a falência do racionalismo”. Para Pasqualini, “com a volta do equilíbrio espiritual, os homens preocupar-se-ão novamente com os transcendentais problemas do universo, procurando resolvê-los com mais serenidade e seriedade”. Ainda, apontou que para que “a falência da lógica” fosse possível, “seria necessário que se houvesse completamente modificado a nossa organização mental, e nesse caso, assistiríamos à bancarrota de todas as ciências, a começar pela matemática”. Em conclusão, afirma que “a grande guerra em nada poderia modificar as diretrizes do pensamento humano, no seu aspecto formal.” (pp. 71-76) No seu segundo artigo, Pasqualini enumera as contradições do seu debatedor: o uso equivocado do termo “lógica”, assim como um uso indiscriminado dos termos “racionalismo”, “razão” “esfera de ideias puras” e “sistema lógico” como se estas fossem equivalentes. Cirne Lima, acusa Pasqualini, “é um verdadeiro discípulo de Hegel, pois que saboreia com verdadeira volúpia, o paradoxo e a contradição”. (p.83-88)

Defendendo-se das críticas de Pasqualini, Cirne Lima disse que apenas afirmava “a insuficiência da lógica (da lógica racionalista), como fórmula de conhecimento, considerando-o pelo duplo prisma da razão e da intuição”. Pasqualini, segundo ele, “não apanhou o meu pensamento” e “vem imputar-me ‘a bancarrota de todas as ciências’ [...] quando digo falência, excluo eu a possibilidade de reabilitação?”. (p.81-82) No seu último artigo, “Racionalismo e Catolicismo”, Cirne Lima encerra a discussão afirmando que “o sr. Pasqualini abandonou o campo...” reelaborando cada um dos seus pontos frente às críticas a ele endereçadas, termina por afirmar “O sr. Pasqualini enganou-se novamente [...] E ponto final.”.

Os argumentos de Cirne Lima ecoam, de fato, diversas das preocupações modernistas que, em Porto Alegre e no mundo, passaram a se propagar a partir do desfecho da Primeira Guerra Mundial. É neste sentido que Otto Maria Carpeaux situa o modernismo no encontro com “o corpo social dominado pelo imperialismo”, que “rompeu o famoso equilíbrio europeu, o político, o econômico, o social, e, enfim, o equilíbrio espiritual em que se baseava a literatura de 1900.” (CARPEAUX, 2012, p. 21-22). A recorrência dos apontamentos de Cirne Lima quanto ao fato de que essa nova mentalidade produziu uma subversão da ética, da estética, da economia e da política para “tentar reconduzir a novos valores e novas formas” (p.40)

reforça tal interpretação.

Há, contudo, um inquietante distanciamento por parte dele. Ele escreve como quem assiste e constata os movimentos de um mundo no qual se inclui apenas timidamente. Cirne Lima integrou, de fato, um grupo de jovens escritores, poetas, músicos e artista (Augusto Meyer, Theodomiro Tostes Athos Damasceno, Darcy Azambuja, Vargas Neto, Pedro Vergara, Sotero e Luiz Cosme, João Fahrion e outros) que se formou no entorno da Livraria do Globo nos anos 1920. Não compunha esse grupo nenhum movimento com as pretensões vanguardistas e de ruptura que caracterizaram o modernismo paulista, ainda que tenha havido certo envolvimento e intercâmbio entre ambos e tenha-se em Porto Alegre também desenvolvido uma arena de debate e produção estéticos no *Diário de Notícias* e na *Revista Madrugada*, muito importante, ainda que de curta duração.

Mostra disso são as contribuições gaúchas à primeira dentição da *Revista de Antropofagia*, de 1928, que transparecem uma sensação de deslocamento. Cirne Lima, especificamente, colaborou com um poema (“Madrugada”, n. 2, p. 5) e um pequeno conto (“Literatura”, n. 6, p. 2). No primeiro, uma cena bucólica sem presença humana em que uma lancha trazendo lenha “com a sua tósse miuda de gasolina” atravessa o rio em meio à névoa ao som dos biguás. No segundo, um menino sonolento que conta para si mesmo uma versão embaralhada da lenda gaúcha do Negrinho do Pastoreiro (“criado no mato”, “que vive só de noite”, “sem os costumes da gente”) com a Bela Adormecida e o da “menina que os porcos comeram”. No fim, o rei do castelo, com “sentimento de mando” manda entregarem “a rainha aos porcos como ceia”.

O desconforto dos gaúchos com o modernismo paulista não refletiu apenas as tensões estéticas do regionalismo gaúcho, mas uma ideologia a que, como mostrou Ligia Chiappini (1978, p. 172) o modernismo gaúcho daria sustentação. A atribuição ao Rio Grande do Sul de um papel de garantidor dos “verdadeiros princípios republicanos”, não raramente referido como Prússia Brasileira, é retomado neste exato momento, para a formação da Aliança Liberal e o mito heroico do gaúcho “centauro dos pampas” é retomado em proveito da propaganda partidária.

Num dos artigos da polêmica, ao comentar a “nova mentalidade” dos “nossos artistas”, Cirne Lima avalia que a sua “angustiada procura de formas novas” nas “penetrantes sensações dos primitivos” teria se demonstrado unilateral frente aos “três troncos étnicos” brasileiros. O “primitivismo” não poderia, para ele, abdicar do “trilho central da latinidade” em detrimento das “tradições do ameríndio” e das “superstições do negro” (p. 65). Trata-se de uma reivindicação embebida no mito de uma ‘nação das

três raças', guiadas é claro pelo branco português, e livre de conflitos, que compôs a imagem de nação do Estado Novo, dos generais gaúchos da Ditadura Militar e segue campeando no imaginário dos militares que voltam a adentrar nossa vida política.

REFERÊNCIAS

- CARPEAUX, O. M. *O modernismo por Carpeaux: as vanguardas europeias, as revoltas modernistas, a I Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Leya, 2012.
- CHIAPPINI, L. O Modernismo no Rio Grande do Sul: revisitando uma pesquisa dos anos 70. *Literatura e Sociedade*, [s. l.], v. 9, n. 7, p. 256–265, 2004.
- FELONIUK, W. (org.). *1928: Uma polêmica no após guerra*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2021.

Submetido em 28/11/2022

Aceito em 28/11/2022

NOTAS PARA UMA DIATRIBE: O EMBATE ENTRE CIRNE LIMA E PASQUALINI ¹

Letícia Pereira Pimenta²

Os contendores visam sempre as reações do público e a recepção do debate com o intuito de atingir a comunicação com o leitor. Sendo assim, da mesma maneira como os romancistas divulgavam seus livros, os polemistas também utilizavam a imprensa como meio de difusão de seus nomes e ideias (VENTURA, 1991, p. 148).

Deste modo, além de o jornal se estabelecer como um poderoso meio de difusão de notícias, foi através dele que a intelectualidade brasileira expressava suas ideias no final do século XIX. A respeito, Sylvio Romero preleciona: “o jornalismo tem sido o animador, o protector, e, ainda mais, o creador da literatura brasileira ha cerca de um século a esta parte. (...). É no jornal que têm todos estréado os seus talentos; nelle é que têm todos polido a linguagem, aprendido a arte da palavra escripta” (BARRETO, 1908, p. 49).

Uma vez que a prática da polêmica na imprensa se transformava em um espaço de debate público, uma espécie de tribuna em que os polemistas não só defendiam ideias e valores, como também construam sua imagem pública a partir da desconstrução do outro. O discurso polêmico entranhado na experiência brasileira e envolto pela apropriação das ideias evolucionistas atribui à polêmica um papel importante no processo de seleção de obras e autores, em uma espécie de *struggle for life* literário.

A polêmica, por conseguinte, uma pequena “guerra” travada entre escritores, jornalistas, homens de letras em geral em cujas opiniões se contrapõem. Polemizar é, portanto, proceder ao embate público de ideias, sentimentos, ou mesmo ressentimentos que se esgrimem “empunhando as plumas”. A polêmica pode assumir distintas formas. O embate se inicia quando um dos antagonistas incita uma reação no adversário através de

1 RESENHA DE: FELONIUK, Wagner. 1928, uma polêmica do pós guerra: Ruy Cirne Lima, estado moderno e novas ideias. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2021.

2 Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004). Especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Fundamentos Teórico Filosóficos da Experiência Jurídica. Doutora em Comunicação Social em Política e práticas profissionais na comunicação. Pós doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Filosofia, História da Educação História dos Intelectuais, História das Ideias e enlaces inter e transdisciplinares com as outras ciências. Pesquisadora na área de discurso dissidente e retórica. Pesquisadora do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

ataque escrito em um periódico, que funciona tal como um convite formal ao duelo de ideias. A opinião pública empatiza com as discussões acaloradas que encetam o teor do discurso polemista que transita e flui com sutileza entre o oral e o escrito.

Sendo assim, o livro parte de um embate de ideia, ocorrido entre agosto e setembro de 1928, capitaneado por Ruy Cirne Lima e Alberto Pasqualini. A polêmica é composta de oito artigos, sete dos quais publicados no Diário de Notícias e um publicado em um periódico do Rio de Janeiro. O intuito era analisar “os efeitos da Guerra na Europa sobre seus afetados lá e no Brasil” (FELONIUK, 2021, p. 10).

No primeiro capítulo, *A Era de Leviathan*, Cirne Lima procura contrastar o Estado democrático com suas formas opostas, no caso o absolutismo, prelecionando que ambos partem do mesmo fundamento: o homem. Tão-somente a cultura é distinta. Carrel prelecionava que existem circunstâncias que degradam os tecidos que, alheios ao corpo, humano e sob vida própria, não mais preenchem suas funções próprias. Sendo assim, o autor, sob os estudos de Carrel, se pergunta: esta lição se aplicaria à teoria do Estado?! Pawlowski entende que sim. O autor concebe deste modo a forma latente do Leviathan, em pleno século da democracia. Destarte, de acordo com Cirne Lima, “já o velho animal político se teria ajustado integralmente às curvas inflexíveis da nova disciplina social, abdicando da harmonia do conjunto, a troco de um equilíbrio particularizado, de uma felicidade estrita e vitalícia” (CIRNE LIMA apud FELONIUK, 2021, p. 58). A pergunta crucial é: a cultura que agora se formava seria apta a criar um ideal ou forjaria uma degradação? O homem moderno sendo assim tornar-se-ia um cativo do presente, absorto em sua condição, sem noção da conjuntura em que se insere.

No segundo capítulo, *O Após Guerra*, redigido também por Cirne Lima, continua a linha de raciocínio iniciada no primeiro capítulo. O mesmo inicia com a seguinte indagação: existe uma mentalidade de após-guerra? A questão da guerra como sintoma dos novos tempos ressurgiu, assim como reaparece a questão do novo intelectualismo. O autor não preleciona que haja uma mentalidade comum do após guerra, senão uma mentalidade que partilham alguns e que teve efeitos severos sobre o pensamento e a cultura” (FELONIUK, 2021, p. 39-40). Esta mentalidade desembocou no puro intelectualismo e na pura estética. Consoante a interpretação de Feloniuk, “A guerra teria rompido as barreiras desse “cientismo” e, ao acabar, refluuiu, deixando um vácuo, e este foi preenchido por um silêncio “humilde”, um silêncio que havia subvertido a ética, a estética, a economia e a política para tentar reconduzir a novos valores e novas formas. Um campo no qual a afe-

tividade e a emoção teriam um papel bastante maior' (FELONIUK, 2021, p. 40). O calor do momento, sendo assim, levou a uma ascensão do sentimento religioso, que promove um retorno ao medievalismo.

No terceiro capítulo intitulado Novo Renascimento, o autor preleciona continuamente que, em curto lapso de tempo, a guerra "teria feito desaparecer quatro séculos e cultura. Nossos ancestrais não se cansavam de procurar minudentemente compreender o todo. Desta agonia eis que surge uma maneira de pensar inteiramente nova. Consoante Ruy, "o choque de uma corrente antagônica definiu, poliu e afirmou um pensamento novo" (CIRNE LIMA apud FELONIUK, 2021, p. 63). Nesta ambiência, o humano voltou as costas para o mundo cientista e se abriu para a unidade mística, buscando novas formas – religiosas – de explicitar o mundo. Falando do Brasil, o autor recorda que o país não deu continuidade às expressões culturais de outrora, tendo sido afetado por esta nova mentalidade, a despeito da distância da guerra. Sendo assim, o novo momento teria se voltado para o que de mais simples e trivial oriundo do restante do cenário mundial. No entanto, o essencial se manteve. Esta nova mentalidade inaugura uma nova renascença, uma era em que o homem a perquire "como uma época distinta e de caráter próprio" (CIRNE LIMA apud FELONIUK, 2021, p. 66).

No quarto capítulo, Cirne Lima segue falando sobre a renascença católica que, segundo ele, promoveu a falência do racionalismo e o advento de outros valores, inclusive religiosos, em contraposição ao pensamento cientificista e a insuficiência da lógica. De acordo com o autor, "a primazia no pensamento moderno cabe pois, à estética, em oposição à lógica. A obra cultural dos homens de hoje é de realização e não de pesquisa – de síntese e não de análise" (CIRNE LIMA apud FELONIUK, 2021, p. 68). Em que pese a guerra não tenha se manifestado na América, seus efeitos por aqui se instalaram: na Inglaterra, Bertrand Russel; na França, Jacques Maritain e Henri Massis; no Brasil, Jackson de Figueiredo, Renato Almeida e Tasso da Silveira e no Rio Grande do Sul, Armando Câmara.

No quinto capítulo, desenvolve as ideias opostas de Pasqualini, que finalmente resolve se posicionar. De acordo com Feloniuk, "Pasqualini trata Cirne Lima com respeito, mas como um jovem pensador que não se fizera suficientemente claro no seu pensamento" (FELONIUK, 2021, p. 43). Pasqualini estava de acordo com Cirne Lima no que diz respeito aos efeitos da guerra, discordando, no entanto, acerca da derrocada do racionalismo e o advento da emotividade e da religiosidade que, segundo ele, houve, uma vez que "a dor e o medo nos aproximam da divindade" (PASQUALINI apud FELONIUK, 2021, p. 75). Os argumentos de Pasqualini não são filosóficos, senão científicos, à medida que concebe a vida como uma eterna adaptação,

e enquanto efeito da guerra uma readaptação do psiquismo individual e social as novas condições de vida afetadas pela guerra. Consoante Pasqualini, “É exatamente nesse período de instabilidade que surgem novos sistemas morais, políticos, literários e filosóficos com todos os exageros do momento e trazendo, no mais das vezes, no próprio embrião, a causa que os há de aniquilar” (PASQUALINI apud FELONIUK, 2021, p. 73). E é neste momento que surge o sentimento religioso que prospera em instantes de desespero mas que já se encontrava em breve declínio. Consoante Feloniuk, “Pasqualini discorda que essa aproximação da religião tenha mudado de alguma forma a lógica humana, levando à sua falência ou a um comportamento permanentemente novo. O pensamento humano não teria mudado em definitivo” (FELONIUK, 2021, p. 44-45). Pasqualini preleciona que a guerra em nada modificou as diretrizes do pensamento humano. Mudou, sim, as condições sociais e individuais ocasionando um desequilíbrio das atividades psíquicas. Sendo assim, a mudança de mentalidade somente ocorre mediante a adaptação do indivíduo e da sociedade às mudanças do meio. De acordo com o autor “quando os fenômenos secundários se desanuviam do campo das consciências, então poderemos dizer, com certeza, como será uma nova mentalidade” (PASQUALINI apud FELONIUK, 2021, p. 76).

No sexto capítulo, intitulado “A mentalidade nova”, Cirne Lima reargue as ideias de Pasqualini, sobremaneira naquela parte em que sofre críticas sobre como seria o pensamento do pós-guerra e sua possibilidade de modificação. De acordo com o autor, “a filosofia racionalista de Descartes a Comte e Spencer, caracteriza-se, fundamentalmente, pelo papel central que atribui à razão na nossa vida psíquica” (CIRNE LIMA apud FELONIUK, 2021, p. 77). A reação ao racionalismo partiria de Bergson; “a teoria de Bergson, contudo, como toda reação representa um exagero proporcional ao exagero que pretende corrigir.” (CIRNE LIMA apud FELONIUK, 2021, p. 80). Bergson, desenvolve o intuicionismo em reforma do positivismo de Comte e Spencer. O autor preleciona que razão e intuição são complementares, não podendo, portanto, serem colocadas em oposição uma à outra. Esta reação ao racionalismo, sendo assim, teria se popularizado no pós guerra. E nos países latinos, ressurgiu o neotomismo e a tradição de culto. Feloniuk aponta que foi a guerra quem teve o papel de afastar, de modo acelerado, a racionalidade, aumentando o papel da afetividade, uma reação ao positivismo racionalista”. (FELONIUK, 2021, p. 46). Então, Cirne Lima traz rápidas críticas à polêmica. Diz inicialmente que jamais decretou a falência da lógica, que seus escritos não foram trazidos à colação por Pasqualini, e que “parte de seu artigo não fora trazido à discussão de Pasqualini, por um esquecimento do interlocutor, e que não apenas falhara em apanhar sua lógica no todo, como havia seguido com uma imputação injusta de confundir

termos e ideias filosóficas” (FELONIUK, 2021, p. 47). O autor também aduz que jamais negou uma reabilitação do racionalismo. Nestes termos, o autor de seu lado põe fim à contenda.

No sétimo capítulo sob o título ‘A falência do racionalismo’, Pasqualini preleciona que Cirne Lima perdeu a compostura, a serenidade própria do filósofo ao deixar transparecer que Pasqualini houvera lhe “fraudado o pensamento”. Pasqualini aduz que quem desse que o autor havia interpretado mal seu pensamento, para então retificá-lo. Todavia, “as suas afirmações lá estão, sem que nenhum de nós as possa agora modificar”. (PASQUALINI apud FELONIUK, 2021, p. 83). Para Pasqualini, a linguagem do filósofo deve ser simples, precisa e concisa; já ao poeta cabe ser paradoxal e contraditório. “O poeta supera o filósofo” em Cirne Lima, diz Pasqualini, prelecionando que “muito mais vale um poeta do que um filósofo”. (PASQUALINI apud FELONIUK, 2021, p. 83) Sendo assim, Pasqualini responde à contenda trazendo à colação trechos da disputa. Afirma a inocência de sua memória e que as afirmações de Cirne Lima que são temerárias. Cirne Lima segundo Pasqualini atribui à lógica funções que não lhe são próprias e tão somente em função disso teria falido. Para Pasqualini, “o sr Cirne Lima é um discípulo de Hegel, pois que saboreia, com verdadeira volúpia, o paradoxo e a contradição. Sabemos que um dos princípios fundamentais da lógica do grande filósofo de Stuttgard, era o da “identidade dos contraditórios”: o ser e o não ser são a mesma coisa” (PASQUALINI apud FELONIUK, 2021, p. 86). A religião, na sua parte racional, assevera o autor, é uma afirmação eloquente do racionalismo. A teodiceia e a teologia são um corpo de doutrinas, de princípios e conclusões pretensamente racionais. Contradiz-se igualmente Cirne Lima ao dizer que a guerra trouxe a falência da razão e o renascimento da filosofia tomista. O neotomismo seria a própria escolástica rejuvenescida Pasqualini assevera que o interlocutor se contradiz ao asseverar que o pensamento do após guerra era caracterizado pela derrocada da racionalidade. Sugere assim que o autor releia Bertand Russel e concluísse que a mentalidade de outrora não seria intuicionista. Para o autor, “e basta de filosofia, que foi inventada para consolar os velhos e envelhecer os moços. Primo vivere, deinde philosophari” (PASQUALINI, apud FELONIUK, 2021, p. 88).

No derradeiro capítulo Cirne Lima, intitulado Racionalismo e catolicismo, preleciona que “a polêmica que comigo vinha mantendo o sr. Pasqualini, está terminada e bem terminada” (CIRNE LIMA apud FELONIUK, 2021, p. 89). Afirma o autor que Pasqualini estava alheio à discussão, o assunto agora é outro e o antagonista também é outro. Não estaria mais discutindo seus argumento, senão a busca de contradição nos argumentos apresentados, saindo da arena antes do combate final. Começa então Cir-

ne Lima a criticar pontualmente as teses de Pasqualini. Procura então demonstrar a incoerência de seus argumentos, algumas vezes concordando e noutras discordando com o autor. E com isso dá por encerrada a discussão.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, João Paulo C. ("João do Rio"). *O momento literário*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1908.
- FELONIUK, Wagner. *1928, uma polêmica do pós guerra: Ruy Cirne Lima, estado moderno e novas ideias*. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2021.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil: 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Submetido em 28/11/2022

Aceito em 28/11/2022

PROJETOS

É com grande satisfação que informamos o início de mais um importante projeto de preservação de bens culturais do nosso estado. Nos próximos meses serão desenvolvidas as atividades que compõe o projeto Criação da Oficina de Restauro do Palácio Piratini (PRONAC 180938), proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul incentivado pelo Governo Federal - Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura Federal com importante patrocínio do Banrisul. A Oficina de Restauro do Palácio Piratini, visa à recuperação de pequenas peças/elementos do Palácio, como balaustradas, pavimentação de pedras portuguesas, maçanetas, mobiliário, luminárias, para a manutenção deste importante patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e da União.

Patrocínio



Realização



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



No âmbito das comemorações do Centenário do Palácio Piratini (2021) damos início a execução do projeto de Restauração do Mobiliário Histórico do Palácio Piratini (180836) proposto pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul incentivado pelo Governo Federal - Ministério da Cidadania/Secretaria Especial da Cultura através da Lei de Incentivo a Cultura Federal e com o decisivo patrocínio do Banrisul. O projeto tem como objetivo o restauro do 1º lote do mobiliário histórico pertencente ao acervo de bens móveis e integrados do Palácio Piratini, visando deter o avanço no processo de degradação que ameaça a manutenção deste importante patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul e da União.

Patrocínio



Realização



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



Confira os releases dos projetos no site do IHGRGS:
www.ihgrgs.org.br